



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação

ADAILTON ANTÔNIO GALIZA NUNES

**CAMPANHA DA FRATERNIDADE: uma política da
Igreja Católica para o Brasil**

CAMPINAS
2021

ADAILTON ANTÔNIO GALIZA NUNES

CAMPANHA DA FRATERNIDADE: uma política da Igreja Católica para o Brasil

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração Educação.

Orientadora: Agueda Bernardete Bittencourt
Coorientador: Rodrigo Ferreira Toniol

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ADAILTON ANTÔNIO GALIZA NUNES E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. AGUEDA BERNARDETE BITTENCOURT.

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

N922c Nunes, Adailton Antônio Galiza, 1988-
CAMPANHA DA FRATERNIDADE : uma política da Igreja Católica para o
Brasil / Adailton Antônio Galiza Nunes. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Agueda Bernardete Bittencourt.
Coorientador: Rodrigo Ferreira Toniol.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Campanha da Fraternidade. 2. Igreja Católica - Brasil - Campanha da
Fraternidade. 3. Igreja Católica - Aspectos políticos. 4. Pedagogia. 5.
Ditadura.
I. Bittencourt, Agueda Bernardete, 1950-. II. Toniol, Rodrigo Ferreira. III.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: FRATERNITY CAMPAIGN : a policy of the Catholic Church for
Brazil

Palavras-chave em inglês:

Fraternity Campaign
Catholic Church - Brazil - Fraternity Campaign
Catholic Church - Political aspects
Pedagogy
Dictatorship

Área de concentração: Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Agueda Bernardete Bittencourt [Orientador]
Luiz Roberto Benedetti
Maria do Carmo Martins
Paula Leonardi
Vinicius Parolin Wohnrath

Data de defesa: 29-03-2021

Programa de Pós-Graduação: Educação

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7537-8644>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3843550690713028>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

TESE DE DOUTORADO

**CAMPANHA DA FRATERNIDADE: uma política da
Igreja Católica para o Brasil**

Adailton Antônio Galiza Nunes

COMISSÃO JULGADORA:

Agueda Bernardete Bittencourt

Luiz Roberto Benedetti

Maria do Carmo Martins

Paula Leonardi

Vinicius Parolin Wohnrath

A Ata da Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

2021

DEDICATÓRIA

A meus tios Afonso Augusto Galiza e Joventina Ramos Sousa, a meus amigos Aloisio Baldini, Geraldo Lopes Feitosa, João Marião, Júlio César Rodrigues, Mario Lucio da Silva, Eunília Rocha da Cruz Leite e a meu professor Weliton Rodrigues de Souza que, infelizmente, partiram durante esse tempo sombrio de pandemia. Eu lhes agradeço pela luz que vocês deixaram em minha vida, pela amizade, pelas ajudas, pelo carinho e pela torcida. Vocês foram um presente de Deus em minha vida!

A todos que faleceram na luta contra a covid-19.

Aos corajosos profissionais de saúde do SUS que atuam na linha de frente do combate à pandemia.

À minha mãe Ana Maria, a meu pai Adalberto e às minhas irmãs Angelina e Ana Angélica.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, Processo Número 141624/2017-5.

Extrema gratidão à minha orientadora Agueda Bernardete Bittencourt, por ter me aceitado como orientando e ter tido a paciência de estar comigo até o fim. Essa oportunidade mudou minha vida. Ao meu coorientador Rodrigo Ferreira Toniol, por ter me acolhido em um momento no qual eu precisava de apoio. Aos professores André Luiz Correia Gonçalves de Oliveira, Antonio Miguel, Arnaldo Pinto Junior, Carlos Eduardo Albuquerque Miranda, Denise Dupas, Leandro Karnal, Maria do Carmo Martins e Wenceslao Machado de Oliveira Junior, guardo com admiração seus ensinamentos durante esses quatro anos. A José Cândido Silveira Santos Filho e Sergio Ferreira do Amaral pela paciência e por me ouvirem em alguns momentos difíceis. Aos funcionários da UNICAMP pela atenção e serviço prestado.

Aos integrantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de seu Centro de Documentação e Informação (CDI) em Brasília, aos membros da Biblioteca Unisal Pio XI e do Arquivo Metropolitano, ambos em São Paulo. À toda equipe destas organizações, em especial a Antônio Ramos do Padro, Caroline Lustosa, Jair Mongelli Junior, Maria Sônia Milhomem Carvalhedo, Luís Fernando da Silva, Luiz Carlos Lima da Silva que cederam documentos e informações valiosas para minha pesquisa.

Às novas amizades que conquistei em Campinas, muito obrigado! Vocês caminharam ao meu lado nesta árdua jornada. Aos amigos e colegas da Paróquia de São Benedito, muito obrigado pela acolhida; pelas doações de alimentos, roupas e móveis; pelo cuidado e orações por minha saúde durante uma apendicite. Aos amigos da cidade de Pirapora e Paracatu, eu repito, como é bom saber que posso contar com vocês a qualquer momento!

À Maria de Fátima Vieira, Fatiminha, e a Edemilson Euclides Lovatto. Vocês doaram um pouco de sua luz no momento mais sombrio de minha vida. Aos padres Caio Augusto de Andrade, João Batista Cesário, José Eduardo Meschiatti, Matheus da Silva Bernardes, Victor da Silva Almeida Filho que me acolheram, por um breve tempo, no Seminário Arquidiocesano de Campinas; foi um período muito importante para minha experiência vocacional. A Marcelo Mayer, uma frase que você me disse me conduziu a conquistar esse grau acadêmico. A José Antônio Oliveira e a Nivaldo Benedito Martins, dois amigos generosos. Vocês são uma grande inspiração.

Aos amigos que dividiram alegrias, tristezas e também tiveram paciência para me ouvir durante esses quatro anos, além de serem um apoio em um tempo tão angustiante quanto o de pandemia que ainda vivemos. Muito obrigado Alef Miguel Ramos dos Santos, Almir Roberto Borges, Andrew McLuhan, Caroline Peres, Denizar Amorin, Erick Mascagni Ferdinando, Gisele Ferreira Buscaratto Quevedo, Gustavo Ramos de Oliveira, Heber Santos Ribeiro, Inácio Maria Dal Fabbro, Ismair Barbosa, Kjell van Ginkel Siqueira, Lídice Martins, Marcos Henrique Almeida dos Santos, Marcos Tadeu Galelli, Robson Leandro Carvalho Canato, Thaís Emanuele Botelho Rocha, Thiago Pereira Carvalho, Vinícius Felipe dos Santos e Vitor Barbosa Ramos.

Aos padres e religiosos Benedito Ferraro, Betto, José Arlindo de Nadai, José Weber, Luiz Carlos Susin, Luiz Roberto Benedetti, Manoel Godoy, Paulo Crozera, Xavier Jean Marie Plassat. Obrigado pelos *insights* para esta pesquisa. Para mim, vocês são sinais autênticos do que é ser Igreja Católica.

À Conceição Aparecida Idelfonso Souza, a Clóvis de Souza e a seus filhos; meus vizinhos que me acolheram com muito carinho e consideração neste período de intensa pesquisa.

À minha família Galiza/Galisa e Nunes. Pelo carinho, simplicidade e alegria que emanam de vocês. Estas virtudes me impulsionam a ir mais além.

Às memórias de meus avós Sebastiana, Petronilho, Belanízia e Antônio, meus tios Marcos Antônio dos Santos e Pedro Luiz dos Santos Filho e meu primo Manoel Francisco Galisa de Carvalho. Gostaria que vocês estivessem aqui para prestigiar essa nossa vitória.

À minha mãe, Ana Maria, por seu exemplo de esperança e fé; a meu pai, Adalberto, por sua generosidade e humildade; às minhas irmãs Angelina e Ana Angélica, por serem pacientes e compreensivas comigo; a José Mario, por ser meu fiel amigo. Todos vocês, juntos, concretizam a presença de Deus a meu lado. Inefáveis agradecimentos.

Não há mal que sempre dure e nem bem que nunca se acabe.

(Provérbio popular)

RESUMO

O propósito desta tese é entender a Campanha da Fraternidade como sendo uma campanha católica de cunho político e pedagógico que acontece, especialmente, durante o tempo quaresmal. Tomamos como objeto de pesquisa a Arquidiocese de São Paulo e a maneira como dois de seus arcebispos, os Cardeais Agnelo Rossi e Paulo Evaristo Arns, aplicaram suas pedagogias episcopais naquele território. Com tal proposta, pesquisamos os textos-base, temas, lemas e cartazes de orientação das Campanhas (1964/1985) e que configuram o principal material distribuído ao clero para uso nas paróquias. Atas de reuniões, declarações, artigos publicados na grande imprensa e no jornal arquidiocesano *O São Paulo* também constituem o corpo documental da tese. Examinamos especialmente as *Mensagens aos fiéis*, as *Palavras do Arcebispo*, as *Alocuções do Arcebispo*, os *Comentários sobre os acontecimentos nacionais*, os *Documentos* escritos pelos bispos durante seus respectivos governos episcopais, os *Pronunciamentos* e as *Exortações aos fiéis* a respeito das Campanhas e as *Homilias* durante a Quaresma e na Páscoa. Como resultados, encontramos uma pedagogia que oscila, tal como pêndulo, entre polos mais progressistas e mais conservadores. Este pêndulo está fixado em um *eixo pedagógico*, formado por três campos: a *Tradição Apostólica*, a *Sagrada Escritura* e o *Magistério*. Esta investigação levou-nos a concluir que a Instituição Católica é um espaço de disputas de narrativas, de poder, de verdades e seus agentes estão constantemente em uma busca da legitimidade de seus discursos.

Palavras-chave: Campanha da Fraternidade; Igreja Católica; Aspectos políticos; Pedagogia; Ditadura.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to understand the Fraternity Campaign as a Catholic campaign of a political and pedagogical nature that takes place particularly during Lent. The site of our research was the Archdiocese of São Paulo and the way in which two of its archbishops, Cardinals Agnelo Rossi and Paulo Evaristo Arns, applied their episcopal pedagogies in that territory. We examined the base-texts, themes, mottos and posters of the Campaigns (1964/1985) that configure the main material distributed to the clergy for use in parishes. Minutes of meetings, statements, articles published in the mainstream press, and in the archdiocesan newspaper *O São Paulo* add to the documentary body of the thesis. We paid particular attention to the *Messages to the faithful*, the *Words of the Archbishop*, the *Addresses of the Archbishop*, *Comments on national events*, *Documents* written by the Archbishops during their respective episcopal governments, and the *Pronouncements* and *Exhortations to the faithful* regarding the Campaigns and the *Homilies* during Lent and at Easter. As a result of these investigations, we find a pedagogy that oscillates like a pendulum between more progressive and more conservative poles. This pendulum is fixed to a *pedagogical axis* formed by three fields: *Apostolic Tradition*, *Sacred Scripture* and *Magisterium*. The conclusions revealed a Catholic Institution, politically, as a space of constant struggle between its agents for control of narratives, legitimacy, and power.

Keywords: Fraternity Campaign; Catholic Church; Political aspects; Pedagogy; Dictatorship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Páginas dos livrinhos para a catequese infantil	21
Quadro 2 - Rascunhos antigos e ilustrações atuais do canal WebCatequese	22
Quadro 3 - Primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase conservadora.....	61
Quadro 4 - Segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase de passagem.....	65
Quadro 5 - Terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase direcionada ao progressismo	67
Quadro 6 - Cartazes do primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase conservadora	72
Quadro 7 - Cartazes do segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase de passagem	74
Quadro 8 - Cartazes do terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase direcionada ao progressismo.....	78
Quadro 9 – Presidências do primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade	83
Quadro 10 – Presidências do segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade	90
Quadro 11 – Presidência do terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade	90
Quadro 12 - Comparação entre a educação visual da memória no período dos Cardeais Arns e Rossi.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB: Ação Católica Brasileira

AIB: Ação Integralista Brasileira

BPE: Batalhão de Polícia do Exército

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

CDI: Centro de Documentação e Informação

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CELAM: Conselho Episcopal Latino-Americano

CMI: Conselho Mundial de Igrejas

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODI: Centro de Operações de Defesa Interna

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

D.: Dom

DHNET: Direitos Humanos na Internet

DOI: Destacamentos de Operação Interna

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social

GTDN: Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Econômico para o Nordeste

JAC: Juventude Universitária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JIC: Juventude Independente Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

LEC: Liga Eleitoral Católica

MEB: Movimento de Educação de Base

OBAN: Operação Bandeirante

ONU: Organização das Nações Unidas

PUC: Pontifícia Universidade Católica

RCC: Renovação Carismática Católica

TFP: Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo I - Pedagogias católicas e a Campanha da Fraternidade	33
1. <i>Pedagogias católicas</i>	33
2. <i>Eixo pedagógico</i>	35
3. <i>Pedagogia episcopal.....</i>	38
4. <i>Pedagogia quaresmal</i>	46
5. <i>Campanha da Fraternidade.....</i>	54
 Capítulo II: Um jogo político: a pedagogia dos temas, lemas e cartazes em três momentos da Campanha da Fraternidade.....	58
1. <i>Temas e lemas</i>	58
<i>Primeiro momento político-pedagógico dos temas e lemas (1964 - 1972)</i>	59
<i>Segundo momento político-pedagógico dos temas e lemas (1973 - 1984).....</i>	64
<i>Terceiro momento político-pedagógico dos temas e lemas (1985 em diante).....</i>	66
2. <i>Cartazes e a educação da memória</i>	71
<i>Primeiro momento político-pedagógico dos cartazes (1964 - 1972)</i>	72
<i>Segundo momento político-pedagógico dos cartazes (1973-1984).....</i>	73
<i>Terceiro momento político-pedagógico dos cartazes (1985 em diante).....</i>	77
3. <i>Significação política da Campanha da Fraternidade e sua aparente dessintonia social: três hipóteses.....</i>	79
<i>Hipótese 1: o termo "Campanha"</i>	79
<i>Hipótese 2: conflitos internos à Instituição</i>	82
<i>Hipótese 3: ilhas pedagógicas.....</i>	91
 Capítulo III: Aliança com o Estado pelo fortalecimento da Igreja – 1964 a 1970..	96
1. <i>Dom Agnelo Rossi, por amor à Pátria e à Igreja</i>	96
<i>O São Paulo: jornalismo às avessas</i>	99
2. <i>Governo episcopal, espaço de disputa</i>	108
 Capítulo IV: Crise social e política: militância na Igreja Católica de São Paulo – 1970 a 1985	117
1. <i>O peso da doutrina política do Papa Paulo VI</i>	117
2. <i>Palácio tombado, catedral em pé: a Operação Periferia</i>	123

<i>Uma mulher católica alça os Direitos Humanos ao centro do debate no jornal O São Paulo</i>	133
Conclusão	145
<i>Temas para pesquisas futuras.....</i>	149
Referências bibliográficas.....	151
1. Fontes.....	151
<i>CNBB: atas, comunicados, documentos e declarações</i>	151
<i>CNBB: textos-base das Campanhas da Fraternidade.....</i>	151
<i>Bispos: Homilias, documentos</i>	152
<i>Jornais diversos.....</i>	153
<i>Jornal o São Paulo.....</i>	154
<i>Papas: audiências, encíclicas, mensagens</i>	155
<i>Telegramas, mensagens, cartas.....</i>	156
<i>Vaticano: Instruções e documentos</i>	156
<i>Biografias</i>	157
2. Bibliografia.....	159
Anexo: Temas, lemas e cartazes da Campanha da Fraternidade entre 1964 e 2021.....	171
<i>Primeiro momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1964 a 1972)..</i>	171
<i>Segundo momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1973 a 1984) ..</i>	173
<i>Terceiro momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1985 em diante)</i>	176

Introdução

Minha trajetória começa em Pirapora, Minas Gerais, cidade onde nasci, no ano de 1988. Entre os anos de 1995 e 2005, cursei o ensino fundamental e médio em escolas públicas estaduais e fui ativo nas atividades colegiais como apresentações de trabalhos, teatros e músicas. Eu gostava de fazer cartazes, desenhos para os eventos da escola e de participar das gincanas. Mas as primeiras professoras de infância foram minhas duas irmãs mais velhas, Ana Angélica e Angelina. Brincávamos de escolinha e eu, por ser o mais novo dos três irmãos, sempre era o aluno delas.

Minha mãe, Ana Maria, nasceu em Januária, Minas Gerais, no ano de 1957. Naquela cidade, ela morou até seus 13 anos e participou de movimentos religiosos católicos como a Cruzada das Crianças. Após este período, e devido a transferência de trabalho do meu avô materno para Pirapora, minha mãe passou a morar e estudar nesta cidade. Durante um ano, ela trabalhou em serviços de limpeza de um colégio religioso particular do município, em troca de uma bolsa de estudos. Exerceu atividades de diarista doméstica, fabricação de sorvetes e de roupas íntimas. Realizou um curso de Atendente de Enfermagem para estudantes de nível fundamental e trabalhou durante 34 anos nesta profissão como funcionária pública federal da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), a qual foi criada em 1942. Durante este período, ela voltou a estudar, cursando o ensino médio depois de 20 anos. Após concluir estes estudos, ela realizou o curso Técnico em Enfermagem e iniciou a faculdade de Serviço Social. Essa sua atitude foi uma grande inspiração para mim. Quando adulta, na Igreja Católica, ela participou do grupo católico Vicentinos, Pastoral da Saúde, grupos de oração, Apostolado da Oração e cartilhas. Atualmente é Ministra da Eucaristia.

Minha avó materna, chamada Sebastiana, nasceu no ano de 1922, na cidade de Januária, Minas Gerais. Ela era dona de casa, lavava roupa no rio para a família e para outras pessoas. Tanto em sua cidade natal, quanto em Pirapora, ela foi atuante nas paróquias e liderou movimentos religiosos católicos como Legião de Maria, Vicentinos, Círculos Bíblicos, Apostolado da Oração, Filhas de Maria. Como alguns de seus filhos me relataram, talvez ela não tenha nem completado o ensino fundamental, mas dizem que arriscava algumas palavras em latim, provavelmente devido à constante participação na Igreja Católica. Grande parte do modo de ver e agir no mundo, em uma ótica religiosa e tradicional, eu herdei de minha avó. Meu avô materno, Petronilho, também nasceu em Januária, no ano de 1929. Suas atividades preferidas eram caçar e pescar. Por seis meses realizou o curso Tiro de Guerra, voltado para jovens do interior do País. Em geral, estes jovens não têm como seguir carreira militar e, ao final do curso, formam a reserva para o

Exército. Como profissão, meu avô foi carpinteiro e trabalhou como servidor público federal na Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), a qual foi criada em 1967. Posteriormente, esta empresa foi substituída, em 1974, pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Na SUVALE, sua função era realizar construções e reparos em telhados e pontes, além de serviços de vigia nas instalações. Durante sua vida, ele utilizou as habilidades de carpintaria para fabricar, gratuitamente, caixões e cruzeiros para os falecidos de famílias carentes.

Meu pai, Adalberto, é piraporense e nasceu em 1962. Em sua infância, alternou seu tempo entre a escola e o trabalho em uma olaria. Nas horas vagas, ele era capoeirista. Na adolescência trabalhou em oficinas de bicicleta e mecânica de carros e no reflorestamento de gramas na beira de estradas. Ele foi coroinha na comunidade Nossa Senhora Aparecida de sua cidade natal, cuja devoção mariana mantém ainda hoje. Coursou somente até o quarto ano fundamental e foi funcionário público federal na profissão de soldador naval e marinheiro de convés de embarcações da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), a qual foi fundada em 1963. Inicialmente, esta empresa possuía sede em Pirapora e um escritório em Juazeiro, na Bahia. Com o passar dos anos, a sede passou a ser em Juazeiro e, por fim, em 2007, teve sua liquidação decretada. Meu pai esteve nesta empresa de economia mista, por 27 anos, até se aposentar. Ele possui uma cultura barranqueira marcada. Certamente, isso se deve à proximidade de nossa casa e do trabalho dele ao rio São Francisco. Ele herdou também muitos costumes de seus pais.

Meu avô paterno, Antônio Zeferino, nasceu em 1926, na cidade de Cabrobó, Pernambuco. Sua alfabetização foi das mais simples da época, aprendendo somente as letras do alfabeto e seu nome. Durante sua juventude, em Juazeiro, Bahia, ele foi jogador amador do Olaria Esporte Clube. Nesta cidade, ele trabalhou como foguista de embarcações a vapor para a FRANAVE, casou-se com minha avó paterna e tiveram um filho chamado Marcos, meu tio já falecido. Após algum tempo, através da mesma Companhia de Navegação, meu avô foi transferido para Pirapora e, neste município, tiveram outras cinco crianças. Minha avó paterna, chamava-se Belanízia. Ela nasceu em Juazeiro, na Bahia, no ano de 1932. Sua educação formal foi semelhante à do meu avô, com a diferença que ela aprendeu a ler e escrever por meio das antigas cartilhas. Ainda em sua cidade natal, ela trabalhou colhendo e vendendo algodão. Mais tarde, tornou-se do lar e fazia bordados *Richelieu*. O casal chegou a trabalhar entregando lata d'água para algumas freguesias próximas à casa deles. Ambos avós eram católicos, praticavam pouco,

mas vez ou outra, mencionavam ter participado de festas religiosas como as de Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, Lamentação das Almas¹ e Dança de São Gonçalo². Sobre esta última prática, ela é realizada na frente da casa de quem alcançou uma graça pela intercessão do santo, com a participação de violeiros e casais de dançarinos. Estes realizam uma coreografia em roda, batendo forte com os pés no chão. A duração de toda a Dança é dividida por voltas, alternando-se entre movimentos e paradas para comer as iguarias. Na infância, eu ficava um pouco impaciente e ansioso para que chegassem logo as pausas da Dança e, finalmente, a degustação. Meus avós paternos pautavam-se por superstição que me encantava e me instigava. Quando criança, eles me contavam muitos causos e lendas ribeirinhas populares.

Minha mãe, minhas irmãs e eu éramos mais frequentes nas atividades paroquiais católicas e meu interesse em estudar as Campanhas da Fraternidade e a relação da Igreja Católica com o regime militar começou antes de ser aceito no doutorado. Todo ano em minha paróquia de origem, Nossa Senhora de Fátima, localizada na mesma cidade em que nasci, realiza-se a Campanha durante a Quaresma. Este é o período de quarenta dias quando os católicos se preparam com práticas espirituais como o jejum, a esmola e a oração. O ápice do tempo quaresmal é o dia da ressurreição de Jesus, comemorada no Domingo de Páscoa. Por algum tempo, eu me questionava: como a Igreja poderia realizar uma Campanha e discutir sobre problemas relacionados com os indígenas, a violência, o idoso durante as missas? Até mesmo em família, discutíamos a respeito das Campanhas da Fraternidade e ficávamos curiosos para saber o tema do próximo ano. Confesso que eu era fascinado com aquelas novidades.

¹ A *Lamentação das Almas* ou *Alimentação das Almas* é uma prática religiosa de penitência quaresmal. À noite, em procissão, um grupo de pessoas sai das igrejas em direção aos cemitérios. O trajeto é composto de sete estações. O grupo usa matracas, canta os “benditos” e proclama orações de lamentação. O objetivo dos cânticos e orações é guiar as almas a fim de não se perderem pelo mundo. Aqueles que receberam uma graça ou estão ali pelo livramento de algum falecido do purgatório, realizam a procissão de *Lamentação* para “alimentar”, com orações, as almas dos que se foram para que, enfim, descansem no Paraíso. Alguns fiéis acreditam que este rito de redenção faz com que as almas sejam guiadas para locais santos, tais como a Igreja ou o cemitério, e não fiquem vagando. Quem pratica esta devoção como integrante da procissão, deve realizá-la por sete anos seguidos. Os integrantes são chamados de *penitentes* ou *disciplinadores* e também de *alimentadeiras de almas*. Os *disciplinadores*, apenas os homens, percorrem as estações praticando autoflagelo com estiletes presos em cordões. Estas sevícias são inspiradas nos sofrimentos de Jesus. As *alimentadeiras* são as mulheres que cantam, rezam, se vestem com lençóis brancos e apenas uma parte do rosto fica à mostra. Os nomes e os modos como essa penitência quaresmal é praticada mudam conforme a região do País (LAURA, 2008; PEDREIRA, 2010; JUNIOR, 2017).

² A *Dança de São Gonçalo* tem origem religiosa de aculturação portuguesa. Era realizada nos templos católicos com o objetivo de catequizar os pescadores. Por vezes, foi considerada de caráter mundando e proibida por autoridades religiosas e políticas, sendo então praticada mais comumente nas zonas rurais (ESTADO DE ALAGOAS, 2021).

As mulheres em minha família foram as primeiras a realizar um curso superior. Seleccionadas no Programa Universidade para Todos (PROUNI), minha irmã Ana Angélica cursou Engenharia de Telecomunicações e minha irmã Angelina, Enfermagem, ambas na cidade de Paracatu, na região noroeste de Minas.

Em minha infância, eu presenciei a dedicação de minha mãe na área da saúde, tanto no trabalho formal quanto para a comunidade e vizinhos. A partir disso, eu decidi tentar o vestibular para Medicina ou Enfermagem na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Após a conclusão do ensino médio, a fim de que eu pudesse me preparar para as provas, durante seis meses, eu estudava sozinho e frequentava alguns cursinhos populares. Todavia, na primeira tentativa não consegui ser aprovado nestes cursos da área da Saúde. O ano era 2006 e, na mesma época, ganhei uma bolsa integral do PROUNI para o curso de Engenharia de Telecomunicações, em Paracatu, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nisto, meu dilema foi: insistir em fazer o que eu gostaria, sem meus pais terem condições financeiras de me ajudar; ou aceitar uma nova experiência nas Ciências Exatas, com bolsa integral. Decidi pela segunda opção.

Neste caminho, apesar das dificuldades financeiras que os estudantes de outras cidades encontram, minha maior conquista foi as novas amizades. Quantas foram as doações que minhas irmãs e eu recebemos de alguns amigos de Paracatu. Roberto Alves Ribeiro e Maria Aparecida Santos Ribeiro cuidaram das minhas irmãs e de mim, tal como seus próprios filhos. Eram coisas simples como leite, ovos, frutas e pães que eles deixavam em nossa casa toda a semana. Também há outras pessoas, muitos amigos de Igreja, que eram nossas novas famílias adotivas e que nos alegravam a cada dia, dando-nos esperança.

Finalizando o curso de engenharia em 2010, quis aprofundar minha área de estudos. Minha irmã mais velha, Ana Angélica, estava em Campinas e procurei nesta cidade outras oportunidades. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tornou-se minha meta. Inscrevi-me e fui aceito no mestrado em Engenharia Elétrica na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC). Morei no distrito de Barão Geraldo até concluir esta pós-graduação. Fui orientado pelo professor José Cândido Silveira Santos Filho e pesquisamos simuladores para canais de desvanecimento. Até então, eu nunca havia entrado em contato com disciplinas tão complexas e difíceis. Aquele foi um período de profunda transformação acadêmica e de exercitar a confiança em meu orientador.

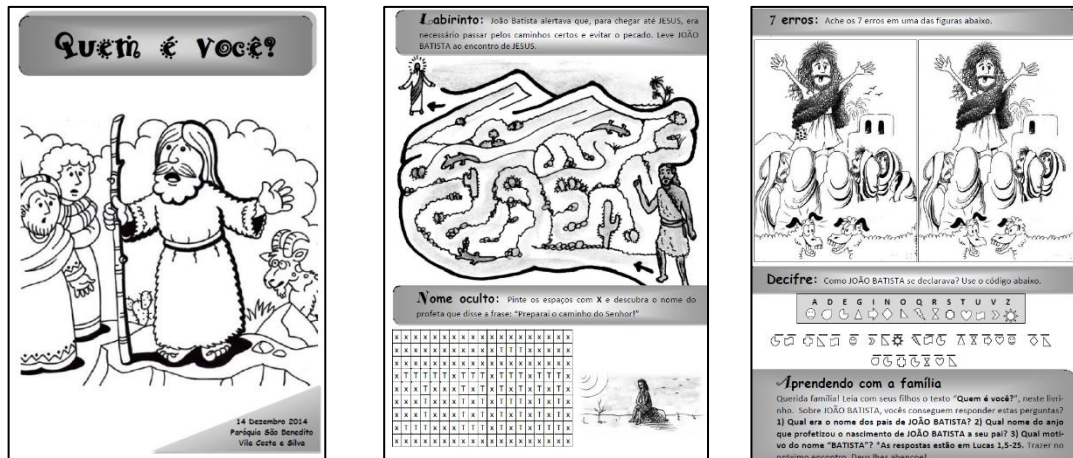
Apresentei minha dissertação de mestrado em 2013. Em busca de emprego, tive conhecimento de uma vaga para pesquisador e projetista de antenas de

telecomunicações no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD - Campinas). Fui escolhido dentre alguns candidatos, mudei para o bairro Vila Costa e Silva. Lá, eu conheci, frequentei e morei próximo da Paróquia de São Benedito. Nesta comunidade católica, ministrei minicursos de catequese, aulas de formação religiosa para jovens e adultos e também para coroinhas. Naquela época, fui convidado pelo então pároco, Edemilson Euclides Lovatto, a visitar a catequese infantil da comunidade, durante as missas dominicais. No primeiro dia em que participei desse grupo, enquanto o catequista responsável explicava o Evangelho para crianças de três a sete anos, ouvi dele a seguinte frase: “Não devemos fazer *acepção* de pessoas”. A palavra *acepção* me intrigou. Não compreendi a razão de tal termo ser usado em uma catequese para meninos e meninas daquela idade, que gostavam de brincar e de ouvir histórias. Este foi um dos episódios que, mais tarde, me atraiu para a Educação.

Após aquele encontro de catequese, propus ao pároco que eu fizesse um livrinho com os evangelhos dominicais adaptado às crianças. Neste material (*Quadro 1*, pág. 21) havia caça-palavras, jogos dos sete erros, atividades para completar frases, desenhos para colorir, figurinhas adesivas. Eu não tinha nenhuma experiência acadêmica como pedagogo, mas pensava que seria uma boa alternativa, se comparada às práticas que estavam em curso na Paróquia. No início, eu utilizava dinheiro do meu salário do CPqD para financiar aqueles materiais. O número de crianças na catequese aumentou e a própria Paróquia incentivou as novas práticas pedagógicas, arcando com os custos da produção de materiais. Desde então, instrumentos semelhantes têm sido produzidos e usados na catequese infantil. Uma outra paróquia de Campinas, Imaculado Coração de Maria, quis usar o material do curso de coroinhas que eu havia produzido.

Durante o ano de 2014 ajudei o Monsenhor José Eduardo Meschiatti na Pastoral Vocacional de Campinas, preparando eventos, palestras e materiais que foram distribuídos na Arquidiocese. Somente alguns anos depois, eu descobri que o Monsenhor foi orientado por minha orientadora de doutorado, Agueda Bittencourt. Naquele ano, também participei de encontros preparatórios para entrar no seminário campineiro. Fui aceito e comecei em janeiro de 2015 e, na Instituição Católica, aprendi alguns conteúdos essenciais que apliquei nesta tese, tal como a ideia do *eixo pedagógico* (*Capítulo I*). Porém, minha passagem pelo seminário foi rápida e, cerca de seis meses depois, saí. Não me senti realizado.

Quadro 1 - Páginas dos livrinhos para a catequese infantil



Em junho de 2015, minha vida recomeçaria, dado que eu estava desempregado e com poucas expectativas. Foi um processo muito doloroso e de amadurecimento. Adentrei em uma nova fase de conhecimento pessoal. A solução para encher-me de vida e de alegria novamente foi buscada por vias criativas. Apliquei meus conhecimentos sobre as práticas religiosas e o uso das tecnologias para criar um canal de catequese católica no Youtube chamado *WebCatequese*. Fiz seu lançamento, simbolicamente, no dia do meu aniversário, 13 de junho, no ano de 2016.

Para chegar até o *status* atual de meu canal, criei uma marca, personagens (*Quadro 2*, pág. 22) e roteiro dos vídeos. A Internet me permitiu aquilo que até então não havia experimentado: desenvolver uma metodologia própria sem estar vinculado a paróquias e conhecer as dificuldades pelas quais outros catequistas passavam. A fim de escrever esta introdução, verificando meu canal, lá estava um pequeno texto descritivo de 2016: “canal de catequese simples, acessível, objetivo e divertido. Formação e informações sobre religião”.

Com o canal, minha intenção era ajudar os catequistas na compreensão das escrituras bíblicas e das práticas católicas. Mas teria que ser de maneira mais clara e com mais acolhida do que os atuais modos de ensinar da Igreja. Para gravar os vídeos, eu fiz um estudo sobre esta pedagogia e seus métodos; percebi que compartilhá-la com clareza, não seria uma tarefa fácil. Fazê-la inteligível e acessível para os leigos católicos – pessoas de fora da hierarquia ordenada – pareceu-me desafiador. Talvez, eu estivesse fixo à ideia de que, na Igreja, somente o bispo ou o papa é que podem interpretar oficialmente a Palavra de Deus. Então, foi preciso dar um passo além.

O processo de desenvolvimento de uma metodologia possível de ser aplicada e compartilhada pela Internet, me aproximava novamente da área acadêmica. Os questionamentos aumentaram. Comecei a pensar: “quem serão meus superiores na hierarquia católica, dado que eu não estou vinculado a alguma paróquia?”, “Por que aqueles que assistem meu canal confiam no meu discurso como sendo uma mensagem da tradição católica?”, “Quais são as transformações na maneira de viver a fé que são percebidas quando transitamos entre os mundos *on-line* e *off-line*? Partilhando estas questões em conversas com um amigo, ele sugeriu-me fazer um doutorado.

Dessa vez, busquei por grupos de pesquisa que tratassem acerca da religião católica na UNICAMP. O amparo veio do Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade (FOCUS). Chamou-me a atenção os trabalhos da professora Agueda Bittencourt a respeito de editoras católicas, congregações religiosas e estratégias educativas. Decidi ir nesta direção.

Quadro 2 - Rascunhos antigos e ilustrações atuais do canal WebCatequese



Primeiros rabiscos para a criação da logomarca



Logomarca atual



Primeiros rabiscos de um personagem



Personagem utilizado nas vinhetas

Começaria então uma árdua transição de áreas da ciência, das Exatas para as Humanas. Para mim, foi uma etapa muito difícil, principalmente passar no processo seletivo de doutorado da Faculdade de Educação. Minha linha de pesquisa, Educação e

História Cultural, exigia o conhecimento de importantes autores como Max Weber e seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2013), Marc Bloch e a *Apologia da História ou o ofício do historiador* (2002), Peter Burke e a *Testemunha ocular: O uso de imagens como evidência histórica* (2017), Antonio Candido e a *Literatura e Sociedade* (2014), José Murilo de Carvalho e *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (2017), Roger Chartier e *O mundo como representação* (1991), Michel de Certeau e *A operação historiográfica* (2017), Norbert Elias e *O processo civilizador* (1990), Raymond Williams e *Cultura e sociedade* (2011). Eu não conhecia nenhum deles. Estudei de oito a doze horas por dia, durante seis meses seguidos.

Para inscrever-me no processo seletivo de doutorado, preparei um projeto com o título *Aspectos da pedagogia religiosa no ciberespaço*. Baseei-me na transformação das quatro categorias fundamentais do catolicismo: *tempo, espaço, memória e palavra*. Passei por cada uma das etapas de seleção. A última foi uma entrevista com três professores do Programa de Pós-graduação. Uma delas viria a ser minha futura orientadora, Agueda Bittencourt. Aquela foi a primeira vez que a vi. Lembro-me de ela me alertar, caso eu fosse aprovado, sobre possíveis alterações no meu projeto, a fim de dialogar com a bibliografia comum do grupo de pesquisa e conhecer outros autores das Ciências Humanas. Eu estava disposto a essa adaptação, mas não sabia o quanto seria exigido de mim.

Em 2017, já aprovado no processo seletivo, iniciei o doutorado. Nos meses iniciais, percebendo minha defasagem nas Humanidades, minha orientadora sugeriu-me alguns livros de Max Weber e de outros autores, estudiosos deste intelectual alemão. Iniciei com o livro *Sociologia de Max Weber*, escrito por Julien Freund (1966). Foi o meu primeiro contato com termos sociológicos como *visão de mundo, racionalização e desencantamento*. Naquele momento, eu começava a compreender que cada crença religiosa tinha seu respectivo modo de ver o mundo. Também pratiquei o uso dos termos *racionalização e desencantamento*, os quais eu utilizei por um bom tempo em meus textos. Estes primeiros passos foram uma maneira de entender as Campanhas da Fraternidade e como foram estabelecidos métodos racionais de “se fazer” fraternidade entre os fiéis.

Nesse meio tempo, eu continuava a produzir os vídeos em meu canal. A primeira vez que postei um vídeo com o assunto *Campanha da Fraternidade* foi no ano de 2017. O tema da Campanha daquele ano foi *Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida* e o lema *Cultivar e guardar a Criação*. Gravei dois episódios e eles atingiram

um número de 34 mil e 10 mil visualizações cada. Para meu canal, aquele foi um número recorde. Percebi que muitas pessoas gostaram da minha metodologia e da maneira como eu apresentava ideias complexas em vídeos simples. Fui convidado a fazer palestras sobre a Campanha da Fraternidade em algumas paróquias de Campinas. Entre o final de 2016 e início de 2017, ao me preparar para produzir estes vídeos e palestras, eu também estudava os materiais da Campanha produzidos e distribuídos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No texto principal, denominado texto-base, havia um trecho sobre a “Natureza e histórico” da Campanha, mencionado que ela ocorreu, pela primeira vez, em 1964.

Na minha superficialidade de fiel católico, entre minha infância e juventude, eu pensava: “já que a ditadura foi algo ruim, em 1964, a Igreja lançou algo muito bom para contrabalancear”. Contudo, a partir dos estudos que realizei por mim mesmo, em 2016, eu começava a entender que não era bem assim. Eu não engolia mais essa história. No texto não estava explicado o porquê de a Campanha ter iniciado durante o período ditatorial brasileiro e quais foram os desdobramentos. Aquilo realmente me incomodava. Não poderia ser coincidência. Insistentemente, até perguntei a alguns padres, mas eles não me deram razões fundamentadas. No meu canal, nas Campanhas de 2018 e 2019, os vídeos que produzi tiveram 54 mil e 50 mil visualizações, respectivamente. Junto ao crescimento das visualizações, constatei também comentários de ataques ao canal, xingamentos, acusações à CNBB, ao Papa Francisco e a mim.

Uma vez que estava fixo na primeira ideia do projeto de doutorado, acerca da transformação de categorias do catolicismo na Internet, continuei a expandir minhas redes de relações acadêmicas. Como forma de fundamentar a tese, propus à professora Agueda que eu escrevesse um artigo a respeito de cada uma das quatro categorias – *tempo, espaço, memória, palavra* – com quatro outros professores. Por um tempo, dediquei-me a leituras de autores variados como Eviatar Zerubavel (1989), Milton José de Almeida (2009), Raymond Aron (2016), Paulo Freire (2014a), Pierre Bourdieu (1997). Cursei uma disciplina no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, sobre Michel de Certeau. Também propus à minha orientadora uma cotutela no exterior, com professores da *Texas A&M University* e da *University of California – Irvine*, nos Estados Unidos; da *The University of Manchester*, no Reino Unido; da *Università degli Studi di Padova* e *Pontificia Università Gregoriana*, ambas na Itália. Conforme a professora Agueda me aconselhou, principalmente esta última universidade, teria uma vertente muita católica para meus estudos.

Neste período de buscas, nacional e internacional, eu expandi o campo de minha pesquisa, porém utilizei um tempo considerável do doutorado, para realizar a formação que eu não tinha. A categoria que mais me aprofundei e que gerou dois artigos foi *memória*, com o trabalho *Construção de concepções e suas intencionalidades: reflexões a partir do documentário “Marias: a fé no feminino”* (GALIZA, 2019), apresentado no IX Seminário Nacional do Centro de Memória-UNICAMP. O outro artigo foi *Memórias, práticas culturais e concepções marianas: uma análise do documentário Marias: a fé no feminino* (PINTO JUNIOR e GALIZA, 2020), publicado na revista argentina *AURA – Revista de Historia y Teoría del Arte*. Este último artigo foi escrito em parceria com o professor Arnaldo Pinto Junior, do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação (MEMÓRIA). O livro de José Murilo de Carvalho, que eu havia lido para o processo seletivo de entrada no doutorado, foi uma referência fundamental para escrever estes dois artigos sobre Maria.

Ao apresentar as parciais das pesquisas que eu realizava à minha orientadora, percebemos que faltava um longo caminho até a concretização de uma tese. Além do mais, eu pensava conhecer bem a Igreja Católica e como se davam suas relações na sociedade. Isso não era verdade, havia muito a ser aprendido. Faltavam discussões precedentes para se iniciar a análise acerca das transformações das novas tecnologias nas práticas religiosas. Estávamos em 2018 e, naquele ano, me aproximei da Antropologia da Religião e do professor Rodrigo Toniol que se tornou meu coorientador. Tive contato com outros pesquisadores do IFCH da UNICAMP. A partir de então, comecei a compreender assuntos a respeito da *materialidade* e como mediadores materializam o religioso em práticas corporais e em objetos. Tive *insights* sobre os modos possíveis de se fazer pedagogia por meio de conteúdos não identificados como pedagógicos: músicas, imagens e os próprios textos-base das Campanhas da Fraternidade. O livro de Birgit Meyer, *Como as coisas importam: uma abordagem material da religião* (2019), proporcionou-me isso. Estar com outros grupos como o Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) permitiu-me arejar as ideias, compartilhar minhas angústias e ser acolhido por pesquisar o assunto das religiosidades.

Posto que continuava distante do resultado final em formato de tese, minha orientadora recomendou-me definir mais precisamente qual seria minha pesquisa, meu objeto e o período de análise; para um engenheiro, esse exercício acadêmico não era tão simples e foi um momento crucial para a tese. Era o início de 2019 e fiz diferentes propostas à professora Agueda. Dentre elas, pesquisar meu canal do Youtube e o porquê

alguns grupos comentavam, em meus vídeos sobre as Campanhas, utilizando termos como “Papa comunista”, “Fora CNBB”, “Queremos nossa Quaresma de volta”. Eu pensava que, para compreender as atuais Campanhas e os ataques que eu sofria, seria necessário analisar desde a primeira Campanha de 1964 até a de 2018. Este último ano seria a Campanha mais atual que eu havia participado. Perante isso, minha atitude foi conseguir cada um dos 54 textos-base divulgados até aquele ano. Fiz uma pesquisa em diferentes bibliotecas de universidades e faculdades de Campinas e de fora da cidade. Poucas vezes na vida eu havia ido à capital de São Paulo e lá estava eu, em 2019, no Centro Universitário Salesiano Pio XI. Neste local, encontrei alguns dos textos mais antigos e difíceis de achar das Campanhas.

Atualizando o *status* da tese com minha orientadora, ela me ajudou a compreender que o período que eu escolhi, indo de 1964 a 2018, seria um imenso intervalo de pesquisa e me demandaria um tempo maior, o qual não tínhamos mais. Fiz outras propostas e a estratégia escolhida foi o estreitamento do período de pesquisa para 1964 a 1985. Mudei também o título de minha tese, o qual tornou-se *Pedagogia religiosa católica das Campanhas da Fraternidade entre 1964 e 1985*. Foi com este título que realizei o exame de qualificação. Dali, eu recomençaria o mesmo caminho do doutorado, porém, por outra via.

A escolha dos anos entre 1964 e 1985 – tempo de repressão militar – junto com o tema *religião católica e pedagogia* é pessoalmente significativo por quatro razões:

- A *primeira*: responderia minhas inquietações, desde criança, sobre a Campanha da Fraternidade ser lançada naquele ano de 1964 e como a “Igreja boa” lidou com toda a violência praticada por diferentes agentes;
- A *segunda razão*, e mais profunda: seria uma das vias para compreender a *pedagogia da vida* pela qual eu passei até então. Ou, como a definição da palavra “pedagogia” sugere, “a condução da criança”. Era a hora de compreender minha infância, na qual os adultos contrapunham discursos religiosos com os desdobramentos e marcas violentas que o alcoolismo deixa na vida familiar. Por muito tempo, eu me senti imerso em uma verdadeira guerra de narrativas, de certos e errados, conforme determinadas visões de mundo. Foi um longo tempo de repressão entrelaçada pela crença;

- *A terceira razão*: seria entender as diferentes ações quaresmais que vivenciei e pratiquei, desde as mais tradicionais, tais como o silêncio, oração, esmola, jejum e procissões, bem como as mais contemporâneas como a Campanha da Fraternidade;
- *A quarta razão*: viria do esforço que eu faço para compreender e compartilhar, de modo mais racional e não somente pautado pela fé e aceitação, os conteúdos católicos taxados como complexos e exclusivos da hierarquia ordenada.

A partir desta outra via, a ideia inicial do projeto – estudar Internet e sua relação com as Campanhas – não seria mais possível. Mas, nesta nova perspectiva, eu faria um mergulho na história recente do catolicismo do Brasil. Também entenderia e trataria a Igreja de outra maneira, menos inocente; a Instituição seria compreendida tal como um espaço de disputas, de narrativas, de poder e de verdades. Algo que nunca havia pensado e que me garantiu uma formação mais sólida e amadurecimento acadêmico, necessário para uma tese. O fato de pensar “ditadura ruim, Igreja lança algo muito bom para contrabalancear” caiu por terra.

Tornou-se necessário estudar, por exemplo, a *teia de interdependência* e os *jogos de poder* de Norbert Elias em seu livro *A busca da excitação* (1992) e n’*A sociedade de corte* (2001). Esses assuntos possibilitaram-me outra visão a respeito das relações entre os membros da hierarquia católica e a disputa por privilégios, obtida quando se ocupa certos cargos. A tese começava a se delinear com mais clareza para mim. Minha orientadora aconselhou-me ir além dos textos-base e buscar outros documentos, tais como os disponíveis no Centro de Documentação e Informação (CDI) da CNBB, em Brasília. Lá eu estive por duas vezes em 2019. Acessei pronunciamentos dos bispos, declarações sobre as Campanhas em diferentes regiões do País e atas das eleições para as presidências da Conferência.

Para identificarmos como uma determinada região divulgava e implementava as Campanhas, decidimos utilizar também o jornal da Arquidiocese de São Paulo. A escolha pela capital paulistana se deu devido à proximidade territorial e à acessibilidade de fontes. Realizei então uma pesquisa no Arquivo Metropolitano de São Paulo, na capital. Neste local, estive quase duas dezenas de vezes e, sistematicamente, tirei fotos dos exemplares do jornal *O São Paulo*, desde 1957 a 1985. Em alguns períodos, fui três vezes na semana, de Campinas a São Paulo, para conseguir aquelas fotos. Saía de casa às 4h30m e voltava às 20h e, assim, no dia seguinte. Foram seis meses no ano de 2019, realizando produtivas pesquisas. O tempo livre para atualizar a orientadora e o

coorientador, acerca de minha tese, era durante as viagens, dentro do ônibus, enviando e-mails através do celular.

Penso que o tempo de investigação do jornal arquidiocesano foi um dos momentos mais cruciais para compreender como uma pedagogia se desenvolve em uma arquidiocese. À medida que eu comparava as primeiras edições do jornal *O São Paulo*, de 1957 com as de 1985, eu constatava algo diferente entre as publicações. Percebi que os primeiros editores priorizavam determinados assuntos que as equipes editoriais mais contemporâneas não priorizavam. Fui identificando esse movimento de intencionalidades também nas escolhas das ilustrações, nos termos utilizados pelos bispos em seus pronunciamentos, nas temáticas dos editoriais, entre outros. Recentemente, escrevendo a tese, entendi que o conteúdo publicado em um exemplar do jornal arquidiocesano é decorrente das relações entre os arcebispos e sua equipe editorial e deles com outras instituições; compreendi que a pedagogia é definida pelo bispo que está no poder; que os valores incrustados nas páginas dependem dos anseios de certos agentes.

Alguns meses antes da qualificação de meu projeto de doutorado, ocorrida em maio de 2020, eu consegui chegar ao *problema* da tese: *entender a Campanha da Fraternidade como sendo uma campanha católica de cunho político e pedagógico que acontece, especialmente, durante o tempo quaresmal*. Mantivemos este *problema* e dele surgiu algumas perguntas: em que medida uma Campanha da Fraternidade é entendida como uma prática pedagógica dentro da Igreja? Quem são os agentes responsáveis por esta pedagogia? Qual é a sua significação política? Como os agentes e a pedagogia se comportam em tempos de ditadura? Que disputas identificamos entre agentes episcopais progressistas e conservadores durante os anos de 1964 a 1985? Que assuntos foram discutidos durante o regime militar? A Campanha, por si só, contribui para a formação da consciência de fraternidade?

Para configurar este *problema*, compilamos os principais métodos antigos usados pela Igreja com a finalidade de educar os católicos durante a Quaresma. Mapeamos as práticas quaresmais mais comuns, antes da difusão da primeira Campanha em âmbito nacional, ocorrida em 1964. As respostas desta etapa se deram, principalmente, por meio de entrevistas informais com os fiéis que viveram o tempo de transição entre as antigas práticas quaresmais e as novas, decorrentes das Campanhas. Pesquisar o jornal *O São Paulo*, entre 1957 e 1964, tornou-se uma ação imprescindível para encontrarmos as práticas mais arcaicas. Analisei também os missais antigos, que são

livros com as fórmulas das missas, orações e reflexões religiosas. Nestes livros encontrei os métodos comuns usados pelos católicos em períodos quaresmais remotos.

Tornou-se necessário descobrir que agentes produziam práticas pedagógicas por meio das Campanhas. Dado o intervalo de pesquisa – 1964 a 1985 – e também termos escolhido a Arquidiocese de São Paulo, os principais agentes episcopais identificados foram Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns. O primeiro, Cardeal Rossi, esteve à frente da Arquidiocese entre 1 de novembro de 1964 e 22 de outubro de 1970. O segundo, o Cardeal Arns, esteve à frente da Arquidiocese entre 1 de novembro de 1970 e 22 de maio de 1998. Porém, os textos-base das Campanhas da Fraternidade não foram produzidos por eles, mas sim por membros da CNBB, em particular pelo secretário geral. Assim, mais uma vez, fomos levados a buscar, no jornal *O São Paulo*, o pensamento dos dois bispos acerca das Campanhas. Por meio deste semanário, conseguimos identificar quais equipes editoriais o compuseram durante o período que cada bispo dirigiu a Arquidiocese paulistana. Esta equipe de intelectuais divulga, por autorização dos episcopos e em forma de notícias, as opiniões, as propagandas e as convicções prevaletentes em uma dada arquidiocese.

Referente ao *problema* que identificamos na tese, a análise política foi outro assunto complexo para mim. Consegui uma compreensão maior durante alguns estágios que fiz, o chamado Programa Estágio Docente (PED). Meu professor responsável foi André Luiz Gonçalves de Oliveira. Constantemente ele mencionava “a política como lugar de dissenso”, inspirando-se na obra *O desentendimento: Política e Filosofia*, de Jacques Rancière (2018). Daquela fala, fiz uma ligação com o que minha orientadora me alertava, “Igreja como um espaço de disputas”. Assim, passei a entender a CNBB como uma organização permeada por conflitos internos, com rivalidades entre grupos, com disputas pela prevalência de ideias e de temas das Campanhas. Tornava-me mais consciente dos posicionamentos assumidos pela Igreja em relação ao Estado e como determinado comportamento renderia a ela privilégios, perseguições ou mesmo indiferença.

Para classificar as fontes que usamos – textos-base, cartazes da Campanha, jornal *O São Paulo* e o da grande imprensa, além de documentos diversos da CNBB –, limitamos nossa análise ao *período da Quaresma* de cada ano. Este sempre acontece entre a *Quarta-feira de Cinzas* e a *Quinta-feira Santa*; também adicionamos a *Festa da Páscoa* (Domingo de Páscoa) que ocorre no domingo após a *Quinta-feira Santa*. É durante todo este intervalo quaresmal que a Campanha da Fraternidade é vivenciada nas paróquias; é

também nele que se realiza uma coleta financeira em benefício dos programas sociais da Igreja e da manutenção das estruturas da CNBB, das arquidioceses e das paróquias; é nele que se pratica os exercícios quaresmais.

Em outros momentos, tornou-se necessário estender este recorte temporal, tal como quando analisávamos o jornal *O São Paulo*, pois encontramos notícias e textos referentes à Campanha ou à pedagogia episcopal, publicados antes e depois da Quaresma. Este foi o motivo das diversas fotos que eu tirei deste semanário arquidiocesano, enquanto ia ao Arquivo Metropolitano. Alguns exemplares destas publicações continham, no mesmo texto, falas do Cardeal Agnelo Rossi sobre a Campanha da Fraternidade e sobre o governo militar. Quando estendemos um pouco o período, achamos também notícias a respeito das articulações políticas de Dom Paulo Evaristo Arns com outros agentes episcopais da América Latina. Destes dois arcebispos, escolhemos algumas publicações e seções específicas no jornal. São elas: *Mensagens aos fieis*, *Palavra do Arcebispo*, *Alocução do Arcebispo*, *Comentários sobre os acontecimentos nacionais* e *Documentos* escritos por eles e divulgados durante seus respectivos governos episcopais. Especificamente acerca da Campanha, encontramos *Pronunciamentos dos Arcebispos* e *Exortações* aos fiéis, além das *Homilias* pronunciadas na Quaresma e na Páscoa.

A análise um pouco mais estendida também serviu para os documentos da CNBB que são vários e de diferentes temáticas. Desta Conferência, priorizamos os *Pronunciamentos*, *Assembleias gerais*, *Eleições*, *Cartas* e *Atas*. A maioria deles, encontramos publicados dentro dos *Comunicados mensais*, que são livros com diversos documentos oficiais compilados e disponíveis no Centro de Documentação e Informação da CNBB. Classificamos estes materiais conforme a temática e autor. Tentamos compreender como determinado documento compõe a pedagogia das Campanhas, ou se havia alguma menção da relação Igreja-Estado.

Ficamos atentos às *Reuniões dos membros da presidência da CNBB*, as quais poderiam apontar que pautas estavam sendo discutidas; as *Informações da área governamental* que, no período analisado, poderiam revelar aproximações ou afastamentos entre a Instituição Católica e o Estado; as *Declarações nas assembleias* cujos textos poderiam refletir o processo histórico da sociedade; os *Lançamentos das Campanhas* e as possíveis recepções dos temas, lemas e cartazes; os *Encontros com governos militares* que poderiam indicar como as autoridades civis percebiam o clero e os movimentos católicos. Isto contemplaria grande parte do *problema* que definimos.

Encíclicas, Exortações e Pronunciamentos dos papas João XXIII, Paulo VI e João Paulo II foram fontes importantes, dado o peso pedagógico e político que estes documentos têm sobre as pedagogias e agentes católicos. Por vezes, citamos também as *Instruções* do então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, a respeito da Teologia da Libertação.

Alguns autores foram determinantes na construção desta tese: Paulo Freire e seu livro *Pedagogia do oprimido* (2014a), Roberto Romano e *Brasil: Igreja contra Estado* (1979), Luiz Roberto Benedetti com *Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico* (2000), Luiz Gonzaga de Souza Lima com *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil* (1979) e Sergio Miceli e *A elite eclesiástica brasileira* (1985). Estes autores abriram o caminho para minha compreensão a respeito da Igreja e das disputas internas e externas, sua relação com o Estado, os movimentos religiosos de resistência e a formação de *ilhas pedagógicas*.

Um pouco antes da entrega da tese para os membros da banca, decidimos pelo título atual: *CAMPANHA DA FRATERNIDADE: uma política da Igreja Católica para o Brasil*. A divisão e organização se dá seguinte da seguinte forma:

- *Capítulo I*: discutiremos acerca das *pedagogias católicas*, alguns de seus instrumentos pedagógicos e os principais agentes dessa pedagogia. Um assunto importante para a tese será entender como a pedagogia oscila, tal como um *pêndulo* entre polos mais progressistas e mais conservadores. Este pêndulo está fixado em um *eixo pedagógico*, formado por três campos: a *Tradição apostólica*, a *Sagrada Escritura* e o *Magistério*. Entender esse *eixo* ajuda-nos a compreender a disputa pela legitimidade dos discursos. Descreveremos a importância da *pedagogia episcopal* no território de poder de um bispo, ou seja, em sua diocese. Examinaremos a *pedagogia quaresmal*, que acontece durante os quarenta dias que antecedem a Páscoa. Finalizaremos, explicando do que se trata a *Campanha da Fraternidade*, onde ela surgiu e como se tornou uma iniciativa da CNBB difundida em todo o País;
- *Capítulo II*: interpretaremos as principais dimensões de uma Campanha por meio do estudo de *temas*, *lemas* e *cartazes*. Tomamos os anos 1964 e 1985, dividindo as Campanhas em *três momentos político-pedagógicos* distintos, agrupadas conforme os processos históricos, a relação Igreja-Estado, os bispos eleitos na direção da CNBB e os temas escolhidos em cada Campanha. Abordaremos a *significação política* desta iniciativa pedagógica e apresentaremos

três hipóteses a respeito da dessintonia social que ela apresentou frente a outros movimentos políticos e outras pedagogias;

- *Capítulo III*: com a finalidade de conseguirmos caracterizar a pedagogia da Campanha aplicada em um território episcopal, focaremos na Arquidiocese de São Paulo e analisaremos o governo de *Dom Agnelo Rossi* e como ele se expressava no jornal *O São Paulo*, no púlpito e nos encontros sociais. Suas atitudes e articulações políticas revelam como se deu sua pedagogia e em quais campos o *eixo pedagógico* prevaleceu.
- *Capítulo IV*: na mesma perspectiva do capítulo anterior, continuaremos nossa análise, agora para o *Cardeal Paulo Evaristo Arns* que substituiu o Cardeal Rossi no comando da Arquidiocese. Essa mudança foi fundamental no rumo que a pedagogia das Campanhas tomou. Dom Paulo foi além dos temas e lemas; ele pôs em evidência a defesa dos Direitos Humanos e qualificou a Igreja do seu tempo como espaço de resistência e convivência política e social. Os documentos produzidos por ele, com sua equipe editorial, revelam a sua pedagogia engajada e comprometida com a liberdade.
- *Conclusão*: faremos um apanhado geral dos resultados da tese e apresentaremos novas pautas de pesquisa para os próximos anos.

Capítulo I - Pedagogias católicas e a Campanha da Fraternidade

1. Pedagogias católicas

A palavra “pedagogia” é derivada do grego e significa *condução da criança*, sendo um termo atribuído a todas as faixas etárias e a diferentes contextos em que se dão os processos de ensino-aprendizagem. É também um campo de estudos e seus profissionais, os pedagogos, atuam em escolas de educação infantil; assessorias pedagógicas em empresas e em universidades; séries iniciais; trabalhos em ONGs; entre outros (STRECK, 2008).

Para um dos maiores educadores brasileiros do século XX, Paulo Freire (1921-1997), várias são as pedagogias, estando elas registradas em suas diferentes obras, tais como a *Pedagogia do oprimido* (2014a), a *Pedagogia da autonomia* (2019), a *Pedagogia da esperança* (2020a), a *Pedagogia da indignação* (2014b), a *Pedagogia da pergunta* (2012), a *Pedagogia dos sonhos possíveis* (2020b). Segundo Danilo Streck (2008), a qualificação da pedagogia indica que, para Paulo Freire, não existe uma única pedagogia, mas pedagogias com determinadas intencionalidades formativas e que se utilizam de instrumental metodológico diverso. Streck menciona que diferentes pedagogias estão assentadas sob matrizes ideológicas distintas, posicionando-as em lugares diferentes ou mesmo antagônicos na dinâmica social. A partir destas considerações – a condução dos sujeitos por meio de processos de ensino-aprendizagem; as diferentes qualidades e contextos da pedagogia; suas matrizes ideológicas; suas intencionalidades formativas; seu instrumental metodológico; e os lugares em que os agentes se encontram em uma dinâmica social – discutiremos uma pedagogia específica, a católica.

Na pedagogia católica, que é a condução e a doutrinação dos fiéis por meio de processos de ensino-aprendizagem, também estão presentes intencionalidades formativas e instrumental metodológico próprio. A título de descrição, podemos apontar uma *pedagogia Pascal* referente à festa cristã que celebra a ressurreição de Jesus. Nela há processos de ensino-aprendizagem acontecendo nas relações entre bispos, padres e fiéis, através de missas, catequeses, pregações e momentos de oração que ocorrem em um período de tempo específico, determinado tempo pascal. Durante esse intervalo de tempo, os fiéis são orientados a se curvarem diante de uma grande vela, denominada, Círio Pascal, que representa a luz do Cristo Ressuscitado. Nisso, os gestos, as falas e as

respostas nas missas são realizadas conforme a condução e orientação ditada pelos agentes ordenados, caracterizando práticas pedagógicas específicas ao tempo pascal. Acrescentamos também que a organização do espaço de celebrações, as músicas cantadas, as catequeses para crianças, jovens e adultos seguem dinâmicas próprias do tempo celebrado. A depender dos agentes que estão envolvidos nas relações católicas, do espaço e do tempo em que ocorrem, haverá outras pedagogias como a *familiar*, a *quaresmal*, a *mariana*, a *patrística*. Todas elas com suas respectivas matrizes ideológicas, seus processos de ensino-aprendizagem e suas intencionalidades. Estas pedagogias não acontecem somente dentro dos espaços religiosos, mas conjuntamente e em outras instituições como escolas, universidades, hospitais, ONGs, nas mídias, eventos municipais, estaduais e nacionais.

Referente aos processos de ensino-aprendizagem, uma prática importante é a da catequese³ que, basicamente, é a ação de explicar, instruir e doutrinar sobre algum conteúdo e, no caso da Igreja Católica, é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina. No tocante às relações de poder⁴ hierárquica, o mais poderoso agente catequético que instrui, transmite conhecimentos e orienta é o chefe do colégio dos bispos, o papa. Ladeado a este doutor supremo dos católicos, estão os bispos que são os agentes cruciais na doutrinação, considerados doutores da fé e pastores da Igreja. Outros sujeitos significativos nesses processos são padres, catequistas em geral e a família (VATICANO, 2000).

³ Na Constituição Apostólica *Fidei depositum* (ou documento *Depósito da Fé*) escrita pelo Papa João Paulo II (1992, *item IV*), a respeito da publicação e lançamento do livro *Catecismo da Igreja Católica*, encontramos a palavra *catecismo* se referindo a uma *exposição da fé* e da *doutrina católica*. Estas duas dimensões seriam “iluminadas” e serviriam de testemunhas da “Sagrada Escritura”, da “Tradição apostólica” e do “Magistério da Igreja”. A prática catequética seria também um “instrumento válido e legítimo a serviço da comunhão eclesial e como uma norma segura para o ensino da fé”.

⁴ Compreenderemos as relações de poder como vínculos sociais baseados no poder, tal como a capacidade de um agente impor sua vontade sobre o outro ou outros por meio de normas, conselhos, exortações, encíclicas, decretos, coações, castigo, punições entre outros (WEBER, 1991, p. 33; CASTELLS, 2015, p. 57).

2. *Eixo pedagógico*

Nesta tese, entenderemos que a dinâmica social-política-pedagógica da Igreja tem como referência um *eixo* no qual as pedagogias católicas oscilam, ora para polos mais progressistas, ora para polos mais conservadores. Esses dois extremos são separados por um *continuum*. Nele há um “campo de manobra da Igreja enquanto instituição que carrega em seu interior as mais variadas tendências políticas e sociais” (ROMANO, 1979, p. 42).

Esse *eixo pedagógico* é a junção de três campos: *Sagrada Escritura*, *Tradição apostólica* e o *Magistério da Igreja*. Segundo a Igreja Católica, entre eles não haveria prevalência. Embora a Instituição não aponte que estes três elementos são o seu *eixo pedagógico*, para ela, fica “claro, portanto, que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja [...] estão de tal maneira ligados e unidos que uma coisa sem as outras não se mantém, mas juntas, cada uma a seu modo [...] colaboram para a salvação das almas” (VATICANO II, 1997, p. 355). Ao tomarmos emprestado esses termos e defini-los como um *eixo*, não temos a pretensão de nos basearmos em discursos teológicos, mas sim, pensar quais práticas os agentes realizam pautado-se nesses três campos.

Iniciemos com três exemplos para compreender o *eixo* em questão.

- 1) A palavra e o agente *papa* é da ordem da categoria *Tradição apostólica*, sendo considerado pelos católicos como um chefe com poder pleno, supremo e universal;
- 2) Os ofícios de *interpretar* e *transmitir* ensinamentos são da ordem da categoria *Magistério*, sendo que a Instituição Católica só considera estas ações autênticas se vindas de seus bispos, quando subjugados ao Bispo de Roma. Dessa forma, todos os outros agentes integrantes à hierarquia são seus reprodutores;
- 3) Para os católicos, *tudo o que Deus falou e a sua presença, de maneira infalível*, está na e é da ordem da categoria *Sagrada Escritura*.

No que tange *relações de poder, pedagogia e instrumental metodológico*, nos três exemplos citados, é notável que, desde os primórdios da Igreja Católica, pouco se modificou, ou seja, a Instituição continua a intermediar Deus e a sociedade e a reivindicar para si seu caráter divino. A característica de intermediação é semelhante àquela apontada por Roberto Romano: “situada estrategicamente entre Deus e o povo e entre este e os dominantes, a Igreja dá-se por tarefa *interpretar* a dominação ao interpretar os dominados” (1979, p. 43; grifos do autor).

O *eixo pedagógico* fica evidente se unirmos os três exemplos mencionados – o de *Tradição*, *Magistério* e *Sagrada Escritura* – em uma única frase, comumente encontrada nos discursos católicos:

O papa e os bispos são os únicos responsáveis por interpretar e transmitir tudo o que Deus falou, de maneira infalível.

Frase semelhante está em um documento oficial da Igreja (VATICANO II, 1997):

O ofício de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou contida na Tradição, só foi confiado ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo.

O uso de uma das duas frases por agentes católicos reforça a ideia de entrelaçamento dos três campos e da evocação de conteúdos e palavras do *eixo pedagógico* acerca do qual foram educados. É a partir dessa combinação em *eixo* que um movimento pendular das pedagogias episcopais acontece. O teólogo Luiz Roberto Benedetti ajuda-nos a compreender esse movimento, ao discutir a sucessão do “ciclo aberturista de Paulo VI” pelo “o ciclo restaurador de João Paulo II, um papa centralizador e teocrata”:

[...] as idas e voltas de uns [agentes] e outros são como as oscilações do pêndulo que só se move às custas de manter o ponto de fixação. O caráter divino da hierarquia é inquestionável em todos eles e as oscilações no exercício deste poder se devem mais à necessidade de afirmá-lo do que a de dividi-lo em nome dos direitos do povo de Deus e da autoridade como serviço (2000, p. 364).

Nos *Capítulos III e IV*, examinaremos essa dinâmica pendular ao analisarmos um caso em particular, o da Arquidiocese de São Paulo. Teremos como referência as pedagogias de Dom Agnelo Rossi e de Dom Paulo Evaristo Arns.

Outra referência que utilizamos para aprofundar a ideia de oscilação entre polos progressistas e conservadores nas pedagogias é a análise feita por Emanuel de Kadt (2007) e seu uso dos conceitos “polo dominante” e “polo dominado”. Ele descreve acirradas discussões entre os católicos radicais e a alta hierarquia; a identificação de alguns movimentos, em especial o Movimento de Educação de Base (MEB) com o polo dominado; a preocupação, depois de abril de 1964, com as relações de classe no Brasil e com a conscientização do polo dominado em luta com o polo dominante; as mudanças nas áreas de operação do MEB para uma nova orientação, voltada à causa dos

camponeses; entre outros temas. Nesta tese, conflitos, disputas, ações, decisões políticas, morais, rituais, dogmáticas ou pedagógicas, desde as práticas papais às laicais, serão caracterizados como contidos em um dos três campos do *eixo pedagógico*.

3. *Pedagogia episcopal*

Posto que a discussão da nossa tese se desenrolará em torno do entendimento da Campanha da Fraternidade como sendo de cunho político e pedagógico, inicialmente, destacaremos a importância da *pedagogia episcopal* nesse processo. É fundamental descrevê-la, dada a responsabilidade da hierarquia ordenada nas orientações pedagógicas e no controle dos materiais distribuídos em seus respectivos territórios.

No movimento pedagógico pendular, entre polos progressistas e conservadores, a força de atração recai sobre a pedagogia episcopal, em razão de os bispos serem “o pólo ativo das relações entre povo e poderosos” (ROMANO, 1979, p. 42). Porém, isso não significa que existam outros conteúdos pedagógicos disponíveis nas dioceses; ou que, pela razão de a Igreja considerar os bispos como seus únicos agentes, por excelência, autorizados a instruir os fiéis, não estejam disponíveis ou acessíveis outras metodologias. Mas, tal como mencionado por Benedetti, “na linguagem eclesial, há uma distância entre discurso e prática social efetiva” (2000, p. 108). Desse modo, o caráter católico de *comunhão* e o de *hierarquia* condiciona, mas não impede, os agentes de seguirem o que é pré-determinado por seus superiores. É assim que os fiéis católicos da *Arquidiocese de Campinas* estão circunscritos a seu respectivo território episcopal, ou seja, à região metropolitana de Campinas. Consequentemente, este é o território pedagógico do Arcebispo de Campinas e não do Arcebispo de São Paulo. Logo, as práticas, os instrumentais pedagógicos, as matrizes ideológicas, os processos de ensino-aprendizagem em Campinas não são necessariamente os mesmos de São Paulo. Embora, em geral, sejam bastante semelhantes, uma vez que todas as dioceses católicas têm como referência a pedagogia proveniente da CNBB e de Roma. Dessa maneira, o episcopo seleciona quais conteúdos serão ou não utilizados na educação religiosa católica de suas regiões.

Acerca do governo do espaço espiritual e os desdobramentos de poder, temos que o bispo é o agente responsável por administrar espiritual e educacionalmente uma determinada região geográfica ou território conhecido como *Igreja individual ou particular*, também denominada diocese. As diversas dioceses formam a Igreja universal com sua sede em Roma, cidade onde se encontra o papa. Nestas dioceses, respondendo aos bispos, estão os padres que administram outra região geográfica denominada paróquia. Estes sacerdotes respondem hierarquicamente ao bispo. Os catequistas ou “professores” de catequese, além da parte dogmática, ensinam como viver cristãmente e

que leis e preceitos constituem uma vida cristã. “Daí a importância dada a tudo o que diz respeito à moral”. Adicionalmente, orientam acerca de “boas maneiras e regras de civilidade” no que diz respeito ao próximo e a Deus. À família, cabe “primeiramente à mãe e depois ao pai o cuidado de despertar a fé, de ensinar e fazer recitar as preces cotidianas, e de vigiar a conduta e o comportamento dos jovens” (SANTOS, 1979, p. 30-2).

Tal como um instrumental metodológico, veremos que a Campanha da Fraternidade e seus processos de ensino-aprendizagem utilizados conduzirão os fiéis de um determinado território episcopal e em quais dos polos – progressista ou conservador – a pedagogia se direcionará. O polo predominante durante o período de permanência de um bispo em uma diocese também é fruto das relações entre Igreja-Estado, da diocese com a CNBB e com o papado. Têm ainda um papel importante na definição das pedagogias, os documentos produzidos pela hierarquia católica para educar, além dos intelectuais que cercam os bispos e os materiais utilizados.

Em pesquisas realizadas ao longo dos últimos 50 anos da história da Igreja no Brasil, Della Cava (1974) destaca alguns agentes episcopais, tais como Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Helder Câmara. Consideremos estes três agentes para entender o poder da pedagogia episcopal na sociedade.

*Notas biográficas: Sebastião Leme da Silveira Cintra*⁵

Sebastião Leme nasceu em 1882 na cidade de Espírito Santo do Pinhal, São Paulo. Seu pai era professor e faleceu quando Leme era criança. Sua mãe casou-se por uma segunda vez, porém seu segundo marido também faleceu pouco tempo depois. Ela auxiliava nas obras sociais da paróquia local. Foi com sua mãe que o futuro bispo iniciou seus primeiros estudos. Ela e o vigário da cidade o incentivaram ao sacerdócio.

Leme destacou-se no seminário paulistano, chamando atenção a um outro importante influenciador e facilitador de sua escalada no poder eclesial, o bispo de sua cidade natal, Joaquim Arcoverde, que o enviou a Roma para concluir seus estudos. Nesta viagem, também estavam o secretário particular e o sobrinho de Arcoverde. Como

⁵ Sobre a trajetória de vida de Sebastião Leme, ver (DELLA CAVA, 1974, p. 11-6; DE KADT, 2007, p. 80-1; MOREIRA, 2009a).

seminarista, na capital italiana, Sebastião Leme se hospedou no colégio jesuíta Pio Latino-Americano e estudou filosofia na Universidade gregoriana, sendo nomeado prefeito dos filósofos pela diretoria do colégio.

Ordenado padre, volta a São Paulo e diante do anticlericalismo de intelectuais e de políticos, com apoio do seu superior Dom José de Camargo Barros, fundou o jornal *Gazeta do Povo* no início da década de 1900, a fim de defender a religião e o clero, além de ter promovido manifestações públicas contra o movimento. Ordenado como bispo no ano de 1911 e com insistência de seu amigo e agora Cardeal Arcoverde, assumiu o cargo de Bispo auxiliar da então capital política do Brasil, Rio de Janeiro. A partir disso, desenvolveu a instrução religiosa da elite com o intuito de sanar, o quanto fosse possível, a ignorância religiosa, que, segundo ele, seria principal deficiência do catolicismo brasileiro.

Também por indicação do Cardeal Arcoverde, Dom Leme foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife em 1916. Sua linha de atuação abrangia não somente aquele território, mas toda a nação. Ele tinha por objetivos reorientar católicos; reeducar e instruir religiosamente acerca da indiferença com a fé da Igreja; combater o esquema mental agnóstico, secular e positivista; mobilizar uma cruzada de militantes; e fazer com que houvesse um reconhecimento jurídico da legítima posição da Igreja no País. Considerava o advento da República um desequilíbrio na dinâmica social, onde uma minoria descrente estava no poder, e os crentes, a maioria, não possuíam poder de decisão. Adicionam-se a estes objetivos, algumas medidas básicas como a realização de obras de estímulo intelectual para sacerdotes, desenvolvimento de doutrinação em centros urbanos, catequese de populações rurais, criação de ensino religioso facultativo e de escolas superiores francamente católicas.

Agravando-se a saúde do Cardeal Arcoverde, em 1921, Dom Leme foi nomeado Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, empregando os mesmos processos pastorais realizados na Arquidiocese anterior. Em 1922, o Bispo Leme esteve “por trás das atividades de Jackson [*de Figueiredo*], no Centro D. Vital que publicava *A Ordem*, atividades que via como parte do esforço para cristianizar a *intelligentsia* brasileira” (DE KADT, 2007, p. 81). O Centro Dom Vital era uma “associação civil ligada à Igreja e voltada para o estudo, a discussão e o apostolado da religião”. Esta entidade se tornou “o principal centro intelectual do catolicismo brasileiro até 1941, quando foi criada a Pontifícia Universidade Católica (PUC), também no Rio de Janeiro” (KORNIS, 2009a).

Dom Sebastião Leme consolidou “em torno de si os hierarcas episcopais, até então dispersos e autônomos numa burocracia eclesiástica única e centralizada sob seu controle”. O sociólogo Sergio Miceli fala em uma gestão centralizadora de Leme que se destacou desde a separação entre Estado e Igreja em 1890. Emanuel De Kadt menciona que o epíscopo estava por trás de muito do que acontecia na cena católica brasileira. O fato é que para ser caracterizado como tal por estes autores, a trajetória religiosa e política de D. Leme foi marcada por suas atuações como Arcebispo de Olinda e Recife entre 1916 e 1921 e Arcebispo do Rio de Janeiro entre 1930 e 1942 (DELLA CAVA, 1974, p. 13; MICELI, 1985, p. 176; DE KADT, 2007, p. 80).

Na década de 1920, D. Leme interveio em inúmeras tensões políticas e ações populares no Brasil, tais como a intermediação entre setores militares e o então Presidente da República, Artur Bernardes; a recepção de familiares de revoltosos na sede da Arquidiocese e sugestão de anistia deles; a realização de campanhas pela construção do Cristo Redentor. Todas essas movimentações políticas e religiosas, posicionamentos e participações do Arcebispo promoviam “vigorosamente o que considerava serem os interesses da Igreja Católica na cena política nacional” (DE KADT, 2007, p. 81). Ele seguia as mesmas ideias de Roma, como “tirar proveito das liberdades constitucionais” e incentivar “as hierarquias nacionais a darem o máximo de si para promover os objetivos da Igreja”. Estas atitudes fizeram com que a Arquidiocese do Rio se tornasse um centro de poder e referência para o Prelado brasileiro, tal como uma nova organização interna da Igreja no Brasil (DELLA CAVA, 1974, p. 13).

O poder concentrou-se ainda mais após a morte do Cardeal Arcoverde em 1930 e a sucessão cardinalícia dada a Dom Leme pelo Papa Pio XI. Durante aquela década, a participação política e religiosa do novo Cardeal não foi diferente. Ele utilizou sua influência na negociação de acordos políticos, ofereceu asilo ao então presidente Washington Luís na sede arquidiocesana, assim como recebeu grande número de refugiados políticos. Após a Revolução de 1930, com Vargas no poder, procurou “obter concessões do Estado para o catolicismo e adotou, em nome da Igreja, uma posição de neutralidade em relação aos partidos e movimentos políticos em formação”, além de evitar “qualquer posicionamento sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista cuja doutrina valorizava a religião católica e ganhava adeptos nas fileiras da Igreja”. Adicionalmente, divulgou documentos a fim de que o clero e a Igreja do Brasil se solidarizassem com Vargas e pela lealdade ao País. O Cardeal Sebastião Leme também esteve à frente da organização e criação de movimentos como a Liga Eleitoral Católica

(LEC), a Ação Católica Brasileira (ACB) e lançou as bases da Pontifícia Universidade Católica (PUC) no Rio. Em 1935, incentivou o Cônego Olímpio de Melo a se candidatar a vereador, a fim de enfrentar o diretor do Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, Anísio Teixeira, que era contra o ensino confessional nas escolas. O Cardeal Leme faleceu em 1942 e Dom Jaime de Barros Câmara tornou-se seu sucessor na capital política da nação (DE KADT, 2007, p. 81-2; MOREIRA, 2009a).

Notas biográficas: Jaime de Barros Câmara⁶

Jaime Câmara nasceu em 1894 na cidade de São José, Santa Catarina. Em 1971, com 76 anos de idade, faleceu na cidade de Aparecida, São Paulo. Ele era filho de Joaquim Xavier de Oliveira Câmara, um Escrivão de Órfãos. Sua mãe chamava-se Ana de Barros Câmara. Na mesma cidade onde nasceu, Jaime Câmara cursou o primário em escola pública e, no ginásio, matriculou-se no curso de Humanidades.

Ele fez seus estudos de seminário em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e na cidade de Florianópolis, Santa Catarina e, em 1920, foi ordenado sacerdote. Antes de seu bispado e cardinalato, a trajetória de Jaime Câmara se desenvolveu no sul do País, como padre, durante as décadas de 1920 e 1930. Iniciou substituindo o cura da catedral de Florianópolis, foi coadjutor da Paróquia de Tijucas, capelão das Irmãs da Divina Providência, cura da catedral metropolitana, capelão do Hospital de Caridade de Florianópolis, secretário do bispado e reitor de um seminário em Brusque. Como Bispo da Diocese de Mossoró no ano de 1936, sua linha de atuação teve como base as vocações e a aproximação entre Igreja e trabalhadores. O intuito desta proximidade foi “evitar a propagação na comunidade das ideias de esquerda”. A partir disso, foi criado o “Círculo Operário de Mossoró, um tipo de associação civil de trabalhadores, de inspiração católica, que começou a surgir em todo o país durante a década de 1930” (MOREIRA, 2009b). Há menções também de D. Jaime como um participante ativo do movimento integralista como Bispo de Mossoró. Entre os anos de 1941-2, ele seguiu a mesma linha de atuação na Arquidiocese do Rio Grande do Norte, ampliando o seminário local e se aproximando do Círculo Operário.

⁶ Sobre a trajetória de vida de Jaime Câmara, ver (BEOZZO, 2001; MOREIRA, 2009b; ARQUIDIOCESE MILITAR DO BRASIL, 2021).

Em 1946, Dom Jaime foi feito Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1949 e 1950, ele participou das reuniões que concretizariam o projeto para a criação da CNBB, que aconteceria em 1952. Esta organização foi instalada no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, no dia 14 de outubro daquele ano. D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi eleito e empossado o primeiro presidente da CNBB e o Cardeal Jaime Câmara foi denominado *Membro nato* da comissão, mandato 1952 a 1958. Com o passar do tempo, a Conferência tornou-se a porta-voz da Igreja Católica no Brasil e não mais da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

No segundo mandato, entre os anos de 1958 e 1964, o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi reeleito presidente da CNBB, porém alegou a impossibilidade de continuar no cargo, por motivos de saúde. O Cardeal Jaime Câmara foi então eleito presidente.

Dom Jaime Câmara exerceu um prelado muito conservador, conforme apontado por Emanuel De Kadt. Centros como o Dom Vital tornaram-se impossíveis de continuar como “ponto irradiador de uma ideologia específica [*progressista*]” na sociedade, sob a égide do Bispo Jaime Câmara. Porém, mesmo apresentado algumas características pouco favorável a mudanças, Dom Jaime nomeou “jovens clérigos notadamente progressistas como bispos auxiliares da arquidiocese do Rio de Janeiro”. Como novo arcebispo, Câmara mostrava-se atuante, ministrando pessoalmente aulas de religião, estimulando cursos de formação catequética, dando continuidade ao projeto no qual resultaria à criação da PUC Rio. Ele tinha contato com diversas unidades militares e ministrava para elas algumas celebrações religiosas. Porém, seu governo episcopal representou uma “profunda descentralização da Igreja Católica”. O poderoso movimento para centralizar a hierarquia sob o comando dos superiores do Rio, decorrente das práticas do antigo Arcebispo Sebastião Leme, se desmantelou com D. Jaime à sua frente. “O poder eclesiástico, como de costume, refluíu novamente para as dioceses isoladas e seus ocupantes” (DELLA CAVA, 1974, p. 31; DE KADT, 2007, p. 82).

O último dos três agentes episcopais que mencionaremos neste tópico para entendermos a pedagogia episcopal é Dom Helder Câmara.

Notas biográficas: Helder Pessoa Câmara⁷

Helder Câmara nasceu na cidade de Fortaleza, Ceará, no dia 7 de fevereiro de 1909 e era filho de João Câmara e Adelaide Pessoa Câmara. Em 1923, ele entrou para o seminário, na mesma cidade em que nasceu, sendo ordenado no ano de 1931.

Quando analisamos sua trajetória de padre no Ceará, durante a década de 1930, encontramos seguidas controvérsias, dado que ele foi defensor do Integralismo. Ele chegou a assumir a chefia do setor da AIB daquele Estado e, durante um Congresso Católico de Educação, classificou como comunista um conteúdo, em forma de manifesto, lançado pela Associação Brasileira de Educação (ABE). A partir de 1936, ele vai para o Rio de Janeiro e torna-se subordinado a Dom Jaime de Barros Câmara. Quando na então capital política do Brasil, a pedagogia e práticas de Dom Helder assumiram feições mais progressistas, cuja principal preocupação era o campo social. Emanuel De Kadt, (2007, p. 150) afirma que o novo auxiliar estava “muito mais consciente da profundidade dos problemas sociais e econômicos do Brasil do que a maioria de seus colegas”. Foi classificado como pacifista, líder excepcional e defensor dos pobres por Della Cava (1974, p. 33), tanto que durante o período ditatorial brasileiro, o governo militar proibiu “de se mencionar na ‘grande imprensa’ e nos meios visuais de comunicação as atividades de D. Helder Câmara” (ROMANO, 1979, p. 211).

Ainda no ano de 1943, o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime, quis fazer o padre Helder Câmara “seu bispo-auxiliar, mas o processo para elevá-lo a bispo foi dificultado pela nunciatura apostólica, que preveniu o Vaticano contra a inconveniência de tal medida”. Havia protestos “pelo fato de o cardeal ter como auxiliar um bispo integralista”. Aquela atuação do padre Câmara, durante a década de 1930, foi um dos motivos pelos quais sua nomeação a Arcebispo-auxiliar do Rio foi negada em 1943, sendo concedida somente em 1952 (DELLA CAVA, 1974, p. 33; VELOSO, 2009).

Cabe observar que anos mais tarde, a partir das novas ideias decorrentes do Concílio Vaticano II (1962-1965), muitos religiosos, tais como Dom Helder Câmara, reconsideraram seus valores e campos de atuação, fazendo opções pelos pobres e a intenção de trabalhar com eles. As novas atitudes assumidas pelo Arcebispo-auxiliar do Rio mostraram-se como movimentos cruciais que demarcaram o distanciamento de suas

⁷ Sobre a trajetória de vida de Helder Câmara, ver (DELLA CAVA, 1974; ROMANO, 1979; DE KADT, 2007; VELOSO, 2009).

ideias ao posicionamento conservador de seu superior, Cardeal Jaime Câmara. Dom Helder começava a divergir frontalmente em questões como as de temática social, o que culminou em seu afastamento da Arquidiocese a partir de 1964 (VELOSO, 2009).

Cecília Monteiro, diretora do Banco da Providência e secretária particular de D. Helder durante muitos anos, lembra que a primeira vez que surgiu “a ideia de criação de um órgão coordenador das atividades dos bispos brasileiros [...] foi em 1947, num congresso em Minas Gerais da Ação Católica, do qual [ela] era [...] assistente-geral do bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara” (JORNAL DO BRASIL, 1972, p. 4).

Em 1950, uma proposta formal foi feita por D. Helder ao Monsenhor Carlo Chiari, então Núncio Apostólico no Brasil. O ajudante do Núncio, Monsenhor Giovanni Battista Montini, futuro Papa Paulo VI, prometeu criar aquele órgão, o qual seria conhecido como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esta conferência, criada em 1952, visava cobrir três tarefas administrativas: “revitalizar as linhas de comunicação entre os bispos do País; superar as lacunas individuais dos membros do episcopado nacional; prover uma unidade mínima à administração cotidiana e a outros esforços da Igreja”. Atualmente, a CNBB reúne os bispos da Igreja no País e é a instância política por excelência da Igreja Católica no Brasil. Tem por finalidade⁸ cuidar do relacionamento desta Instituição com os poderes públicos, a serviço do bem comum e é responsável pela realização das Campanhas da Fraternidade (DELLA CAVA, 1974, p. 34; CNBB, 2017).

⁸ Outras finalidades da CNBB são: aprofundar cada vez mais a comunhão dos Bispos; estudar assuntos de interesse comum da Igreja no País, para melhor promover a ação pastoral orgânica; deliberar em matérias de sua competência, segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica; manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais; comunicar-se com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica (CNBB, 2017, p. 206).

4. *Pedagogia quaresmal*

Retomando a discussão acerca de instrumentais metodológicos utilizados nas dioceses pelos bispos brasileiros, temos o *Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã* (SURIAN, 1964), conhecido também como o *Catecismo de Perguntas e Respostas*. Ele era bastante comum até os anos 1950, contendo as orações católicas mais conhecidas pelos fiéis e conteúdos de aprofundamento da doutrina por meio de perguntas e respostas, tais como: “Quem é Deus? Deus é um espírito perfeitíssimo, puro, eterno, criador do céu e da terra”; “Por que Deus é eterno? Deus é eterno, porque sempre existiu, não teve princípio e não terá fim”. A disposição das perguntas e respostas neste catecismo tinha como finalidade disponibilizar fórmulas a serem memorizadas. Muitas crianças não possuíam o manual catequético e muitas delas não sabiam ler. Assim, a “memória era exercida por um conhecimento ouvido” (SANTOS, 1979, p. 32).

Era um exercício da memória⁹ na forma mais tradicional de comunicação dentro do catolicismo, via oralidade e imagens. As fórmulas eram breves e ditas de modo rimado, para assimilar todas aquelas verdades cristãs. Esta é uma das características da *educação narradora* mencionada por Paulo Freire, a qual apresenta a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. Os agentes que educam sob esse tipo de *pedagogia bancária* “enchem” os fiéis com conteúdos de sua narração (FREIRE, 2014a).

Todo o esforço dos agentes de catequese, além de doutrinar e fazer assimilar conteúdos, tinha também um objetivo final para os que frequentavam os encontros: “exame de religião” a ser prestado antes da administração de sacramentos como Batismo, Crisma ou Primeira Comunhão (CATECISMO, 1951).

A velha geração conheceu essa catequese de formulações breves das verdades e dos deveres da vida cristã. Todos nós tivemos nosso catecismo de perguntas e respostas. E no momento da primeira comunhão fomos submetidos a um vestibular da doutrina cristã. Cabia ao padre verificar o saber das crianças. A partir de Trento a catequese se tornou mais instituição clerical (SANTOS, 1979, p. 36).

O famoso catecismo de perguntas e respostas seguia a metodologia com conteúdos tal como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, de caráter fundamentalmente mais narrador. Dizemos então que a narração de conteúdos tende a petrificar ou fazer dos fiéis “algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade” (FREIRE, 2014a, p. 79-6). Seus agentes transmissores responsáveis – bispos,

⁹ O exercício da memória, denominado *mnemotécnica*, faz parte da pedagogia católica, em especial do catecismo. É uma prática hierárquica, mantida em posse dos agentes ordenados e bastante contestada pela Reforma Protestante no século XVI.

padres, catequistas e família –, a partir dos seus modos de ensinar, reforçam o caráter narrativo, tanto nas relações de poder quanto nas de conteúdo difundido. Em dinâmicas “bancárias” como estas, o saber é uma doação dos educadores para os educandos.

Outro instrumental importante e também com marcadas características narrativas eram as missas celebradas antes dos anos 1960. Em grande parte, aconteciam dentro dos prédios das igrejas, dos centros pastorais e dos terrenos comunitários e, em geral, eram mais silenciosas que as atuais. Embora também ocorressem as denominadas missas campais, em dias comemorativos e feriados religiosos, com fiéis se reunindo em lugares abertos, tais como praças e avenidas. Um dado importante: entre os anos de 1940-1950, o silêncio nas missas poderia ser decorrente, por exemplo, da taxa de analfabetismo da população que, na faixa de 15 anos ou mais, variava entre 56,1% e 50,6% (PINTO, BRANT, et al., 2000, p. 513). Imaginemos então, essa mesma população tendo que aprender latim ou grego, a fim de entrar em contato com Deus durante as missas da época, já que eram celebradas exclusivamente naquelas línguas. O silêncio era quase que total naqueles espaços, durante as celebrações. Além de que, o uso do latim na Igreja católica, se devia ao fato de ser uma forma de a religião se impor perante as investidas dos protestantes. Ocultava-se o caráter sagrado, destinando-o somente aos agentes ordenados.

Noticiado em 9 de agosto de 1964 no jornal *O São Paulo*, o qual circulava principalmente na Arquidiocese de mesmo nome, destacamos a transição das missas em latim para missas na língua vernácula. Em letras garrafais, lia-se: “Missas em Português a partir de 16-8-1964”.

Pela primeira vez na história da Igreja Católica Apostólica Romana, em São Paulo, foi rezada dia 31 de julho, na Igreja de Santa Cecília, missa em português, com autorização especial do vigário-capitular [...]. Na igreja, o sentimento de fervor confundia-se com uma indisfarçável curiosidade que a todos dominava [...]. A devoção estava aprimorada pelo entendimento. Os fiéis, orando e cantando em seu próprio idioma, participavam efetivamente do ofício religioso [...]. A missa não é toda rezada em português. Apenas a primeira parte, isto é, a antemissa que é a parte catequética, justamente a rezada em voz alta pelo celebrante. Após o Evangelho, a missa prossegue em latim, rezada exclusivamente pelo padre, exceto em suas orações em voz alta que são ditas em português e acompanhadas por todos os fiéis (O SÃO PAULO, 1964a).

Foi necessário que acontecesse o evento mais importante do século XX para a Igreja – Concílio Vaticano II (1962-1965) –, a fim de que novas práticas como estas fossem estabelecidas. Antes deste Concílio, a tendência era inversa: práticas católicas

convergiavam ao tradicionalismo, característica decorrente de outro Concílio, o de Trento¹⁰, ocorrido entre os anos de 1545 e 1563.

Podemos nos questionar: como os fiéis “escapavam silenciosamente a essa conformação” (DE CERTEAU, 2014)? Uma das respostas se dá com uma outra pergunta: quem de nós nunca ouviu falar sobre nossos avós católicos que rezavam o rosário durante as missas de antigamente? Esta era uma das formas de inventar o cotidiano católico, uma maneira sutil e astuciosa, reapropriando-se daquele espaço de celebração e de seu uso, à maneira popular.

Um período de intensa prática pedagógica para os católicos é o *período quaresmal*, *Quaresma* ou *tempo da Quaresma* que é o intervalo de 40 dias de penitência, ocorrido antes da Páscoa, festa cristã da ressurreição de Jesus. Na Igreja, principalmente até o início dos anos 1960, o período quaresmal foi reconhecidamente meditativo, silencioso e de abstinência. Este é um tempo com ações mais introspectivas, numa perspectiva de “morte individual” e de luta para vencer a si mesmo, os desejos e as paixões. Combater o mal que está em nós e o que nos vem de fora (KECKEISEN, 1958, p. 177). Esta é uma pedagogia que utiliza modos de pensar e de falar construídos como se todas as experiências a que fôssemos submetidos fossem externas a nós. Os fiéis são levados a acreditar que há “uma barreira invisível separando aquilo que está ‘dentro’ daquilo que está ‘fora’ – o chamado ‘mundo exterior’”. Nesta perspectiva, questões sociais e políticas como o início da ditadura militar, o subdesenvolvimento, a violência, as torturas não seriam assuntos para missas, catequeses, ou situações de conversão. Não faziam parte do plano espiritual. O fiel estaria como que em uma “caixa fechada”. Este modo reificante de educar levanta grandes dificuldades e impede a compreensão da natureza dos problemas sociológicos (ELIAS, 2008, p. 14, 129).

Nos dias mais próximos à Páscoa, evitava-se barulhos excessivos, brigas entre irmãos e não desobediência aos pais. Qualquer estripulia, a criança poderia “virar bicho”; é o que se ouvia nas cidades do interior. Aos casais católicos, a relação sexual era evitada. Em conversas informais com alguns católicos, a fim de recordar quais eram as práticas populares de deferência ao tempo quaresmal, uma das pessoas me disse, dotada de visível discrição, ao se recordava sobre evitar o relacionamento sexual durante o

¹⁰ O Concílio de Trento (1545-1563) foi uma assembleia de bispos, abades, responsáveis por ordens religiosas, especialistas em teologia e direito, convocado pelo papa Paulo III, a respeito da discussão de reações a ser tomadas frente à Reforma Protestante, a fim de assegurar a unidade da fé e disciplina à Igreja (PROSPERI, 2001, p. IX; NACIONAL, 2019).

período: “Não fazia nem aquilo, senão... virava lubi...”. A expressão “aquilo” refere-se ao ato sexual e o termo “lubí” faz referência à crença popular: “faltar com respeito à Quaresma faz a pessoa a virar lobisomem”.

Em se tratando de controles pedagógicos sexuais na esfera católica, as recomendações quaresmais centradas nas relações matrimoniais eram rígidas: não realizar atividades infecundas nem prazeres paralelos ou mesmo práticas que não tinham como finalidade a geração. Foucault cita três grandes códigos explícitos, que até o final do século XVIII, regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Acerca destes três códigos, Foucault descreve:

Eles fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou das abstinências), sua frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes (FOUCAULT, 1988, p. 38).

A Quaresma está associada ao trecho anterior como um tempo proibido para as práticas sexuais, as quais estariam no lado mais ilícito da linha divisória. No livro *História da sexualidade*, publicado pela primeira vez em 1976, Foucault (1988, p. 41) escreve que “a intervenção da Igreja na sexualidade conjugal e sua repulsa às ‘fraudes’ contra a procriação” perdeu muito de sua insistência nos últimos 200. No exemplo que mencionamos, o “lubí” é uma evidência da severidade dos mecanismos de controle pedagógico católico que se perpetuam ainda hoje. No imaginário popular, aqueles que rompiam as leis quaresmais estavam mais próximos da condenação.

No tempo de quarenta dias, a Igreja recomenda vigilância redobrada aos católicos e três práticas espirituais caracterizam o período. São elas: a do jejum, a da esmola e a da oração. Ainda no fim da década de 1950, no Missal Quotidiano, livro que reúne algumas orações e textos usados pelos sacerdotes para a celebração das missas com os fiéis, o tempo da Quaresma era descrito como o período em que as práticas espirituais são responsáveis por desenvolver “o espírito do Cristo” e unir as pessoas a seus sofrimentos. O *jejum* “é imposto pela santa Igreja a todos os fiéis, depois de 21 anos completos até atingirem os 60 anos”. Aqueles que dele “são dispensados não o estarão do jejum espiritual, isto é, de se privarem de festas, teatros, leituras puramente recreativas,

etc.". A *oração* "abrange todas as mortificações corporais"; da mesma maneira, compreende "todos os exercícios de piedade feitos neste tempo, com um recolhimento particular, como sejam: a assistência à santa Missa, a Comunhão frequente, a leitura de bons livros, a meditação especialmente da Paixão de Jesus Cristo, a Via Sacra e a assistência às pregações quaresmais". A *esmola* "compreende as obras de misericórdia com o próximo [...]. Saibamos também nós que aquele que não faz penitência perecerá por toda a eternidade (Lucas 13,3) [...]. Convém, entretanto, evitar que a nossa piedade seja excitada por compaixão sentimental ou tristeza exagerada" (KECKEISEN, 1958, p. 159).

Em outro trecho do mesmo missal, seu autor, Dom Beda Keckeisen, um monge beneditino alemão, descreve que, durante o tempo de preparação para a Páscoa, os fiéis devem expressar sentimentos que se conformem com o espírito do Tempo, expresso nos textos das Missas. Durante as semanas quaresmais, Keckeisen ressalta que os católicos devem se lembrar da "criação do mundo, da queda no pecado e de todas as suas consequências como sejam: a luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, a dor, o sofrimento" (Ibid., p. 144).

Vamos e morramos com Ele [*Jesus Cristo*]. Este convite também nos é dirigido. Morrer ao velho homem é a tarefa de toda a nossa vida, e mais especificamente devemos procurar fazê-lo durante a Quaresma. Morrer a nós mesmos é vencer o mal que está em nós e o que nos vem de fora. As Leituras, Epístola e Evangelho, nos ensinam que a mortificação e abstinência são meios poderosíssimos para alcançarmos a vitória (Ibid. 177).

Fazendo uma busca apurada de quais textos bíblicos são utilizados nas missas quaresmais, notamos uma alusão contínua à *ascese*. Esta prática pode ser compreendida como um caminho para *mística* ou uma maneira para que se viva uma vida interior. Em Weber (1991, p. 366-71), basicamente tem-se a diferenciação entre *ascese* – como a rejeição do mundo – e *mística* – como a fuga do mundo. Dessa maneira, a Sagrada Escritura lida nas missas, simbolicamente, indica aos fiéis para se retirarem para um deserto (Lucas 4,1-13); fazerem sua fuga do Egito (Êxodo 13; 14; 15); permanecerem, tal como Jonas, no ventre da baleia (Jonas 1); cobrirem-se de cinzas como símbolo da conversão (Jonas 3).

O teólogo Adolphe Tanquerey (1961, p. IX), destaca alguns pontos essenciais que constituem a vida interior. São eles: "a habitação do Espírito Santo na alma, a nossa incorporação em Cristo, a parte que tem Maria na santificação dos homens, a natureza da perfeição e a necessidade de a ela tender". Durante o período pré-conciliar, este autor escreve um livro denominado "Compêndio de Teologia Ascética e Mística". Neste,

identificamos relações de aproximação e afastamento entre os conceitos *ascética* e *mística* como se segue:

- A palavra *Ascética* vem do grego ἄσκησις (exercício, esforço) e designa todo o exercício laborioso que se refira à educação física ou moral do homem. Ora a perfeição cristã supõe os esforços que São Paulo, de bom grado, compara aos exercícios de treino, a que se submetiam os lutadores, para assegurarem a vitória. Era, pois, natural designar pelo nome de *Ascese* os esforços da alma cristã em luta para alcançar a perfeição. Assim o fizeram *Clemente de Alexandria* e *Orígenes*, após eles, um grande número de Santos Padres. Não é, pois, de estranhar que se tenha dado o nome de *Ascética* à ciência que trata dos esforços necessários para adquirir a perfeição cristã;
- Sem embargo, durante longos séculos, o termo que prevaleceu, para designar esta ciência [*a Ascética*] foi o de Teologia *Mística* (μύστης, misterioso, secreto, e sobretudo segredo religioso), porque ela expunha os segredos da perfeição. Depois, houve uma época em que essas duas palavras foram empregadas no mesmo sentido; mas veio a prevalecer o uso de reservar o nome de *Ascética* à parte da ciência espiritual que trata dos primeiros graus da perfeição até ao limiar da contemplação, e o nome de *Mística* à que se ocupa da contemplação e da via unitiva” (TANQUEREY, 1961, p. 2-3, grifos do autor).

No período quaresmal, a regra era: estar consciente de que se “começou a luta contra o pecado, contra o mundo e contra a carne. Pelo combate, para a vitória. Pela cruz, para a luz. Pela morte, para a vida. Pelo sepulcro, para a Ressurreição com Cristo!”. A pena e ameaça à não atenção aos conteúdos narrados religiosamente, seria a condenação eterna ou, no mínimo, alguns anos de purgatório (KECKEISEN, 1958, p. 159).

Por entre os fiéis, havia um aparente consenso quando o assunto era “não comer carne nas quartas e sextas-feiras da Quaresma”. Junto à publicação de notícias e reflexões de um jornal da Arquidiocese de São Paulo na década de 1950, encontravam-se advertências como: “em todas as sextas-feiras de Quaresma devem os fiéis maiores de sete anos absterem-se de carne, em observância à ultima deliberação da Santa Sé” (O SÃO PAULO, 1957). No ano de 1964, uma propaganda (*Figura 1*, pág. 52) no mesmo jornal, retratava aquilo que os católicos já haviam aprendido sobre o tempo de penitência. Ela mostrava dois quadros, o primeiro, sem nenhuma imagem, vazio, escrito apenas

“Quinta-feira e Sexta-feira Santas: jejum e abstinência”. No segundo quadro, uma imagem de um presunto e as expressões: “Sábado de Aleluia e Domingo de Páscoa: Presunto Sadia Tender!”.

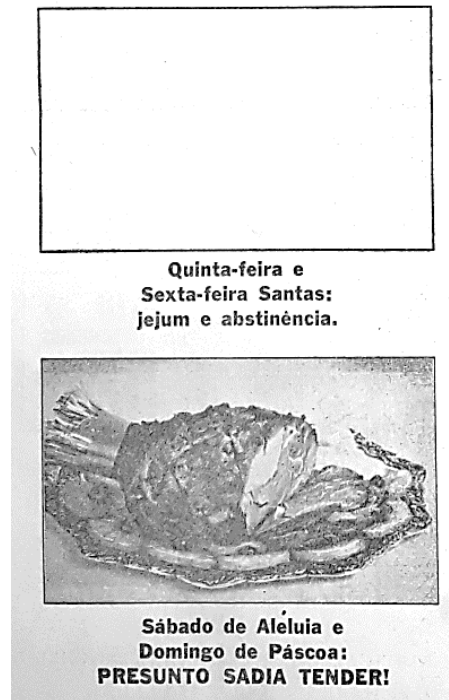


Figura 1 - Propaganda da empresa Sadia durante a Quaresma no jornal O São Paulo

Desta propaganda, percebemos a potência de alcance da pedagogia católica e de relações que se estabelece, dado a aceitação da empresa em colaborar com um projeto da Igreja. Junto aos mitos quaresmais populares, constrói-se uma memória artificial religiosa, política e moral, tal e qual um processo “natural” da comunidade cristã, um modo de ver e estar no mundo, intrínseco à peça publicitária. A educação religiosa milenar sacraliza a produção cultural capitalista (ALMEIDA, 2009).

Dado o doutrinação da instituição ser farto em fórmulas decalcadas de definições teológicas, por vezes, os fiéis suavizavam-nas com histórias, de tom cômico, contadas entre eles (SANTOS, 1979, p. 32). Estas práticas eram uma maneira de manter a ordem social familiar ou laica, desdobramento das relações hierárquica-clericais. Um padre descreve suas experiências durante a infância, em uma cidade do interior.

[M]orria de medo da Quaresma, pois foi me ensinado que “o diabo era solto por Deus para fazer o que quisesse, tentando as pobres almas penitentes”. E pior ainda, que o Saci estava solto! O Saci era pior do que o demônio [...]. Dizia-se, também, que uma procissão de almas penadas passava na rua do bairrinho rural em todas as noites quaresmais. E aí os cães começavam a latir:

essa era a prova de que realmente elas estavam lá fora. Seguindo a cultura judaica sobre o dia do sábado, o catolicismo popular também apresenta regras rígidas para os dias de Quaresma e Semana Santa. Na Sexta-Feira da Paixão, quase tudo é proibido. Não se pode varrer a casa, lavar roupa, pescar, jogar futebol, ou fazer qualquer gesto que se reporte à diversão ou ao trabalho [...]. Outro costume muito estranho acontecia no Sábado de Aleluia [*sábado antes do domingo de Páscoa*] [...]. Nos dias da Quaresma, as mães não podiam surrar os filhos, devido às proibições próprias do Tempo; mas, no Sábado Santo, tudo poderia ser descontado. A mãe dizia aos filhos que naquele dia era permitido dar-lhes uma surra, “para lhes tirar a ‘aleluia’ do corpo!” (QUEIMADO, 2019).

É interessante notar que, para alguns padres, quanto maior o trabalho de doutrinação católica em suas comunidades, menor seriam as práticas de superstição entre os fiéis. Noticiado no jornal *O São Paulo* em 6 de dezembro de 1964, com o título *Doutrinação diminui a superstição*, um frei capuchinho chamado Frei Agatangelo de Sortino, da matriz de São Sebastião, “atribuiu o trabalho de doutrinação dos padres contra a superstição o fato de que foi bem pequeno o número de pessoas a procurar o templo na sexta-feira 13, a fim de ‘tirar o quebranto’ do dia azarento” (O SÃO PAULO, 1964b).

5. Campanha da Fraternidade

Durante a década de 1950, em alguns locais do País, a pedagogia católica e a presença assistencial e catequética da Igreja esteve evidente não somente no meio rural, mas no meio operário para discutir reivindicações sociais em curso. Aquela foi uma década que produziu aguda consciência da dimensão ético-política aplicada aos conflitos sociais e orientada para o compromisso em buscar e soluções na Igreja Católica (BEOZZO, 2005; MATOS, 2011).

É neste contexto de significativas iniciativas eclesiais que surgirá o projeto que propõe uma campanha para angariar recursos financeiros, vinculados ao sentido eclesial da fraternidade. Mais precisamente, podemos asseverar que a Campanha da Fraternidade é um desdobramento das intuições eclesiais que nasceram no bojo do movimento da Arquidiocese de Natal (PRATES, 2007, p. 22).

Nesse período foi registrado uma série de atividades de tipo socioassistencial, “visando responder à difícil problemática da cidade de Natal e seus entornos, agravada com a ocupação pelas tropas americanas durante a Segunda Guerra Mundial. Fato que gerou consequências sociais danosas de grande alcance para toda aquela região” (FREITAS, 1997, p. 50). Dentre as atividades católicas, temos a Campanha da Fraternidade, surgindo na Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, em especial na cidade de Nísia Floresta.

A primeira iniciativa de promover a Campanha da Fraternidade (1962) foi tomada por Dom Eugênio de Araújo Sales, então administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, responsável pelo Secretariado Nacional de Ação Social e presidente da Cáritas brasileira. Já no ano seguinte (1963), tal iniciativa alcança outras treze dioceses vizinhas, com um destaque especial para a Arquidiocese de Fortaleza, animada de forma entusiástica pelo arcebispo Dom José de Medeiros Delgado. A grande repercussão da Campanha da Fraternidade, que já alcança várias dioceses, anima os bispos do Brasil, reunidos em Roma em torno do Concílio Vaticano II, a assumi-la como um projeto em nível de CNBB (PRATES, 2007, p. 24).

Há dois estudos principais acerca dos tema Campanha da Fraternidade. José Adalberto Vanzella (2017), em sua tese de doutorado, apresenta a Campanha como uma das grandes expressões da Igreja no Brasil, a serviço da vida. O autor analisou o método VER-JULGAR-AGIR, os desafios impostos à Igreja que justificaram a sua origem, tanto no Rio Grande do Norte quanto nacionalmente. Vanzella também detalha a estrutura e metodologia desta iniciativa, sob uma perspectiva teológica e eclesiológica. Semelhantemente, outro trabalho é o de Lisaneos Prates (2007) que estuda a Campanha em um sentido teológico, apresentando uma visão panorâmica de seus temas entre os anos 1964 e 2003. O autor apresenta, historicamente, essa ação católica; suas principais etapas;

fundamenta teologicamente a fraternidade cristã e relaciona a fraternologia e cristologia; finalmente, analisa o caráter eminentemente eclesial e eclesiológico da fraternidade. Estudos como o de Rampazzo (2005), Cipriani (2005), Oler (2009), Wolff (2015), Orofino (2016), Da Silva (2019), Matos (2020) fazem análises mais pontuais, discutindo as Campanhas da Fraternidade de 2004, 2005, 2007, 2016, 2017, 2019 e 2020, respectivamente. Por meio dessas pesquisas, constatamos que a Campanha, como um projeto nacional da CNBB, foi lançada em 26 de dezembro de 1963 por Dom Helder Câmara e realizada pela primeira vez na Quaresma de 1964. Oficialmente, a partir desta data, iniciou-se um novo processo pedagógico, conjunto e conscientizador sobre uma configuração de Igreja formada a partir da relação de uns com os outros. Junto às práticas quaresmais do jejum, da esmola e da oração eram escolhidos um tema, um lema e um cartaz para discussão; realizavam-se ações coletivas de ajuda aos mais necessitados e visitas a casas e comércios para pedir contribuições.

Na década de 1950, no território onde surgiu a primeira Campanha da Fraternidade, a região Nordeste era considerada a face do Brasil em que transparecia com brutal nitidez o sofrimento do povo. Mostravam-se, sem disfarces, as maiores malformações no desenvolvimento de nosso país (FURTADO, 1981). Na canção de protesto *Carcará*, Maria Bethânia denunciava que em 1950, mais de dois milhões de nordestinos viviam fora de seus estados natais. João do Vale (2009) resumia o problema da migração em uma única palavra: “fome”. No livro *Geografia da fome*, Josué de Castro (1984) correlacionou a crise biológica da fome em âmbito nacional e mundial com a crise política. O autor foi presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e também embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU). Suas pesquisas renderam-lhe a condenação pelo regime militar brasileiro e seu exílio em 1973, quando tinha 65 anos.

Análises da região nordestina e de sua situação no quadro de desenvolvimento econômico nacional, entre 1948 e 1956, demonstraram que “a disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul [era] o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento nacional”. O Brasil vivia um grande desequilíbrio econômico entre suas diferentes regiões e, quando essas desigualdades regionais de níveis de vida assumiam “características de sistemas econômicos isolados [...], os grupos sociais das economias de mais elevado padrão de vida [tendiam] a articular-se na defesa dos níveis de salário e da própria estrutura do mercado criada” por essa dinâmica (GTDN, 1959, p. 7-8).

A característica de sistema econômico isolado no Nordeste se desenvolvia em um ritmo cumulativo e de difícil reversão, se avantajando com o tempo. Algumas das causas apontadas eram: maioria da população rural não possuía terra, com os recursos naturais controlados por uma minoria de “senhores de terra nacionais e por organizações estrangeiras” (CASTRO, 1984, p. 44). Outras causas são a “escassez relativa de terras aráveis; inadequada precipitação pluviométrica; extrema concentração da renda na economia açucareira”; ausência de política industrial. Segundo pesquisas do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (GTDN), criado e coordenado por Celso Furtado, entre o Nordeste e o Centro-Sul davam-se relações econômicas em um “duplo fluxo de renda”. O estudo destacou também que, por um lado, na direção interna, ou seja, para dentro do território nordestino, o setor público federal transferia recursos para a região somente em momentos de calamidade e assim esses recursos diluíam-se em obras assistenciais. Por outro lado, na direção externa, ou seja, para fora da região nordestina, o setor privado transferia recursos do Nordeste para o Centro-Sul, região onde haveria melhores oportunidades de investimento, possibilidade de industrialização mais imediata e não enfrentava as causas circunstanciais que bloqueavam o avanço de uma política de industrialização. Basicamente, a economia nordestina era dividida entre a pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. A classe proprietária destinava maior significância econômica à pecuária e a população trabalhadora à agricultura de subsistência. Dado que esta última atividade é a mais afetada pela irregularidade das chuvas, quando sua produção entra em colapso o resultado é a calamidade social. O Nordeste foi “o mais prejudicado” durante o regime militar, o qual ampliou o atraso social, sacrificando a região semiárida mais do que qualquer outra região do País (GTDN, 1959, p. 8-9, 11; FURTADO, 2004).

Enquanto setores importantes das lideranças católicas do Nordeste buscavam soluções para a miséria da população, outra parte da Igreja católica usava seus esforços, conforme noticiado no jornal da Arquidiocese de São Paulo, na luta contra “o comunismo ateu” que havia encontrado nas “injustiças sociais” “um campo fértil para germinar”. Esta segunda ala da Instituição, indicou a dicotomia *material vs espiritual* para se justificar. Cada uma destas dimensões teriam suas leis próprias e seus adeptos. No semanário, mencionava-se que, se as preocupações se referiam à “justiça para com Deus, a justiça do Reino de Deus, o comportamento das relações entre Deus e os homens”, então elas faziam parte da “missão” do Catolicismo. Caso as preocupações fossem a “felicidade temporal”, “desacertos dos governos e as limitações da política, inclemências do tempo e

incapacidade dos governantes, mesmo quando são católicos”, o Catolicismo estaria se importando com um “sistema econômico e social”, a saber o Socialismo, e não com uma religião (O SÃO PAULO, 1964c; Ibid., 1964d).

Analisaremos nos próximos capítulos as articulações e jogos políticos necessários para se alcançar o estado de conscientização que o clero e os fiéis da Arquidiocese paulistana apresentaram entre 1964 e 1985. Implantar os novos modos de educar, pensar, falar e discutir os problemas políticos e sociais dentro e fora dos templos, durante o período quaresmal, envolveu acirradas disputas. Foi a identificação dessa passagem de um tipo de pedagogia para outra que fomentou parte das discussões desta tese. Se no período antes do Vaticano II, os ritos quaresmais eram mais ascéticos, de tendência mais mística, caracterizando um marcado movimento de “entrar e sair do mundo”, paulatinamente, a partir das pedagogias das Campanhas da Fraternidade, a Igreja, inevitavelmente, se achará inserida na história.

Capítulo II: Um jogo político: a pedagogia dos temas, lemas e cartazes em três momentos da Campanha da Fraternidade

1. Temas e lemas

Na primeira metade da década de 1960 e com as mudanças políticas ocorridas a partir de 1964, grupos como o Movimento de Educação de Base (MEB), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Brasileira (ACB) foram desarticulados. Della Cava afirma que “em menos de uma década, as três experiências [*JUC, JOC e MEB*], centrais na luta pela renovação católica, tinham chegado ao fim. Deixava a Igreja a juventude católica dos anos 60”. Ele continua dizendo que em “nenhum momento da história brasileira recente, a hierarquia católica esteve tão sozinha na formulação das relações da Igreja com a sociedade brasileira” (1974, p. 45).

Jornais, rádios e revistas foram censurados. O periódico *Brasil, Urgente*, lançado em 17 de março de 1963, foi fechado em abril de 1964. Ele estava sob a direção do dominicano Carlos Josaphat, frei próximo à esquerda católica em movimentos como a JUC e a organização Ação Popular (AP). Sua equipe contava com nomes como os de Roberto Freire, médico psiquiatra e assessor de Paulo Freire no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos. O *Brasil, Urgente* era apartidário e de alcance nacional, norteava-se pelo lema “A verdade, custe o que custar; a justiça, doa a quem doer”. Tratava-se de um jornal engajado politicamente que divulgou as encíclicas sociais do Papa João XXIII, fez a defesa das reformas de base do governo João Goulart, em especial da reforma agrária. Era um jornal corajoso e logo na primeira página da primeira edição estampava: “Eis o nosso jornal, leitor amigo. O seu jornal. O jornal do povo, a serviço da justiça social. Este primeiro número não reflete ainda tudo aquilo que *Brasil, Urgente* espera proporcionar a seus leitores. Mas já se constitui numa amostra”. Não demorou muito para o incômodo dos grupos dominante surgir, pois a última edição do jornal, publicada em 28 de março de 1964 denunciava e renunciava: “Fascistas preparam golpe contra Jango!”. Na capital de São Paulo, os muros da igreja São Domingos em Perdizes foram pichados com a frase “Fora padre comuna!”. Era neste local que Frei Carlos Josaphat celebrava missas, realizava suas homilias concorridas e ministrava cursos de Doutrina Social da Igreja. Toda pressão e perseguição ocasionou sua fuga para a Europa e seu autoexílio (COHN, 2009; BETTO, 2020; SOMATERAPIA, 2021).

Primeiro momento político-pedagógico dos temas e lemas (1964 - 1972)

É no clima decorrente de um golpe militar, chamado eufemisticamente de Revolução de 31 de março de 1964, que assistimos o lançamento da 1ª. Campanha da Fraternidade, um projeto político e pedagógico católico que se estende por mais de cinco décadas. Seu início pode ser considerado cauteloso tendo em vista a violência das lutas políticas em curso naquele ano. Tal como descrito por Luiz Roberto Benedetti, quando um regime politicamente fechado está em vigor, “a significação política de gestos, discursos, pronunciamentos – que em época de normalidade política soariam como rotineiros e banais – torna-se exagerada” (2000, p. 287).

Seu lançamento nacional foi no dia 12 de fevereiro de 1964, primeiro dia da Quaresma. Os conteúdos abordados na primeira Campanha pouco ou nada mencionavam o meio social e histórico. Mais à frente, veremos que o instrumental pedagógico desse ano deixou escapar algumas frases e expressões mais progressistas¹¹, tal como “Igreja atuando no meio rural, no meio estudantil, no meio operário, no meio independente” (CNBB, 1964a, p. volante 1). Porém, aquele ano era o da eleição de membros da presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, na transição, embaralhavam-se as peças do jogo. Agentes progressistas e conservadores¹² disputavam postos na organização.

¹¹ Entenderemos o termo *progressista* como a classificação àqueles agentes que demonstram ser favoráveis a transformações, reformas e rupturas com padrões tradicionais do campo religioso, político e social, promovendo valores como a liberdade, justiça e igualdade. Como exemplos, mas que não se limitarão ao que apontamos, agruparemos como agentes progressistas, pessoas ordenadas ou não que, ao longo dos anos 1964 a 1985, se identificaram com pobres e excluídos, produziram materiais para educar os católicos sobre a prática na defesa dos direitos dos oprimidos; por vezes contestaram políticas vindas do Vaticano; na história da Igreja no Brasil foram classificados por apresentarem inclinações marxistas/comunistas; enfrentaram e denunciaram o regime militar; incentivaram as pedagogias vindas de Medellín e Puebla; militaram em movimentos católicos de cunho da defesa social, em coligações político-partidárias e defenderam os Direitos Humanos. Estes agentes se articularam propondo ações pastorais na formulação do que posteriormente seria a Teologia da Libertação; questionaram o “silêncio obsequioso” imposto a Leonardo Boff; tiveram proximidade ou apoiaram as práticas de Dom Pedro Casaldáliga, Dom Helder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns. Ressaltamos também que constantemente os advérbios *mais* ou *menos*, estarão associados a termos como *progressista* ou *conservador*. Nossa finalidade não é qualificar algum agente na totalidade de suas práticas, “nascido” como tal ou sendo seu exemplo mais ideal, uma vez que muitos deles se apresentavam conservadores em determinados momentos e mudaram seus posicionamentos conforme se davam suas relações, os locais onde se encontravam, os poderes eclesiásticos e de Estado vigentes.

¹² Semelhante à nota anterior, o termo *conservador* é atribuído aos agentes que prezam pela manutenção das estruturas sociais e da hierarquia, promovendo valores como a defesa das tradições, o não-confrontamento aos governos eclesiásticos e de Estado. Como exemplos, durante os anos de 1964 a 1985, muitos deles denunciaram ao governo militar ou estimularam prisões de outros agentes, tais como bispos e religiosos; apoiaram o golpe de 1964 e muitas vezes o classificaram como uma “Revolução”; fizeram parte de outros grupos, tais como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), que tinha por objetivo combater o socialismo e o comunismo, ressaltando a filosofia de Tomás de Aquino e de valores da ordem natural; defenderam o catolicismo tradicional, em oposição ao engajamento social. Alguns deles incentivaram

Para compreendermos as transformações pedagógicas das Campanhas, vejamos uma análise de seus temas e lemas. Classificamos como *primeiro momento político-pedagógico* (*Quadro 3*, pág. 61) o intervalo de tempo entre os anos de 1964 e 1972. Neste período, a Igreja buscou renovar seus discursos e práticas utilizando, em sua maior parte, uma linguagem proveniente do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do Plano de Pastoral de Conjunto¹³ (1966-1970). A hierarquia esteve diante de uma adaptação de toda sua estrutura, de suas relações, das interpretações bíblicas e de sua tradição. Na divisão de seus poderes internos, aos leigos foram destinadas novas responsabilidades.

Os textos-base¹⁴ das Campanhas, nesse *primeiro momento*, não discutiram conflitos sociais e pouco estimularam engajamento a causas comunitárias e políticas. O autor Lisaneos Prates e a própria CNBB descrevem esse *momento* como de uma Igreja em perspectiva *ad intra*, que busca por sua identidade (2007; 2018). Dos temas e lemas no *Quadro 3*, percebemos que dali surgiram uma linguagem mais voltada ao discurso religioso católico – Igreja (1964), Paróquia (1965), Vocação (1972) – e de reafirmação de dimensões cristãs – fé (1965), crer (1968), servir (1972). Lembremos que, nacionalmente, a Campanha também tinha um intuito de arrecadar dinheiro, a fim de se

pedagogias que discutiam mais acerca das estruturas internas da Igreja do que problematizações sociais; propagaram a cultura e política norte-americana de combate às revoluções na América Latina; a respeito das transformações sociais neste continente, mostraram-se contra a politização nos debates teológicos; articularam-se contra movimentos populares, ligas camponesas, sindicatos rurais, movimentos de educação de base; apoiaram a permanência de membros da hierarquia para orientar e controlar movimentos religiosos de leigos. Em certos momentos, ignoraram práticas renovadoras do Concílio Vaticano II e do Plano de Pastoral de Conjunto; criticaram ideias e documentos produzidos por João XXIII e Paulo VI; se identificaram com o pontificado de João Paulo II (1978 a 2005), quando da condenação à Teologia da Libertação, e com os discursos e documentos do então Cardeal Joseph Ratzinger (cardinalato a partir de 1977) que seria o futuro Papa Bento XVI e com sua política disciplinadora; apoiaram o “silêncio obsequioso” de Leonardo Boff;

¹³ Este Plano trata de diretrizes organizadas pelos bispos brasileiros para implantar mais profundamente as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. Ao passo que o Concílio encontrava resistências para transformar as estruturas sociais da Igreja no mundo, temos o Plano de Pastoral de Conjunto, lançado pela CNBB, esbarrando em oposições semelhantes. Ele foi elaborado pelos bispos brasileiros ainda em Roma, entre sessões conciliares e da Conferência. O período para a implantação, discussão e assimilação mais intensa foi estimado ocorrer entre os anos de 1966 e 1970. A Igreja do Brasil deveria se ajustar “rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II”. Progressistas e conservadores estavam em polvorosa dentro da Instituição Católica (CNBB, 1966a, p. 2).

¹⁴ O principal material didático norteador de uma Campanha da Fraternidade, em âmbito nacional, é o texto-base, subsídio disponibilizado pela CNBB. Este material é produzido conforme se dão as discussões católicas da época, a influência de outros conteúdos como novas encíclicas e documentos papais, assembleias regionais e continentais. Todavia, a decisão e o modo como as discussões são levadas à sociedade, cabem à Presidência da Conferência, como última palavra. A depender do *momento pedagógico* em que ele está referenciado, um texto-base tem maior ou menor participação de determinados agentes.

tornar independente da ajuda de igrejas estrangeiras¹⁵. Nesse sentido, os bispos fizeram uso de uma pedagogia que pôs sobre os ombros dos fiéis uma responsabilidade financeira em forma de tema de Campanha – corresponsabilidade (1967), doação (1968), participação (1970).

Quadro 3 - Primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase conservadora

Ano	Tema	Lema
1964	Igreja em Renovação	Lembre-se: Você também é Igreja
1965	Paróquia em Renovação	Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor
1966	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros
1967	Corresponsabilidade	Somos todos irmãos, somos todos iguais
1968	Doação	Crer com as mãos!
1969	Descoberta	Para o outro, o próximo é você
1970	Participação	Ser Cristão é Participar
1971	Reconciliação	Reconciliar
1972	Serviço e Vocação	Descubra a felicidade de servir

Se comparamos o *primeiro momento político-pedagógico* das Campanhas (1964 e 1972) com o *segundo* (1973 a 1984) e o *terceiro* (1985 em diante), os quais veremos a seguir, a fase inicial é de recolhimento e quase de ostracismo frente à militância de outros movimentos católicos. Esse fechamento às discussões sociais foi decorrente das arbitrariedades violentas do governo civil da época somadas a uma presidência na CNBB que o apoiava, ambos operando, tal como uma força intensa que empurra o pêndulo pedagógico para um polo mais conservador. A Conferência de Medellín¹⁶ aconteceu

¹⁵ Duas iniciativas de igrejas estrangeiras são mencionadas em textos da CNBB: *Adveniat* e *Misereor*. As organizações que podem receber auxílio vindos destas iniciativas são, em geral, aquelas ligadas à Igreja ou a Organizações Não Governamentais, movimentos sociais e institutos de investigação. Em 1961, a Conferência Episcopal Alemã fundou a ação episcopal *Adveniat* com “o objetivo de prestar auxílio pastoral a Igrejas locais na América Latina e no Caribe”, oferecendo “uma contribuição independente e essencial para a cooperação no plano da Igreja universal” (ADVENIAT, 2010). Também de origem alemã, *Misereor* é uma agência financiadora de projetos locais na África, Ásia, Oceania e América Latina, desde 1958 (MISEREOR, 2020). No texto-base de 1967, a não autonomia financeira da Igreja do Brasil era questionada com a seguinte expressão e resposta: “Como isso pode ocorrer na maior nação católica do mundo? Porque os católicos, em geral, ainda não se situam como membros ativos do Povo de Deus, não se sentem integrados na Igreja como uma grande família, onde todos contribuem para sua manutenção e para ajuda aos irmãos mais pobres” (CNBB, 1987).

¹⁶ Na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, no ano de 1968, na Colômbia, muito se discutiu acerca da defesa dos direitos dos pobres e dos oprimidos e sua ideia mestra foi “a opção preferencial pelos pobres”. A partir de então, incentivou-se a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros movimentos de base nos quais as funções religiosas demandariam menos dos agentes ordenados e um protagonismo maior dos leigos. No continente, percebemos a presença de uma pedagogia

dentro desse período, em 1968, porém os efeitos positivos dela nos instrumentais pedagógicos seriam percebidos a partir do *segundo momento*. Esta reunião teve “para a América Latina o mesmo impacto do Vaticano II (1962-1965) para o conjunto da Igreja” (BENEDETTI, 2000, p. 291).

Somente nos anos finais deste *primeiro* intervalo de tempo é que encontramos documentos mais corajosos divulgados pela CNBB. Eles não foram produzidos propriamente para as Campanhas da Fraternidade, mas de certo modo, contribuíram para uma abertura pedagógica. Na XIª Assembleia Geral¹⁷ da CNBB em Brasília, ocorrida entre 16 e 27 de maio de 1970, os bispos discutiram alguns *Aspectos da vida Nacional*, denunciando prisões políticas, assaltos, sequestros, mortes e torturas, afirmando não ser fácil “definir linhas de atitude e de ação numa situação tão complexa como a que vive o Brasil”. Disseram que o exercício da justiça era

violentado, com frequência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa (CNBB, 1970, p. 83-6)

Os bispos constataram: desconhecemos “em outros tempos e contextos culturais e sociais, [que] se tenha admitido a legitimidade da tortura”. Provavelmente, eles perceberam ali o erro cometido, quando parte do clero apoiou o golpe, pois mencionaram, em seguida, que o “amadurecimento da consciência do homem no tempo”, em progressivo aprimoramento os levou “defender como uma conquista da Humanidade a repulsa total ao emprego da tortura de uma pessoa humana”. Também os conduziu a poder “divergir de algumas orientações ou posições do Governo”.

Após este texto da CNBB se tornar público, outras instituições católicas internacionais manifestaram solidariedade: “que o governo de nosso País continue a fazer pressão junto às autoridades brasileiras, por intermédio de instâncias internacionais, como a ONU” e que o “quanto antes, se possa pôr fim à escalada insustentável da tortura, fenômeno que é uma injúria à pessoa humana e à civilização”. Esta foi parte de uma

de denúncia à violência e de libertação de estruturas opressoras, com protagonismo de membros da Teologia da Libertação.

¹⁷ A CNBB define uma *Assembleia Geral* como a reunião mais importante e decisiva da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É a “expressão do vínculo da paz, do amor e da unidade” que irmana os episcopos. É ela que “estabelece o funcionamento da Conferência, traça as linhas diretivas da ação pastoral a ser desenvolvida em todo o território nacional e delibera sobre temas” determinados pela própria Santa Sé (CNBB, 1973a, p. 38).

mensagem dos membros do Conselho de administração da Conferência Católica Canadense (*Canadian Conference of Catholic Bishops* - CCCB), assinada pelo Arcebispo de Ottawa, Joseph-Aurèle Plourde, no dia 4 de setembro de 1970. Este texto continuava apontando: “se ela [*a tortura*] perdurar, entre outras cousas, levará os fracos à violência e lançará um descrédito prejudicial e não merecido sobre vosso povo, reconhecido por sua humanidade e pelo respeito à liberdade individual” (1970). Em reunião entre os dias 21 e 24 de setembro, os bispos alemães (*Deutsche Bischofskonferenz* - DBK) enalteceram a busca da CNBB por uma “ordem social justa e a defesa da justiça” (1970). Na pessoa do Cardeal John Hurn, então Arcebispo de Westminster, os bispos da Inglaterra e do País de Gales, no dia 13 de outubro, se diziam “ansiosos por ajudar em tudo que for possível”, se dispondo a escrever “uma mensagem dirigida ao Governo do Brasil, às Nações Unidas ou a qualquer outra organização” (HERNAU, 1970). Finalmente no dia 21 de outubro, o Papa que se pronunciou. Todavia, como veremos nos próximos capítulos, Paulo VI denunciou torturas em um “grande País seriamente preocupado com o seu progresso econômico e social” (PAULO VI, 1970), sem mencionar qual seria esta nação. Também, em 11 de novembro do mesmo ano, a Conferência Episcopal do Japão (*Catholic Bishops' Conference of Japan* - CBCJ) declarou ter tomado conhecimento “das denúncias de prisões injustas e torturas de que foram vítimas alguns de vossos padres e fiéis” (1970). Declarações como as destas outras conferências e a do Papa contribuíram para legitimar¹⁸ a criação de uma nova pedagogia católica no Brasil e nas Campanhas. Encontraremos discursos mais problematizadores nos próximos *dois momentos*, desdobrando-se na formação de uma maior consciência de fraternidade¹⁹.

¹⁸ Entenderemos o ato de *legitimar* como gerador de uma prática que está autorizada para ser exercida, posto que determinado agente tem autoridade e poder para tal naquele campo social. Por exemplo, quando alguns bispos utilizam o discurso de outros bispos ou do papa, a fim de se expressar perante aos fiéis ou a instituições como o Estado, se posicionando contra ou a favor a determinada prática, está ali, subentendido, que eles estão autorizados e os outros poderes da hierarquia compactuam com tal ideia. No momento em que o Papa Paulo VI denuncia as torturas em um grande país, estaria ali subentendido que seus inferiores na hierarquia estão autorizados a denunciá-las. Quando evocam essas autoridades ou adicionam a seus discursos outras expressões ou apoios, é provável que os fiéis reconheçam a autoridade do campo religioso e as leis que cerceiam suas práticas. A imprudência pode ser taxada como pecado. Se o discurso de algum ordenado aparenta certa estranheza aos fiéis, em geral, eles podem classificá-lo como não legítimo, ilegítimo, não autorizado. É neste momento que percebemos alguns fiéis apontando discursos de outros agentes religiosos “rivais” como falas contendo cunho comunista. O contrário seria cunho fascista. Estas qualificações são uma maneira de deslegitimar as práticas discursivas, uma vez que a Igreja é conhecida pelo seu combate e temor, principalmente, à ideologia marxista.

¹⁹ Utilizaremos o termo *consciência de fraternidade* para compreender o momento em que os indivíduos de uma comunidade tomam consciência das situações em que vivem, caracterizada por novos comportamentos que rompem o círculo de uma situação considerada como infra-humana, marginalizada ou de opressão. Conscientização que muitas vezes significa o começo da busca de uma posição de luta, de mobilização, de expressão das insatisfações sociais, da defesa de interesses específicos. Esta definição é

Segundo momento político-pedagógico dos temas e lemas (1973 - 1984)

O segundo momento, representado no *Quadro 4* (pág. 65), é um período de passagem, uma transição gradual entre conteúdos programáticos a respeito de problemas sociais – escravidão (1973), mundo do trabalho (1978) e migrações (1980) – e assuntos comuns aos discursos católicos – repartir o pão (1975), comunidade (1976), família (1977). De maneira geral, o programa pedagógico arrisca a falar sobre assuntos que conflitaram com as práticas autoritárias e desumanas do então governo nacional – violência (1983), vida (1974 e 1984), libertação (1973 e 1982). As práticas e a linguagem começam a ser direcionadas ao “todo” (*vide o uso da palavra “todos” em alguns dos lemas do Quadro 4*). É tempo de o pêndulo começar a sair do polo estritamente conservador, movimentando-se em direção para o progressista. Porém, as práticas ainda serão tímidas. Outra força, a do Estado, durante a presidência de Ernesto Geisel (1974 a 1979), contribui no movimento do pêndulo, dado que este período é descrito pelo governo como o de uma abertura lenta, gradual e segura.

Iniciativa que colaborou para a formação da consciência de fraternidade foi a dos Bispos do Nordeste, que em 6 de maio, escreveram o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* (1973). Roberto Romano analisa²⁰ este texto, mencionando que, aqueles Bispos fizeram denúncias contra o governo autoinvestido de poder absoluto, que controlava outras instâncias pelo exercício da violência e do terrorismo (1979). Porém, nesta tese, ao investigarmos mais profundamente a aplicação das Campanhas na Arquidiocese de São Paulo (*Capítulo III*), veremos que seu Arcebispo, Dom Agnelo

um tipo ideal, não sendo atingida em sua totalidade, mas verificamos tendências de aproximação a este modelo que certas práticas podem assumir. Entenderemos essa tomada de consciência como um desdobramento de pedagogias que induzem atitudes críticas com relação a situações que, até então, pareciam fruto de uma fatalidade da natureza ou por vontade de Deus. Tornou-se crescente a pauta a respeito dos interesses da classe oprimida, tais como a problematização da fome, dos direitos da mulher, do negro, do menor e do desempregado. A politização pedagógica religiosa seguiu a mesma direção do aumento da participação de religiosos em sindicatos, centros e associações de cultura popular, movimentos sociais populares, de educação de base e de libertação. O termo *fraternidade* que utilizamos é uma forma de referenciar a direção para o *terceiro momento político-pedagógico*, período de maior tomada de consciência, em cujos próprios temas há um constante uso desta palavra. Em jornais populares constatamos um trabalho coletivo e denunciante, o que evidencia o aperfeiçoamento de um meio de comunicação (FREIRE, 1967; VAZ, 1968).

²⁰ O documento *Eu ouvi os clamores do meu povo* (BISPOS DO NORDESTE, 1973) foi discutido exaustivamente no livro *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)*, escrito por Roberto Romano (1979). O referido livro é uma versão da tese de doutoramento do autor, defendida em Paris, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1978, com o título de “Le Signe et la Doctrine, primes du discours théologique dans le Brésil Contemporain”. Neste documento escrito pelos Bispos do Nordeste e publicado no final do Governo Médici, Romano menciona que “diante de uma estrita impotência do oprimido, aparece o poder discursivo da Igreja”, falando em nome de Deus (ROMANO, 1979, p. 43).

Rossi, apoiou e manteve contato direto com o governo militar e pouco estimulou uma pedagogia crítica ao momento histórico.

O autor Lisaneos Prates, inspirado pelo discurso e documentos da CNBB, aponta este período (1973 a 1984) como o de uma perspectiva *ad extra* das Campanhas, com uma Igreja preocupada “com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça” (2007, p. 58; 2018). Porém, consideramos este *segundo momento político-pedagógico* (1973 a 1984), como um tempo oscilante entre a denúncia e consentimento, com conteúdos que transitaram entre a crítica, a transformação na estrutura social e a promoção de valores tradicionais.

Quadro 4 - Segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase de passagem

Ano	Tema	Lema
1973	Fraternidade e libertação	O egoísmo escraviza, o amor liberta
1974	Reconstruir a vida	Onde está teu irmão?
1975	Fraternidade é repartir	Repartir o Pão
1976	Fraternidade e Comunidade	Caminhar juntos
1977	Fraternidade na Família	Comece em sua casa
1978	Fraternidade no mundo do trabalho	Trabalho e justiça para todos
1979	Por um mundo mais humano	Preserve o que é de todos
1980	Fraternidade no mundo das Migrações, Exigência da Eucaristia	Para onde vais?
1981	Saúde e Fraternidade	Saúde para todos
1982	Educação e Fraternidade	A verdade vos libertará
1983	Fraternidade e Violência	Fraternidade sim, violência não
1984	Fraternidade e Vida	Para que todos tenham vida

No jornal *O São Paulo*, no ano de 1973, com Dom Paulo Evaristo Arns à sua frente, deparamo-nos com uma série de artigos tratando da temática Direitos Humanos e sua proteção, escritos pelo advogado José Dalmo Fairbanks Belfort de Mattos²¹. Os artigos historiaram os caminhos percorridos pela Declaração Universal dos Direitos

²¹ Belfort de Mattos foi professor e presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), professor nas Faculdades Paulista de Direito, atualmente denominadas Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a de Campinas (PUC SP e PUC Campinas). Publicou artigos científicos desde assuntos como o Direito Internacional, efeitos jurídicos decorrentes da Segunda Guerra e até sobre as normas e regulamento do Direito Astronáutico. Interessante apontar um texto de Belfort de Mattos, chamado *As macumbas em São Paulo*, publicado em 1938, no qual o autor se debruçava sobre os processos criminais contra os “macumbeiros” e a repressão policial sofrida por eles, decorrentes de alguns artigos do código penal vigente. Pesquisas foram realizadas com os casos registrados no “Serviço de Repressão ao Baixo Espiritismo, anexo à Delegacia dos Costumes”, em São Paulo. O professor pretendia compreender quais formas de religiosidade negras eram operadas na cidade paulistana, quais suas origens, que processos de repressão ocorreram e a influência destes cultos na região (BELFORT DE MATTOS, 1945; Ibid., 1958; VELASCO, 2019).

Humanos, proclamada em 1948 pela ONU, além de recordarem e reafirmarem a luta pelo respeito aos direitos inalienáveis de qualquer pessoa, seus limites e suas origens, desde Aristóteles a São Tomás de Aquino. No ano de 1973, comemorava-se os 25 anos desta Declaração e, na XIIIª Assembleia Geral da CNBB, 215 bispos brasileiros se debruçaram sobre ela.

Em 1977, a Conferência dos Bispos aprovou o documento intitulado *Exigências cristãs de uma ordem política*, com o intuito de “orientar o encaminhamento de soluções cristãs para problemas” que preocupavam o País (CNBB, 1977). Apesar de não ser tão categórico, mencionou-se questões sobre liberdade e segurança, os perigos do prolongamento de um regime de exceção e acerca do desenvolvimento do País. Outros acontecimentos como a Conferência de Puebla²², ocorrida em 1979, também contribuiu na formação da consciência de fraternidade. Os bispos progressistas utilizaram constantemente os documentos de Medellín e Puebla para compor seus discursos, o que permitiu a criação de novas bases institucionais, novas relações dentro da Igreja, empurrando para ela a identificação com os interesses dos mais pobres, sendo visto até como um nascimento de uma nova Igreja (BOFF, 1977; LIMA, 1979).

Terceiro momento político-pedagógico dos temas e lemas (1985 em diante)

A partir de 1985, a pedagogia das Campanhas entra em um *terceiro momento* (Quadro 5, pág. 67), com a abertura política, o restabelecimento da democracia e a instalação da constituinte no plano da sociedade civil. Percebemos também o próprio fortalecimento e reestruturação da Igreja advindos das lutas pela redemocratização, as práticas, de mais tímidas, passaram a mais denunciante, evidenciando problemas sociais agudos – fome (1985), conflito de terras (1986), preconceito racial (1988). O movimento

²² A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1979, no México, partiu das resoluções do encontro anterior, de Medellín. O Papa João Paulo II recomendou correções de algumas interpretações decorrentes da Conferência na Colômbia. A exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* de 1975, escrita pelo Papa Paulo VI antes de falecer em 1978, foi outra referência importante e estimulou uma Igreja mais dinâmica, atenta e sensível aos problemas humanos. Em Puebla, as ideias de libertação dos pobres e as críticas sociais permaneceram. João Batista Libânio comenta que a ala conservadora da Igreja pretendia, com a Conferência de 1979, reverter a pedagogia de Medellín: “achava-se que a opção pelos pobres era uma infiltração marxista, politização da fé, ideologização do evangelho”. Naquele encontro, a expressão “opção preferencial pelos pobres”, de Medellín, passa a “opção pelos pobres”, em Puebla (LIBÂNIO, 2008).

para o polo progressista é impulsionado ainda pela pedagogia papal ambígua²³ de João Paulo II.

Durante a década de 1980²⁴, vemos cada vez mais presente problematizações sociais entrando em pauta – negro (1988), mulher (1990). Do *segundo* para o *terceiro momento*, no jornal *O São Paulo*, são constantes as charges com traços que evidenciam a regionalidade brasileira, os migrantes, crianças e adultos famintos, além da truculência do antigo governo. Nos temas deste *terceiro momento*, a palavra “fraternidade” é constante.

Quadro 5 - Terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase direcionada ao progressismo

Ano	Tema	Lema
1985	Fraternidade e Fome	Pão para quem tem fome
1986	Fraternidade e Terra	Terra de Deus, Terra de irmãos
1987	Fraternidade e o Menor	Quem acolhe o menor, a mim acolhe
1988	Fraternidade e o Negro	Ouvi o clamor deste povo!
1989	Fraternidade e a Comunicação	Comunicação para a verdade e a paz
1990	Fraternidade e a Mulher	Mulher e Homem: Imagem de Deus
1991	A Fraternidade e o Mundo do Trabalho	Solidários na dignidade do Trabalho
1992	Fraternidade e Juventude	Juventude - caminho aberto

Constatamos a evocação dos recursos proporcionados pelo “braço secular”. Roberto Romano e Luiz Benedetti apontam que o braço secular é evidente em momentos de maior abertura política (1979; 2000). Este braço é composto por agentes como professores, assistentes sociais, cientistas sociais ou pessoas com curso universitário completo que deixavam colégios católicos e paróquias, mas se engajavam em alguns grupos ligados à Igreja, resultando em reformas mais efetivas na sociedade. Muitos bispos

²³ O termo *ambíguo* que usamos deve-se a duas questões. Primeira, a pedagogia deste Papa é considerada como conservadora ou mesmo moderada por alguns agentes do clero. Em conversas informais, estes agentes associaram o conservadorismo do Papa à publicação de dois documentos que condenavam a Teologia da Libertação. Durante o papado de João Paulo II, o então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger – futuro Papa Bento XVI – escreveu instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação (RATZINGER, 1984) e sobre a liberdade cristã e a libertação (RATZINGER, 1986), reafirmando uma política mais conservadora naquele período. Entre estes dois anos da publicação destas instruções, João Paulo II, em 1985, utilizou termos próximos ou idênticos ao do marxismo, tais como “transformação das estruturas”, “classes”, “conversão das mentes”, como forma de educar os fiéis acerca do combate à fome. Este seu discurso foi publicado no jornal *O São Paulo* (JOÃO PAULO II, 1985a). Sua aparente ambiguidade deve-se à tentativa de otimizar seu diálogo com o clero latino-americano, região marcada pela arbitrariedade política proveniente dos diferentes conflitos, revoluções e ditaduras desde o início do século XX.

²⁴ Roger Olson, em seu livro *História da teologia cristã*, menciona que na “década de 1980, teólogos feministas americanos voltaram a atenção cada vez mais para o problema do preconceito sexual e do patriarcalismo, tanto na igreja quanto na sociedade” (2001, p. 620).

começavam a validar seus discursos com a denominada *demoscopia*. De modo geral, esta é uma forma de mensurar por meio de índices percentuais, o que o povo está pensando. Os dados são obtidos por pesquisas realizadas por universitários, muitos deles das ciências sociais. O então Cardeal Arns utilizou a palavra *demoscopia* durante uma missa, a fim de confirmar a importância de discutir problemas sociais dentro das instâncias religiosas (1985a).

Comparando os conteúdos pedagógicos no *Quadro 4* e *Quadro 5*, vemos que algumas das temáticas das Campanhas, neste último, ilustram melhor como uma sociedade estava discutindo seus problemas sociais e como está se engajando. Podemos ver a sintonia de assuntos entre cada ano, tema e lema da Campanha com algumas notícias que a imprensa publicava:

- enquanto a Campanha da Fraternidade de 1985 tinha um tema *Fraternidade e fome* e um lema *Pão para quem tem fome*, o jornal *O Estado de S. Paulo*, no mesmo ano, publicava o encontro de Francisco Dornelles, Secretário da Receita Federal no mandato do ex-presidente Tancredo Neves, com o então presidente José Sarney. Dornelles mencionou que o país se encontrava numa encruzilhada política, econômica e social e que a “desnutrição, a fome e as doenças carenciais são corolários naturais dessa política agrícola equivocada” (O ESTADO DE S. PAULO, 1985);
- Campanha da Fraternidade de 1986 com um tema *Fraternidade e Terra* e um lema *Terra de Deus, Terra de irmãos*. Na imprensa: “Minicarta de Minas” enviada ao Presidente José Sarney, contendo críticas à reforma agrária. A carta foi resultante de dois dias de debates sobre a Constituinte que reuniu cerca de 150 alunos, entre 11 e 18 anos, de escolas municipais, estaduais e particulares. Mencionava-se a reforma agrária como sendo apenas de aparência e denunciava as multinacionais de ditarem as regras econômicas e políticas do país. A iniciativa foi da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, da Secretaria de Estado da Educação e da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Oito relatores assinaram a carta. Eles analisaram também temas como educação, violência e saúde (O POTI, 1986);
- Campanha da Fraternidade de 1987, tema *Fraternidade e o Menor*, lema *Quem acolhe o menor, a mim acolhe*. Na imprensa: a superlotação da Divisão de

Segurança e Proteção ao Menor (DSPM) e a crítica que seu diretor, o delegado Gilberto Dantas, fez a respeito do sistema de proteção ao menor no Brasil: “ele [sistema de proteção] entrou em colapso e está em falência [...]. Elas [autoridades] só sabem fazer seminários para resolver o problema do menor abandonado, mas agir que é bom, ninguém age”. Havia relatos de depredações, falta de água e de higiene e brigas entre os menores pelo direito de dormir em camas de cimento sem cobertor (JORNAL DO BRASIL, 1987);

- enquanto a Campanha da Fraternidade de 1988 abordou o tema *Fraternidade e o Negro* e o lema *Ouvi o clamor deste povo!*, no estado do Amazonas, o *Jornal do Commercio* publicava denúncias de hipocrisia e conservadorismo na sociedade brasileira. O texto foi escrito pelo jornalista e filósofo Cláudio Barbosa, que apontava a tentativa de se disfarçar o racismo no País, embora os salários pagos a um operário negro eram 20% menores que os pagos a um operário branco. Além disso, o autor mencionava as piadas que envolviam o detrimento da raça e as contradições ao abordar a crise racial que exclui a participação de negros, citando falas de Pelé e propagandas da Globo patrocinadas pelo Banco do Brasil (BARBOSA, 1988);

- Campanha da Fraternidade de 1990 com um tema *Fraternidade e a Mulher* e um lema *Mulher e Homem: Imagem de Deus*. Na imprensa: a visita da médica uruguaia, Cristina Grela, declarando ser a Igreja misógina e manipuladora. Grela era coordenadora, na América Latina, do movimento Católicas pelo Direito de Decidir. Ela citou a existência de um ódio ancestral contra a mulher, impondo decisões que só a elas cabe tomar: “Os homens da cúpula estão distantes da realidade, principalmente da América Latina, onde milhões de crianças nascem sem ter casa, comida e educação garantidas” (PORTELA, 1990);

- Campanha da Fraternidade de 1991, tema *Fraternidade e o Mundo do Trabalho*, lema *Solidários na dignidade do Trabalho*. Na imprensa: o recorde de desemprego em cinco anos; camelôs que enfrentavam a Polícia; crianças vendendo frutas ou doces em sinais de trânsito; e desempregados aguardando o seguro-desemprego, nas escadas do Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro, sem saber se o receberiam e qual seria o valor. Essas manifestações eram reflexos sociais da crescente taxa média de desemprego nas capitais brasileiras como São Paulo, Rio, Belo Horizonte,

Porto Alegre, Recife e Salvador. Em 1990, o comércio fluminense havia demitido mais de 17 mil pessoas e a indústria paulistana teve um saldo negativo, entre admissões e demissões, de 11 mil trabalhadores (O GLOBO, 1991);

No *terceiro momento*, o grupo conservador dentro da CNBB perde espaço e o pêndulo pedagógico se move, coadunando e coincidindo com muitas das aspirações da classe oprimida, em uma sintonia de formação da consciência de fraternidade. Com esta nova pedagogia das Campanhas, a CNBB se estabelecia como um dos mais estridentes grupos de pressão, conforme matéria de 1987 do *Jornal do Brasil*, evidenciando um posicionamento político-ideológico de destaque nas campanhas quaresmais dos últimos 10 anos (CARNEIRO, 1987).

2. Cartazes e a educação da memória

A Igreja reside na consciência do povo e, ainda que seu domínio reclamado seja o religioso, em certo momento, ela não reconheceu no então governo militar os valores que ela mesma pregava e recomendava, tais como uma ordem moral e política; um compromisso com os mais pobres; um respeito aos Direitos Humanos. Com o passar dos anos após o golpe, a Instituição Católica rompeu com a ordem instituída e o poder momentâneo e tirânico do Estado (ROMANO, 1979). Reconhecer que a Igreja reside nas consciências é uma poderosa estratégia de luta. Os Bispos do Nordeste com certeza sabiam disso e, em seus documentos, utilizaram essa tática a seu favor:

É claro que os detentores do poder escravizante, como Faraó, não admitiam o reconhecimento de valores salvíficos, na luta do povo. Não querem ver a presença de Deus na energia indormida dos pobres. Estes, entretanto, “os pobres de Javé”, são o lugar privilegiado da revelação de Deus, a cátedra cotidiana da sua Palavra, nos acontecimentos da vida, na esperança que ilude, nos anseios de libertação, de paz, de fraternidade. Para os opressores, no entanto, que a toda hora lançam mão da repressão, Deus, nos seus argumentos ideológicos, é arrastado para o seu lado, é instrumentalizado, é posto a serviço da “ordem estabelecida”, porque isto lhes convém. Contudo, a própria Virgem Maria, Mãe de Deus e moça humilde do povo, subvertera essa concepção, exprimindo tão bem a sabedoria de Deus: “Ele depôs os poderosos do trono e exaltou os humildes; aos famintos saciou de bens e aos ricos despediu de mãos vazias” (Lucas 1,53-53) (1973, p. 195).

Utilizando métodos milenares de educação visual da memória, os Bispos do Nordeste contrapuseram personagens como o “Faraó”, os “opressores” e os “ricos” a palavras e expressões como “Javé”²⁵, “luta do povo” e “pobres”. E ao buscar na memória dos fiéis essas imagens bíblicas – de cunho negativo – que podem ser derrotadas por outras – de cunho positivo –, ou seja, por um povo pobre e dotado de energia indormida, cheios de esperança, ansiosos por liberdade, paz e fraternidade, aqueles agentes episcopais abriram um imenso campo de manobra político-pedagógico que transpôs o domínio religioso.

Quando o discurso eclesial contempla tais contraposições, ele se aproxima de uma pedagogia do oprimido, com formato elástico, abrangendo significados desde esferas sociológicas a políticas. Contudo, metodologias como estas não foram exploradas nos primeiros cartazes das Campanhas da Fraternidade. É notável destacar que, ao

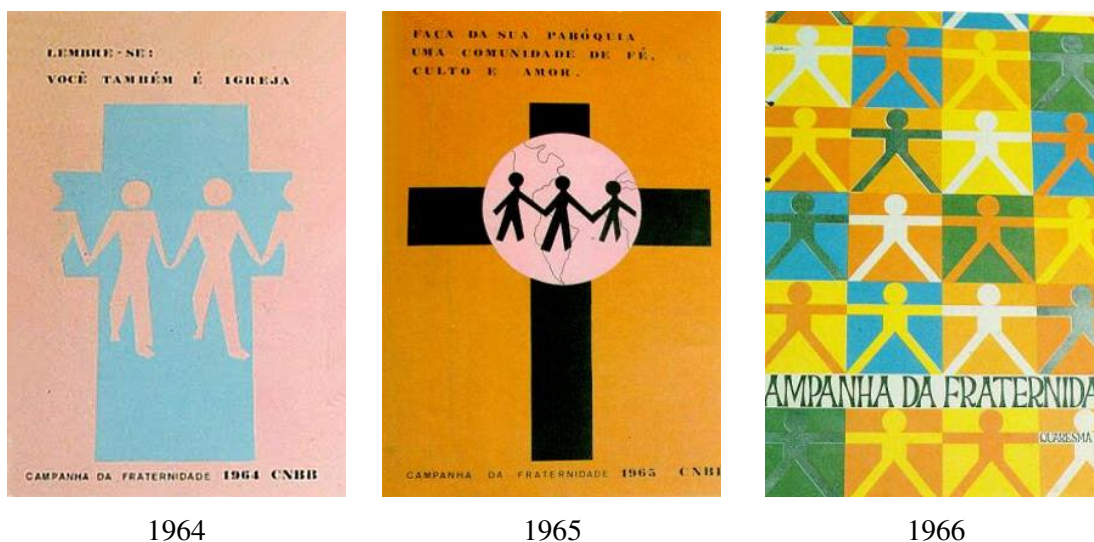
²⁵ Os “pobres de Javé” ou *‘anawîm* não é um termo figurado, mas eram pessoas realmente pobres, no que tange o social. “Todavia, a pobreza bíblica é um conceito ‘simbólico’, isto é, capaz de conter em si muitas dimensões. O pobre é humilde, doente, oprimido, é a viúva e o órfão, é o contrário do rico e do poderoso, mas é também e, sobretudo, aquele que radica a sua confiança unicamente em Deus e não no poder do homem, no orgulho e na soberba, no ídolo do dinheiro” (RAVASI, 2012, p. 172).

analisarmos, também identificamos um desenvolvimento pedagógico em *três momentos*²⁶.

Primeiro momento político-pedagógico dos cartazes (1964 - 1972)

Um cartaz da Campanha utiliza diferentes linguagens para além da verbal, garantindo-lhe forma e conteúdo político e religioso, de acordo com um dos *três momentos*. Do *Quadro 6*, momento conservador, com Dom Agnelo Rossi na presidência da CNBB, os cartazes não arriscaram conteúdo crítico.

Quadro 6 - Cartazes do primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase conservadora



O que observamos nas imagens referentes aos anos 1964, 1965 e 1966 são silhuetas que representam pessoas em grupo, sem identificação. Sempre de mãos dadas, numa ideia de fraternidade. Em dois dos cartazes (1964 e 1965), há o símbolo da cruz e, em um deles, o de 1965, também foi acrescentado um globo terrestre. Eles não ousaram contestar, talvez devido à maioria conservadora que se encontrava no poder da Conferência ou mesmo porque os agentes que os produziram, desconheciam o impacto que os cartazes provocariam na formação da consciência de fraternidade e na educação da memória²⁷.

²⁶ No Anexo (a partir da pág. 171) estão compilados todos os temas, lemas e cartazes das Campanhas da Fraternidade, desde 1964 a 2021.

²⁷ Compreenderemos *memória* tal como descrita por Milton José de Almeida: é uma “arte para mostrar verdades ou a Verdade do Deus Único, eterno, atemporal, pré-existente à vida na Terra e, disso, persuadir o espectador-fiel, e os que não o são ainda, como as crianças e os ‘pagãos’. Uma arte cujos fundamentos

No *Capítulo I*, descrevemos como a pedagogia das Campanhas oscila entre polos conservadores e progressistas, tal como em um *pêndulo* fixado em um *eixo pedagógico*. Demonstramos também que o *eixo* está situado na intersecção de três campos: *Tradição apostólica*, *Sagrada Escritura* e *Magistério*. Embora a Igreja aponte que não há prevalência entre os três, notamos que há predomínio de um dos três campos conforme a diocese em que um bispo exerce seu governo episcopal, o período histórico ou quais agentes ou instituições atuam como força social.

Nos anos iniciais da Campanha da Fraternidade, parte significativa do clero conservador esteve na presidência da CNBB e apoiou o golpe militar. Também refletido nos cartazes, durante o período 1964 a 1972, percebemos o eixo pedagógico prevalecendo no campo da *Tradição apostólica*. Esta esfera seria a mais segura. Juntos, temas, lemas e cartazes abordaram assuntos como paróquia, comunidade e serviço, preponderando dimensões típicas de uma pedagogia hierárquica católica conservadora.

Segundo momento político-pedagógico dos cartazes (1973-1984)

Apesar de a educação da memória ser bem utilizada pelos Bispos do Nordeste, percebemos no mesmo ano, uma Campanha da Fraternidade da CNBB com um tom morno. O cartaz de 1973 está no *Quadro 7* (pág. 74). A própria Conferência declarou no texto-base que a imagem sintetizava uma linguagem visual que é, ao mesmo tempo, simples e compacta para o grande público. Seu conteúdo evangélico seria compreendido livremente por cada pessoa, a partir de sua própria reflexão (CNBB, 1973b, p. 5).

Mencionamos o termo “morno”, em razão de a conjuntura – tema: *Fraternidade e libertação*; lema: *O egoísmo escraviza, o amor liberta*; cartaz: tortura e cruz – ser propícia para se discutir mais profunda e diretamente a ditadura; no entanto, o texto-base retirou a própria força, cometeu autossabotagem, ao indicar que

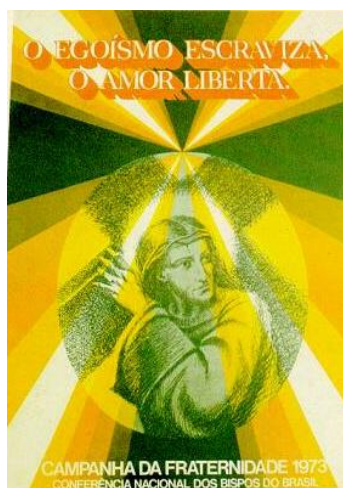
[a]pesar, ou até por causa da possível ambiguidade do termo e do sentido parcial a ele atribuído pelos marxistas e por cristãos desatentos, pareceu oportuno assumir o tema da Libertação, devido à **importância** que ele tem na Sagrada Escritura, na Doutrina Social da Igreja e na consciência atual da humanidade. Pensamos que os Subsídios Litúrgicos e Catequéticos ajudarão

teológicos e filosóficos eram posse dos homens da Igreja e exposta para os fiéis em retórica de imagens narrativas e exemplares que fundamentavam e criavam o mito que os sustentava com poder sobre a consciência e inconsciência daqueles que, sem participarem desse poder, tinham sua memória educada: levados a construir dentro de si lugares e seres que iriam gradativamente dando forma e conteúdo à sua recordação; levados a rememorar (reminiscência) as formas puras, ‘vistas’ antes da queda, e a acreditar nelas, como Verdade” (2009, p. 57).

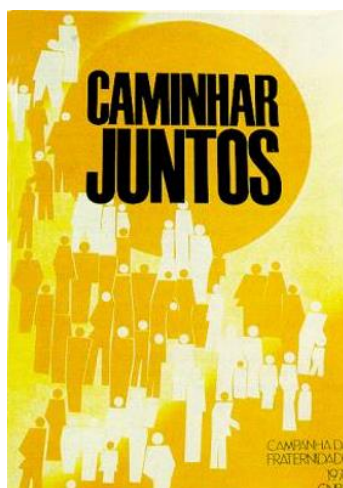
os católicos do Brasil a compreender a libertação no seu sentido integral e a assumi-la como tarefa de fraternidade (Ibid., p. 4, grifos do autor)

Não obstante a presidência da CNBB ser de orientação progressista naquele ano, como veremos mais à frente (*ver item 3*, pág. 90), constatamos a recomendação de cautela na interpretação do tema, lema e cartaz. Em seu texto explicativo, a Conferência assumiu que, com a imagem de Cristo na cruz, a Igreja escolheu “sua mais poderosa ilustração para exprimir a antítese amor *versus* egoísmo”. A CNBB sabia dos perigos, e por isso mesmo evitou discutir os visíveis problemas sociais das populações mais pobres. Esta é a característica do *segundo momento político-pedagógico*, uma oscilação entre o “assumir-se progressista” e o “manter as boas relações com o Estado”. Uma esquizofrenia pedagógica que a afasta conflitos.

Quadro 7 - Cartazes do segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase de passagem



1973



1976



1980

Ao longo deste *segundo momento*, os cartazes também alternaram entre uma educação da memória na perspectiva de catequese orgânica (anos 1973 e 1980) e uma volta ao uso de silhuetas (1976). Orgânica por utilizar ilustrações que remetem a traços humanos ou por fazer correlações entre imagens bíblicas históricas e o povo que sofre. Uma relação entre o contemporâneo profano e o atemporal divino. E não foi por acaso que no texto explicativo do cartaz de 1973, aventuraram-se com o subtítulo *Cristo nos caminhos da História*. Aos poucos o processo histórico ganhava a atenção da hierarquia, tal como no cartaz de 1980, que afirmava “não temos vagas” e rememorava os migrantes empurrados para as periferias das grandes cidades.

No *primeiro momento político-pedagógico*, a prevalência foi no campo da *Tradição* e o texto-base apresentava discussões acerca das relações internas à Igreja. Quando uma pedagogia, independente de ser mais progressista ou mais conservadora, apresenta um uso recorrente da Palavra Sagrada, seus instrumentais pedagógicos terão como predominância o campo *Sagrada Escritura*. Comparando o cartaz de 1964 (pág. 72) com o de 1973 (pág. 74), torna-se nítida a passagem ideológica. No cartaz do *segundo momento* desponta a *Sagrada Escritura* sobre a *Tradição Apostólica*. Isso garante uma maior elasticidade de interpretação, semelhante às encontradas no documento dos Bispos do Nordeste. Neste novo eixo, constatamos a abertura das margens interpretativas e pessoais, com evocação da memória bíblica. No cartaz de 1973, vemos um Cristo com rosto sofrido, talvez lágrimas e certamente com dor. O texto explicativo também mencionou: “peso desta cruz que fere como arame farpado”, apelando para as sensibilidades. Seria referência e evocação à memória das torturas e prisões arbitrárias e à necessidade de defender os Direitos Humanos discutidos naquele ano? Certamente sim, pois o texto explicativo do cartaz, comparado aos cartazes antigos, considera que o primeiro “adquire, de repente, uma DIMENSÃO ATUAL”; destaque para as letras maiúsculas que foram grifadas pela própria CNBB. A partir dessa nova pedagogia que exerce uma relação com o temporal, aparece menções que a cruz carregada por Cristo é a cruz do analfabetismo, da fome, das injustiças, da indiferença comunitária, da falta de condições humanas. Esse método de fabricar uma rede de imagens potentes e inesquecíveis, algumas vezes explícita, outras em segundo plano, faz e refaz mitos, ideologias, cria e relega ao esquecimento tantas outras (ALMEIDA, 2009).

No momento em que um agente, além de rememorar passagens bíblicas, demonstra uma grande politização de suas práticas, fazendo uso da autoridade de ensinar, evidencia-se então um outro campo, o *Magistério*. Justamente quanto maior a permanência neste último, maior é a probabilidade de um agente ser acusado de difundir conteúdos marxistas, comunistas e partidários, ou, ao contrário, fascistas, genocidas e retrógrados. Este é um campo estratégico amplo. Isso evidenciaremos na pedagogia do Cardeal Rossi, quando faz críticas às interpretações da Teologia da Libertação, tal como uma releitura essencialmente política dos textos sagrados, como se sua própria leitura não fosse política. O velho discurso da neutralidade ou de quem se diz apolítico é, pois, uma posição política. O Cardeal afirma não poder ser progressista “a tal ponto de substituir teologia por antropologia, salvação integral por libertação política e escravidão ideológica, Igreja de Cristo por uma miserável organização humana que relativiza a

verdade e a justiça”, posto que estes teólogos [os da *Libertação*] marcham “inexoravelmente segundo os ditames da práxis marxista” (CPDOC, 2009).

Caso o texto-base de 1973, *Fraternidade e libertação*, não apontasse o perigo de uma ambiguidade interpretativa e avançasse para a crítica pública dos desmandos políticos e da exploração econômica dos trabalhadores, perceberíamos um outro campo prevalecente. Ou seja, mais discursos, práticas e relações no campo do *Magistério* do que no da *Sagrada Escritura*. O resultado seria uma pedagogia na qual cada bispo, com sua interpretação da Palavra e dos sinais temporais, produziria seus conteúdos e ensinaria os fiéis em um eixo de práticas mais engajadas e questionadoras do sistema governamental vigente, ou mais resistentes a qualquer discurso crítico. Ressaltamos que a pretensão não é compartimentar ações em campos específicos e únicos, mas expor possibilidades de interpretação do objeto de pesquisa.

Apesar de não conseguirmos constatar quais interpretações cada bispo do Brasil atribuiu ao texto e cartaz de 1973, podemos afirmar que eles discutiram longamente o tema dos *Direitos Humanos* um mês antes do lançamento da Campanha que seria no dia 6 de maio daquele ano. Entre os dias 6 e 15 de fevereiro, os religiosos se reuniram para a XIII^a Assembleia Geral dos Bispos, em São Paulo. Algumas das linhas diretivas pedagógicas certamente influenciaram, três meses depois desta data, os Bispos do Nordeste àquele tom mais radical, com documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*. A presidência mais progressista da CNBB, contava com nomes como Dom Aloísio Lorscheider (*presidente*), seu primo Dom Ivo Lorscheiter (*secretário geral*) e Dom Avelar Brandão Vilela (*vice-presidente*). No dia 9 de fevereiro de 1973, eles permitiram, durante a Assembleia, uma conferência introdutória e estudos sobre os Direitos Humanos ser presidida pelo Bispo espanhol Dom Ramón Cascante Torrella. Na época, Torrella era vice-presidente da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz. O conteúdo programático de reflexão naquela reunião foram temas como: o valor cristão dos Direitos Humanos, discussão de um possível aperfeiçoamento da Declaração de 1948 e a contribuição da Igreja na salvaguarda desses Direitos no Brasil.

O conferencista, Dom Torrella, provavelmente foi direto em suas palavras e os seus irmãos eclesiais brasileiros, sem dúvida, se identificaram com elas, uma vez que a Espanha também passava, naquele momento, pela ditadura Franquista. Esta se estendeu entre 1936 e 1975 e também teve apoio do clero conservador espanhol. Antes de ser ordenado bispo, Torrella foi conselheiro nacional da Juventude Operária Católica (JOC)

espanhola e sabia do impacto que movimentos católicos como esse possuem diante de governos autoritários. Em 19 de junho de 1999, em entrevista, ele mencionaria: “*Al gobierno le preocupaba la JOC. Daban más fuerza a la JOC de la que tenía. Imaginaban que nosotros teníamos mucha fuerza. No era así*” (HOYOS, 2007, p. 68). Dom Ramón Torrella esteve em comunhão com outro ícone da hierarquia católica progressista da Espanha e do movimento juvenil, Dom Vicente Enrique y Tarancón. Dentre os trabalhos pastorais deste, podemos apontar a função de conselheiro nacional da Ação Católica espanhola. Além disso, era pessoa de confiança do Papa Paulo VI e sofreu ataques do Governo Franco e de prelados conservadores, que o acusaram de desvios doutrinários na Conferência Episcopal e desobediência à Santa Sé. O programa pedagógico de Dom Vicente era de abertura e de uma renovação eclesial no grupo de bispos de seu País (BEDOYA, 2004; ORTÍ, 2018).

Terceiro momento político-pedagógico dos cartazes (1985 em diante)

Os caminhos e disputas que conduziram os agentes católicos para o *terceiro momento* das Campanhas da Fraternidade serão discutidos com maior ênfase nos próximos capítulos. Porém, apontando algumas questões referentes aos cartazes e o uso da educação da memória, o *Quadro 8* (pág. 78) ilustra três anos de Campanhas deste *momento*.

O que há em comum, à primeira vista, são ilustrações com imagens fotográficas ou não e de pessoas pobres. Elas estariam relegadas à sorte, negligenciadas. A Igreja então se propõe a ser a Instituição que intermedeia o Estado e o povo, utilizando o caráter divino e político para sua denúncia, com apoio do braço secular. Os cartazes evocarão memórias utilizando dados estatísticos, como por exemplo, para o ano de 1985, referente à seca que castigava milhões no Nordeste.

Em 1986, tratou-se do problema da terra. Na época, 45% das áreas cultiváveis pertenciam a grandes proprietários e dez milhões de famílias que viviam da agricultura eram privadas da terra. Mais especificamente, o foco foi a reforma agrária e a demarcação das áreas indígenas, com trechos do texto-base que mesclavam a hóstia sagrada e o derramamento de sangue em conflitos de terras. No cartaz, a foto de um pai e filho desamparados. Imagem tirada de uma situação real brasileira e não mais uma ilustração.

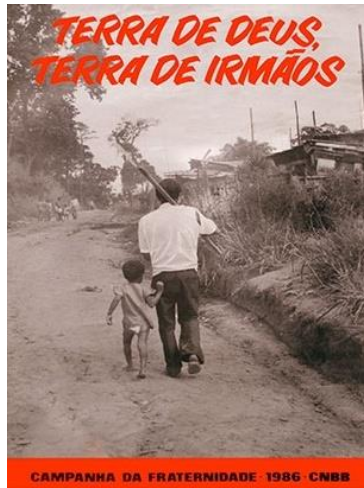
Em 1987, a pedagogia buscou a valorização e participação dos católicos no que envolve o problema do menor abandonado, empobrecido, marginalizado. Mais uma

vez, o cartaz traz uma foto de uma criança negligenciada pelas políticas públicas, ou seja, pelo Estado cuja responsabilidade consiste em defendê-la. Nada foi mais justificável do que tratar destes três temas com uma comissão na qual os membros eram os bispos progressistas Dom Ivo Lorscheiter (*presidente da CNBB*) e Dom Luciano de Almeida (*secretário geral*).

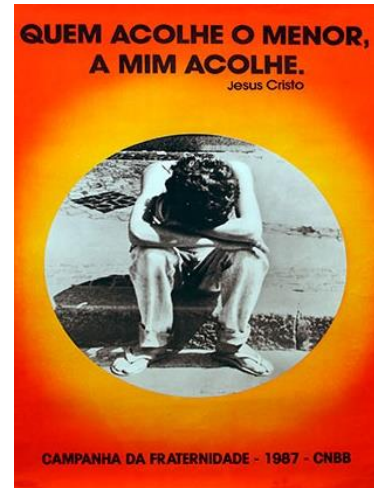
Quadro 8 - Cartazes do terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade: fase direcionada ao progressismo



1985



1986



1987

Neste *terceiro momento*, o ato de evocar o braço secular caracteriza a predominância no eixo pedagógico em campos como o do *Magistério*. Os bispos autenticam seus discursos, servindo-se do discurso da ciência, enquanto a autoridade episcopal de discursar potencializa-se.

3. *Significação política da Campanha da Fraternidade e sua aparente dessintonia social: três hipóteses*

É fundamental apontar que, como Campanha, este empreendimento pedagógico e político proveniente da CNBB, por vezes, mostra-se defasado em comparação a outros engajamentos, críticas, pronunciamentos e documentos publicados contra o regime e produzidos pela própria Conferência ou por outras dioceses e movimentos. A aparente dessintonia social é desdobramento da ausência de estímulo à formação da consciência de fraternidade e de agentes que, na produção de instrumentais pedagógicos, demonstram pouca identificação e interesse pelas necessidades da classe dominada. Apresentamos três hipóteses que nos ajudam a compreender esta não conformidade: o uso do termo “*Campanha*”, os *conflitos internos à Instituição* e as *ilhas pedagógicas*.

Hipótese 1: o termo “Campanha”

Uma primeira hipótese que justifica a defasagem é a questão apontada no início deste capítulo de que a significação da Campanha da Fraternidade, em uma época de radicalização de posições, torna-se exagerada. O fator “exagerado” foi amplificado durante os anos iniciais, posto que a Campanha era definida como “uma ação católica que forma a opinião pública”.

Os novos modos de pensar, de falar e de formar conceitos introduzidos com a Campanha, provocavam em muitos católicos uma intranquilidade²⁸, distinta da paz quaresmal a que estavam acostumados antes de 1964. Em seu livro, *A humanidade caminha para a fraternidade*, Dom Paulo Evaristo Arns descreve algumas dessas intranquilidades:

Mais de um católico se sente intranquilo quando vê a Igreja abordar os temas sociais. Por que não ficamos em nosso campo puramente religioso e deixamos o mundo ficar no dele? Antigamente tudo era mais parado, mais gostoso –

²⁸ No ano de 1965, os brasileiros se encontravam em meio a crises financeiras, à insegurança e violência dos assaltos. Os católicos, particularmente, deparavam-se com a renovação das estruturas provenientes do Concílio Vaticano II e a responsabilização dos leigos nos empreendimentos religiosos. Utilizando este contexto, em uma das propagandas da Campanha da Fraternidade, no jornal *O São Paulo*, apelou-se para a memória do momento histórico e a educação das sensibilidades. Falava-se do calafrio que uma pessoa sentia quando ouvia “essa palavra terrível ‘campanha’”. Mencionava-se que este empreendimento atingia diretamente os bolsos e a própria carteira “tão mirrada, antes, e depois da Revolução”. A palavra, “campanha” foi descrita como “sinônimo de piedoso e simpático assalto ao que nos sobra do orçamento magro”, um “assalto à alma”. Começamos a perceber como Dom Agnelo Rossi educava a memória do povo paulistano, dado que ele era o arcebispo responsável por aquela região na época (O SÃO PAULO, 1965).

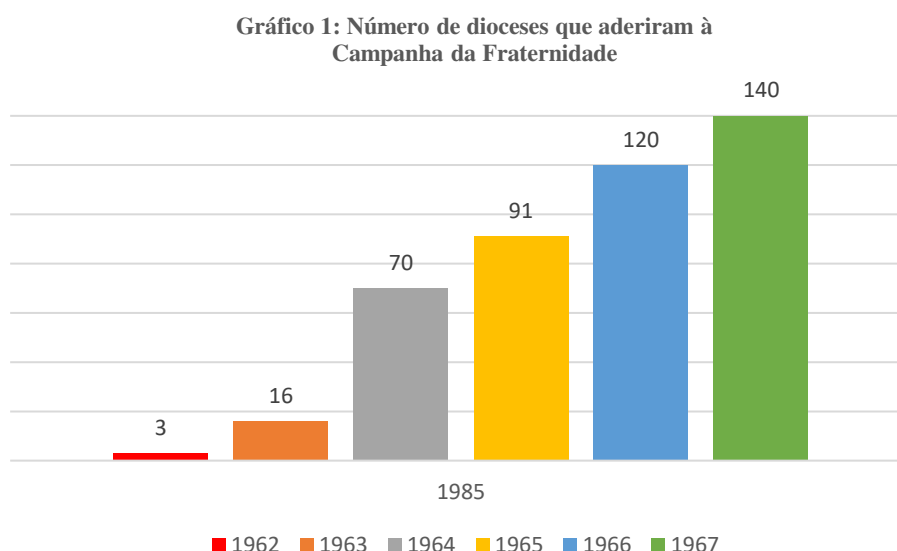
dizem eles. Havia mais paz, repetem com grande convicção (ARNS, 1969, p. 36).

Em outro trecho, o Bispo menciona que recebera uma carta, protestando com “veemência contra a excessiva confiança na juventude. Além de achar que estamos bajulando nossos jovens, reclamava o missivista contra a colaboração por eles prestada à Campanha da Fraternidade”. Dom Paulo então recomendou àqueles que não conseguissem entender as novas práticas, que continuassem a realizar as antigas. De certo modo, repelir o novo é uma maneira de evitar crises em uma sociedade estruturada pela autoridade e unida pela tradição, sendo a reverência ao passado uma parte essencial da estrutura romana de pensamento que o cristianismo pouco alterou ou suprimiu (Ibid., p. 35; ARENDT, 2016).

Recordemos que temos um empreendimento de Fraternidade que em 1962 era realizado somente no Rio Grande do Norte, nas mãos do bispo conservador Dom Eugênio Sales, e em 1963 é encabeçado pelo bispo progressista Dom Helder Câmara. Este propôs a Campanha aos bispos de todo Brasil, justamente às vésperas do golpe. Naquele período, a presidência da CNBB apresentava uma tendência conservadora e, se as práticas nas Campanhas exibissem algum caráter mais inovador ou revolucionário, estariam propensas a receber poucas adesões. Ela se estendeu entre os dias 12 de fevereiro e 26 de março de 1964. Posto isto, a proposta também era para que fiéis estudassem durante quarenta dias, temas e lemas diversos. Exercitemos nossa imaginação, ao recordar que nestes mesmos quarenta dias, um número cada vez maior de dioceses registrasse uma movimentação e concentração atípica de pessoas, dado que nas quaresmas antigas, o tempo era de maior introspecção. O fator “exagerado” e sua significação política, perante os tempos tensos da época, ficariam mais evidentes.

Pensem em um tema como o da Campanha de 1983, *Fraternidade e Violência*, sendo estudado em 1964. Impraticável. Certamente, o apoio de uma hierarquia mais conservadora, presente nos primeiros anos do golpe, seria mínimo para lançar uma iniciativa pedagógica com temáticas como as da violência (Campanha de 1983), racismo (1988), combate à fome (1985) ou conflito de terras (1986). Chegar a discussões semelhantes só se tornaram possíveis com uma Presidência na CNBB mais progressista e depois de 20 anos de ataques às instituições democráticas, prisões arbitrárias, torturas, repressão de toda ordem e uma maior formação da consciência de fraternidade ao longo do tempo.

O termo “Campanha” intimidou algumas dioceses, principalmente por que se exigiu esforços mais do que os habituais. Além das práticas quaresmais, tínhamos uma arrecadação e movimentação financeira, estudos, discussão de ideias, fabricação de cartazes de propaganda, visitas de porta em porta. Do gráfico abaixo, baseado nos dados tirados do texto-base do ano de 1985, constatamos o peso que o termo traz consigo.



O crescimento²⁹ de dioceses que aderiram à Campanha da Fraternidade foi registrado naquele texto-base da seguinte forma: 1962 (*cor vermelha no gráfico*) – adesão de 3 dioceses; ano de 1963 (*laranja*) – 16 dioceses (ambos referentes ao Nordeste brasileiro); ano de 1964 (*cinza*) – 70 dioceses; 1965 (*amarelo*) – 91; 1966 (*azul*) – 120; 1967 (*verde*) – 140 dioceses. Nota-se que nem todas as dioceses brasileiras aderiram de imediato à Campanha. Somente com o passar dos anos, com o reconhecimento da necessária comunhão pedagógica entre os bispos, proposta pelo Concílio, e a aceitação da autoridade da CNBB, como representante da Igreja do Brasil, é que o número aumentou (CNBB, 1985).

²⁹ Embora no texto-base de 1985 esteja registrado um número de adesões de 91 dioceses brasileiras para o ano de 1965, no texto-base da Campanha da Fraternidade de 1966 cita-se um número diferente de adesões para o ano de 1965. Seriam 130 dioceses a aderir à nova ação quaresmal proposta pela Conferência (*amarelo no Gráfico 1*). No texto-base de 1967, menciona-se o número de 91 adesões para o ano 1965. Algumas possibilidades dessas divergências seriam o número móvel de dioceses ao longo dos anos, que em determinado período é apenas uma paróquia e, em outro, passa a ser diocese; ou devido aos atrasos que algumas paróquias sofriam ao enviar seus relatórios à Conferência; ou uma forma de convencer outras dioceses a aderirem, dado que muitas delas ainda não adotavam aquela iniciativa; ou ainda que o número de dioceses, na época, como até muito recentemente, era crescente (CNBB, 1966b; CNBB, 1967).

Hipótese 2: conflitos internos à Instituição

A respeito da defasagem pedagógica, uma segunda hipótese é a Conferência não estar fortalecida o suficiente em se tratando de seus agentes internos. Os bispos que a compõem assumiriam as consequências e desdobramentos da tomada de posição desta instância política frente ao governo ditatorial. Importante apontar que haviam oscilações ideológicas e políticas internas à CNBB, paralelas às oscilações pedagógicas. Os agentes vencedores nas disputas entre conservadores e progressistas produziam uma pedagogia das Campanhas, pronunciamentos e documentos também mais conservadores ou mais progressistas. Nesse conflito, o grupo vencedor adiciona uma força a mais no pêndulo, resultando em uma composição de forças que serão opostas ou favoráveis à dominante, às relações que envolvam a Igreja, a seus conflitos com Estado, às relações com Roma, às dinâmicas sociais laicas, entre outras.

Para tratarmos essa segunda hipótese, agrupamos os membros da presidência³⁰ eleita em cada ano, dentro do intervalo de tempo dos *três momentos político-pedagógicos*, em três outros quadros (*Quadro 9*, pág. 83; *Quadro 10* e *Quadro 11*, pág. 90). A palavra *Presidência* em cada quadro refere-se ao grupo de bispos eleitos para estar à frente da CNBB durante cada mandato, que em média varia entre quatro e cinco anos. A cor *rosa* representa a preponderância de bispos *conservadores* na presidência em questão e a cor *verde* representa a preponderância de bispos *progressistas*. Os resultados em cada quadro são decorrentes de um apanhado geral acerca das práticas destes bispos dentro da CNBB; da análise do escrutínio das votações de cada ano; de conversas informais com alguns padres e estudiosos do assunto; de pesquisa sobre as relações de cada bispo com o Estado em tempos de regime militar e com os movimentos

³⁰ Ressaltamos que entre os anos de 1952 e 1958, o grupo de bispos que estava à frente da CNBB chamava-se *Comissão Permanente*. Entre 1958 e 1968, chamava-se *Comissão Central*. A partir de 1968, e desde então, chama-se *Presidência*. Daremos preferência ao último termo, ao longo do nosso texto. As mudanças destes termos se devem a diferentes fatores, visto que a CNBB foi criada em 1952 e passou por transformações estruturais profundas de suas posições sociais hierárquicas – as exigências provenientes do Concílio Vaticano II (1962-1965) e do Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970) são alguns exemplos. No início, o núcleo de principais bispos, representando todo o episcopado do Brasil, não chegava a uma dezena. Eles intermediavam a CNBB como Instituição e todas as outras dioceses do país, reunindo-se e tomando atitudes em nome do nacional. Desse modo, os pronunciamentos em nome da CNBB eram pensados dentro deste pequeno grupo. Esta centralização também influenciaria no que denominamos de formação de consciência, dado que as especificidades de regiões remotas do Brasil não seriam alcançadas com pequenos grupos. Em documentos, no ano de 1966, constatamos ao menos 28 bispos que representavam este núcleo principal ou *Comissão Permanente (Presidência)*. Eles se reuniam, discutiam e produziam materiais. Os números de membros aumentam ou diminuem conforme a criação ou extinção de secretarias e cargos, práticas muitas vezes associadas à fragmentação do poder dentro da Conferência e de seus privilégios.

sociais; de suas intervenções na política interna da Conferência e na política civil. Nesta parte da tese, não é nosso objetivo aprofundar as trajetórias religiosas e políticas de cada um dos membros eleitos.

Quadro 9 – Presidências do primeiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade

Ano	Presidências			
1958	Presidência 1			
1959				
1960				
1961				
1962				
1963				
1964		Presidência 2		
1965				
1966				
1967				
1968		Presidência 3		
1969				
1970				
1971		Presidência 4		
1972				

Entre os dias 3 e 11 de julho de 1958, em Goiânia, aconteceu a IV^a Assembleia Ordinária para eleição da *Comissão Central (Presidência)* da CNBB, mandato 1958 a 1964. Nesta *Presidência 1*, conservadora (Quadro 9), esteve entre seus membros o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, eleito *presidente* da CNBB em um único escrutínio. Ele foi um bispo com contato próximo a militares, celebrou missas com eles, enquanto recusava pedidos de celebrações feitos por membros da JUC. Foi Dom Jaime que abençoou a Marcha da Vitória, em 2 de abril de 1964, atribuindo a derrubada de João Goulart a um “auxílio divino”. Sua posição na presidência foi cedida por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta que alegou impossibilidade de continuar no cargo por motivos de saúde. O Cardeal Jaime Câmara, em certo momento, mostrou-se contrário à pedagogia militante da Ação Católica Brasileira, assinando uma carta contra o movimento, junto a outros bispos conservadores como Dom Agnelo Rossi, Dom Vicente Scherer e Dom Eugênio Sales. Da vitória do grupo conservador na *Presidência 1*, temos um outro nome de destaque, Vicente Scherer, que apontava a causa do abandono e da delinquência da infância e da juventude à desorganização da família. Dom Scherer fundou a Frente Agrária Gaúcha, contrária à reforma agrária; também desaprovou a pedagogia

das Comunidades Eclesiais de Base, por aparentar ser antieclesiais e anticristãs. Mesmo estando em Porto Alegre como Arcebispo, condenou a greve dos metalúrgicos do ABC paulista de 1º de abril de 1980, em São Paulo. Esta atitude recebeu a congratulação do então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Teobaldo de Nigris.

Agentes mais progressistas foram eleitos para outros cargos, tais como Dom Fernando Gomes (na época, seu cargo chamava-se *Membro eleito*), padre Hilário Pandolfo (*vice-secretário geral*), Dom Avelar Brandão (*Comissão Episcopal de Ação Social*) e Dom Helder Câmara (reeleito *secretário geral* e membro do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM). Cabe destacar que a Campanha da Fraternidade é promovida e desenvolvida pelo *secretariado geral* da CNBB, o que significa que o cargo ocupado por Dom Helder era de alta relevância na composição do grupo dirigente. O secretário apresenta à presidência os planos anuais de trabalho da Campanha e, se aprovado, ele supervisiona sua implantação. É ele quem nomeia seu próprio *vice-presidente*. Naquele ano, outros bispos de vertente conservadora, acerca dos quais falaremos a seguir, estavam em cargos menores: D. Eugênio Sales (*Comissão Episcopal de Ação Social*), D. Agnelo Rossi (*Comissão Episcopal de Defesa da Fé e Moral* e substituto de D. Helder Câmara no CELAM).

Em Roma, no dia 27 de setembro de 1964, acontece a VIª Assembleia Ordinária para a *Presidência 2*, mandato 1964-1968. Naquele ano, mencionou-se que qualquer membro da CNBB poderia se candidatar. Por meio de eleições secretas, foi eleita uma presidência *conservadora*, como a anterior. Entre os membros de destaques, Dom Agnelo Rossi recebeu 88 dos 173 votos na eleição para *presidente*, no 1º escrutínio³¹. Dom Fernando Gomes (*progressista*) 78 votos, D. Vicente Scherer (*conservador*) 5, D. Eugênio Sales (*conservador*) 1, D. Manoel de Elboux (*conservador*) 1. No 2º escrutínio o Bispo Agnelo Rossi recebeu 105, Fernando Gomes 66, Vicente Scherer 1, e 1 voto em branco. Enfim, no 3º escrutínio, Dom Rossi foi eleito com 123 votos. Dom Fernando Gomes obteve 50. Neste mandato, merece destaque a eleição de um conservador para a presidência da CNBB, Dom Agnelo Rossi, que era aliado dos militares no poder da presidência do Estado Nacional.

No cargo de *1º vice-presidente*, requerendo maioria simples, foi eleito Dom Avelar Brandão (*progressista*) com 62 votos, seguido pelos bispos *progressistas*

³¹ Ficou pré-determinado para o 1º e 2º escrutínios que, para ser eleito *presidente*, era necessário 2/3 dos 173 votos totais, ou seja, 115 votos. Para o 3º, bastaria a maioria absoluta.

Fernando Gomes 41 e Helder Câmara 31; os bispos *conservadores* Vicente Scherer e Manoel de Elboux receberam, respectivamente, 20 e 3 votos. Dom José Medeiros Delgado 2 votos, e 1 voto em branco, num total de 160 votos. Os bispos aliados – Avelar Brandão, Fernando Gomes e Helder Câmara – não estavam bem articulados, dada a divisão de votos entre eles para este cargo. Porém, fruto dos desdobramentos das negociações que levou o candidato conservador à presidência, nota-se que, para vice, os candidatos com maior quantidade de votos foram progressistas; isso é decorrente do peso do grupo progressista que, embora não tenha conseguido eleger a presidência, exigiu participação na mesa dirigente da entidade.

Dom Helder Câmara, conhecido por ser o fundador da CNBB e protagonista do lançamento nacional da Campanha da Fraternidade, nesta eleição de 1964 perdeu, até mesmo, seu cargo anterior de *secretário geral*. Para esta posição, houve 3 escrutínios. No 1º, dos 173 votos, Dom José Gonçalves da Costa (*conservador*) obteve 86 votos, Dom Aloísio Lorscheider (*progressista*) 80, Dom Fernando Gomes (*progressista*) 2, Dom Eugênio Sales (*conservador*) 2, Dom Helder Câmara (*progressista*) 1, Dom Walfrido Vieira 1, Dom Alberto Etges 1 voto. No 2º escrutínio, D. José Gonçalves da Costa 94 votos, D. Aloísio Lorscheider 78, D. Walfrido Vieira 1 voto. No 3º e último escrutínio, D. José Gonçalves da Costa recebeu 109 votos, D. Aloísio Lorscheider 64 e 1 voto em branco. Dom Helder Câmara foi eleito para outro cargo, o de *Secretário Nacional de Ação Social*.

No Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1968, acontece a IXª Assembleia Geral, mandato 1968 a 1971. Na *Presidência* 3, ainda *conservadora*, o então Cardeal Agnelo Rossi é reeleito ao lado de um grande aliado no conservadorismo e agora também cardeal, Dom Vicente Scherer. No total de 222 votos, no 1º escrutínio, Dom Rossi (*conservador*) recebeu 136 votos, Dom Avelar Brandão (*progressista*) 68, Dom Fernando Gomes (*progressista*) 12, Dom Vicente Scherer (*conservador*) 2, Dom Jaime Câmara (*conservador*), Dom José Newton (*conservador*) e Dom Geraldo Sigaud (*conservador*) 1 voto cada e 1 abstenção. No 2º escrutínio, o Cardeal Rossi, proclamado presidente, recebeu 158, Dom Avelar Brandão 54, Dom Fernando Gomes 8, Dom José Newton e Dom Serafim Fernandes Araújo 1 voto cada. Para a 1ª *vice-presidência*, eleito no 1º escrutínio, estava o Cardeal Vicente Scherer (*conservador*) com 125 votos, D. Avelar Brandão (*progressista*) 51, D. José Pires (*progressista*) 28, D. José Newton (*conservador*) 10, D. Fernando Gomes (*progressista*) 3, D. Geraldo Maria Moraes Penido (*conservador*)

2, os bispos Alberto Ramos, José D'Ângelo e Aloísio Lorscheider (*progressista*), todos com 1 voto cada.

Para *secretário geral* daquela eleição, no 1º escrutínio, Dom Aloísio Lorscheider (*progressista*) obteve 119 votos; seu primo, Dom Ivo Lorscheiter (*progressista*) recebeu 95 votos; Dom Lucas Moreira Neves (*conservador*) 3 votos; Dom José Gonçalves da Costa (*conservador*), Dom Luciano Cabral Duarte (*conservador*) e Dom Avelar Brandão (*progressista*) obtiveram 1 voto cada. No 2º escrutínio, D. Aloísio Lorscheider 133, D. Ivo Lorscheiter 84, D. José Gonçalves, D. Luciano Duarte e D. Jackson obtiveram 1 voto cada. Uma vez que Aloísio Lorscheider não obteve 2/3 dos votos no segundo escrutínio, em um novo, o resultado foi: D. Aloísio 157, D. Ivo 58, D. José Gonçalves, D. Luciano Duarte, D. Severino Clasen (*progressista*) e D. Zacarias Rolim de Moura (*conservador*) 1 voto cada.

O bispo de destaque nesta disputa da terceira *Presidência* é Dom Aloísio Lorscheider, bispo progressista, que anos mais tarde viria a ser sinônimo de reabertura da CNBB para as questões sociais. Nos anos 1970, ele sofreu ameaças de morte, atentado à bomba caseira no pátio de sua casa, teve dois de seus cachorros envenenados e três homens armados tentaram entrar em seu quarto em uma noite (EXTRA, 2010; O GLOBO, 2017). Criticava a centralização de poderes em Roma e mesmo assim, por duas vezes esteve próximo de se tornar Papa. Em outubro de 1970, Dom Aloísio, *secretário geral* da CNBB, foi detido por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) da Guanabara, por mais de quatro horas e mantido incomunicável, dada sua aproximação à JOC. A prisão aconteceu durante a invasão dos militares ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento – Ibrades, dirigido por jesuítas. Esta instituição oferecia formação a agentes da Juventude Operária Católica e a militantes de movimentos populares. Em 1980, o bispo defendeu a greve de metalúrgicos do ABC. Também apoiava a reforma agrária e a discussão acerca dos conflitos de terra. Defendeu Leonardo Boff, nos anos 1980, a fim de reverter o seu “silêncio obsequioso”. As proibições vieram do então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger (SERBIN, 2001; 2002).

Ainda referente à IXª Assembleia, também foi posto em pauta assuntos como a violência subversiva; a violência repressiva; o radicalismo de posições ideológicas; a recomendação de ações não-violentas, perante as injustiças. O então presidente da CNBB Cardeal Agnelo Rossi, em um comunicado à imprensa a respeito da IXª Assembleia,

mencionou que estudos e debates foram realizados acerca da situação econômica, política, social e religiosa, evitando formular julgamento sobre. Dom Rossi reafirmou em sua fala que no Brasil havia “ampla liberdade de expressão”, podendo exercê-la livremente, “sem interferência de quem quer que [fosse]”. Ele evitava qualquer indisposição com o governo (ROSSI, 1968a).

Em 18 de julho de 1968, ocorria o início desta IX^a Assembleia da CNBB, mas antes dela, aconteceram duas ocorrências importantes envolvendo membros da Igreja de Botucatu. Uma no dia 19 de abril de 1968, quando a cidade foi manchete em jornais, dado que 27 padres se rebelaram contra a posse do novo bispo Dom Vicente Marchetti Zioni. A outra aconteceu no dia 17 de julho de 1968, um dia antes da Assembleia, com a prisão do Padre José Eduardo Augusti e de estudantes. Augusti era capelão da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas daquele município. Os manifestantes apoiavam a greve de professores e de estudantes da instituição que reivindicavam melhores condições de ensino e verbas para o hospital-escola. No dia seguinte a este último episódio, nas atas e declarações da IX^a Assembleia da CNBB, mencionou-se rapidamente acontecimentos violentos ocorridos em Botucatu, sem referência específica a qual dos dois episódios seria – o dos 27 padres rebeldes ou o da prisão do Padre Augusti e de estudantes.

Cabe mencionar que, naquela Assembleia, também estiveram presentes um alto funcionário da Presidência da República e o Ministro do Planejamento. Posto isto, a não-menção das prisões durante aquele encontro da CNBB seria uma maneira de se precaver diante da pressão sentida pelos bispos? Os funcionários estariam ali para discutir o Plano Trienal do governo, como mencionado em jornais conservadores? Ou seria o “clima de desconfiança, por parte do Governo”, com relação ao MEB, tal como mencionado por Dom Eugênio Sales e por Dom Avelar Brandão, durante aquele encontro? Ou esta desconfiança governamental seria acerca do cargo de subsecretário do Secretariado Geral da CNBB? Mencionamos isso, pois a função deste abrangia um serviço destinado a manter o Episcopado e a Conferência informados das disposições civis em matéria eclesiástica. Os bispos queriam informações que se passavam na esfera governamental, fosse no Executivo, fosse no Legislativo e no Judiciário, e que pudesse interessar à Igreja. Em documentos, a função e tarefas do subsecretário era tida como “a concretização de uma velha aspiração” dos Estatutos da Conferência (CNBB, 1966c; 1968a; O GLOBO, 1968a; D'AMBROSIO, 2015).

Em seu comunicado à imprensa sobre a IX^a Assembleia, o Cardeal Rossi também ressaltou que alguns bispos tomam “posições e atitudes diversas, identificados

com as necessidades e as aspirações” do povo e que seria “simplesmente ridículo querer descobrir, na declaração dos bispos, qualquer tentativa antinacional de querer o poder para a Igreja”. Continuou dizendo não se poder tomar “textos de estudo ou manifestações, apresentados por bispos ou sacerdotes, como o pensamento oficial do episcopado”. Das falas anteriores, Dom Agnelo recomenda cautela quando as práticas têm prevalência no campo do *Magistério*. A preferência do Cardeal é que prevaleça o campo da *Tradição* sobre o *Magistério* e assim garantir pontos positivos com o Estado. Como desdobramento, as ações resultantes serão de maior submissão às instituições, de defesa da crença católica, zelo pela ordem e não-criticidade às autoridades, no entanto, uma menor formação da consciência de fraternidade.

Para a imprensa, o Cardeal Agnelo Rossi enfatizou ainda que manifestos e estudos como os produzidos por Dom Cândido Padim, sobre a filosofia da Escola Superior de Guerra e por Dom Helder Câmara sobre Pressão Moral Libertadora, nem foram apresentados em plenário. Em outras palavras, fora da esfera da *Tradição*, pouco se fomentava discussão.

Entre os dias 21 e 25 de outubro de 1968, cerca de três meses após a IX^a Assembleia, em uma reunião da Comissão Central da CNBB, encontramos o registro de “divergências ideológicas e pastorais entre bispos e presbíteros” e um “clima de desconfiança entre bispos, devido principalmente a posições e pronunciamentos no campo social e nas questões de relacionamento entre Igreja e Estado”. Esses embates e posicionamentos mais contundentes dos progressistas resultaria em uma significativa mudança na ideologia das presidências, a partir das eleições de seus membros nos próximos anos (CNBB, 1968b).

O final de 1968 foi crucial para a transição de matrizes ideológicas na presidência e para as pedagogias das Campanhas elaboradas subsequentemente. Adicionadas às crescentes prisões e relatos de torturas de religiosos e leigos, vemos mais constantemente membros da CNBB se pronunciando publicamente. Quando da prisão de três padres e um diácono em Belo Horizonte³², o Cardeal Rossi se posicionou,

³² Entre o final de novembro e início de dezembro de 1968, três padres franceses, François-Xavier Berthou, Michel Marie Le Ven e Hervé Croguennec, e o diácono José Geraldo da Cruz, foram presos. A intenção do governo militar era desarticular e pressionar movimentos juvenis que se fortaleciam em posicionamento contundente contra a ditadura. Muitos desses movimentos tinham membros da hierarquia como seus assistentes, que é o caso da JOC, à qual os religiosos estavam ligados. Aquele ano tornou-se não somente um período de desarticulação de movimentos de resistência, mas de conflito agudo entre Estado e Igreja militante.

mencionando não entrar no mérito da legitimidade ou não de prisões e apelou para que a “justiça de nossas autoridades corresponda à imagem de honradez e hombridade que todos dela queremos ter”. Também Dom Aloísio Lorscheider declarou: “injustiça seria cometida se decretada sumariamente a expulsão do País dos três sacerdotes indiciados”.

Naquele ano, jornais e bispos mais conservadores distorceram uma fala do Papa Paulo VI no dia 7 de dezembro de 1968, adicionando mais lenha à fogueira de conflitos, torturas e arbitrariedades que aconteciam no Brasil, com o progressivo endurecimento do regime. Aos membros do Pontifício Seminário Lombardo, na Itália, o Papa disse que a Igreja se encontrava em uma hora de inquietação, de autocrítica e que alguns veriam esse momento como uma “autodemolição”. Paulo VI se referia ao Concílio Vaticano II e as diferentes interpretações que surgiram deste encontro. O Papa mencionou uma “floração” na Instituição e que, em momentos de mudança profunda, “o bem consiste na perfeição do todo e o mal, em qualquer defeito, nota-se mais o aspecto doloroso”. (PAULO VI, 1968). O discurso do Papa foi suficiente para jornais como *O Globo* estampar em suas primeiras páginas, manchetes como “A angústia do Papa” e textos com tons desesperados: “Paulo VI fez anteontem a mais grave e mais dramática das advertências”; “fica, assim, claro que o risco maior não procede dos inimigos de fora, mas, sim, dos inimigos de dentro”; “caráter pungente do S.O.S. preventivo emitido por Sua Santidade”; “grito de angústia do Papa”; “o Santo Padre, com o coração a sangrar”; “Igreja Católica vem sendo varrida no Brasil por um carnaval de desatinos – em nome de um camaleônico ‘progressismo’ – em que os atos mais escandalosos são praticados com crueldade e cinismo satânicos”. Nesta mesma perspectiva, mencionando “a angustiada declaração de Paulo VI de que a Igreja caminha para a autodestruição”, o mesmo jornal publicou falas de clérigos conservadores, tais como Dom Jaime Câmara, Dom Vicente Zioni e padre Hermenegildo Adami Carvalho³³. Todos três associaram a fala do Papa a um convite ao respeito e obediência às instituições, ao governo e à subordinação à hierarquia. Poucos dias depois, no dia 13 de dezembro, ocorreria o endurecimento da censura e repressão com a promulgação do AI-5 (O GLOBO, 1968b).

³³ No início da década de 1970, o padre Hermenegildo Adami, da cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, fazia denúncias públicas. Ele enviou uma carta à Divisão de Censura de Diversões Públicas, pedindo providências a respeito do que se veiculava na televisão. “Pede-se em nome de Deus e da honra da Pátria Brasileira, a quem tanto amamos, que os intermediários da correspondência do Sr. Ministro, que lhe façam chegar às mãos este boletim. É do interesse da grandeza de nosso País. O Comunismo começa não pela subversão política. Primeiro, ele deteriora as forças morais, para que enfraquecidas estas, possa dar o seu golpe assassino. Viva o Brasil! Pe. Hermenegildo Adami Carvalho” (CARVALHO, 1972).

Prosseguindo na discussão dos conflitos nas *Presidências* da CNBB, a partir da *Presidência 4* (*Quadro 9*, pág. 83; *Quadro 10*, pág. 90) até a *Presidência 7* (*Quadro 11*, pág. 90), as tendências prevalentes foram de grupos mais *progressistas* à frente da Conferência. Isso quer dizer que, entre os anos de 1971 e 1985, seria maior a probabilidade de se discutir pautas sociais e de enfrentamento às arbitrariedades do governo. Na *Presidência 4*, mandato 1971 a 1974, foram eleitos os primos Dom Aloísio Lorscheider (*presidente*) e Dom Ivo Lorscheiter (*secretário geral*). Dom Avelar Brandão foi eleito *vice-presidente*. Um trio progressista. A linha de atuação da Conferência seria formulada a partir daquele período, e isso constatamos nos temas e lemas e cartazes compilados e à maior abertura aos assuntos que mencionamos.

Quadro 10 – Presidências do segundo momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade

Ano	Presidências		
1973	Presidência 4	Presidência 5	
1974			
1975			
1976			
1977			
1978			
1979		Presidência 6	
1980			
1981			
1982			
1983			Presidência 7
1984			

Quadro 11 – Presidência do terceiro momento político-pedagógico da Campanha da Fraternidade

Ano	Presidências	
1985	Presidência 7	
1986		
1987		

Na *Presidência 5*, *progressista*, mandato 1974 a 1979, temos Dom Aloísio e Dom Ivo reeleitos *presidente* e *secretário geral*, respectivamente. Na *Presidência 6*, *progressista*, mandato 1979 a 1983, Dom Ivo Lorscheiter é eleito *presidente*, Dom

Clemente Isnard *vice-presidente* e Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida *secretário geral*. Na *Presidência 7*, mandato 1983-1987, temos as reeleições de Dom Ivo e Dom Luciano para a *presidência* e *secretaria geral*, respectivamente. O *vice-presidente* eleito, Dom Benedito Ulhôa Vieira, é considera *moderado*.

A respeito de algumas outras atuações destes bispos progressistas, temos em 1965, Dom Avelar Brandão Vilela eleito delegado da CNBB no CELAM, organismo que cuida da reunião, reflexão e ação pastoral dos bispos da Igreja Católica de todos os países da América Latina e Caribe. Dom Ivo Lorscheiter, em suas falas, constantemente acusava os militares de fascistas e totalitários. Vale destacar que os bispos Aloísio, Ivo e Paulo Evaristo Arns foram alguns dos agentes que estiveram à frente das negociações, em defesa do Frei Leonardo Boff, com Roma. No ano de 1979, Dom Luciano de Almeida esteve na Comissão de Articulação da Conferência de Puebla e ajudou no desenvolvimento de ideias acerca do tema “opção preferencial pelos pobres” e da Teologia da Libertação (SOUSA, CORREIA e MARQUES, 2009).

Hipótese 3: ilhas pedagógicas

Retornemos às hipóteses levantadas para explicar a significação política e defasagem das Campanhas: na primeira, atribuímos uma relevância política que esta iniciativa pedagógica adquiriu em tempos de ditadura. Demandou-se tempo para encontrar rupturas que possibilitassem a expressão e divulgação de suas ideias. A segunda hipótese foi como se deram conflitos internos, tal como em um espaço de dissenso com seus agentes a disputar as posições mais poderosas.

A terceira hipótese que apresentamos é o surgimento de *ilhas pedagógicas*. Estas são grupos que se organizam, se coalizam, se aliam ou se unem a fim de formar outras associações políticas e de circulação de ideias. Se por um lado, com a criação da CNBB em 1952, houve uma centralização da instância política e religiosa da Igreja no Brasil, por outro lado, houve uma fragmentação pedagógica das ideologias religiosas progressistas em determinados momentos históricos. Percebemos grupos espaçados geograficamente, mas com matrizes ideológicas semelhantes. A própria presença de um clero conservador no poder da Conferência e o golpe de 1964 funcionou como catalizador para a dispersão de agentes progressistas, em um primeiro momento, e coalizão destes, posteriormente. A tendência a um tipo específico de ideologia e, em segundo plano, a sua

radicalização, também pode ocasionar um ilhamento de um grupo, pois nem todos os agentes se identificam com tais matrizes.

Devido à repressão, nos anos iniciais da ditadura, a posição da CNBB é de prudência, sem estimular oposição ao governo, ou a articulação de um grupo de vanguarda de linha progressista. Não encontramos um espaço único e centralizado para discussões dos interesses dos grupos dominados ou a produção de documentos da Campanha da Fraternidade que culminassem na formação de uma consciência de fraternidade. Constatamos sim o desenvolvimento de diferentes grupos pedagógicos mais distanciados, com cada bispo ou movimento de leigos em suas próprias dioceses.

Exemplos dessas *ilhas pedagógicas* são os conteúdos produzidos pelos Bispos do Nordeste, em especial o documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, do ano de 1973, publicado durante o governo Médici. Apesar de este ano estar situado dentro da *fase de passagem* das pedagogias da Campanha da Fraternidade, momento de instabilidade e tibieza da CNBB perante a ditadura e problemas sociais, o documento dos bispos nordestinos

adquire sua nítida conotação de radicalidade, representando, pois, a marca crítica da Igreja em face da ordem dominante. No ambiente político geral – tenso, perigoso, autoritário, atravessado por discursos enfáticos sobre a grandeza do país –, o documento assumirá características de forte contraste e enorme gravidade. Sua fala será profética (ROMANO, 1979, p. 28).

O primeiro da lista dos bispos assinantes era Dom Helder Pessoa Câmara, então Arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco. Salientamos aqui que, um pouco antes de 1973, ele perdeu o cargo de *secretário geral* da CNBB em 1964 e, no mesmo ano, foi “promovido” de Bispo-auxiliar do Rio de Janeiro para Olinda e Recife. Nesta região, com certa liberdade, Dom Helder pode se manifestar, atuando dentro de um grupo de religiosos progressistas. Isso revela que ocorreram alterações de orientação da política interna da Conferência e da Arquidiocese do Rio, a última sob a orientação de Dom Jaime Câmara.

O nosso conceito de *ilha* se reforça em um episódio descrito na autobiografia de Dom Paulo Evaristo Arns. O Arcebispo, em um encontro com o Presidente Emílio Médici, no dia 5 de maio de 1971, a fim de lhe informar e questionar acerca dos desmandos do esquadrão de terror que operava na cidade de São Paulo, ouviu a seguinte frase: “Não arredaremos um só milímetro na luta contra os terroristas! O senhor vem defender os bandidos que matam inocentes, sequestram embaixadores e ameaçam ministros. Seu lugar é na sacristia”. Ao sair do encontro que não durou mais de cinco minutos, Dom Paulo descreve sua impressão: “só uma ideia me fazia conter a emoção.

Eu tentara cumprir um dever. Ficou claro para mim o quanto é perigoso concentrar nas mãos de um só o poder de dispor da vida e da sorte de tantos cidadãos”. Ele havia sido recém-eleito Presidente do Regional Sul-1, mandato 1971 a 1975, com a função de representar os Bispos das Dioceses do Estado de São Paulo. Antes daquela audiência com o Presidente Médici, em sessão privativa com seus colegas de episcopado, ao ter apresentado “provas de tortura e testemunhos recolhidos junto às vítimas, alguns bispos forçaram a resolução de que eu [*Dom Paulo*], como presidente regional, deveria levar oficialmente as provas à mais alta esfera”. Os bispos articularam a eleição de um representante, incumbência aceita a contragosto por Dom Paulo, em cuja responsabilidade pessoal recaiu toda a ação do grupo (ARNS, 2001, p. 351-2).

O projeto *Brasil: nunca mais*, publicado em 1985, consistiu no desdobramento das ações anteriores de Dom Paulo na Arquidiocese de São Paulo. A iniciativa ecumênica foi resultado dos acordos entre aquele Arcebispo, o Pastor presbiteriano James Wright e o Rabino Henry Sobel. O *Brasil: nunca mais* “estudou a repressão exercida pelo regime militar, a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas dessa tão controvertida tarefa”. As narrativas compiladas nele é a expressão do embate direto da Igreja ao Estado autoritário no período. Desta iniciativa, verifica-se outra, levada a efeito 20 anos mais tarde, no governo Dilma Rousseff, a Comissão da Verdade, com pesquisas sobre Direitos Humanos que seguem até hoje. Juntas, estas *ilhas*, ao discorrerem a respeito de diferentes experiências relatadas de violação dos direitos da pessoa; as bárbaras torturas a que eram submetidos os presos políticos; a censura à imprensa e à cultura; incentivaram outras ilhas e bispos a um posicionamento mais crítico sobre o período de exceção (ARNS, 1985b, p. 22; DHNET, 1995a).

Outra *ilha pedagógica* foi a Ação Católica Brasileira (ACB), associação nacional criada, em 1935, por Dom Leme e que se esvaziou por volta de 1966. O objetivo inicial da Associação era de organizar a participação dos leigos e difundir princípios católicos. A partir de 1947, Dom Helder foi nomeado seu assistente eclesiástico. Após a divulgação das encíclicas do Papa João XXIII, *Mater et magistra*³⁴ em 1961 e *Pacem in*

³⁴ Patrus Ananias (2011) menciona a encíclica a *Mater et magistra* (JOÃO XXIII, 1961) como uma das primeiras que utiliza o termo “socialização” por parte da Igreja. Segundo ele, nesta encíclica, buscou-se o equilíbrio em “como preservar a dignidade humana, os direitos individuais, como respeitar a pessoa humana no seu mistério, no mistério de cada um, na sua individualidade, como respeitar os diferentes e as diferenças. Mas, ao mesmo tempo, como também integrar essa dimensão pessoal na dimensão comunitária, como promover também os direitos sociais, econômicos e culturais, os direitos dos pobres”. Ananias diz ainda que, após a divulgação da *Mater et Magistra*, “vários militantes sindicais da época deram vários

*terris*³⁵ de 1963, na pedagogia proveniente da ACB encontramos conteúdos acerca do subdesenvolvimento, dos problemas sociais contemporâneos e de militância política. Também foi da ACB que se desdobrou movimentos juvenis como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) (LIMA, 1979; KORNIS, 2009b).

Impasses pedagógicos na ACB aconteceram em vários períodos, mas destacamos: a criação da Sociedade para a Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)³⁶, por iniciativa da elite conservadora de leigos e bispos, como um modo de abrandar a crescente força da ACB; a substituição de Dom Helder Câmara por Dom Cândido Padim como assistente eclesiástico da ACB, todavia, este último bispo também demonstrou simpatia às causas da Associação; o afastamento de Dom Cândido Padim da assistência à ACB, com a eleição de Dom Vicente Scherer para a presidência do Secretariado Nacional dos Leigos na CNBB (mandato 1964 a 1968); e a decisão por não mais manter a organização nacional da ACB, fragmentando-a e delegando a responsabilidade dela a cada paróquia. Por fim, leigos e prelados conservadores organizaram-se ideológica e politicamente a fim de dispersar e frear a pedagogia da ACB, de Dom Helder e do próprio Papa João XXIII.

Destacamos três outras ilhas:

testemunhos dizendo que a encíclica do papa foi uma espécie de libertação”. Os militantes diziam: “Então nós podemos avançar! Nós podemos ousar nas lutas, nas reivindicações sociais, na perspectiva de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna. Não é mais uma questão meramente de caridade, no sentido tradicional da palavra. É uma questão de justiça, de direitos, de assegurar oportunidades”.

³⁵ Frei Carlos Josaphat (2019) destaca a encíclica *Pacem in Terris* (JOÃO XXIII, 1963) como “a melhor formulação ética da dimensão social do Evangelho”, pondo em discussão o empenho de não ficar em uma elaboração teórica e abstrata, mas que inaugura uma “análise dos sistemas industriais, econômicos, agrícolas,” “causas das exclusões e desigualdades sociais”.

³⁶ Fundada em 1960, a associação civil TFP é criação de Plínio Corrêa de Oliveira, apoiada por Dom Antônio Castro Mayer e Dom Geraldo Proença Sigaud, todos tradicionalistas, críticos de temas como progressismo e Concílio Vaticano II. Em notas anexas às atas de reuniões, a então Comissão Central da CNBB, em 1966, escreve que tomou conhecimento de atuações contrárias às normas pastorais e disciplinares, provenientes da TFP. Desta associação, em 2001, nasceu entidades ideologicamente semelhantes, tais como os Arautos do Evangelho ou até mesmo uma outra doutrina em cujo culto secreto venera-se “uma espécie de trindade composta por Plínio Corrêa de Oliveira, sua mãe Dona Lucília” e o monsenhor brasileiro, João Scognamiglio Clá Dias. Este último é o fundador dos Arautos e também de outra sociedade, a “Virgo Flos Carmeli”. Naquela seita trinitária, “revelações” de um suposto demônio são feitas em nome de João Clá. “Dr. Plínio” estaria sentado à direita da Virgem Maria e sua mãe, Dona Lucília, à esquerda e ele teria o poder de mudar o clima, de estragar computadores das pessoas que acessam a internet, de fazer cair meteoritos e de contribuir para a morte do Papa Francisco, que aconteceria “em um tombo” (CNBB, 1966d; KORNIS e HEYE, 2009; TORNIELLI, 2017).

- o MEB, criado pela CNBB, em 1961, com o objetivo de alfabetização radiofônica de jovens e adultos, na perspectiva de educação popular, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Parte de seus conteúdos didáticos, como a cartilha *Viver é Lutar*, foi apreendida pela polícia de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, às vésperas do golpe de 1964, desencadeando também a perseguição aos chamados “bispos comunistas” que o aprovaram (DE KADT, 2007);
- as CEBs, entre os anos 1960 e 1970, que se apresentavam como espaços de luta política, de aprendizado e despontamento de mulheres e homens como novos agentes sociais. Estas comunidades ganharam maior legitimação em decorrência das pedagogias dos encontros episcopais latino-americanos de Medellín (1968) e Puebla (1979) (ALVES, 2013);
- os Congressos da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC) ou Congressos Brasileiros de Comunicação Social, acontecidos entre 1960 e 1990. Frei Romeu Dale, dominicano, estava à frente deste projeto. Nomes progressistas como Dom Helder Câmara, Dom Avelar Brandão Vilela, Dom Ivo Lorscheiter, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom José Maria Pires e Dom Luciano Mendes de Almeida difundiam suas ideias, produziam instrumentais pedagógicos e fomentavam reflexões a respeito de políticas, da democratização da comunicação e acerca da relação Igreja e tecnologias (FOGOLARI, 2021).

Neste capítulo apresentamos os temas, lemas e cartazes da Campanha da Fraternidade divididos em três momentos pedagógicos, constatados conforme se deram as articulações, as disputas políticas e as coalizões dos grupos progressistas e conservadores. Também sugerimos três hipóteses que explicam a defasagem da Campanha, quando comparada a outros movimentos sociais. No próximo capítulo, discutiremos a pedagogia do Cardeal Agnelo Rossi na Arquidiocese de São Paulo e como seu governo episcopal se posicionou frente às candentes questões políticas no Brasil dos anos 1960, chamados também de *anos de chumbo*.

Capítulo III: Aliança com o Estado pelo fortalecimento da Igreja – 1964 a 1970

1. Dom Agnelo Rossi, por amor à Pátria e à Igreja

Em 1964, ainda com o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara na presidência da CNBB, em tom de confiança, a Conferência comunicou que o Brasil tinha um novo governo como “resultado da Revolução vitoriosa de 1º de abril”, mencionando também que o Marechal Humberto Castelo Branco “conduziria os destinos do país até a posse do Presidente a ser eleito em outubro de 1965”. Segundo aquela declaração, a Instituição política da Igreja acreditava que a “Revolução militar” duraria um pouco mais de um ano (CNBB, 1964b). O presidente Castelo Branco recebeu, em Brasília, uma comissão composta pelo então secretário geral da CNBB, Dom Helder Câmara, Dom Fernando Gomes, responsável pelo Secretariado Regional do Centro-Oeste e Dom Eugênio Sales, Secretariado Regional do Nordeste. Em um encontro denominado “cordialíssimo”, durando uma hora e quinze minutos, a Igreja do Brasil, ali representada, desejou “examinar a posição do novo Governo em face da Igreja” e as “principais áreas de colaboração”. Conforme o Comunicado, o “Presidente manifestou a firme decisão de manter o regime de respeito mútuo e leal colaboração entre Estado e Igreja”.

No dia 1º de maio 1964, a Arquidiocese de São Paulo, com o Arcebispo Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta à sua frente, emitiu a *Mensagem do Episcopado Paulista*. O posicionamento era claro: o clero, em sua maioria, saudou agradecendo a “Deus pelo que de positivo teve e continua tendo o movimento político-militar de março último”. Para aqueles agentes, seus corações estavam cheios de alegria ao “recordar como, uma vez mais o bom senso e os bons sentimentos brasileiros evitaram inútil derramamento de sangue” naquele movimento. Estavam satisfeitos por ver a nova ordem implantada e o esforço que debelou, segundo eles, “totalmente o perigo do Comunismo que já assumia proporções assustadoras, infiltrado com propósitos inaceitáveis na mais justa e inadiável das campanhas reformistas”. Entre os bispos que assinaram aquela mensagem estava Dom Agnelo Rossi, que no dia 27 de setembro daquele ano, seria eleito presidente da CNBB e, em novembro, o Papa Paulo VI o nomearia como o novo arcebispo de São Paulo.

*Notas biográficas: Agnelo Rossi*³⁷

Agnelo Rossi nasceu em Joaquim Egídio, município de Campinas, São Paulo, em 4 de maio de 1913. Faleceu em 21 de maio de 1995. Seu pai, Vicente Rossi, foi Comendador da Ordem do Santo Sepulcro. Sua mãe se chamava Vitória Colombo Rossi. Ambos imigrantes italianos, chegados ao Brasil em 1911, com um filho pequeno, Miguel Rossi, de três anos. Nos primeiros anos da chegada de sua família, eles possuíam uma funilaria no Distrito de Valinhos.

Rossi iniciou o curso primário em Joaquim Egídio, terminando-o em Campinas, cidade em que também fez o curso ginásial a partir do ano de 1926, estudando filosofia e o início do curso de teologia. Transferido para Roma, 1934, estudou no Pontifício Colégio Pio Brasileiro e entrou para a Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, em 1935, com bolsa de estudo paga integralmente por sua Diocese responsável, a de Campinas, licenciando-se em Filosofia e Teologia. Realizou especializações em *Protestantismo na América Latina* na Pontifícia Universidade Gregoriana - Roma - Itália (1936-1937), em *Ação Católica* na Argentina (1947) e em *Catequese* nos Estados Unidos (1961). Foi ordenado sacerdote em março de 1937, em Roma.

O padre Rossi foi secretário particular de Dom Francisco de Campos Barreto, bispo diocesano de Campinas e consultor em assuntos de fé no Concílio Plenário Brasileiro de 1939, estando à frente do movimento de formação de mediantes da Ação Católica Brasileira (ACB), em Campinas. Entre 1940 e 1944, trabalhou no Seminário Central Imaculada Conceição, de São Paulo, como professor. Também foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Odontologia de Campinas e um dos fundadores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Deu assistência eclesial à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Juventude Independente Católica (JIC). Em 1947, ele foi nomeado Cônego, na Catedral de Campinas, e em 1953, Monsenhor. Em março de 1956, ele foi nomeado bispo diocesano de Barra do Piraí, Rio de Janeiro, incentivando a construção do seminário interdiocesano para a região da Baixada Fluminense; a catequese popular e a formação de líderes leigos e do clero das congregações religiosas. No dia 15 de abril de 1956 ele foi sagrado bispo. Designado delegado do Episcopado brasileiro no CELAM de 1960. Atuou como administrador

³⁷ Sobre a trajetória de vida de Agnelo Rossi, ver (CPDOC, 2009; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2015a; RIGACCI JÚNIOR, 2016; ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS, 2020).

apostólico da diocese de Valença, Rio de Janeiro, entre 1960 e 1961. Foi escolhido como cardeal em 1965. Assumiu a Arquidiocese de Ribeirão Preto no ano seguinte, fundando a Cooperativa Popular de Consumo de Ribeirão Preto. Em 1964, foi nomeado Arcebispo de São Paulo até 1970, ano em que fora designado Prefeito da Sagrada Congregação para Evangelização dos Povos. Assumiu a Administração do Patrimônio da Sede Apostólica em 1984. Exerceu a Presidência da CNBB, de 1964 a 1971. Dirigiu o jornal diocesano *A Tribuna* em Campinas.

A pedagogia de Dom Agnelo Rossi era marcadamente tradicional. No ano de 1981, em carta endereçada “aos amigos do Brasil”, ele se autoneia “conservador e progressista no bom sentido”. O termo progressista, talvez devido ao fato de ele ter sido o pioneiro nas experiências de pequenas comunidades que discutiam fé e política e que se tornariam as CEBs ou por ter sido assessor da Juventude da Ação Católica, especificamente da JIC (1939-1956) e JUC (1944-1956). Todavia, na história da Igreja no Brasil, sabemos que quando prelados conservadores são orientados a ser assessores de movimentos mais politizados como os da juventude da década de 1950-1960 é uma maneira de impedir o direcionamento para campos de vertente esquerda.

É certo que seu lado conservador sempre pesou mais. Ele dizia que não poderia ser progressista a ponto de substituir teologia por antropologia, salvação integral por libertação política e escravidão ideológica. Por diversas vezes, o encontramos coadunando com bispos mais conservadores como Dom Vicente Scherer, Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Eugênio Sales. Dom Agnelo incentivava os leigos na política, mas a condição era a submissão à hierarquia católica, tanto arquidiocesana quanto romana (CPDOC, 2009).

No Centro de Cultura Intelectual de Campinas³⁸, Dom Rossi ministrou aulas sobre *A Filosofia do Comunismo* (1947), escrevendo um livro de mesmo nome e um folheto chamado *Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação* (1985),

³⁸ Em 7 de junho de 1941, o *Centro de Cultura Intelectual de Campinas* reunia as *Faculdades Campineiras*, uma união da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* e a *Faculdade de Ciências Econômicas*, ambas instaladas na antiga Residência Urbana do Barão, também denominada Solar do Barão de Itapura, cujo proprietário foi Joaquim Polycarpo Aranha. Este solar foi alugado para a Arquidiocese de Campinas no ano 1937, sendo primeiramente habitado pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Em 1952, o edifício foi definitivamente transferido para a Arquidiocese de Campinas, por meio de uma venda simbólica e em 1955, o Centro passou a ser Universidade Católica, tendo o título de Pontifícia concedido em 1972 pelo Papa Paulo VI (BORTOLI, 2003; IAB, 2014; CONDEPHAAT, 2021).

mimeografado pelo colégio campineiro Pio XII e posteriormente pela Editora Salesiana. O folheto *Verdades* foi traduzido e distribuído em espanhol, estando também em uma publicação em conjunto de estudos do então Cardeal Ratzinger.

O Cardeal Dom Agnelo Rossi faleceu no dia 21 de maio de 1993 e, no dia 23, foi levado pelo Corpo de Bombeiros para o Santuário Nossa Senhora de Guadalupe, em Campinas, igreja que ele ajudou a construir. Este templo é o “local onde repousam seus restos mortais, um de seus últimos desejos”, tal como afirmado em sua autobiografia. Talvez, por ironia do destino, o Santuário está localizado na Vila Castelo Branco, bairro com mesmo nome do primeiro presidente do regime militar, para o qual Dom Agnelo fez boa propaganda no jornal *O São Paulo*.

A autobiografia do Cardeal Rossi contempla manuscritos, notas e textos de sua autoria, escritos a seus sobrinhos. Ela também possui relatos diversos, registros de caráter familiar e trabalhos de colaboradores diretos de Dom Agnelo. O livro foi elaborado para a comemoração aos 75 anos da PUC Campinas, em 2016, tendo como coordenador geral da obra, Germano Rigacci Júnior, reitor da instituição desde 2018. O exemplar foi prefaciado pelo bispo de Campinas que na época era Dom Airton José dos Santos.

Por entre as memórias registradas da vida de Dom Agnelo Rossi, afirma-se que o

estimado Cardeal dedicou-se, até o fim da vida, à escrita de livros [...]. Entre eles, obtiveram maior difusão o ‘Diretório Protestante no Brasil’, de 1938, e a contundente crítica à Teologia da Libertação de linhas marxistas, contra a qual sempre se empenhou o Presidente da CNBB, o Cardeal Arcebispo de São Paulo e o Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. Também aqui foi grande a sua sintonia com as Instruções da Sé Apostólica, *Libertatis Conscientia* e *Libertatis Nuntius* (RIGACCI JÚNIOR, 2016, p. 154).

As instruções citadas foram escritas pelo Cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI. Para Dom Agnelo, a linha que a Teologia da Libertação seguia, fomentaria discriminações, lutas de classe, nacionalismo e o comunismo (CPDOC, 2009).

O São Paulo: jornalismo às avessas

Para analisarmos mais profundamente a pedagogia de Dom Agnelo Rossi, tomaremos como referência, o jornal da Arquidiocese, *O São Paulo*. Este semanário foi fundado pelo Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, em 25 de janeiro de 1956 cuja proposta era fazer boa imprensa. A frase lema seria sua motivação – *Veritatis et sobrietatis verba loquor* ou *Palavras verdadeiras e sensatas*. Desde então, o periódico

é publicado para todas as comunidades e paróquias da Arquidiocese de São Paulo. Alguns de seus objetivos são:

estar a serviço da comunhão e da participação de todos na Igreja que está na cidade; contar os fatos ligados à missão evangelizadora da mesma Igreja que se propõe anunciar Jesus Cristo à cidade de São Paulo; ser porta-voz das pastorais, movimentos e associações; ler os acontecimentos que afetam a vida do povo sob a ótica do evangelho de Jesus; **formar mentes e corações** para que Jesus Cristo seja experimentado, seguido e amado por todos que vivem na cidade; **fazer chegar a todos os fiéis a voz dos pastores** da Igreja, o Papa, o arcebispo, os bispos auxiliares, os sacerdotes (O SÃO PAULO, 2020, grifo nosso).

São os propósitos como “formar mentes e corações” e “fazer chegar a todos os fiéis a voz dos pastores” que nos motiva a utilizar também o jornal a fim de compreendermos as pedagogias das Campanhas. Por meio deste meio de comunicação, o arcebispo influencia decisões, interesses e valores dos seus arquidiocesanos.

Nossa referência inicial será o ano de 1965, com Dom Agnelo à frente da Arquidiocese. Naquele ano, os discursos no jornal confirmam nossa proposta metodológica de um *primeiro momento político-pedagógico conservador*. A impressão de quem o folheia, provavelmente será a de que os leitores da época estariam em uma sociedade liberal, funcionando de forma pacífica e ordeira, enfrentando seus problemas sob uma liderança legítima. As notícias acerca do Presidente Castelo Branco tratavam de assuntos como a inauguração da sexta turbina geradora de energia elétrica; os planos do governo pautados nas relações com o capital privado; suas tentativas de explicação a respeito da crise inflacionária; seu posicionamento contrário à realização de eleições nos Estados. Não havia críticas ao governo ou questionamento, mas um tratamento em tom ameno e de aceitação da ordem estabelecida. Algumas reportagens sobre a Igreja tratavam da abolição das capas vermelhas de cinco metros até então usadas pelos cardeais ou mesmo o uso de batina e *clergyman*. Eram divulgadas as mudanças provenientes do Concílio Vaticano II, assim como cursos de liturgia e estudos acerca da reforma dela. Havia publicações sobre o assunto vocações; a orientação moral do cinema e demais espetáculos; as viagens de Dom Agnelo Rossi ao Vaticano; a mudança de seu brasão. Na pauta, também cabiam conteúdos como o controle da natalidade; as discussões a respeito da política de outros países; os mártires católicos no Japão; a independência da Gâmbia; as revoluções comunistas; o uso de armas russas e a situação da religião naquele país.

Durante a Quaresma de 1965, primeiro ano no qual a Arquidiocese paulistana realizou a Campanha da Fraternidade, no jornal *O São Paulo*, foi publicado um texto com o título “aniversário da Revolução de Março”. A edição era datada do dia 4 de abril.

Tratava-se da homilia do Cardeal Rossi durante uma missa de “ação de graças pelo êxito do movimento anticomunista”. A celebração foi realizada na Catedral Metropolitana. O Cardeal mencionou o primeiro ano da “Revolução” como um “momento histórico da Pátria querida” e aquela missa como uma “contribuição patriótica para o bem comum e a grandeza do Brasil”. No seu discurso, são constantes as menções às expressões “nossa Pátria”, “patriotismo”, “patriota” e outros que invocam a ideia de “união” ou “congregação” (ROSSI, 1965a). O Bispo ressaltou a “profunda gratidão a Deus” pelo fato de a “Nação brasileira” ter afastado, “com a proteção do Senhor, pela bravura, piedade e fortaleza de seus filhos, a iminente trama comunista”. Com tal discurso, o Cardeal ensinava seus arquidiocesanos como a escalada militar brasileira evitou, em suas próprias palavras, “atrelar a grande nação cristã à dolorosa área do silêncio e da escravidão que, na África, na Ásia, na Europa e já na América, debaixo de pesados grilhões, submete povos e nações”.

Ainda nesta homilia, Dom Agnelo mencionou a “Revolução” como uma batalha “miraculosamente conquistada sem derramamento de sangue fraterno”. Referente ao pronunciamento que o Presidente Castelo Branco fizera naquele mesmo dia, o Cardeal disse: “Não é nossa missão fazer o balanço deste primeiro ano de governo que o eminente Presidente Castelo Branco apresentou democraticamente ao Congresso, no dia de hoje, numa demonstração de registro e de apreço ao povo brasileiro”. O Cardeal continua:

Como cristãos, não nos deve interessar o elogio e a crítica aos outros, pois o único Juiz é o Senhor, mas devemos nos preocupar com um exame sincero de consciência para verificar se estamos cumprindo nossa missão nesta hora decisiva para a nossa Pátria. Em lugar de devastar tudo, atirando pedras aos demais, procuremos unir essas pedras numa construção grandiosa. Este foi, aliás, o apelo sereno e equilibrado do nosso Presidente, ao assumir o governo da República (Ibid.).

Durante o ato religioso, Dom Rossi afirmou ainda que o “patrimônio de nossa terra” é a “fé cristã e as liberdades democráticas”, anseios que o povo queria salvaguardar. O Cardeal Agnelo sublinhava que o momento pelo qual o Brasil passava era de “recomposição da ordem”, o que exigia “mãos competentes e habilidosas, a fim de extrair realmente do organismo social os tumores da subversão e da inveterada e cruel corrupção, que imensos males causa ao nosso bom povo”. Ao analisar o momento histórico, o religioso aponta que reformas sociais seriam necessárias para uma mais equitativa distribuição dos bens; que um contingenciamento da elevação de preços e do mal alarmante do desemprego deveria ser feito; a necessidade do diálogo com o mundo do trabalho, o operariado e o trabalhador rural deveria ser realizado. Ao se referir aos jovens,

volta ao mantra anticomunista. Considera que se deve auscultar os “jovens ardorosos [...] que amam sinceramente nossa Pátria e que sendo classificados indistintamente por inépcia ou ignorância como subversivos ou comunistas se sentem revoltados e indignados, voltando-se contra tudo e contra todos”. Na homilia, sem abordar a Campanha, alertou que a “fraternidade” estaria sintetizada em tarefas patrióticas e cristãs, tais como o bem comum, a paz, a ordem e a prosperidade, pouco importando os sacrifícios e renúncias necessários.

Temos que mudar mentalidade, a fim de que surja o desejado entendimento, a compreensão, a harmonia entre todos os brasileiros, pois que todos querem o bem comum da sociedade, a paz, a ordem, a prosperidade do nosso amado Brasil. Este ideal não pode ser traído, mas sim sustentado e defendido, a todo custo, pouco importa o estipêndio de sacrifícios e de renúncias, que ele nos venha exigir. Todos, todos que amam a Deus, todos que amam esta grande Pátria, têm o dever sagrado de serem operários da manutenção, da permanência desse ideal; governantes, sacerdotes e leigos, mestres e discípulos, patrões e operários, velhos e jovens, ricos e pobres, civis e militares. [...] vimos lembrar aos amados arquidiocesanos, a gravidade desse dever, que é de cada um de nós, nosso e vosso. Com que meios haveremos de nos desincumbir de tão patriótica e cristã tarefa? Podemos garantir que todos esses meios se sintetizam numa única e cristianíssima palavra: “a fraternidade” (Ibid.).

Antes dessa missa de ação de graças, Dom Agnelo encontrava-se em Roma, para participar da cerimônia de sua criação como Cardeal, ocorrida no dia 27 de fevereiro. Durante esse evento religioso, suas palavras foram transmitidas pela Rádio Vaticana no Brasil e também transcritas em uma publicação do mesmo jornal. Entre seus agradecimentos, aparece sua gratidão ao governo de Castelo Branco, especialmente ao Itamarati e à Embaixada Brasileira, junto à Santa Sé. O novo Cardeal destacou as relações cordiais e fiéis estabelecidas entre Igreja e o Estado, uma vez que o último não ignorou seu cardinalato, “mas demonstrou efetivamente a exultação e reconhecimento da Pátria querida para com o filho”. Dado que o período quaresmal de 1965 começaria alguns dias depois do 27, ou seja, no dia 3 de março seguinte, Dom Rossi aproveitou para mencionar que, brevemente, todo o território nacional estaria mobilizado para a Campanha da Fraternidade. O discurso de D. Agnelo Rossi foi finalizado com um “Deus abençoe o nosso amado Brasil, conservando-o sempre forte, unido, livre e cristão” (ROSSI, 1965b). Tanto em Roma, quanto no Brasil, seus discursos pesaram mais para destacar as boas relações com o Estado, do que sobre a Campanha da Fraternidade. O Marechal Castelo Branco enviou um telegrama a Paulo VI, o qual foi divulgado no jornal arquidiocesano no dia 7 de março de 1965. O presidente se dizia comovido no tocante à elevação de Dom Agnelo Rossi ao posto de cardeal. Na congratulação e agradecimento, Castelo Branco afirma

[...] rogo a Vossa Santidade crer no caloroso júbilo com que o governo e o povo do meu País acolheram a auspiciosa notícia, bem como no meu vivo contentamento pessoal por mais esta prova inequívoca de paternal afeto concedida por Vossa Santidade à fiel Nação brasileira. Queira aceitar, Santíssimo Padre, os votos mais sinceros que formulo pela crescente prosperidade do vosso glorioso Pontificado, pela exaltação sempre maior da Santa Madre Igreja (BRANCO, 1965).

Como mencionamos, o jornal *O São Paulo*, nesse período, mantinha uma pauta voltada para cultura e política internacional. A cultura norte-americana era presença constante nessas páginas. Encontramos histórias de ex-presidentes como George Washington e Abraham Lincoln (*Figura 2*); sobre a música americana, especialmente o *Jazz*, popular na região sul daquele país; sobre cientistas, tais como o pioneiro na ciência agrícola, Luther Burbank; além da história do lago Ohio inferior que, junto ao rio Mississippi e ao Missouri, oferece uma importante rede de comunicação fluvial.

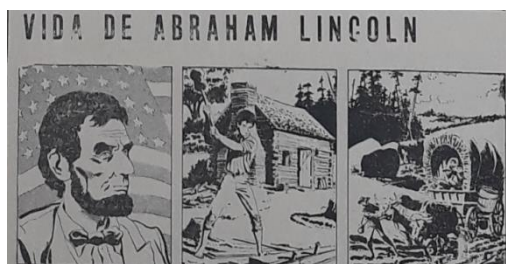


Figura 2 – Ilustração sobre a história de Abraham Lincoln no jornal *O São Paulo*

Alguns textos como o *Eleitorado de São Paulo* ganhavam espaço no jornal. Assinado pela Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), com data de 25 de janeiro de 1965, ele foi republicado diversas vezes naquele ano. Por vezes, foi impresso com o título em letras garrafais, outras vezes, um pouco menor, mas se destacava. Cabe lembrar que a Aliança Eleitoral foi uma associação civil nacional criada em 1962, em substituição à Liga Eleitoral Católica, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico e apoiar candidatos comprometidos com os princípios sociais da Igreja. No próprio jornal, as recomendações acerca da escolha dos pretendentes aos cargos eletivos municipais em São Paulo são claras: “devemos saber também o que pensa o pleiteante ao nosso sufrágio, no tocante à família, à propriedade, à autoridade”. E continuava: no

Estado da Guanabara, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, liderou a campanha da Aliança Eleitoral pela Família, manifestando-se através da imprensa e nas paróquias, além de promover várias reuniões em casas de família, colégios e clubes. A uma dessas reuniões, realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em meados do mês de setembro, compareceram o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Helder Câmara, o governador da Bahia, Juraci Magalhães, e o candidato a deputado federal Juarez Távora (KORNIS, 2009c).

Em São Paulo, a ALEF indicou candidatos como Ademar de Barros e Jânio Quadros. Recomendações específicas, tais como referentes à escolha do prefeito e vice-prefeito, baseavam-se na ideia de “olhos postos nos interesses da Pátria”. Aconselhava-se:

- NÃO VOTE nos candidatos que tenham favorecido, por ação ou omissão, o comunismo ateu, que dominou o governo deposto pela Revolução de 31 de março de 1964, ou tenham tomado parte na ação subversiva e corruptora desse mesmo governo.
- NÃO VOTE nos candidatos que combatam os ideais da revolução vitoriosa, ou que impatrioticamente solapem as medidas saneadoras do atual governo da República, com o propósito de restaurar a abominável situação anterior.
- NÃO VOTE nos candidatos que por atos de vida passada já demonstraram não ter os requisitos mínimos exigíveis de probidade e honra pessoais.
- VOTE SIM nos candidatos mais competentes, mais idôneos, mais operosos, enfim nos melhores entre aqueles que se comprometerem a cumprir o programa e a observar os princípios da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF, 1965, grifos do autor).

Os valores de interesse daquela Aliança estavam ali postos: que os católicos votem em candidatos que apoiem a Revolução de 31 de março e sejam favoráveis ao governo militar. Esse posicionamento era conveniente, como uma forma de garantir a proteção dos interesses da Igreja, na visão do grupo liderado pelo Cardeal Rossi.

Com a finalidade de compreendermos alguns dos modos de educar usados para apresentar a Campanha da Fraternidade de 1965 no jornal *O São Paulo*, retornemos ao ano de 1964, quando esta iniciativa foi lançada nacionalmente. Dom Helder Câmara, então secretário geral da CNBB, escreveu o primeiro texto-base, o qual, por entre sugestões de melhor aproveitamento da Campanha, como ela poderia ser trabalhada nas paróquias e sobre a necessidade de arrecadação financeira, o leitor é convidado a buscar soluções para a atuação da Igreja. O texto propôs: em lugar de “jogar pedradas de fora”, ajudem a “superar as falhas e suprir as omissões”. E continuava com perguntas como: “gostaria de ver a Igreja atuando no meio rural, no meio estudantil, no meio operário, no meio independente?”; “tem a impressão de que a Igreja está parada, perdendo terreno no campo social?”; “como aprimorar as obras sociais?”. O conteúdo apontava para uma dinamização das relações sociais e uma maior movimentação dos agentes religiosos por entre diferentes esferas (CNBB, 1964a).

Entre os dias 12 de fevereiro e 26 de março de 1964, período quaresmal, não encontramos menção, divulgação do texto-base ou evidências de realização da Campanha, publicadas no semanário paulista. Naqueles dias, antes do golpe, o arcebispo responsável pela Arquidiocese de São Paulo era Dom Carlos Carmelo Motta, nomeado

para Aparecida no dia 25 de abril. O Cardeal Motta não reconheceu publicamente sua transferência como sendo motivada por políticas decorrentes do golpe, embora ele tivesse apoiado João Goulart. Talvez por já estar em curso a transferência do Arcebispo, a nova iniciativa pedagógica quaresmal não foi realizada em 1964 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2015b).

Como desdobramento de disputas internas na Conferência, para a Campanha de 1965, o tema escolhido foi *Paróquia em renovação*. O texto também foi assinado por Dom Helder Câmara que, naquele ano, era secretário da Ação Social da CNBB. Comparando então ao de 1964, o texto-base de 1965 parece mais constrito, fechado, como que espremido e abafado entre as paredes de uma igreja velha, antiga, quase pré-conciliar. Parte do trecho introdutório do texto de 1965, apontou um crescimento do aspecto educativo da Campanha e a extensão da adesão em outras dioceses. Após a introdução, havia quatro folhetos independentes, chamados volantes, que deveriam ser lidos ou distribuídos após as missas para os fiéis. Nos documentos das Campanhas daquele ano, cedidos pela CNBB à nossa pesquisa, não identificamos alusão à “Revolução” ou a problemas sociais. O tema central foi dividido em quatro conteúdos: *paróquia comunidade de fé*; *paróquia comunidade de culto*; *paróquia uma comunidade de caridade* e *paróquia comunidade missionária em clima de Concílio Ecumênico*. Outra parte do texto que mais se destacava era a menção às missas em português que deveriam ser consideradas um dom de Deus, já que, a partir de então, seriam voltadas para o povo. Esta cerimônia não seria um ato religioso tão distante quanto antes ou incompreensível. Seria mais fácil de entender. Foram feitas sugestões para divulgar a Campanha em jornais ou por meio de faixas e slides. O próprio cartaz, como ilustrado no *Quadro 6* (pág. 72), não ousou aguçar a memória católica com qualquer temática que pudesse subverter a ordem estabelecida (CNBB, 1965a).

Quando de sua divulgação no jornal da Arquidiocese, a Campanha foi descrita aos fiéis como uma iniciativa educativa e de levantamento de recursos financeiros, a fim de os católicos sentirem-se responsáveis pela Igreja local, diocesana, nacional e universal. Em algumas reportagens de divulgação da Campanha de 1965, percebemos que trechos do texto-base de 1964 foram republicados, a fim de explicar do que se tratava este empreendimento e quais eram suas linhas de atuação. Contudo, aquelas expressões – “gostaria de ver a Igreja atuando no meio rural, no meio estudantil, no meio operário, no meio independente”; “Igreja está parada”, “perdendo terreno no campo social” – foram suprimidas na nova divulgação. Sem dúvida, essa maneira de educar os fiéis não se

adequava à pedagogia quaresmal paulistana, com o Cardeal Rossi à sua frente (CNBB, 1965). Adicionalmente, no dia 18 de abril de 1965, em sua mensagem de Páscoa, Dom Agnelo reafirmou quais eram seus princípios: “harmonia entre os homens e as classes sociais” e um espírito de fraternidade unindo “homens da Indústria, do Comércio, da Lavoura, de todas as classes de São Paulo [...] sem vexames, sem intuítos partidários ou gregários” (ROSSI, 1965b).

Dom Agnelo Rossi teve um certo trabalho em educar suas ovelhas na nova perspectiva quaresmal para além das práticas espirituais do jejum, esmola e oração. Dado 1965 ter sido a primeira vez que se divulgou a Campanha no *O São Paulo*, às explicações a respeito do que ela se tratava, foram adicionados os seguintes assuntos: como se dariam as relações entre agentes ordenados e leigos a fim de difundi-la; como deveriam ser criadas coordenações regionais, diocesanas e nacionais para propagá-la. Nos textos editoriais, percebemos os esforços empenhados pelos autores para convencer seus leitores acerca do benefício da independência financeira que a Campanha traria, se ela fosse bem executada (O SÃO PAULO, 1965b).

O convencimento tangia também a educação da memória católica em textos como os da série *Uma campanha diferente*, de autoria da equipe editorial. Um primeiro texto associou o sucesso de realização da campanha de arrecadação financeira *Misereor* à riqueza de fé dos germânicos:

Você deve arregalar os olhos e pensar no nível econômico daquela gente no valor do marco, no mirrado do cruzeiro, etc...
Eu vou mais longe. Em vez da riqueza de marcos, eu vejo a riqueza de Fé que avassala a catolicidade na Alemanha de hoje.
Aquilo é fruto de penitência. A maior parte das contribuições vem de um dia especial de jejum que as famílias fazem não só por penitência, mas para economizar em favor dos irmãos necessitados...
Come-se menos um dia, não num dia de jejum prescrito pela Igreja, mas num dia escolhido pela família e o que se gastaria em batatas, filés e chops, naturalmente vai integralmente em envelopes fechados para o auxílio ao mundo. Isto é penitência. Isto é caridade. Isto é cristianismo em suas dimensões sociais (Ibid., 1965c).

Na mesma perspectiva do anterior, um segundo texto sugeriu como penitência quaresmal que a família guardasse seus trocados para contribuir com a Campanha da Fraternidade. Este ato seria tal como “gotinhas de sangue redentor, de uma caridade penitente” (Ibid., 1965d). Um terceiro texto deu a ordem: “nenhum sacerdote, como nenhum leigo poderá esquivar-se, pois as tarefas são variadas e há o que fazer para todos”. Resistências, questionamentos, preferências pessoais, pontos de vista particulares quanto

ao método da Campanha da Fraternidade deveriam “ceder lugar às determinações da Autoridade e à largueza de vistas desta Campanha Nacional” (Ibid., 1965e).

Nos anos seguintes, percebemos semelhanças na pedagogia de Rossi referente aos conteúdos do jornal arquidiocesano. Em 1966, encontramos notícias como aquilo que a equipe editorial nomeou de “grosseira idolatria”, acerca da prática de macumba. Mencionou-se que esta prática ia se “propalando por todo o país”, não se podendo compreender “como tão lamentável fato aconteça num país cristão e civilizado como o nosso Brasil”. Os editores classificaram de “seita idólatra, com certos matizes satânicos” (Ibid., 1966a).

Também encontramos publicações com caráter político como *Comunismo e os intelectuais atraídos pelo Partido Comunista na Itália*; outras publicações eram para atingir as leitoras, com o pressuposto de que mulheres liam temas leves como cursos femininos de arte culinária, corte e costura, economia doméstica, bordados, charme e etiqueta; havia seções onde aparecia a arrecadação financeira da Campanha da Fraternidade de 1966 e sua distribuição para o amparo aos desempregados e necessitados e para organizações arquidiocesanas como a *Mater Ecclesiae*. Esta organização era responsável pela aquisição de terrenos para futuras paróquias.

Enquanto, a Arquidiocese estava ainda interessada em fazer das mulheres submissas a seus maridos, donas de casa que lavam e passam e cuidam dos filhos, a sociedade se modernizava, urbanizava. Na capital paulista, já funcionavam as universidades. As indústrias e o comércio empregavam grande contingente feminino; as mulheres estavam nas fábricas, trabalhando no comércio e nos serviços domésticos para outras famílias e os homens militavam nos sindicatos e nas portas de fábricas.

2. *Governo episcopal, espaço de disputa*

Ainda durante a permanência de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta na Arquidiocese de São Paulo, o diretor do jornal era Dom Vicente Marchetti Zioni. Mas, em 25 de março de 1964, o Bispo Zioni foi nomeado para a Arquidiocese de Bauru. Posteriormente, no ano de 1968, ele foi nomeado para Botucatu. Nesta Arquidiocese, Dom Vicente Marchetti foi impedido de assumir e teve sua posse adiada por um ano, entre 19 de abril de 1968 e 12 de abril de 1969. Este fato ocorreu em razão de um movimento levado a cabo por 27 padres que o acusavam de ser “mais personalista que objetivo” e “mais propenso a cercear do que a estimular”. Os 27, ex-alunos de Zioni no seminário Central do Ipiranga, estavam resistentes à chegada do bispo conservador, desconfiados da maneira como ele implementaria as renovações estruturais do Concílio Vaticano II e o Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB. O jornal *O Globo* descreveu que os padres alegaram não ter sido consultados sobre a ida do novo bispo à Botucatu e que “boatos circularam [...] de que o novo metropolitano viria com pulso forte, para impor disciplina a um clero revoltado” (PADRES DE BOTUCATU, 1968; O GLOBO, 1968c).

Um manifesto de 500 padres de São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte, apoiou o movimento dos 27. Este documento foi divulgado na imprensa, através da Ação Católica Brasileira. A crise se arrastou por um longo período, muitos abandonaram a Arquidiocese e, às vésperas da posse de Dom Vicente Zioni, outros sacerdotes debandaram. No total, 27 deixaram Botucatu, indo para Lins ou Apucarana, sem um ato formal de desligamento; 12 permaneceram sem restrições; quatro continuaram por um período de experiência, conforme as alternativas definidas pelo Papa Paulo VI. Tentativas de negociação com o Cardeal Agnelo Rossi, então presidente da CNBB, fracassaram. Esse episódio demonstra que o Cardeal não reinava sobre mortos, pois, embora o jornal *O São Paulo* e comunicados da CNBB não expusessem a agitação popular e religiosa, todo um forte alvoroço acontecia nos bastidores (CORREIO DA MANHÃ, 1968).

Segundo algumas reportagens da grande imprensa, somente um dos 27 padres apresentava restrições de cunho político: “Pe. Eduardo José Augusti, por participar de certas atividades estudantis e por seus contatos com as cúpulas de organizações estudantis extintas” (MARIANO, 1969). Uma outra reportagem de jornal estudantil, bem mais radical, politizava a questão: “vemos nessa revolta o reflexo da nova mentalidade que invade o mundo”, “pela primeira vez no Brasil, a Igreja alia-se aos oprimidos, clama por

reformas, condena veementemente a sempre e crescente fossa que separa os poucos opulentos dos muitos miseráveis” (CORREIO DA MANHÃ, 1968).

Por um lado, em diferentes reportagens do jornal *O Globo* – com o diretor-redator-chefe Roberto Marinho –, entre 1968 e 1969, constatamos uma ampla cobertura do episódio de Botucatu, atribuindo ao grupo de padres adjetivos como “sacerdotes rebeldes” ou noticiando “deploráveis acontecimentos” naquela cidade (O GLOBO, 1968d). Por outro lado, constatamos pequenas e reduzidas notas referentes à prisão e tortura de Padre Eduardo José Augusti. A despeito de os estudantes da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas terem se solidarizado com o clero revoltoso e divulgado manifestos de esclarecimento à população explicando as razões do movimento dos 27, a ala conservadora, principalmente os leigos apoiadores de Dom Zioni, trataram de desviar as atenções.

Como pressão, a atitude da ala conservadora foi realizar uma “caravana-monstro” durante a revolta. O grupo recepcionaria o novo Arcebispo, com toda pompa e circunstância. Dom Zioni concordou que houvesse tal solenidade. Naquele dia 12 de abril de 1969, estiveram presentes representantes do Cardeal Agnelo Rossi, do governador Abreu Sodré e o próprio Ministro da Justiça, Gama e Silva, amigo pessoal do Bispo. “Dom Zioni chegou triunfante com o Ministro”; este último o recebeu à entrada da cidade (CORREIO DA MANHÃ, 1969).

Ao entrar em Botucatu, o cortejo de automóveis somava cerca de 400 veículos. Uma salva de 21 tiros anunciou a chegada da comitiva na Praça da Catedral Metropolitana, em frente à qual foi armada grande plataforma para as autoridades e para a concelebração da missa. Entre os convidados, uma veneranda senhora se mostrava atenta a todas as palavras de quantos saudaram Dom Vicente Zioni; sua mãe, D. Maria Luisa Ghilarducci Marchetti (MARIANO, 1969).

Quando Dom Zioni saiu da capital, ainda em 1964, também houve mudanças na direção do jornal. De suas mãos, a direção passou para as de Monsenhor José Lafayette Álvares. Este foi um dos fundadores do jornal *O São Paulo*, no ano de 1956, e sua trajetória política é pouco retratada pela literatura, mas a matriz conservadora do jornal durante o governo episcopal do Cardeal Rossi é associada ao Monsenhor.

*Notas biográficas: José Lafayette Álvares*³⁹

José Lafayette nasceu em Conceição do Rio Verde, Minas Gerais, em 30 de novembro de 1903. Faleceu em 7 de março de 1997. Seus pais foram Manoel Luiz Álvares e Auzenda Amélia Ferreira. Realizou os estudos primários (1910-16) na sua terra natal, e o ginásio em Itajubá (1917-19). Graduiu-se em Farmácia pela Escola de Farmácia e Odontologia de Ouro Fino em 1920-22, exercendo a profissão por quatro anos. Após este período, iniciou os estudos de Filosofia (1928-30) e Teologia (1931-34) no Seminário Provincial e Central do Ipiranga em São Paulo.

Foi ordenado sacerdote no dia 15 de agosto de 1934. Foi nomeado Secretário do Arcebispo de São Paulo entre os anos de 1945 e 1946. No Seminário Central de São Paulo, tornou-se professor entre 1936-39. Foi Pároco de São Roque, entre 1940 e 1943 em Mogi das Cruzes em 1947-48, ambos São Paulo. Também foi Assistente Arquidiocesano da Ação Católica. Entre 1949-52, foi nomeado Chanceler do Arcebispado paulista, além de Vigário Geral (1953-76). Em Belo Horizonte, no ano de 1951, foi nomeado Reitor do Seminário Maior.

Entre 1965 e 1970, foi Bispo Auxiliar de São Paulo e entre 1971 e 1973, Bispo Diocesano de Bragança Paulista. Além disso, também foi Provedor da Mitra, Juiz do Tribunal Eclesiástico e Capelão de Religiosas.

Realizou programas radiofônicos na Rádio Excelsior (1940-43), além de ter sido Diretor e Colaborador da Rádio 9 de Julho (1952-73).

A equipe editorial do Cardeal Rossi contava com outros nomes como o do redator, filatelista e advogado, Ângelo Augustinho Antônio Zioni, irmão de Dom Vicente Marchetti Zioni. Também vemos o nome de Maria Lúcia Sampaio Pinto como secretária do jornal entre 1957 e 1966. No ano de 1967, o nome dela não aparece nesta posição, mas sim o nome do Cônego José Pascoal Cristófar. Naquele ano, Dom Paulo Evaristo Arns, bispo auxiliar de Dom Agnelo, foi nomeado diretor do jornal. Porém, percebemos que não houve interrupção da presença de Maria Lúcia Sampaio no jornal, pois em 1968, encontramos seu nome no editorial, novamente como secretária, e persistindo ao menos

³⁹ Sobre a trajetória de vida de José Lafayette Álvares, ver (DIOCESE DE BRAGANÇA PAULISTA, 2017).

até 1974. Em 1975, o Cardeal Rossi já não era mais o Arcebispo paulistano e o Cardeal Arns estava neste posto há cerca de cinco anos; naquele período, o cargo de Maria Lúcia mudou para o de editora responsável. Alguns autores a consideravam “católica fervorosa” e “amiga da hierarquia”. Sabemos que Sampaio foi membra da União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), fundada em 1969, em cujo elenco de Secretários Executivos esteve Frei Romeu Dale, religioso que por algum tempo se atuou na JUC e JEC. Maria Lúcia foi uma das personalidades que se posicionavam contra o regime (GAZETA ESPORTIVA, 2006; PUNTEL, 2012).

Dentre as reportagens publicadas pela equipe, destacamos uma do ano de 1966 sobre o evento de lançamento de uma série de pequenos filmes intitulados *Os Salmos*. Estes foram produzidos pelo Grupo *Family Theater* de Hollywood, sob a orientação de Padre Patrick Peyton. Este evento contava com a presença do Cardeal Agnelo Rossi. Os filmes foram patrocinados pela Mercedes-Benz. Na época, de acordo com a matéria, estavam presentes alguns membros da Cruzada do Rosário em Família, além do general Edmundo de Macedo Soares e Silva (O SÃO PAULO, 1966b).

Recordemos que a Cruzada, organização católica criada em 1963 pelo padre norte-americano, Patrick Peyton, foi o movimento que reuniu a direita de classe média e conservadores católicos, em uma reação ao governo João Goulart. Foi sob a “bênção de John Fitzgerald Kennedy”, então presidente dos Estados Unidos, que o Departamento de Estado daquele País recomendou a vinda do Padre Peyton ao Brasil no final de 1962. Na reportagem do *O São Paulo*, declarou-se que o Brasil conhecia Padre Peyton, pois “São Paulo ovacionou[-o] em memorável concentração de 2 milhões de pessoas no Anhangabaú”⁴⁰ (Ibid.; DÁVILA, 2004).

O representante dos militares naquele lançamento era o então diretor-presidente da Mercedes-Benz, general Macedo Soares. Em sua biografia consta que ele participou do Revolta Tenentista e negociou capital misto, nacional e estrangeiro da Europa e dos Estados Unidos para construção de uma usina siderúrgica no País. Foi ministro da Viação e Obras Públicas durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1946, e eleito Governador do Estado do Rio, entre 1947 e 1951. No ano de 1964, apoiou o golpe

⁴⁰ A manifestação popular em questão é datada de 19 de março de 1964, seis dias após o Comício das Reformas, evento promovido pelo presidente João Goulart, no Rio de Janeiro. O jornal *O São Paulo* superestima o número de pessoas, uma vez que outras pesquisas relatam os números de 100 mil, 200 mil, 300, 500, 800 mil ou até 1 milhão. No Rio de Janeiro ocorreu outra grande movimentação, a *Marcha com Deus*, igualmente promovida por organizações de direita que incluíam a Cruzada (ESTADO DE MINAS, 1964; PRESOT, 2004; LAMARÃO, 2020).

e também foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e, posteriormente, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o governo do Presidente Costa e Silva, foi Ministro da Indústria e Comércio.

Naquele ano, para Campanha da Fraternidade de 1966 foi escolhido o tema *Fraternidade* e o lema *Somos responsáveis uns pelos outros*. O Cardeal Rossi, rodeado por estes ilustres agentes, não deixou que o evento finalizasse, sem dizer as palavras tradicionais e contraditórias de sua pedagogia: “socorrer o irmão necessitado, sem outra preocupação política, partidária, sectária ou racial”.

À medida que avançamos no desenrolar do regime militar brasileiro, também constatamos a boa-propaganda do jornal arquidiocesano, em favor da política conservadora. Em 1967, Castelo Branco é descrito como um presidente discreto e sem propaganda ou exploração demagógica; aponta-se também o programa Aliança para Progresso, cooperação entre os Estados Unidos e outros 22 países latinos, como uma iniciativa responsável por livrar a América Latina e o Brasil da miséria, da exploração, do comunismo, da “cubanização”; vemos reportagens sobre apoio à censura militar feita aos meios de comunicação, fomentando discussões do que é liberdade de imprensa (O SÃO PAULO, 1967a; 1967b; 1967c).

No dia 2 de maio de 1966, Dom Paulo é indicado bispo auxiliar do Cardeal Rossi e, a partir de 1967, é nomeado diretor do jornal *O São Paulo*. A presença do novo auxiliar altera significativamente a política de Dom Agnelo. Tanto que, um ano depois de substituí-lo à frente do governo episcopal, o próprio Presidente Emílio Médici, mencionaria diretamente a Dom Paulo que “com seu predecessor [*Cardeal Rossi*], eu me dava bem” (ARNS, 2001, p. 352).

Com Dom Paulo Evaristo Arns dirigindo o jornal, percebemos pequenas problematizações sociais tomando espaço. Entre os anos de 1967 e 1969, notícias como telefones públicos mudos na capital, trabalhos missionários em Roraima, padres que discutem celibato, a mulher moderna e seus direitos, o valor do diálogo cristão marxista, as práticas de Dom Helder Câmara no Brasil e no mundo, o combate ao analfabetismo, a fome, o alcoolismo e a militância negra nos Estados Unidos, marcam as páginas do semanário.

A morte do estudante Edson Luís⁴¹ é noticiada na primeira página, em 1968, e o próprio Cardeal Agnelo Rossi lamentou o derramamento de sangue e a “morte de algumas pessoas, não [*podendo*] deixar também de desaprovar todos excessos, sejam desmandos de agentes governamentais, sejam desordens outras, como agressões e depredações sempre injustificáveis”. Dom Agnelo afirma também

[...]. Iremos piedosamente sufragar as vítimas destas tristes ocorrências e esperamos que as cerimônias religiosas, particularmente as missas de sétimo dia, não sejam pretextos para manifestações descabidas.

Que os mortos não se transformem em símbolos de violência e de ódio, mas sim em símbolo de conquista e de trabalho, em benefício de toda a coletividade brasileira.

Não aceitaríamos, tão pouco, se tentasse envolver a Igreja ou ministros seus em conflito tão deplorável

A religião deve pairar acima das competições e paixões políticas.

Esta é a palavra da Igreja, que a nós compete dizer, como chefe espiritual do povo católico em São Paulo.

E nossa oração ao Senhor é que se restabeleça rapidamente a paz e a tranquilidade da família brasileira (ROSSI, 1968b).

Na mesma página, sutilmente Dom Paulo Evaristo declarava: “em todos os campos se abrem frentes, onde a juventude deve aplicar o seu ardor e o seu sangue, para conseguirmos vencer na sabedoria e na paz”. O bispo auxiliar sabia muito bem da necessidade de enfrentamento às arbitrariedades militares (ARNS, 1968).

A explosão da violência não marcou somente 1968. No ano de 1969, em capitais como Recife, Pernambuco, a Campanha da Fraternidade foi marcada por forte movimentação popular. O texto-base daquele ano trazia uma inovação: para as missas quaresmais, foram propostos cânticos em Português, em âmbito nacional, substituindo os tradicionais, em Latim. Naquele ano, o tema da Campanha foi *Descoberta* e o lema *Para*

⁴¹ Edson Luiz Lima Souto nasceu em Belém, no Pará, e foi cursar o segundo grau da escola técnica do Instituto Cooperativo de Ensino, no Rio de Janeiro. De origem pobre, ele não tinha condições de se manter na capital e fazia suas refeições no restaurante universitário Calabouço. Algumas referências mencionam que Edson não fazia parte de nenhum movimento estudantil e não era líder dessas ações. Outras fontes afirmam que ele fazia parte da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), grupo que promoveu comícios contra o fechamento do restaurante estudantil. Este havia sido demolido em 1967 para a construção do trevo rodoviário no Aterro do Flamengo, e depois reaberto em outro local. Os estudantes protestaram contra as más condições do lugar, que era de “chão de terra batida”. Edson tinha 18 anos e fazia parte dos 300 estudantes que jantavam no Calabouço, em 28 de março de 1968. Foi neste dia que policiais invadiram o local. Os militares acreditavam que os estudantes atacariam a Embaixada dos Estados Unidos, no entanto, o protesto era pela aceleração e término das obras do restaurante. Na invasão militar, Edson Luiz levou um tiro no peito e morreu imediatamente. Benedito Frazão Dutra, outro estudante, faleceu no dia seguinte. Os estudantes que jantavam durante aquele acontecimento responderam à investida dos policiais com paus e pedras. O velório de Edson sensibilizou a opinião pública que compareceu em massa nas ruas da região, registrando-se um grande número de pessoas. Na missa em sua memória, na Igreja da Candelária, policiais e sua cavalaria cercaram o local, dada que a aglomeração era considerada suspeita. Em uma medida divulgada, afirmava-se: “As autoridades não permitirão atos públicos após as missas”. Padres e seminaristas fizeram uma barreira entre policiais e manifestantes, a fim de evitar um confronto violento (UBES, 2018; BARREIROS, 2020; HERZOG, 2020a).

o outro, o próximo é você. O primeiro hino-símbolo escolhido, para uma Campanha, foi *Prova de amor maior não há*, composta pelo Padre José Henrique Weber e baseada no Evangelho de São João. Em entrevista concedida a nós, o compositor destacou que a canção “se propagou muito e foi publicada durante muito tempo”.

Um episódio que ocasionou o uso do hino em uma movimentação popular, não exclusivamente religiosa, aconteceu na capital pernambucana, na noite do dia 26 de maio de 1969. O padre e professor Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, 29 anos de idade, participou de reuniões com um grupo de estudantes de nível médio e universitário da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife. Após o encontro, o sacerdote recusou caronas, indo embora sozinho. Uma de suas alunas viu-o pela última vez, na companhia de três homens, em um carro Ford rural de cor verde e branca. O sacerdote foi sequestrado e torturado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e por agentes da Polícia Civil de Pernambuco. No dia 27, o corpo do Padre Antônio Henrique “foi encontrado com sinais de tortura e tiros na cabeça, na grama, entre o meio fio e uma cerca de arame farpado, em uma avenida da Cidade Universitária. Conforme documentos do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), relatos da família e de colegas de trabalho, padre Henrique “era alvo de intenso monitoramento, inclusive por escutas telefônicas” e “havia recebido uma carta com ameaças de morte, assinada pelo Comando de Caça aos Comunistas”. Padre Weber, compositor do *Prova de amor maior não há*, mencionou que na procissão do enterro de Padre Antônio Henrique, o povo cantou o hino do começo ao fim do velório. E que, nas ruas por onde o féretro passava, a música da Campanha da Fraternidade ecoava (HERZOG, 2020b).

O assassinato político de Padre Antônio Henrique, assessor de Dom Helder Câmara, foi uma maneira de intimidar e atenuar as ações do bispo. No velório, por entre cantos, a multidão teve que ser silenciada, porque o próprio Arcebispo de Olinda e Recife recebeu um aviso dos militares que rondavam o féretro. Dom Helder recebeu o recado: “Se, no cemitério, houvesse a menor palavra contra os militares, a palavra de ordem era reagir, de vez”. Ao terminar o enterro, a única alternativa do Arcebispo foi declarar: “Meus irmãos, tudo o quê nós podíamos fazer aqui na terra, pelo nosso irmão Padre Henrique, fizemos. Vamos sair do cemitério sem uma palavra... silêncio profundo... vamos oferecer esse silêncio [*Dom Helder se emociona*]... nunca eu ouvi um silêncio tão impressionante. Era um silêncio que gritava” (CÂMARA, 2019).

Retomando a análise do jornal da Arquidiocese paulistana, encontramos em novembro de 1969 uma notícia sobre a prisão de seis dominicanos, entre padres e

seminaristas, em decorrência do “desmantelamento do grupo terrorista de Carlos Marighela”. Segundo relatado pela equipe editorial

Os maiores responsáveis pelos acontecimentos que culminaram na morte de Marighela e na prisão de civis e dominicanos, estão tranquilos, na certeza de terem não apenas cumprido o próprio dever, mas também, porque a própria Igreja poderá beneficiar-se do esclarecimento dos fatos. Afirmam que parece o momento, para as autoridades eclesásticas da Ordem dos Pregadores, particularmente, tomarem sérias medidas para impedir o desvirtuamento das nobres finalidades da tradicional comunidade religiosa. Reconhecem que hoje, a infiltração de ideologias extremistas se faz sentir na Universidade, no funcionalismo público e até no próprio Exército e que a Igreja não conseguiu escapar a essa situação, embora a Igreja não adote soluções violentas e nem possa ser responsabilizada pelas atitudes de todos os seus membros (O SÃO PAULO, 1969).

Na mesma publicação, aparece com ênfase a notícia da visita do Cardeal Rossi aos religiosos. Para o periódico, nenhum dos dominicanos apresentava sinais de violências e se encontravam com saudável aspecto físico e psíquico.

Entre os seis dominicanos estava o então seminarista Tito de Alencar Lima que dirigiu a JEC do Recife, em 1963. Na capital paulistana, estudou Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). Em 1968, no mês de outubro, foi preso por ter participado do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, São Paulo, sofrendo perseguição pelos militares desde então. Em novembro do ano seguinte, por meio da Operação Batina Branca, Tito e os outros frades dominicanos do Convento das Perdizes, em São Paulo, foram presos por dar “apoio logístico à Aliança Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, um dos maiores nomes da guerrilha na época”. Estas prisões são aquelas que o *O São Paulo* se referiu na publicação em novembro de 1969, porém, deixando de mencionar a tortura a que foram submetidos Frei Tito e seus companheiros.

No DOPS, em 1969, durante o interrogatório do Frei Tito, o delegado Sérgio Paranhos Fleury disse: “Ivo [*do Amaral Lespaupin*] e Fernando [*de Brito*] foram submetidos ao soro da verdade e já falaram”. Uma vez que o Frade continuou impassível durante duas horas, “Fleury mandou levarem Tito para a sala de tortura, onde se encontravam umas cinco pessoas que começaram a lhe dar socos, antes de colocá-lo no pau de arara”. Após ter sido submetido também à palmatória e choques elétricos, ele foi transferido do Presídio Tiradentes para a sede da Operação Bandeirantes (OBAN). Nas torturas de 1970 sofridas pelo Frade, “durante três dias, bateram sua cabeça na parede, queimaram sua pele com brasa de cigarros e deram-lhe choques por todo o corpo, em especial na boca, ‘para receber a hóstia’”. O capitão Benoni de Arruda Albernaz “dizia

que, se Tito não falasse, seria quebrado por dentro” (BRANDALISE, 2014; DUARTE-PLON e MEIRELES, 2014; HERZOG, 2020c).

Após as torturas que duraram do dia 17 ao 20 de fevereiro de 1970, Frei Tito volta à cela e tenta o suicídio, cortando a artéria interna do cotovelo esquerdo com uma gilete, mas foi socorrido a tempo. Em dezembro daquele ano, ele é incluído na lista de presos políticos e banido do Brasil pelo Governo Médici. As marcas da tortura, no entanto, foram profundas, e o Frade relatava ter visto o espectro de seus torturadores nas ruas de Paris, além de ter visto também seu pai, mãe e irmãos sendo torturado pelos militares. No dia 10 de agosto de 1974, nos arredores de Lyon, Frei Tito morre enforcado e seu corpo foi encontrado suspenso por uma corda pendurada em uma árvore (BETTO, 1994).

Capítulo IV: Crise social e política: militância na Igreja Católica de São Paulo – 1970 a 1985

1. O peso da doutrina política do Papa Paulo VI

Nos capítulos anteriores, apresentamos a pedagogia católica quaresmal e como ela tem se desenvolvido quando aplicada nas Campanhas da Fraternidade. Em seguida, demonstramos em *três momentos político-pedagógicos*, como esta iniciativa oscila entre polos mais progressistas e mais conservadores, bem como o modo como os bispos ordenados pela CNBB fazem uso de seus discursos, priorizando eixos centrados nos campos da *Sagrada Escritura, Tradição apostólica e Magistério*. Além disso, discutimos como esta dinâmica se desdobra em articulações, coalizões e produção de materiais. Finalmente, aprofundamos na pedagogia do Cardeal Agnelo Rossi e como ela se deu dentro da Arquidiocese de São Paulo, entre os anos de 1964 e 1970. Até este momento da tese, as práticas deste cardeal têm-se mostrado simpáticas à tradição hierárquica e à política autoritária.

Para este último capítulo, apresentamos o questionamento: a que lugar esta pedagogia conservadora, a defesa da ordem pública em benefício do bem-comum, a apatia frente às arbitrariedades dos militares brasileiros e a ambição hierárquica de Dom Agnelo Rossi o levaria? O Papa Paulo VI respondeu a esta pergunta com algumas atitudes no ano de 1970. Nas quartas-feiras, é comum o papa realizar uma audiência geral com os católicos na Praça São Pedro, mencionando e opinando acerca de fatos contemporâneos. Paulo VI destacava que aquelas audiências são uma expressão da voz papal de “modo ocasional e popular, muito simples e bastante incompleto”.

A audiência do dia 21 de outubro de 1970 foi transcrita com o título *Condenação da violência* (1970). Na ocasião, o chefe da Igreja Católica quis recordar noções gerais decorrentes do Concílio Vaticano II (1962-1965) sobre o “agir humano”. Ele destacou que essas recordações são realizadas “com a certeza de pormos a Nossa palavra em relação com a doutrina de Cristo e, também, com os problemas e as necessidades do mundo presente”. Em nossa perspectiva, este trecho de Paulo VI sugere uma marca de seu eixo pedagógico: os termos “Nossa palavra” e “problemas e as necessidades do mundo presente” evidenciam um eixo pautado no campo do *Magistério*, uma vez que é o papa que interpreta, ensina e atualiza os discursos sob a sombra do tempo presente. Estes dois termos somados ao “doutrina de Cristo”, adiciona outro campo

significativo, a *Sagrada Escritura*. Cientes desse eixo pedagógico de Paulo VI, continuemos a análise.

Ele mencionou a contribuição da Igreja na “formação de mentalidades e costumes” e a “responsabilidade apostólica” decorrente do ministério dela e apontou ser indispensável pronunciar juízos, mesmo não se pretendendo ter competência direta e específica “nas questões próprias deste mundo”. O Papa sabia do poder de sua pedagogia, ao afirmar que exerce “uma função universal de magistério doutrinal e moral”.

Nesta audiência, *Condenação da violência*, ele destacou ainda três principais delitos que indicam uma “repentina decadência moral” e que fere a “sensibilidade comum”. São eles: a *subversão*, a *guerra* e a *tortura*.

1) *sobre a subversão*, o Papa falou que não poderiam ser admitidas as ações violentas e terroristas como atos lícitos ou como procedimentos normais para subverter a ordem estabelecida, ainda que esta ordem social se apresentasse violenta e injusta, em forma clara de opressão insuportável. Aponta que a “teologia da revolução” não estaria conforme ao espírito evangélico. Isto é importante mencionar, uma vez que a Teologia da Libertação e o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a depender de sua linha teórica e prática, podem flertar com a da Revolução. A audiência geral de Paulo VI foi uma forma indireta de alertar católicos progressistas, caso forçassem o eixo pedagógico para um polo revolucionário.

Cabe apontar que o CMI foi criado em 23 de agosto de 1948, em Amsterdã, Holanda, a partir de uma proposta feita, em 1930, pelo bispo luterano sueco Nathan Söderblom. Por esta iniciativa, ele ganhou o Nobel da Paz no ano da proposição. A Segunda Guerra Mundial havia acabado em 1945 e ainda se sentiam os efeitos do nazismo, da Primeira Guerra, da Revolução Russa de 1917 e de outros conflitos. Foi então que, durante uma reunião de religiosos, o Bispo Söderblom propôs criar um espaço onde as Igrejas pudessem se encontrar, descobrir o que poderiam fazer juntas, manifestar a vontade comum de viver a unidade de Igreja e dar testemunho dos valores cristãos na sociedade. Em 1950, em um encontro do Comitê Diretivo de algumas das Igrejas que já faziam parte, em Toronto, definiu-se a natureza do CMI e suas relações com as Igrejas. Com sede em Genebra, Suíça, este Conselho discute assuntos desde religião até os Direitos Humanos e reúne mais de 500 milhões de cristãos de aproximadamente 340 igrejas, denominações e comunidades religiosas, em sua maioria em países da África,

Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Ilhas do Pacífico, totalizando mais de 120 países (MARQUES e BURIGANA, 2018).

No ano de 1964, considerado subversivo pelo governo militar por seu trabalho em prol da alfabetização de adultos, Paulo Freire foi perseguido e preso durante 72 dias. Ele se exilou na Bolívia, mudou-se e permaneceu no Chile durante seis meses. Em 1969, trabalhou na Universidade de Harvard por cerca de um ano. A partir de 1970 atuou no Departamento de Educação do CMI durante dez anos. Neste período, em Genebra, ele também assessorou países recém-libertados politicamente no continente africano, tais como Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Cabo Verde, Moçambique (ANDREOLA e RIBEIRO, 2005; OLIVEIRA, 2019).

2) *Sobre a guerra*, em seu texto *Condenação da violência* (1970), Paulo VI indicou ser ela uma forma de repressão homicida contra populações, muitas destas indefesas e inocentes. Estas pessoas sofreriam ações de opressão pesada e intimidatória, exercida em países inteiros. O Papa declarou: “Nós não somos pela guerra, embora, infelizmente, ainda hoje possa ser, algumas vezes, imposta por extremas necessidades de defesa”. E continuou: “Somos pela paz, somos pelo amor, continuamos a esperar a libertação do mundo de qualquer conflito destruidor e mortal”.

3) *Sobre a tortura*, o Papa disse que ela estava a se espalhar como uma “epidemia, difundida em muitas partes do mundo, e diz-se, talvez com algumas intenções políticas”. Apesar de não ter citado o Brasil dos Anos de Chumbo, AI-5 ou mesmo do governo Médici, Paulo VI mencionou que a tortura “têm o seu centro num grande País seriamente preocupado com o seu progresso econômico e social e, até agora, estimado por todos, e qualificado como livre e sensato”.

Naquele ano, no Brasil, como já visto anteriormente, um dos bispos protagonistas na defesa dos Direitos Humanos e justiça social, Dom Paulo Evaristo Arns, se encontrava na função de bispo auxiliar do Cardeal Agnelo. Dom Paulo tinha no Papa um amigo pessoal, uma pessoa muito importante em sua vida, mas certamente não foi por amizade que o pontífice nomeou-o arcebispo, como se pode ver⁴².

⁴² Acerca da amizade entre Dom Paulo Evaristo Arns e o Papa Paulo VI, ver *Da Esperança à utopia: testemunho de uma vida* (ARNS, 2001, p. 223-32). O primeiro encontro entre os dois se deu em Roma, em março de 1971. O Papa queria saber sobre as condições de São Paulo, a população carente, os números de habitantes e de bispos. Em outras ocasiões, enviava recados ao Bispo Arns recordando que o Papa o seguiria de muito perto e com interesse em tudo o que se passava na Igreja paulistana. Foi Dom Paulo que recomendou o nome de Luciano Mendes de Almeida para bispo auxiliar cuja nomeação pelo Papa

Paulo VI afirmou que “torturas, ou seja, os meios cruéis e desumanos usados pela polícia, para arrancar confissões dos lábios dos prisioneiros” não podiam ser toleradas, mesmo que fossem “praticadas por órgãos subalternos, sem mandato ou licença das Autoridades superiores, sob as quais pode recair a responsabilidade de semelhantes prepotências abusivas e degradantes”. Seriam estas autoridades mencionadas, a Polícia do Exército ou mesmo o DOPS? Embora as denúncias do *Brasil: nunca mais* tivessem sido publicadas em 1985, documentações das torturas foram registradas no Conselho de Justiça Militar, em diversas cidades do país, desde 1964.

Dom Paulo interferiu politicamente e fez visitas aos frades dominicanos presos no ano de 1969, acusados de envolvimento com Carlos Marighela, e denunciou a tortura que acontecia nos presídios e as arbitrariedades fora deles. O auge dessas articulações foi marcado pelo projeto *Tortura Nunca Mais* que resultou no livro *Brasil: nunca mais*, lançado em 1985, resultado da pesquisa e análise da documentação dos crimes praticados durante a ditadura e que contou com depoimentos de diferentes pessoas. O livro descreve os métodos institucionalizados de tortura no País. Retrata que no Brasil, militares davam aulas teóricas e práticas de tortura para outros militares, com projeção de slides e tendo como cobaias presos políticos. Havia demonstrações dos suplícios para a plateia e grande parte destes episódios acontecia no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca. Neste local também funcionava um dos Destacamentos de Operação Interna - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Introduzida por militares dos Estados Unidos, o método macabro de aprendizagem se baseava em uma pedagogia para arrancar confissões e informações. Dan Mitrione, um dos instrutores nos primeiros anos do regime militar, fazia dos mendigos recolhidos nas ruas as suas cobaias. A tecnologia da dor ou o *know-how* aplicada por instituições militares, tais como o DOI-CODI, a Operação Bandeirante (OBAN) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), estava sendo exportada a outros países.

Dom Paulo e sua equipe descreveram quase uma centena de métodos diferentes de sevícias. Porém, a fim de não utilizar o termo genérico “tortura”, eu,

aconteceu em 1976. Paulo VI recomendou que Dom Paulo fizesse visitas a grandes centros como Paris e ao Cardeal François Marty, além de todas as grandes cidades da América do Norte e do Sul, da Europa de outros continentes, a fim de encontrar respostas sobre “a maneira de enfrentar uma cidade tida como ingovernável até pelo poder civil”.

pessoalmente, gostaria de citar alguns nomes ou expressões referentes a ela. Penso que, nós, leitores contemporâneos, que não vivemos naquele tempo, devemos manter na memória, refletir sobre, pesquisar ou mesmo tentar imaginar tudo aquilo que os condenados pela ditadura sofreram. Os principais modos e instrumentos de tortura adotados pela repressão foram: o “pau de arara”; o eletrochoque nas partes sexuais, nos ouvidos, nos dentes, na língua, nos dedos; a palmatória; o afogamento; a “pimentinha” ; a “cadeira do dragão” de São Paulo e a do Rio de Janeiro; o cubículo ou “geladeira” com sons estridentes dando a impressão de que os ouvidos iriam arrebentar; o uso de animais como as jiboias, os jacarés, os cães ou mesmo as baratas introduzidas no ânus; o uso de pentanol sódico que age como “soro da verdade” ; o ácido; a injeção de éter; os murros; as queimaduras de cigarros; o espancamento com cassetete de alumínio; a amarração do pênis com uma corda para impedir a urina; o sal nos olhos e na boca; as pancadas no estômago e no peito; a imersão da cabeça em um tambor cheio d’água; o estupro; o sequestro; os vexames sexuais; a introdução de objetos de madeira na vagina; os beliscões nos mamilos até quase produzirem sangue.⁴³

Teria o Papa tido como exemplo, as torturas que aconteciam aqui e na América Latina, a fim de escrever sua audiência geral de 1970? Surge uma situação relevante para nossa tese. Paulo VI recomendou que as torturas deveriam “ser condenadas e abolidas”, as autoridades da Igreja deveriam procurar “dissuadir os homens” de empregar esses meios violentos e erguer a sua voz contra estes “iníquos abusos de poder”. Um dia depois da audiência papal, o Cardeal Agnelo Rossi descumpriu algumas dessas recomendações.

No dia 22 de outubro de 1970, pela manhã, Dom Agnelo chegava de Roma e desembarcou em Guarulhos. Segundo relatos do Frei Xavier Plassat e do Frei Betto⁴⁴, naquele dia, o Cardeal Rossi afirmou: “Não existe perseguição religiosa no país e sim uma campanha de difamação dirigida do exterior contra o governo brasileiro”. O Bispo

⁴³ A descrição detalhada da aplicação destes métodos e instrumentos de tortura, com depoimentos, nomes, idades, a quantidade de horas ou dias a que os presos eram submetidos estão descritos no livro *Brasil: nunca mais* (ARNS, 1985b), em especial na 1ª parte. Ressaltamos que a tortura era indiferente da idade, sexo ou situação moral, física e psicológica. Crianças poderiam ser sacrificadas ou ameaçadas diante dos pais; mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados; esposas sofreram para incriminar seus maridos; epiléticos ou menores não eram poupados.

⁴⁴ Os trechos da negação do Cardeal Agnelo Rossi, acerca da tortura, foram retirados de uma entrevista de Frei Xavier Plassat (2016), de um artigo escrito por Frei Betto (2016) e de conversas informais que fizemos com eles.

também disse que, na audiência geral do dia anterior, o Papa Paulo VI não se referiu ao Brasil, quando condenou a tortura.

No mesmo dia, à tarde, Dom Agnelo Rossi é destituído da Arquidiocese de São Paulo, pelo Vaticano. O Cardeal foi promovido a Prefeito da Congregação de Evangelização dos Povos em Roma. Conforme a tradição política, ele caiu para cima; promoção para remoção; foi levado para próximo do Papa, onde poderia ser vigiado de perto. No mesmo ato da destituição de Dom Rossi, o Papa Paulo VI nomeou Dom Paulo Evaristo Arns para sucedê-lo em São Paulo.

2. *Palácio tombado, catedral em pé: a Operação Periferia*

No item anterior, constatamos que o Papa Paulo VI interferiu no movimento do pêndulo com tal força, capaz de perturbar a dinâmica do eixo pedagógico das próximas Campanhas. Suas recomendações, centradas nos campos *Magistério* e *Sagrada Escritura*, não mais coadunavam com o eixo do Cardeal Rossi cuja prevalência era no campo da *Tradição*. Em tempos cruciais e violentos como os da década de 1970, uma pedagogia conservadora que se contradiz a todo instante, tornou-se enfraquecida perante as demandas da sociedade e do próprio mandatário da Igreja. A Arquidiocese de São Paulo, a partir de então, possui um novo protagonista, Dom Paulo Evaristo Arns.

*Notas biográficas: Paulo Evaristo Arns*⁴⁵

Paulo Evaristo Arns nasceu em Criciúma, Santa Catarina, em 14 de setembro de 1921. Faleceu em 14 de dezembro de 2016. Sua mãe se chamava Helena Steiner Arns e seu pai, Gabriel Arns; ambos descendentes de imigrantes da Alemanha. Gabriel foi negociante e proprietário de serrarias, criando uma cooperativa de venda de madeira. Uma das irmãs de Paulo Evaristo é Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa.

Evaristo Arns cursou o primário em sua cidade natal. Frequentou o Colégio São Luís, em Rio Negro, para completar seus estudos. Na mesma cidade, entre 1934 e 1940, estudou no seminário dos franciscanos e depois na Faculdade de Filosofia de Curitiba. Ingressou na Faculdade de Teologia de Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1944. Foi ordenado sacerdote em novembro de 1945, concluindo teologia em 1947. Estudou em Paris entre 1947 e 1952. Fez cursos de especialização em pedagogia na Escola Superior de Pedagogia de Paris e em literatura na *École des Hautes Études da Sorbone*. Lecionou em São Paulo, no Seminário Menor de Agudo, entre os anos de 1953 e 1955. Fundou a cadeira de língua e literatura francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru, São Paulo. Foi professor de teologia no seminário de Petrópolis e de didática geral na Universidade Católica e também vice-provincial dos franciscanos e redator da revista *Vozes*.

O Padre Paulo Evaristo foi nomeado bispo em maio de 1966, trabalhando com Dom Agnelo Rossi na Arquidiocese de São Paulo. Assumiu a posição de vigário

⁴⁵ Sobre a trajetória de Paulo Evaristo Arns, ver (2001; 2005; CORREIA e MARQUES, 2009).

episcopal em Santana, distrito da zona norte da cidade de São Paulo até 1970. Na chamada Missão do Povo de Deus, esteve em cada paróquia da região, junto a uma equipe que propagava os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Estimulou a formação das Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese.

Foi designado membro do Secretariado do Vaticano para os não-crentes, em abril de 1968. Em 1º de novembro de 1970, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Na CNBB, foi eleito Secretário Nacional de Educação, uma entidade que congrega todos os bispos brasileiros, centralizando resoluções relativas à atuação da Igreja. Também na Conferência, fez parte da Comissão Teológica. No jornal *O São Paulo*, foi diretor entre os anos de 1967 e 1969.

No ano de 1989, o Cardeal Arns foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz por iniciativa do ativista de Direitos Humanos, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, coordenador da fundação *Servicio Paz y Justicia en América Latina* (SERPAJ - AL). Esquivel ganhou o Nobel em 1980.

No dia 13 de fevereiro de 2005, em entrevista à coluna *Aliás* do jornal *O Estado de São Paulo*, o entrevistador pergunta a Dom Paulo se ele chegou a ser visto como um “papabile” – termo para um cardeal cogitado a ser eleito papa –; a resposta do Cardeal Arns foi: “Só entre os corintianos. Eu nunca poderia ser cogitado para papa porque tinha fama de ser um religioso agressivo com o governo militar. E causaria problemas um papa tão enérgico com as injustiças”.

Dom Paulo recebeu inúmeros títulos de sócio honorário, cidadanias honorárias, eméritas e beneméritas, doutorados *Honoris Causa*, medalhas e diplomas. Estes méritos estão em sua autobiografia, escrita ainda em vida, *Da Esperança à utopia: testemunho de uma vida* (2001). Há o registro de, ao menos, 29 cidadanias brasileiras e sendo a trigésima um título internacional, a de *Cidadão Livre de Galway*, cidade na Irlanda. Esta honra foi recebida no dia 16 de junho de 1983.

Os títulos de *Doutor Honoris Causa* são em número de 20, dentre eles estão os de Direito, Ciências Humanas, Sagrada Teologia, Teologia. Um destes doutorados foi concedido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no ano 2000.

Registram-se 27 prêmios, de diferentes países, a maioria deles são “por sua ação em favor da dignidade humana, na luta pelas liberdades civis e pela causa democrática no Brasil”, tal como o Prêmio Teotônio Vilela, do Instituto Teotônio Vilela de Brasília, recebido por ocasião dos 20 anos da Anistia, no dia 27 de setembro de 1999.

Medalhas são 23, dentre elas a de *Comendador da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cívico e Cultural*, por seus méritos de honra, caráter, civismo, dignidade e benevolência a serviço da educação e do ensino brasileiro. A Sociedade de Heráldica, Medalhística, Cultural e Educacional premiou o Cardeal Arns com este título no dia 28 de junho de 1999, em São Paulo.

Dentre o conjunto de 24 diplomas, certificados, menções honrosas, votos de louvor e homenagens, temos o título de *Cardeal da Cidadania* por seus relevantes serviços prestados à causa dos direitos humanos no País e por sua atuação no esclarecimento do assassinato de Vladimir Herzog. Esta homenagem foi concedida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, no dia 27 de outubro de 1998.

É inegável que a pedagogia de Dom Paulo Evaristo Arns foi uma pedagogia progressista e muitos são os fatores que caracterizam seu método de ensino e suas práticas como tais. Na condição de Arcebispo paulistano, sua atuação de destaque foi a defesa dos Direitos Humanos e a apuração de denúncias de prisões e de torturas, sendo muitas vezes impedido de visitar presos políticos. Encontrava-se com autoridades militares e fazia denúncias públicas contra a violência do Estado. Diante disso, recebia reprovações de setores conservadores. Neste ponto, torna-se necessário recordar que as práticas de “acusações e denúncias públicas” de torturas e violências estavam entre as recomendações do Papa Paulo VI, como assinalado anteriormente. O eixo pedagógico de Dom Paulo esteve mais centrado no campo do *Magistério e Sagrada Escritura*, tal como o da pedagogia papal. Esse é um dos motivos que possibilitou o desenvolvimento de suas práticas na capital e fez com que ganhasse tamanha relevância.

No dia 16 de março de 1973, o estudante de 22 anos, Alexandre Vannucchi Leme, militante da Ação Libertadora Nacional, foi preso pelo DOI-CODI, em São Paulo, e morto no dia seguinte. Na missa de sétimo dia, milhares de pessoas se reuniram na Catedral da Sé. A celebração foi realizada pelo recém-sagrado cardeal, Dom Paulo Evaristo Arns. Ainda que as forças de segurança tivessem tomado o centro da cidade, o Cardeal Arns tinha a habilidade de mobilizar um grande número de fiéis naquela praça.

A minha relação com a Catedral da Sé é especialmente forte. Lá tudo acontecia, as grandes e pequenas celebrações – litúrgicas, ecumênicas, até mesmo artísticas, algumas históricas. Os jornalistas me procuravam após as missas, padres, bispos e personalidades do Brasil e de fora para lá se dirigiam aos

domingos, por saberem que me encontrariam celebrando a missa das dezoito. Políticos e lideranças da sociedade vinham pedir conselhos e comunicar decisões (ARNS, 2001, p. 299).

Para tratar acerca de assuntos jurídicos, em defesa dos Direitos Humanos e proteção às vítimas de repressão, tal como o caso de Alexandre Vannucchi, foi criada a Comissão de Justiça e Paz⁴⁶. Esta também formava politicamente lideranças populares. Outras práticas de Dom Paulo era divulgar suas ideias na emissora radiofônica da Arquidiocese, Rádio 9 de Julho. Utilizar essa Rádio para propagar sua pedagogia tornou-se uma ameaça ao governo militar e ela teve sua concessão cancelada pelo Presidente Médici, em 5 de novembro de 1973 (ARNS, 2001; HERZOG, 2020d).

O estado de São Paulo recebeu treze milhões de migrantes na década de 1960, que em sua maioria se instalaram na periferia da cidade. Em 1975, a população da capital era mais de 7 milhões de habitantes, sendo 3 milhões nascidos em outras cidades ou estados (BOAS e MARCHINI, 2017). Perante isto, em 4 de junho de 1970, o Arcebispo vendeu o palácio episcopal Pio XII para a Kobayashi Industrial Habitacional do Brasil e, com os recursos auferidos, financiou a *Operação Periferia*. Este projeto guarda um significado simbólico, uma inversão da posição conservadora e dominante até então, aproximando a alta hierarquia da Igreja dos oprimidos.

Com os cinco milhões de dólares apurados na venda do palácio, foi possível criar 1200 centros comunitários com ambientes mais informais para reuniões paroquiais nas periferias. Alguns destes centros dariam origem às dioceses de São Miguel Paulista, Santo Amaro, Campo Limpo e Osasco, criadas em 1989. Foram adquiridos terrenos em Guaianazes, Jardim Vista Alegre e Jardim Tremembé para a instalação de comunidades (MENDONÇA, 2013; O SÃO PAULO, 2016, p. 12-3; GENEVOIS, 2019). A estratégia de implantação da *Operação Periferia* não visava

construir propriamente uma igreja em cada terreno, e sim um salão amplo, fácil de ser dividido, com área suficiente para acolher de meia dúzia a dez famílias, reservando ainda um lugar para a cozinha e algum outro espaço para reuniões. O importante, porém, era garantir as áreas mais adaptadas para tais construções, porque devíamos levar em conta a distância para o trabalho, as possibilidades de condução e até de pagamento (ARNS, 2001, p. 165-6).

⁴⁶ Em 1967, após o Concílio Vaticano II, Paulo VI criou a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, composta por representantes de todos os continentes. Foi sugerido que as Conferências Episcopais criassem estruturas similares. No Brasil, a comissão brasileira nasceu como uma extensão da romana. O objetivo deste tipo de movimento era estudar os grandes problemas da justiça social, com vistas ao desenvolvimento das nações jovens, em especial, quanto à fome e à paz mundial. Em São Paulo, no ano de 1973, foi criada uma Comissão Regional e à sua frente estava Dom Paulo Evaristo Arns (DHNET, 1995b).

Esta ação também socorreu outras instituições anteriormente criadas na capital. É o caso do *Amparo Maternal*, um hospital-maternidade criado na década de 1930 por um grupo de pessoas, lideradas pelo então Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva e pela religiosa franciscana Madre Dominequê. A entidade atende crianças, gestantes e mães carentes de São Paulo. Para evitar que fosse fechada e a fim de ter subsídio para a manutenção e compra de leite, junto com o auxílio da *Operação Periferia*, o *Amparo* recebeu ajuda financeira do *Misereor* e de uma paróquia estadunidense, Santo Anselmo, que era vinculada à Arquidiocese de Nova Iorque (Ibid., p.166-7; SUPLICY, 2008).

Em 1979, a Arquidiocese encaminhou o trabalho da Congregação das Irmãs Missionárias da Consolata ao Jardim Peri como uma das iniciativas da *Operação Periferia*. Foi então criado o *Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida*, tendo à frente a Irmã Petra. Ações, tais como administração de uma creche e da Organização Socioeducativa do Menor, começaram em alguns barracões pequenos. A Irmã Petra menciona que os moradores não queriam “igreja ou centro comunitário. Queriam berçário para poder deixar os filhos para irem trabalhar”. Deste *Centro Comunitário* surgiram dez projetos conveniados com a Prefeitura. Alguns deles são a *Creche Consolata*, o *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos* (Mova), o *Telecentro José Allamano*, o *Centro de Convivência do Idoso*, o *Centro para a Juventude*. Também havia projetos para a geração de renda como os de marcenaria, costura, artesanato, salão de beleza (ALVARENGA, 2012).

Bairros como o da Vila Missionária são a materialização dos objetivos propostos pela *Operação*. Com a expansão de bairros como estes, o governador Ademar de Barros e o vereador Arthur Alves Pinto participaram de projetos para levar energia e água para aqueles locais. O braço secular marcava presença com assistentes sociais, enfermeiras, sociólogos, advogados, engenheiros que atuavam nessas comunidades (GERONAZZO, 2016; SILVA, 2017).

A maior presença da Igreja nos recantos mais escuros e marginalizados da capital é também um encontro da Instituição com as bases da sociedade. A *Operação* fomentou o surgimento de novas comunidades, o treino de lideranças, a incorporação de militantes leigos filiados a partidos de esquerda em reconstrução e com o novo sindicalismo que surgia. Religiosos e leigos católicos cooperavam com movimentos operários e paróquias eram abertas para reuniões e campanhas de difusão das novas pedagogias católicas, principalmente as de libertação. Para o filósofo Reginaldo de

Moraes, nenhuma das organizações de esquerda, pequenas e divididas, teria condições de empreender uma operação como a *Periferia*. “Os sindicatos – mesmo que fossem imbuídos dessa compreensão – não tinham coesão suficiente para isso, ainda que, hipoteticamente, tivessem os recursos. Esse papel coube à Igreja, ou uma parte inovadora e voluntarista” dela, “equipada com uma nova teologia” (MORAES, 2018).

Durante seu programa semanal, através da Rádio Nove de Julho de São Paulo, Dom Paulo mencionou que a ação-periferia seria, a ação por excelência daquela Quaresma do ano de 1972, sendo toda colocada debaixo do lema da fraternidade. O tema daquele ano era *Serviço e Vocação* e o lema *Descubra a felicidade de servir*. As práticas quaresmais propostas foram além das antigas pedagogias. O Cardeal propôs uma penitência de auxílio e atenção aos pobres: que os fiéis encontrassem um modo pessoal e comunitário de servir, que escolhessem a pessoa e as pessoas a quem se dedicar. Foi então que a *Operação* foi assumida pelas paróquias mais estabelecidas e pelas casas religiosas da Arquidiocese. Finalizando sua fala, Dom Paulo disse: “A Campanha da Fraternidade baseia-se numa atitude que provoca ação e que se exprime em contínua oração. Daí o nosso Pai-Nosso dirigir-se hoje como súplica em favor da periferia e de todos os que abrirem olhos e coração para ela” (ARNS, 1972). Pode-se dizer que a *Operação Periferia* configurou uma tentativa de Dom Paulo de retomar programas desmontados pela repressão, tais como os dos Padres Operários, do *Brasil, Urgente*, entre outros.

Diante do alto escalão da Igreja, Dom Paulo intermediou discussões, enviou cartas e negociou com os Papas Paulo VI e João Paulo II e também com bispos brasileiros acerca de acusações que a ala conservadora da Igreja fez a nomes como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino e Frei Leonardo Boff. Nestas aproximações ao Vaticano, recebeu apoio de nomes como Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheiter. O bloco progressista – Arns, Aloísio e Ivo, adicionado aos bispos Avelar Brandão e Lucas Moreira Neves – participou da Comissão Bipartite que discutia com o governo, entre os anos de 1971 e 1974, sobre a deterioração da relação Igreja-Estado.

Além do livro *Brasil: nunca mais*, Dom Paulo produziu, assinou, apoiou e contribuiu com a produção de diversos documentos, prática importante para salvar vidas, diminuir o sofrimento, criar canais de proteção, oferecer assistência e recursos. Muitos deles foram censurados pelo governo militar. Outros governos, após a ditadura, faziam vistas grossas diante destes materiais. No período de publicação, registrava-se uma grande incidência de mortos e desaparecidos por ações do Estado, na sociedade brasileira (CEDI, 1978). Alguns dos documentos são:

- *Testemunho de paz* (1972): Dom Paulo ocupava o cargo de Presidente do Regional Sul-1 da CNBB, em junho de 1972, quando o documento *Testemunho de Paz* foi produzido. Em um encontro realizado em Brodowski, São Paulo, o Arcebispo e seus colegas bispos daquela região, decidiram tomar uma posição denunciando a situação de terror que viviam. As versões iniciais do texto não conseguiram maioria absoluta, ficando a cargo de Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, bispo moderado de Jundiaí, assumir a redação. Aprovado, o texto insistia em trechos do Evangelho de Mateus, em que João Batista, ao ser preso por Herodes, diz: “Não te é lícito... prender sem ordem judiciária, torturar, matar”. O *Testemunho* denunciava prisões políticas revestidas “do aspecto de verdadeiros sequestros”, desaparecimento de pessoas presas e os métodos de tortura utilizados nos interrogatórios. Esta foi uma das primeiras denúncias públicas feita oficialmente por parte da hierarquia eclesiástica contra os abusos perpetrados por militares no poder. Resultado: ameaças de processo contra Dom Paulo, por parte do General Antonio Carlos da Silva Muricy, e a proibição de divulgação do referido documento no jornal *O São Paulo* ou em qualquer outro órgão de imprensa. Foram impressos e distribuídos 50 mil exemplares após as missas, prescrevendo também um dia de jejum total aos fiéis das dioceses paulistas (ARNS, 2001; FESTER, 2005; CORREIA e MARQUES, 2009; HERZOG, 2020e);

- *Não oprimas teu irmão* (1975): este documento é a reedição do *Testemunho de Paz* (1972). Após um encontro dos bispos paulistas em Itaici, São Paulo, no dia 30 de outubro de 1975, foi disponibilizada esta nova versão. Cinco dias antes, o jornalista Vladimir Herzog foi morto nas dependências de um antigo prédio onde funcionava o DOI-CODI, subordinado à Segunda Divisão de Exército, em São Paulo. O documento mencionou flagrantes desrespeitos à pessoa humana, recrudescimento das torturas acompanhadas de mortes e graves acontecimentos que inquietaram a população estarecida. Apontava também não ser lícito efetuar prisões da forma como frequentemente estavam sendo feitas e nem fazer uso de interrogatórios de pessoas suspeitas ou métodos de tortura física, psíquica ou moral. O clero marcou seu posicionamento, manifestando o desejo de se colocar ao lado dos que estão sofrendo e de caminhar juntos com todos os grupos e instituições que lutavam pelo respeito da pessoa humana. Quando soube da morte de Herzog, o então Cardeal Arns se perguntou se não era a hora de um protesto mais forte, quem

sabe, sair pela rua. Em nome do Presidente Geisel e do Governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, alguns militares visitaram Dom Paulo, tentando dissuadi-lo de celebrar um culto ecumênico no dia seguinte. No entanto, a cerimônia foi realizada na Catedral da Sé, presidida por Dom Paulo e com a presença do Rabino Henry Sobel e do Pastor Presbiteriano James Wright. Assim como *Testemunho de Paz* em 1972, o *Não oprimas teu irmão* também foi distribuído após as missas, em 1975 (ANDRADE, 2005; DANTAS, 2012; REIS e ROTHEN, 2015; MORELLI, 2017);

- *Pela justiça e pela libertação* (1977): 1977 foi o ano em que Dom Geraldo Proença Sigaud, então Bispo de Diamantina, Minas Gerais, acusou publicamente dois outros bispos de serem marxistas, de difundirem doutrinas e de terem práticas contrárias às tradições da Igreja. Eram eles, Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia e Dom Tomás Balduino, de Goiás. O primeiro contestava os latifúndios em sua região, o segundo apoiava a reforma agrária e era assessor da Pastoral da Terra. Na época, o Vaticano nomeou um visitador apostólico para verificar a situação. O clima já estava tenso há cerca de um ano antes, quando no dia 22 de outubro de 1976, no Rio de Janeiro, Dom Adriano Hipólito da Diocese de Nova Iguaçu, foi assaltado, sequestrado em seu carro e abandonado nu em uma estrada e, no bairro da Glória, seu veículo explodiu em frente à CNBB. Em 1977, em setembro, vinte entidades religiosas e laicas, dentre elas a Comissão de Justiça e Paz, com apoio da Arquidiocese de São Paulo, produziram o documento *Pela justiça e pela libertação*. O lançamento foi em ato público, realizado na Praça da Sé, e 20 mil cópias foram impressas e distribuídas na Catedral e em outros pontos da cidade. O objetivo do texto era angariar apoio e solidarização com religiosos torturados, perseguidos e mortos pelo regime militar, além de apresentar um dossiê de denúncias. O Cardeal Arns e outros bispos progressistas defenderam publicamente os religiosos, além de intermediarem a defesa de Dom Casaldáliga junto ao Vaticano, evitando sua expulsão do País (FESTER, 2005; CORREIA e MARQUES, 2009; CANUTO, 2018);

- *Repressão à Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)*: Na XVIª Assembleia Geral da CNBB, em Itaiaci, São Paulo, entre os dias 18 e 25 de abril de 1978, os bispos discutiram sobre *Evangelização no presente e futuro da*

América Latina e Pastoral Familiar. Além dos assuntos internos à Igreja, esteve em pauta a então situação latino-americana e a violação profunda dos Direitos Humanos. Após a Assembleia, o Cardeal Arns e Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás, encomendaram ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) um texto sobre a situação dos Direitos Humanos na América Latina cujo resultado foi o documento informativo *Repressão à Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968/1978)*, publicado em dezembro de 1978. O estudo foi direcionado somente para o Brasil, dado que, segundo o CEDI, as violações aconteciam em todos os países e o universo de pesquisa seria vasto diante do curto tempo disponível. A pretensão do material informativo era reavivar a memória, dar uma ideia de volume e reunir pistas para um trabalho maior. Nem todos os nomes das vítimas foram citados, em respeito às pessoas envolvidas nos fatos e, até porque, em 1978, a repressão era violenta. De um modo geral, por meio do que foi citado explicitamente em documentos oficiais por bispos, sacerdotes, religiosos, cristãos engajados em pastorais, registrou-se as agressões à Igreja em forma de categorização. Conforme o estudo, eram constantes, nos dez anos analisados, ataques difamatórios, invasões, prisões, tortura, mortes, sequestros, processos, intimações, expulsões, censura, proibições, falsificações. Apontou-se também a exacerbação do conflito latino-americano entre opressores e oprimidos, aumento da marginalização de milhares de trabalhadores urbanos e camponeses, a progressiva escalada da violência e a crescente relações entre EUA e o militarismo continental. Dom Paulo apresentou esse estudo do CEDI na IIIª Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) em Puebla, México, promovendo a discussão com outros grupos de religiosos da América Latina (CEDI, 1978).

Uma vez Dom Paulo no governo da Arquidiocese de São Paulo, o jornal *O São Paulo* também estava sob seu poder, bem como a escolha da equipe editorial. E não seria novidade que este semanário sofresse atos de censura. Foram mais de 80 artigos ou cartas vetadas em parte ou na íntegra. Muitos deles foram produzidos por membros da Comissão de Justiça e Paz, relatando a situação de presos políticos e a violência nos cárceres, a violação dos Direitos Humanos, as torturas e a prisão e morte de menores. Até mesmo algumas orações a Deus foram consideradas de cunho reacionário. Uma delas dizia: “Você Deus, nos ensinou a amar o nosso próximo, a lutar por uma sobrevivência

digna de um ser humano, e nos rebelar contra os opressores mostrando a sua justiça e dar testemunho da verdade, pelo seu Espírito que vive dentro de nós” (DE SOUZA, 2016).

No ano de 1985, foi escolhido o tema *Fraternidade e fome* e o lema *Pão para quem tem fome*. Ao folhearmos as páginas do semanário *O São Paulo*, entre os dias 20 de fevereiro e 4 de abril de 1985, intervalo quaresmal e de intensa publicação de assuntos sobre a Campanha, percebemos o quão diferente o jornal está, se comparado àquelas publicações do governo episcopal anterior. Vale ressaltar que, neste período quaresmal, Tancredo Neves havia sido eleito por voto indireto e ainda estava vivo. Embora esta eleição civil tenha significado simbolicamente o fim da ditadura, a violência e conflitos com autoridades ainda se estendiam em todo país.

As páginas do jornal explodiam com o que gritava a voz do povo. Vemos o quão potente é a articulação que Dom Paulo fez e possibilitou. Verificamos assuntos como o debate dos lavradores acerca da reforma agrária; violência aplicada sobre os trabalhadores rurais; intervenções em sindicatos; ameaças de morte a religiosos brasileiros; participação de mulheres na briga pela terra; seca que assolava o Nordeste; esforços, apoio e esclarecimento a respeito da importância da Constituinte.

Naquele ano, 1985, o poder da palavra do Cardeal Arns ultrapassava fronteiras, apontando as ações do militarismo latino-americano que serviam aos objetivos do sistema capitalista e da política externa dos EUA. Encontramos denúncias contra o general chileno Augusto Pinochet e sua política de oposição sindical e de perseguição à Igreja progressista. Daquele País, relatou-se o assassinato de católicos e os protestos contra exílios forçados. Também estavam descritas algumas comunicações estabelecidas entre Dom Paulo e o Arcebispo de Santiago, Dom Francisco Fresno. No continente, o Cardeal organizava resistências e discutia ações conjuntas; reportava o desaparecimento de pessoas no Peru; religiosos perseguidos em El Salvador por socorrerem vítimas da guerra; pedidos de paz para a Nicarágua.

Os movimentos pastorais recebiam atenção especial e espaço para divulgar suas assembleias e encontros. Havia reportagens sobre a Pastoral Operária que se reunia constantemente para análise da realidade política, econômica, social e a crise do desemprego. Registrava-se o drama das favelas, as reivindicações por melhores transportes e os encontros dos grupos de jovens. Vemos até mesmo a organização e manifestações do povo paulista para exigir soluções para os problemas de moradia. Estas reivindicações foram feitas ao então prefeito da capital Mário Covas e ao governador André Franco Montoro, este último, um reconhecido agente católico, vindo do Partido

Democrata Cristão (PDC). No semanário, também se divulgavam cursos sobre formação missionária e sobre leitura sociológica do Evangelho, além de reflexões bíblicas que discutiam a prática de Jesus em uma perspectiva encarnada e libertadora.

Uma mulher católica alça os Direitos Humanos ao centro do debate no jornal O São Paulo

Posto que uma das principais vertentes da pedagogia de Dom Paulo são os Direitos Humanos, muito deste assunto estava por entre as páginas do semanário. Um texto interessante foi escrito por Margarida Genevois, destacando “uma campanha cada vez mais difundida contra os DIREITOS HUMANOS” (1985, grifos da autora). Ela menciona que esta campanha parte de “pessoas mal informadas, egoístas e preconceituosas”, dizendo que “os Direitos Humanos defendem bandidos, não se ocupam com as vítimas e são os culpados pela violência urbana”. Estas mesmas pessoas foram “alimentadas pelos setores autoritários [...] através da repressão e do medo mantiveram por mais de 20 anos esse sistema de exploração e opressão do povo brasileiro”. Lendo o texto de Genevois, parece que temos em mãos um outro jornal. A autora é corajosa, não se preocupa em medir palavras, nem teme a repressão.

Notas biográficas: Margarida Bulhões Pedreira Genevois⁴⁷

Margarida Genevois nasceu em 10 de março de 1923, no Rio de Janeiro, bairro de Botafogo, em uma família da elite de ascendência portuguesa, detentora de expressivo capital escolar, sendo seus pais e avós formados em curso superior.

Genevois foi alfabetizada em francês, estudando em colégios católicos dirigidos por freiras, como *Sacre Coeur* e *Sion*. Sua mãe, Carmem, nasceu no Maranhão e seu avô materno, João Costa Rodrigues estudou engenharia no Rio, onde a família se fixou. Seu pai foi um advogado criminalista, Mario Bulhões Pedreira, e seu avô paterno, José Luís de Bulhões Pedreira, era desembargador. A família Bulhões, de origem portuguesa, chegou ao Rio com os fundadores da cidade no século XVI.

Margarida cursou Biblioteconomia na Biblioteca Nacional e Enfermagem Samaritana de Guerra na Escola Ana Nery, ligada à Universidade do Rio de Janeiro. Em

⁴⁷ Sobre a trajetória de vida de Margarida Bulhões Pedreira Genevois, ver (1985; DHNET, 1995c; WOLFF e SILVA, 2013; GENEVOIS, 2013; MUSEU DA PESSOA, 2019; VANNUCHI, 2019; SAMPAIO, 2020).

1944, casou-se com o engenheiro francês Lucien Eugène Antonin Genevois, diretor da Rhodia Brasileira, o qual, na década de 1940, foi encarregado da construção da usina de álcool e produtos químicos na Fazenda São Francisco, em Campinas. Heráclito Fontoura Sobral Pinto foi padrinho de casamento dela. Este foi jurista e advogado de presos políticos, sendo chamado de o “Senhor Justiça”, por travar embates contra a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e contra o golpe militar (1964-1985).

Na fazenda, ela viveu por 22 anos, teve contato com a miséria em que viviam operários que construíram a usina. Com apoio do marido e de mulheres católicas da cidade, ela construiu uma creche, uma igreja e buscou por visitas regulares de médicos para atendimento ambulatorial daquela comunidade. Durante este período, Lucien Genevois, membro do Rotary Club, se tornou cônsul honorário da França em Campinas. Margarida conheceu o lado conservador dessa experiência, sendo também membra e presidindo o Club da Amizade, uma associação das mulheres de rotarianos, dado que o Rotary não permitia a entrada de mulheres. Editou um jornal mensal chamado “Correio Feminino” para as mulheres que trabalhavam na Rhodia. Em entrevista publicada na *Revista Longeviver* (2013) sobre seu periódico, Genevois comenta: o jornal tratava “de todos os problemas femininos, como cozinha, criança, educação, religião – que elas gostavam também, e orientação psicológica. Sempre enfatizando os problemas que tinham. Foi um trabalho muito interessante em 22 anos. Não teria oportunidade de realizar este trabalho se morasse na cidade”.

Genevois teve quatro filhos: Marie Louise, Rose Marie, Anne Marie e Bernard. Hermes Lima, advogado e deputado estadual, foi padrinho de batismo de seu filho. No final dos anos 1960, seu marido aposentou-se e sua família mudou-se para São Paulo. Na capital, Margarida fez parte do grupo da Ação Católica dos Meios Sociais Independentes (ACI), trabalhando em evangelização dos movimentos sociais. Frequentou grupos de reflexão dos padres dominicanos, aprofundando-se nos assuntos de interesse da Teologia da Libertação e nos documentos do Concílio. Ela também se inspirou nas ideias de Paulo Freire. Era próxima de pessoas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), grupo de pesquisa e estudos de antropologia, sociologia, filosofia, política, demografia e economia. Entre mulheres de classe média-alta, participou do grupo *Veritas*, de maioria progressista, dedicado a discussões sobre política, sociologia e economia. No grupo, personalidades como Fernanda Montenegro, Paul Singer e Antônio Carlos Calado foram palestrantes.

Margarida também foi voluntária na Santa Casa, criando a “Obra da Mãe sem Lar”, que acolhia menores que engravidavam e eram expulsas de casa. Aos 45 anos, ela cursou Sociologia na Escola de Sociologia e Política e teve aulas com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Durante a ditadura, a atuação política de Genevois inspirou seus filhos. A mais velha participou de movimentos estudantis, chegando a ser presa, em 1966, por três dias no DOPS de São Paulo, em decorrência de sua participação no Congresso de Ibiúna.

Genevois foi uma das primeiras mulheres a integrar a Comissão Justiça e Paz, fundada na década de 1970, pela Arquidiocese de São Paulo, além de ser uma das primeiras a representar oficialmente Dom Paulo em reuniões e encontros internacionais. Assumiu a Presidência da entidade por duas vezes (1982-1986, 1990-1994), atuou nos cargos de vice-presidenta, secretária e tesoureira. Fez denúncias na Europa, viajava à França, atuando como uma Embaixadora da Comissão no exterior. Assessorou tecnicamente João Benedito de Azevedo Marques, presidente da Fundação Estadual do Bem-estar ao Menor em São Paulo (FEBEM) no ano de 1989.

Na equipe editorial do Cardeal Arns, da qual Margarida Genevois fazia parte, os progressistas passaram à linha de frente, implementando uma nova matriz ideológica. Vemos despontando outros nomes como os: da Maria Lúcia Sampaio e do Frei Romeu Dale, mencionados nos capítulos anteriores. O Frei foi substituído, no ano de 1978, por Dom Angélico Sândalo Bernardino, então responsável pela Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo e pela Cáritas regional, além de ser presidente regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dom Angélico esteve ao lado de Dom Paulo nos momentos mais violentos da ditadura: por ocasião da morte de Vladimir Herzog; na missa pelo estudante morto Alexandre Vannucchi Leme; em visitas ao Instituto Médico Legal para reconhecimento do corpo de Santo Dias da Silva, operário e militante da oposição metalúrgica no estado (NUZZI, 2018; FOGOLARI, 2021).

Novos cargos foram criados no jornal *O São Paulo*. Na década de 1970 e 1980 vemos não mais um ou dois editores, mas uma grande e variada equipe de conselho editorial e de colaboradores. Encontramos nomes como Plínio de Arruda Sampaio, advogado e ativista político católico, que em sua trajetória, foi presidente da JUC e ligado às CEBs; teve o apoio da Aliança Eleitoral pela Família na candidatura a deputado federal por São Paulo em 1962; e foi membro da comissão de acompanhamento da CNBB na

Constituinte. Outro nome de destaque é Hélio Bicudo, jurista, político e militante dos Direitos Humanos. Em 1970, Bicudo solicitou investigações para apurar atividades criminosas do Esquadrão da Morte e foi alvo de ameaças em razão destas atividades, recebendo proteção e apoio de Dom Paulo e do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1973, Hélio Bicudo passou a integrar a Comissão Pontifical de Justiça e Paz da Arquidiocese, chegando a ser acusado por militares de ter dado apoio a movimentos esquerdistas. Também participou da II Conferência Mundial de Religião e Paz, realizada em Louvain, na Bélgica, no ano de 1974. Seu livro, *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*, lançado em 1976, foi publicado pela Arquidiocese de São Paulo, dada a recusa de editoras comerciais, preocupadas com represálias políticas e governamentais. Nele, Bicudo narra como se constitui a violência policial exacerbada sob pretexto de restabelecer a lei e a ordem (BICUDO, 2002; COSTA, 2009; CARNEIRO e MATTOS, 2009; WOHNATH, 2017).

No *O São Paulo*, questões por vezes esquecidas, tornavam-se pauta, como o massacre de índios, as doenças misteriosas que ocasionavam a morte de alguns Yanomani ou a disputa entre índios e posseiros. Alguns textos, corajosamente relatavam como se davam a invasão de terras pelos “algozes do capitalismo”. Entre as páginas do semanário, registravam-se índices percentuais do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em forma de denúncia: “586 áreas, das quais 78% não estão demarcadas. Das 124 áreas demarcadas, 53 apresentam conflitos pela posse da terra” (O SÃO PAULO, 1985a).

Dom Paulo articulava outras dioceses para fortalecer os posicionamentos contra arbitrariedades de governos e buscava aliados para publicarem no jornal. Dom Demétrio Valentini, da Diocese de Jales, em uma declaração, apoiou a greve dos apanhadores de algodão em Fernandópolis. O bispo mencionou que aquela paralisação se explicava “não só pelo grau maior de consciência de classe e de solidariedade entre os trabalhadores, mas também pela grande precariedade da situação” em que se encontravam, os que se colocaram no “limite da sobrevivência” (VALENTINI, 1985).

E a pergunta “Revolução ou Golpe, em 64?” também surgiu em um texto na sessão de cartas. Em seus argumentos, o autor apresentou as diferentes posições da Igreja; sua definição do que seria uma “revolução” e do que seria um “golpe”; o Golpe de Estado na Era Vargas; as arbitrariedades dos militares na ditadura que começou em 1964; a situação econômica, social e política do povo. Ele tentou não ser tendencioso, finalizando com a frase “o leitor julgará se em 64 houve revolução ou golpe”. O texto em questão foi escrito por Milton Santana, sacerdote que trabalhou em prol da Justiça Social, defendeu

marginalizados e foi apelidado de “Padre das Prostitutas”, devido sua proximidade e assistência a elas. Ele nasceu em São Félix, na Bahia, no dia 24 de abril de 1907. Atuou como padre em Campinas. Durante o regime militar, Padre Milton foi preso na Escola de Cadetes e confinado dois meses em Cananéia, São Paulo. Chegou a ser molestado, torturado e, decorrente da violência de seus algozes, perdeu uma das vistas (SANTANA, 1985; CENTRO DE SAÚDE, 2021).

Enquanto Dom Paulo estava no poder da arquidiocese, todos paulistanos estavam satisfeitos com sua pedagogia e as relações provenientes dela? Provavelmente não todos, como foi o caso do leitor Aloysio Pereira⁴⁸, em carta enviada ao redator⁴⁹ do jornal *O São Paulo*, no ano de 1985. Nela estava escrita: “Sr. Redator: O Santo padre tem repetidas vezes se insurgido contra a Teologia da Libertação e as atividades da chamada Igreja Popular. Desejava saber se o que se passa em São Paulo sob as ordens do Cardeal Arns, que aprova tais doutrinas, tem a aprovação de sua Santidade ou não”. E a resposta do redator foi a seguinte: “Você acompanhou as últimas viagens do Papa à América? Se acompanhou, deve ter percebido toda a preocupação dele diante da situação de miséria e sofrimento em que se debatem milhões de irmãos em nosso continente”. O Papa Paulo VI havia falecido em 1978 e, o agente papal a quem o redator se refere era João Paulo II. O posicionamento que o leitor expôs representava parte das ideias conservadoras que circulavam entre os leigos e a grande imprensa e que culminariam em futuros rechaços ao grupo progressista. O redator continuou respondendo: ao “exigir, como fez tantas vezes, que os direitos dos camponeses, dos índios, dos trabalhadores, fossem respeitados, o Santo Padre reforçou a pregação que a Igreja, na pessoa de nossos bispos (entre eles D. Paulo Evaristo), vem fazendo nesta sofrida América Latina. E isso é Teologia da Libertação” (O SÃO PAULO, 1985b).

Outras cartas exibiam apoio e solidariedade pelas causas defendidas pelo Cardeal Arns, tal como a do reverendo James Wright. Nela foi demonstrado apoio contra os ataques que alguns grupos da imprensa faziam a Dom Paulo. Citou-se que “vários

⁴⁸ Não conseguimos identificar com precisão quem seria o “Aloysio Pereira” mencionado. Há a possibilidade de a carta ter sido escrita por Aloysio Pereira, médico e deputado estadual em 1958, reeleito em 1962, 1966 e 1986. Entre 1979 e 1982, ocupou a Secretaria de Saúde de Pernambuco. Ele era descendente de família política tradicional na região de Princesa Isabel, no interior da Paraíba (PB AGORA, 2018; BARBOSA, 2018; SANTOS, 2018).

⁴⁹ Não sabemos quem foi o redator que respondeu a tal carta. Estavam registrados, como equipe de redação daquele mês e ano, os seguintes nomes: Gilberto Nascimento, Jô Azevedo, Antônio Aparecido Pereira e Maria José Sarno. Ressaltamos que a resposta à carta em questão não foi assinada em nome de um único redator.

comunicadores da Bandeirantes embarcaram na incrível e estúpida onda de insinuarem, sobre a inatacável figura do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, a culpa pela violência que assola a nossa metrópole, como assola qualquer outra grande cidade do mundo” (WRIGHT, 1985).

A educação visual da memória também apresentou imensas diferenças quando comparamos os Cardeais Arns e Rossi. No *Quadro 12* (pág. 139), sob o governo de Dom Paulo, a imagem (a), de 1985, pode evocar fragmentos do Calvário de Jesus ou rememorar Simão Cireneu carregando a cruz no lugar do Cristo. Na pele desse messias está um homem negro, trabalhador rural, com seu chapéu de palha a se proteger do sol. O seu sofrimento é pesado, tanto que uma cruz recai sobre seus ombros. Ou seria uma cerca que divide as terras de um grande proprietário, provavelmente seu patrão? A vegetação, atrás, está à sua espera para ser trabalhada. Sua labuta seria suficiente para o sustento de sua família? Esta imagem estava vinculada a uma reportagem que discutia o assunto da violência ou não-violência em manifestações e também acerca de moradores de algumas favelas que fizeram uma reunião no Parque Ibirapuera para caminhar até o Palácio dos Bandeirantes, a fim de reivindicar questões ligadas à política de habitação (DE JESUS, 1985). Na segunda imagem (b), também de 1985, está um policial gigantesco a conter pessoas. Uma confusão generalizada, sapatos e corre-corre. A reportagem desta ilustração se referiu à greve dos sapateiros em Franca, cidade conhecida pela produção de calçados. No episódio, o conflito resultou em uma briga entre trabalhadores e polícia, com arremessos de pedra e uso de bombas de gás lacrimogênio (DA SILVA, 1985). Das duas imagens com Dom Paulo à frente da Arquidiocese, no tocante à discussão de eixo pedagógico, percebemos uma centralização no campo do *Magistério* e *Sagrada Escritura*. Isso dá margem para quem as observa fazer diferentes interpretações, desde problemas sociais à simbologia bíblica, como na primeira imagem, ou problemas sociais, conflitos de classe e abusos de poder, na segunda imagem.

Com Dom Agnelo na Arquidiocese, o exercício de analisar algumas imagens é desafiador. Nas edições do ano de 1965, temos a imagem (a) que é semelhante a outras que apareciam no jornal. A ilustração é feita em formato de tira livre, não possui uma narrativa como em uma charge, mas tenta expressar uma situação cômica. Devido ao fato de aquele período ser ditatorial no Brasil, minha primeira impressão foi de algum militar brasileiro ou um militar comunista. Mas está ilustrado um trabalhador tentando limpar um local, enquanto um avião lança folhetos.

Quadro 12 - Comparação entre a educação visual da memória no período dos Cardeais Arns e Rossi



(a)

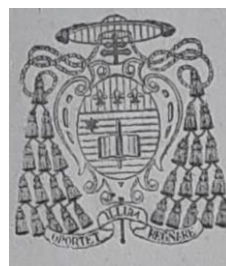


(b)

Ilustrações no jornal *O São Paulo* em 1985, Cardeal Evaristo Arns à frente da Arquidiocese



(a)



(b)

Ilustrações no jornal *O São Paulo* em 1965, Cardeal Rossi à frente da Arquidiocese

A segunda imagem, (b), é o novo brasão do Cardeal Agnelo feito quando da sua passagem do episcopado para o cardinalato. No topo da imagem tem-se o galero cardinalício, informalmente tido como o chapéu de asa larga e, abaixo deste, uma cruz arquiépiscopal ou cruz dupla. Do galero saem dois cordões com 15 borlas em cada lado, em formato piramidal, onde o número de borlas representa a posição na hierarquia católica. Na base da imagem, há um trecho bíblico, em latim *Oportet Illum regnare – É preciso que Ele reine* (1 Coríntios 15, 25). No centro estão uma espada e uma bíblia, representando São Paulo Apóstolo e o nome de sua cidade arquiépiscopal. A estrela faz alusão à Nossa Senhora. Três flores-de-lis, representando o poder e a nobreza, além do fato de o número três representar também a Santíssima Trindade. Durante o governo episcopal do Bispo Rossi, em algumas publicações no jornal *O São Paulo*, encontramos notícias referentes à Santa Sé ou à Arquidiocese paulistana e, junto a elas, vemos estampados brasões como o papal ou o episcopal. Por tradição, dentro da hierarquia católica, desde o padre até o papa, todos possuem papéis timbrados ou carimbos com estes brasões, significando a delimitação de território, uma identificação em catacumbas ou mesmo de combate. Na imagem (b), percebemos uma centralização no campo da

Tradição e talvez no da *Sagrada Escritura*, evocando a submissão, hierarquização católica e o título de nobreza. Mais oculto está a simbologia bíblica a respeito de Maria, a Santíssima Trindade e um trecho bíblico. O discurso geral tende ao polo conservador e suas relações de poder.

No decurso dos anos de análise que fizemos para o Cardeal Arns, identificamos as práticas das Campanhas da Fraternidade, dentro de seu território, como sinônimo da ação dos leigos nas comunidades e como educação para a transformação social. Um exemplo disso foi a Campanha de 1972 que esteve acompanhada da *Operação Periferia*. Entretanto, esta Campanha se encontra no *segundo momento político-pedagógico* e, conforme mencionamos, este foi um período de instabilidade, no qual a CNBB, em determinados anos, apresentava conteúdos mais tradicionais e, em outros anos, mais problematizadores. A nomeação de Dom Paulo à Arquidiocese em 1970, aconteceu no final do *primeiro momento político-pedagógico* (1964 – 1972). O Bispo passou pelo *segundo momento* (1973 - 1984) e adentrou o *terceiro* (1985 em diante) incentivando e desenvolvendo constantemente práticas menos no campo da *Tradição apostólica* e mais nos outros dois. O território estratégico de sua pedagogia era São Paulo e nele, Dom Paulo ultrapassou possíveis barreiras que limitariam sua pedagogia, caso ele seguisse estritamente os materiais da Conferência. Na sua Arquidiocese, o caminho até chegar a uma pedagogia mais crítica e mais consciente da fraternidade foi paulatino e com resistências.

- No material da Campanha de 1973, distribuído pela CNBB, foi apresentada uma temática sobre o sofrimento de Jesus. Uma abordagem em termos bíblicos era mais palatável ao conservadores do que falar a respeito da violência social contemporânea (CNBB, 1973b);
- Na Campanha de 1975, com lema *Repartir o Pão*, seria mais aceitável descrever as numerosas passagens da Bíblia do que desenvolver um texto-base que discutisse acerca da fome no país e a responsabilidade política-governamental (CNBB, 1975);
- Na Campanha de 1982, o lema era *Educação e Fraternidade*. Falou-se que educar é “construir a verdadeira Fraternidade na Justiça e na Paz”. Isto só seria “possível na medida em que Cristo nos liberta do egoísmo e nos ensina a amar o Pai e dar a vida pelos irmãos”. Porém, nos materiais, não se discutiu enfaticamente acerca do analfabetismo e do pouco acesso ao ensino (CNBB, 1982).

Todos estes temas e lemas estão inseridos em um eixo com prevalência nos campos da *Sagrada Escritura* e do *Magistério*. As possíveis brechas mais críticas deveriam ser abertas por cada diocese e paróquia. O Cardeal Arns as utilizou muito bem.

No semanário está registrado um crescente incentivo de atividades para a Campanha, tais como a criação de círculos bíblicos, círculos de estudos e círculos de pais e mestres. De certa forma, estes encontros aconteciam em casas, apartamentos e escolas e não dentro dos locais de celebração, comunidades religiosas ou catedrais. A Ana, o João e o Pedro, leigos comuns, estariam fora do alcance do olhar panóptico do Sr. padre, do Dom Fulano ou da Madre Cicrana. Os fiéis congregavam-se por uma motivação religiosa, mas tornou-se comum reuniões em locais cotidianos, havia mais espaço para dialogar a respeito de seus problemas sociais e familiares e acerca de suas angústias. Em um dos textos-base, Dom Aloísio Lorscheider reconhece que a Campanha criava novas e grandes frentes de trabalho nas quais os leigos poderiam “livremente atuar, respeitadas suas aptidões e carismas particulares” (CNBB, 1971, p. 6-7).

Na Campanha da Fraternidade de 1985 – tema *Fraternidade e Fome*; lema *Pão para quem tem fome* –, propôs-se a coleta financeira e de alimentos pelas vítimas da seca que castigava o Nordeste por mais de cinco anos. Cada paróquia na Arquidiocese de São Paulo teria a liberdade de pensar em gesto semelhante e conforme as necessidades da região paulistana. No Ipiranga, no dia do lançamento da Campanha, recomendou-se aos fiéis que levassem um pouco de arroz a ser ofertado durante a missa de Cinzas, data de início do tempo quaresmal. Os jovens entrariam em procissão empunhando faixas com dizeres sobre a fome, a legalização da terra, o desemprego e o menor. Reuniões foram realizadas para se ensaiar as músicas e o hino da Campanha. À prática do jejum, sugeriu-se realizá-lo um dia a mais do que o convencional (Quarta-feira de Cinzas e Sexta-feira da Paixão). À via-sacra⁵⁰, adicionou-se reflexões acerca da fome. Foram realizados alguns almoços comunitários, grupos de reflexão se reuniram para aprofundamento do tema e incentivou-se a produção dos materiais pelas próprias paróquias, para além dos distribuídos anualmente pela CNBB.

No texto-base de 1985, foi descrito o *Projeto Interajuda*, coordenado pela Cáritas Brasileira e lançado pelos bispos no ano anterior, na região nordeste do Brasil. O *Interajuda* baseou-se na colaboração entre as Igrejas locais para com as dioceses vítimas

⁵⁰ Na tradição católica, uma *via-sacra* ou *via crucis* é uma prática piedosa, em geral ao estilo de procissão na qual, com quatorze paradas, faz-se memória de quatorze episódios bíblicos recordando os caminhos de Jesus, desde sua condenação ao seu sepultamento.

da seca. Foram construídos pequenos açudes, abertura de poços, irrigação de terras, compra de sementes, alimentos e remédios. No texto, reforçou-se os argumentos da importância da Campanha com esta temática, mencionando-se o XIº Congresso Eucarístico Nacional que aconteceria alguns meses depois. Este Congresso utilizou a passagem bíblica *Magnificat* ou *Cântico de Maria*, um texto político e progressista potente. Apesar de comumente a imagem de Maria⁵¹ ser divulgada como humilde e silenciosa, no trecho deste cântico, a escolha dela para ser a mãe de Jesus culmina na subversão de concepções: ela depõe os poderosos de seus tronos, exalta os humildes, despede os ricos de mãos vazias e – o mais importante para a Campanha daquele ano – sacia os famintos.

Mencionou-se, no texto-base, que dois terços da humanidade passavam fome, devido uma alimentação com menos de 2200 calorias diárias; que a fome era resultado da situação de injustiça estrutural; que a sociedade estava injustamente organizada. A discussão apontou que parte das vítimas são em número de milhões. Uma parte delas têm trabalho, mas não conseguiam ganhar o suficiente para matar sua fome; outra parte são trabalhadores sem carteira assinada, os boias-frias, os mendigos e os desempregados. E a causa seria uma sociedade consumista, com produção interna movida pelo lucro e estímulos do mercado, tendo como resultado a inflação, o achatamento salarial e o desemprego. A falta de uma reforma agrária e os gastos exagerados com armamentos impediriam a resolução deste problema crucial (CNBB, 1985).

No discurso de abertura da Campanha, lido em rede nacional de rádio e televisão, João Paulo II delineou o problema da fome. Conforme mencionado por ele, esta situação não estava “somente nas calamidades naturais”, mas “nas obras ou omissões comodistas, egoístas dos homens que contribuem para agravá-las”. O Papa foi mais longe, mencionando a necessidade de “reconciliação das classes sociais” e “transformação das

⁵¹ A imagem de Maria do catolicismo participa de um processo de educação da memória significativo e poderoso da Igreja, além de estar entranhado por crenças relativas a deusas ancestrais, a relações sociais ordinárias e práticas culturais. Ao serem analisadas a proveniência das memórias marianas de diferentes agentes, constata-se como a imagem feminina católica está em espaços sagrados e profanos, esferas políticas, em distintas temporalidades, espacialidades e culturas. A ela são atribuídas diferentes intencionalidades por parte de diferentes instituições que a utilizam em seus discursos. Algumas destas considerações estão em dois artigos escritos por este autor em (GALIZA, 2019; PINTO JUNIOR e GALIZA, 2020). Roberto Romano argumenta que “a imagem de Maria foi incluída na sequência de argumentos antigovernamentais: Maria será posta como correspondente à realidade da Igreja, também compreendida como ‘mãe’ da humanidade. Ora, a partir de dois predicados de Maria – mãe de Deus e moça humilde do povo – os bispos anunciam seu rompimento com a ordem instituída. No *Magnificat*, os dois predicados são essenciais para legitimar sua proposta subversiva. Uma revolução contra a tirania tem de receber validade *divina* e sair efetivamente do povo” (1979, p. 41-2; grifos do autor).

estruturas”. Isto resultaria em uma “conversão das mentes”. De certa forma, ainda que implicitamente, o Papa que condenaria anos mais tarde a Teologia da Libertação, utilizava naquele momento termos da luta de classes para compreender os problemas sociais. Ele citou os agricultores braçais, que não recebiam a justa remuneração pelo trabalho penoso; os camponeses desapossados das próprias terras, que passavam a produzir para pessoas ou grupos já abundantemente providos de sustento e que acumulavam fortunas, à custa da fome e do sofrimento dos outros (JOÃO PAULO II, 1985a; 1985b).

Outros textos também usavam expressões semelhantes às de João Paulo II. Dom Celso, bispo na região do Ipiranga, São Paulo, durante o ato penitencial na missa, pediu perdão a Deus “porque desfrutamos dos bens que os operários produzem sem pensar quanto desemprego, salários baixos significam para eles”; disse também ser uma blasfêmia falar que “Deus quis assim”, acerca dos problemas da fome. Na Catedral Metropolitana, em sua homilia, Dom Paulo citava alguns índices: “86 milhões de brasileiros, que, segundo o IPEA (Instituto de Planejamento Econômico) se veem prejudicados por falta de alimentação adequada”. Ele explicou sobre a *demoscopia* e sua importância nas pesquisas e estudos. Nos materiais da Campanha daquele ano que serviram de subsídios para as dioceses, havia dois gráficos, um que descrevia a fome no mundo, associando-a ao consumo de calorias diárias. O outro relacionava o preço dos alimentos e dos salários no ano de 1983 (CELSO, 1985; ARNS, 1985a).

O cartaz da Campanha de 1985 (*Capítulo II*, pág. 78) enfatizou “o drama e o sofrimento das populações empobrecidas”. A educação da memória é direta, há problemas sociais a serem resolvidos e discutidos na sociedade. Isto deveria ser feito com práticas que formassem uma consciência de fraternidade, ou seja, seria essencial se atentar aos mais necessitados e agir com solidariedade. Ilustrou-se também uma cerca de arame farpado, a recordar “a triste realidade das injustiças no uso da terra, que impedem a tantos brasileiros de obter o sustento da família pelo trabalho”. Uma “mãe com os filhos nos braços, a beira da morte”, suplicava ajuda e representava o olhar e a “voz sofrida das famílias que clamam por pão e justiça”. A generosidade do “pobre que partilha o que tem”, estava simbolizada no peixe oferecido e no menino que reparte o último pedaço de pão. Alivia-se o discurso ao descrever que o pão e o peixe na imagem “lembram a cena evangélica da multiplicação milagrosa de Jesus”, expressada no Evangelho de Mateus 14, 13. É evocado na memória, o poder de Jesus Ressuscitado, por meio do círculo branco (CNBB, 1985).

No dia 7 de abril, domingo de Páscoa daquele ano, dada por finalizada a Quaresma e, conseqüentemente a Campanha da Fraternidade, destacamos uma fala de Dom Paulo: “Páscoa precisa manter seu sentido para o Povo todo: passagem de uma era de medo, de indignação e de aflição constante, para o tempo e uma terra sem males, de Esperança e em Esperança”. Em 1985, o conceito de Páscoa, que na concepção religiosa é a passagem da morte de Cristo para a Ressurreição, foi interpretado por Dom Paulo como uma “passagem de uma era de medo, de indignação e de aflição constante”. Certamente ele aludia à ditadura recém finalizada e que o próprio Cardeal tanto lutou contra e denunciou. Antes de terminar sua homilia, ele disse: “As semanas que antecederam a Páscoa deste ano ofereceram um quadro sem precedentes na História de nossa terra: todos lutaram por uma vida – a do presidente eleito [*Tancredo Neves*] para ela proteger a do Povo. Valeu o sacrifício” (ARNS, 1985). No dia anterior à aguardada posse que se daria em 14 de março de 1985, o presidente Tancredo Neves foi internado, falecendo 38 dias depois, em 21 de abril.

Este último capítulo descreveu o peso da doutrina política de Paulo VI e sua decisão por substituir Dom Agnelo Rossi por Dom Paulo Evaristo Arns no comando da Arquidiocese de São Paulo. Este novo Arcebispo mostrou-se necessário para o momento histórico em que São Paulo e o País se encontravam. Sua pedagogia comungava com o *eixo pedagógico* papal. O Cardeal Arns articulou com outras lideranças e resistiu em nome da difusão dos Direitos Humanos e em defesa da Igreja militante. Seus posicionamentos foram cruciais para que, na Arquidiocese paulistana, se confirmasse as Campanhas da Fraternidade como uma nova pedagogia quaresmal. A seguir faremos nossas conclusões e considerações finais, além dos potenciais fios de análise a serem explorados futuramente.

Conclusão

Primeira conclusão:

Com base no que foi investigado, é possível afirmar que a Campanha da Fraternidade se apresentou como uma iniciativa católica de cunho político e pedagógico. Político, pois, desde as primeiras edições, as campanhas foram alvo de agentes progressistas e conservadores que disputam posições de poder dentro da CNBB e a prioridade de suas pautas. Pedagógico, por fazer parte da doutrina e dos processos de ensino-aprendizagem quaresmais católicos, condicionando corpos e almas, durante o chamado período da Quaresma, um tempo de preparação dos católicos para a chegada da Páscoa.

Nossa pesquisa identificou *três momentos político-pedagógicos* distintos nas três décadas analisadas, sem deixar de considerar o movimento contraditório marcado por avanços e retrocessos, seja na defesa dos Direitos Humanos, seja na construção de um posicionamento autônomo ou independente da Igreja em relação ao Estado. Ao finalizar essa tese encontramos muitos desdobramentos associados à trajetória das Campanhas da Fraternidade. Dado que nossa pesquisa se estendia até 1985 e percebemos que não cobrimos inteiramente o que poderia se caracterizar como *terceiro momento*, decidimos, pois, não fechar este terceiro período. Ressaltamos ainda que o processo não é linear e, estender a análise com a finalidade de delimitar ou identificar outros *momentos*, demandaria mais tempo para finalizar o doutorado o que era inviável.

Para compreender os discursos, as estratégias e as práticas usadas nas lutas internas e as consequências desses embates na política geral da Igreja, escolhemos dois agentes de uma das mais importantes arquidioceses brasileiras, a Arquidiocese de São Paulo. O primeiro foi o Cardeal Agnelo Rossi que demonstrou ter uma pedagogia conservadora, de aliança com poderes nacionais e internacionais em tempos de ditadura militar, de combate ao comunismo e de exaltação da tradição e hierarquia, tanto na Igreja como no poder temporal. Sua política alicerçada pelo silêncio em relação às torturas, prisões arbitrárias, repressão aos movimentos sociais, censura aos meios de comunicação, entre outros desmandos praticados pelos governos militares, repercutiu no Vaticano, levando o Cardeal a recuar em seu silenciamento. Todavia, os reclamos da ala progressista da Igreja resultaram na promoção-remoção de Dom Agnelo do governo episcopal de São Paulo, por parte do Papa Paulo VI. O segundo agente, o Cardeal Paulo Evaristo Arns, com grande capacidade de articulação nacional e mundial, apresentou uma linha

francamente contrária à de seu antecessor, seguindo orientação do próprio Papa. Sua marca maior foi a defesa dos Direitos Humanos.

Assim, fica demonstrado nesse estudo o lugar do governo geral da Igreja desde o Vaticano, bem como as brechas criadas pela atuação das lideranças nacionais e regionais. Os governos dos Cardeais Rossi e Arns configuram a expressão do movimento central e regional, da mesma forma que revelam o impacto dos movimentos do clero local e dos leigos dentro do território das dioceses.

Segunda conclusão:

Identificamos quatro vetores principais que demarcam as ações da Igreja Católica. As três primeiras forças proveem dos agentes ou grupos no Vaticano, na CNBB e no governo de cada diocese, os quais adotam práticas político-pedagógicas com intensidade e sentidos específicos a cada um de seus cargos. A intensidade que uma força assume, depende da posição hierárquica que um agente ou grupo possui na Instituição Católica. Uma das interpretações destas dinâmicas é que, dado as relações de poder entre eles se basearem no caráter *comunhão*, a orientação ou sentido de uma pedagogia dependerá da soma das forças [*maior comunhão*] ou da subtração delas [*menor comunhão*]. O somatório dos vetores resultará em práticas que se exprimem mais *progressistas* ou mais *conservadoras*. Em outras palavras, uma pedagogia estará mais no polo progressista ou no conservador em decorrência das disputas políticas internas. A divergência de sentidos dos vetores, entre um agente com maior força – papa – e um com menor força – bispo –, resulta em promoção-remoção, tal como a do Cardeal Rossi em 1970, ou em refreamento das práticas, tal como o desmembramento da Arquidiocese de São Paulo com o Cardeal Arns em 1989. Nesta dinâmica, as políticas papais, as mudanças do poder em Roma e as eleições das presidências na CNBB são os processos que mais afetam as pedagogias dos governos episcopais nas dioceses e a dos movimentos religiosos.

O quarto vetor é o Estado Nacional, de caráter liberal e democrático ou autoritário e repressor. A censura, repressão ou intimidação exerce papel determinante nos rumos da política religiosa local, assim como um governo democrático propicia a livre ação da Igreja. A força governamental pode ser usada contra a Instituição Católica, caso esta questione a legitimidade do dirigente do País. Neste contexto, estrategicamente, o Estado age arrebanhando aliados de dentro da esfera religiosa. Para concretizar esse

recrutamento, uma de suas ações é atacar a Igreja à medida em que ela se manifeste sua adversária. O governo pode intensificar suas investidas de modo a sanar a estabilidade interna daquela Instituição. Visto que, historicamente, os agentes católicos já se encontram em conflito, o Poder Executivo aplica sua pedagogia composta por propagandas, discursos, pronunciamentos, exaltando os valores dos grupos a ser aliados e denegrindo os grupos rivais. Embora nem toda política se dá em forma de pedagogia, esta técnica governamental é tal como o emprego de uma força sobre as estruturas da hierarquia católica, provocando nela rupturas. Muitos dos fiéis que vivenciam esse embate, sentem-se obrigados a tomar decisões e posicionamentos: “Devo ser a favor ou contra meus próprios princípios religiosos e morais?”, “Quem está certo: o Estado, a CNBB ou o papa?”. Por fim, alguns agentes católicos se reconhecem mais à imagem e semelhança do Estado do que da Igreja. No que tange à compreensão por vetores, a força total e resultante que sairia da Instituição Católica, em sentido contrário e contestador ao governo civil, é então reduzida.

Alguns vetores se estabelecem temporariamente, tais como aqueles provenientes das conferências, sínodos, congressos, encontros. Todavia, seus efeitos podem ser cruciais a longo prazo, haja vista a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) cujas repercussões são percebidas e estudadas ainda hoje. Outros se expressam em menor intensidade dentro das relações de poder, tal e qual os movimentos laicos católicos e as *ilhas pedagógicas*. Mas todos eles têm a possibilidade de adicionar ou subtrair intensidade ao vetor resultante.

Terceira conclusão:

Ao abordarmos a discussão sobre o *eixo pedagógico*, constatamos como os agentes católicos, discursando em diferentes campos como os da *Tradição apostólica*, da *Sagrada Escritura* e do *Magistério*, buscam por legitimidade nos jogos de poder. Suas narrativas, não raramente, se servem de conceitos políticos sem maior elaboração, com o objetivo de desqualificar os agentes adversários. Por um lado, é assim que grupos *progressistas* vêm sendo chamados de marxistas, comunistas, considerados inimigos ou traidores da Igreja, por defenderem o direito à terra, ao trabalho e a moradia digna. Por outro lado, grupos *conservadores*-reacionários podem ser nomeados fascistas e genocidas por apoiarem políticas contrárias à defesa da ciência, da saúde e da vida. Como artifício, os fiéis-antagônicos usam um vocabulário que lhes permite transitar por entre esses três campos com a finalidade de demarcar seus discursos como aqueles que são os mais

verdadeiros ou os mais autênticos. Com base no que estudamos, os agentes conservadores exibem discursos que predominam mais no campo da *Tradição apostólica*; os progressistas mais no campo do *Magistério*, espaço que oferece margem para a interpretação e renovação da Igreja Católica. Ambos campos estão sempre entrelaçados e unidos ao da *Sagrada Escritura*. Este último garante o conteúdo divino para os discursos.

Quarta conclusão:

Uma outra conclusão a que chegamos é que a atuação pedagógica de Dom Paulo Evaristo Arns deixou um legado potente em São Paulo. Deste patrimônio simbólico destacamos o *ecumenismo*, a *militância para assegurar os direitos básicos da pessoa humana* e a *estrutura de apoio às populações pobres da periferia*. Esta herança explica alguns desdobramentos da política da Igreja paulistana nos anos seguintes.

- *Ecumenismo*: a grande ação ecumênica liderada por Dom Paulo foi o projeto *Brasil: nunca mais*. Seu desenvolvimento se deu entre o final da década de 1970 e metade da década de 1980, reunindo o Cardeal Católico Arns, o Pastor Presbiteriano James Wright e o Rabino Henry Sobel, na denúncia e defesa dos Direitos Humanos. Legados como este inspiraram outras ações como a articulação entre as Igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista, a partir do ano 1975. As reuniões entre as presidências nacionais destas igrejas culminaram na fundação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) em 1982. A herança de D. Paulo ressoa ainda duas décadas depois à sua primeira grande iniciativa, quando temos uma Campanha da Fraternidade Ecumênica no ano 2000, com o tema *Dignidade Humana e Paz* e lema *Novo Milênio sem Exclusões*. A partir desta data, de cinco em cinco anos, a CNBB se abre à participação de outras denominações cristãs, com o objetivo de promover a união e a dignidade humana e na construção da paz. A entidade à frente da iniciativa ecumênica é o CONIC. Porém, a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021 – tema *Fraternidade e diálogo: compromisso de amor* e lema *Cristo é a nossa paz, do que era dividido, fez uma unidade* – tem sofrido duras críticas;

- *Militância para assegurar os direitos básicos da pessoa humana*: Nas décadas de 1960/1970, a violência do Estado ocorria principalmente contra aqueles agentes

que militavam em uma série de movimentos organizados capazes de interferir nos rumos do poder civil. Entretanto, os que sobreviveram ou se fortaleceram fizeram parte da movimentação dos anos 1980 pela elaboração de um novo pacto democrático, pós-regime militar, por uma nova Constituição promulgada em 1988. Esse novo pacto se inicia com a eleição de uma Constituinte que, por quase dois anos, ouviu a sociedade civil organizada, promoveu o debate e negociou os avanços possíveis no modelo democrático. A Igreja Católica esteve presente em várias comissões e subcomissões expressando e pressionando por sua visão de mundo, pelos seus conceitos e valores e pela sua participação na vida pública brasileira. Dom Paulo foi uma das lideranças mais importantes;

- *Estrutura de apoio às populações pobres da periferia:* Depois de vender o Palácio Episcopal de São Paulo e criar uma rede com 1200 centros de atendimento às populações pobres da periferia, no maior centro urbano do País, Dom Paulo Evaristo Arns é punido pelo Vaticano com o desmembramento da Arquidiocese de São Paulo entre 1988 e 1989. A Cúria Romana, sob a direção do papado de João Paulo II, divide a maior arquidiocese do mundo em regiões menores e autônomas. Das 7,9 milhões de pessoas – 244 paróquias no total – que estavam sob sua jurisdição episcopal, Dom Paulo passa a ter 6,8 milhões de pessoas – 155 paróquias. Outros bispos foram indicados pelo Papa e responderiam diretamente a ele e não mais ao Cardeal Arns. A divisão tira do Arcebispo paulistano o controle das áreas mais pobres e periféricas, justamente o local privilegiado de sua atuação. Entretanto, a estrutura montada nos anos 1960/1970 garantiu e ainda assegura desdobramentos importantes na luta pelos direitos dos cidadãos.

Temas para pesquisas futuras

A pesquisa realizada nesta tese, me qualifica para a abordagem de novos temas, tais como:

- 1) O estudo da Campanha da Fraternidade no ciberespaço: em meu canal de catequese católica, WebCatequese, entre 2016 e 2019 – data do último vídeo postado sobre a Campanha –, alguns internautas comentaram, em tom acusatório, contra o Papa Francisco, a Teologia da Libertação, o Comunismo e o Partido dos Trabalhadores. Cabe pesquisar a origem desse conservadorismo e de seus

desdobramentos na Igreja; A primeira parte da pesquisa já foi desenvolvida, com o arquivamento e classificação das manifestações no canal;

2) A circulação internacional e o crescimento dos movimentos católicos conservadores pode ser uma temática a ser desenvolvida, uma vez que já existem trabalhos sobre a rede jesuíta na América Latina; a imigração de congregações religiosas da Europa para o Brasil e América Latina; a expansão dos evangélicos no Brasil e América Latina. Nada foi escrito até o momento a respeito do deslocamento de grupos e das tecnologias de comunicação dos Estados Unidos para o Brasil e América Latina. Muitos dos novos movimentos trazem para dentro do Brasil um conservadorismo que potencializa o conservadorismo já existente no País;

3) Analisar as quatro Campanhas da Fraternidade Ecumênicas realizadas desde 2000, com vistas a interpretar possíveis polarizações no interior da Igreja e a superação de disputas que decorreram desta iniciativa. O uso das novas tecnologias tem deixado evidente a necessidade de identificar a procedência e os interesses em jogo nos discursos que circulam pela internet sem autoria declarada. Os impactos dessa circulação de narrativas com a pretensão de estatuto de verdade sobre as políticas das Igrejas merecem estudos;

4) Torna-se crucial ainda pesquisar o perfil dos novos padres ordenados nas últimas cinco décadas, posto que os sacerdotes que participaram das transformações do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla, pertencem às gerações anteriores. Nossa hipótese é que o prelado atual, especialmente o diocesano, traz uma formação aligeirada, sem tempo para estudos acerca dos textos sagrados e suas relações com os textos clássicos das Humanidades, formação realizada sob pressão de demandas por quadros para atuar nas paróquias desatendidas.

Referências bibliográficas

1. Fontes

CNBB: atas, comunicados, documentos e declarações

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A CNBB e o novo Governo do Brasil - Comunicado mensal**. Brasília: CNBB, 1964b. 48 p.

_____. **Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970**. Brasília, 1966a. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183626.pdf>.

_____. Informações da área governamental para os Srs. Bispos. **Comunicado mensal CNBB**, Brasília, p. 17, 1966c. CDI - Centro de Documentação e Informação.

_____. Notas anexas às atas de reunião da Comissão Central - Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, da Família e da Propriedade. **Comunicado mensal**, Brasília, p. 24, 1966d.

_____. Declaração da IX^a Assembleia Geral da CNBB. **Comunicado mensal CNBB 1967**, Rio de Janeiro, p. 32-5, 20 Julho 1968a.

_____. Reunião da Comissão Central. **Comunicado mensal 1967**, Brasília, 21 a 25 Outubro 1968b. CDI - Centro de Documentação e Informação.

_____. **Comunicado mensal CNBB**. Brasília: CNBB, 1970. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

_____. **Comunicado mensal CNBB 1973**. Brasília: CNBB, 1973a. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

_____. **Exigências cristãs de uma ordem política**. Itaiç: CNBB, 1977. 12 p. Disponível em: <<http://www.cnbbo2.org.br/wp-content/uploads/2016/11/10-Exig%C3%AAs-crist%C3%A3s-de-uma-Ordem-Pol%C3%ADtica.pdf>>.

_____. **Diretório da Liturgia e da organização da Igreja no Brasil**. Brasília: CNBB, 2017. 432 p. ISBN 978-85-7972-566-1.

CNBB: textos-base das Campanhas da Fraternidade

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 1964. Lembre-se: você também é igreja**. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1964a.

_____. **Campanha da Fraternidade 1965. Faça da sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor**. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1965a.

_____. **Campanha da Fraternidade 1966. Somos responsáveis uns pelos outros**. Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1966b.

_____. **Campanha da Fraternidade 1967. Somos todos iguais, somos todos irmãos.** Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1967.

_____. **Campanha da Fraternidade 1971 - Reconciliação.** Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Campanha da Fraternidade 1973. O egoísmo escraviza, o amor liberta.** Rio de Janeiro: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1973b.

_____. **Campanha da Fraternidade 1975. Repartir o pão.** Rio de Janeiro: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1975.

_____. **Campanha da Fraternidade 1982. A verdade vos libertará.** Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1982.

_____. **Campanha da Fraternidade 1985. Pão para quem tem fome.** Brasília: CDI - Centro de Documentação e Informação CNBB, 1985.

_____. **Campanha da Fraternidade 1987. Quem acolhe o menor, a Mim acolhe.** Brasília, 1987.

Bispos: Homilias, documentos

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Para onde vai a juventude? - Dom Paulo Evaristo Arns. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 7 Abril 1968.

_____. **A humanidade caminha para a fraternidade (Idéias e sugestões para a Campanha da Fraternidade).** 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1969. 64 p.

_____. Nosso objetivo: Operação Periferia - alocução através da Rádio Nove de Julho de São Paulo. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 7, 19 Fevereiro 1972.

_____. A CF/85 deve empolgar todo o povo - Homilia do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 22 a 28 Fevereiro 1985a.

_____. **Brasil: nunca mais.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1985b. 312 p.

_____. A Páscoa e o nosso destino. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 5 a 11 Abril 1985c

BISPOS DO NORDESTE. Eu ouvi os clamores do meu povo. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**, Petrópolis, p. 168-199, 6 Maio 1973.

CBCJ, Catholic Bishops' Conference of Japan. Conferências Episcopais se solidarizam com a CNBB - Conferência Episcopal do Japão. **Comunicado mensal CNBB**, Brasília, p. 39, 11 Novembro 1970. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

CCCB, Canadian Conference of Catholic Bishop. Conferências Episcopais se solidarizam com a CNBB - Conferência Católica Canadense. **Comunicado mensal CNBB**, Brasília, p. 38-9, 4 Setembro 1970. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

CELSON, Dom Antônio. Dom Celso insiste na partilha durante a CF. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 7, 1 a 7 Março 1985.

DBK, Deutsche Bischofskonferenz. Declaração de solidariedade a Episcopados Estrangeiros. **Comunicado mensal CNBB**, Brasília, p. 39-40, 21 a 24 Outubro 1970. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

HERNAU, John. Nota dos bispos da Inglaterra e do País de Gales. **Comunicado mensal CNBB**, Brasília, p. 40, 13 Outubro 1970. Documentos CDI - Centro de Documentação e Informação.

MORELLI, Dom Mauro. Dom Paulo, apóstolo da justiça e da paz. **Comunicações - Especial Dom Paulo Evaristo Arns**, São Paulo, p. 24-5, Janeiro 2017.

ROSSI, Dom Agnelo. Alocução do Emo. Cardeal Rossi no Aniversário da Revolução. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 4, 4 Abril 1965a.

_____. Palavras do Cardeal Rossi. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, v. X, n. 474, p. 1-2, 28 Fevereiro 1965b.

_____. D. Agnelo Rossi faz advertência através da Imprensa - Nossas informações. **Documentos CDI (Centro de Documentação e Informação) - IXª Assembleia Geral da CNBB**, Brasília, Junho 1968a.

_____. A propósito dos últimos acontecimentos - Cardeal Agnelo Rossi, Arcebispo metropolitano. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 7 Abril 1968b.

VALENTINI, Dom Demétrio. Bispo reconhece a validade da greve - trechos da declaração de Dom Demétrio Valentini, bispo da diocese de Jales. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 2, 1 a 7 Março 1985.

Jornais diversos

CORREIO DA MANHÃ. Padres paulistas têm apoio em diversos estados. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 11 Junho 1968.

_____. Arcebispo tomará posse na presença de Gama e Silva, Rio de Janeiro, p. 3, 12 Abril 1969.

ESTADO DE MINAS, Jornal. Marcha da Família leva às ruas um milhão de cariocas. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2, 3 Abril 1964.

EXTRA. Dom Aloísio, incansável batalhador dos direitos humanos. **Extra - Globo**, 15 Dezembro 2010. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/dom-aloisio-incansavel-batalhador-dos-direitos-humanos-637107.html>>. Acesso em: 9 Dezembro 2020.

JORNAL DO BRASIL. Funabem recusa internos e superlota a DSPM. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 1 Janeiro 1987.

_____. Memória BN - Biblioteca Nacional Digital Brasil. **Jornal do Brasil (RJ)**, 14 Outubro 1972. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=69564>.
Acesso em: 25 Novembro 2020.

O ESTADO DE S. PAULO, Jornal. Orden de Tancredo. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 51, Setembro 1985.

O GLOBO, JORNAL. Bispos progressistas lamentam moderação. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 Julho 1968a.

_____. Jaime: Crise da Igreja é sem igual na história. A angústia do Papa. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 9 Dezembro 1968b.

_____. Fiéis perplexos com a insubmissão dos padres. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1 e 3, 3 Junho 1968c.

_____. Os rebeldes de Botucatu. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 4 Junho 1968d.

_____. Desemprego bate recorde dos últimos 5 anos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, p. 50, 1 Dezembro 1991.

_____. Dom Aloísio Lorscheider defendeu direitos humanos na ditadura militar. **O Globo - Acervo**, 18 Dezembro 2017. Disponível em:
<<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/dom-aloisio-lorscheider-defendeu-direitos-humanos-na-ditadura-militar-22181602>>.

O POTI, Jornal. Minicarta a Sarney impressiona Planalto. **Jornal O Poti**, Natal, p. 23, 2 Novembro 1986.

Jornal o São Paulo

O SÃO PAULO, Jornal. Abstinência de carne. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 12, 17 Março 1957a.

_____. Celebrada a 1ª missa em português na capital do Estado de São Paulo. **O São Paulo**, São Paulo, 9 Agosto 1964a.

_____. Doutrinação diminui a superstição. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, 6 dezembro 1964b.

_____. A Injustiça Social é campo fértil para fazer vicejar o comunismo. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, 19 Abril 1964c.

_____. Catolicismo e Justiça Social. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, 13 Setembro 1964d.

_____. Uma campanha diferente. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 8, 7 Março 1965a.

_____. Campanha da Fraternidade: o que é - o que quer - como se faz - o que nos dá. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 6, 28 Março 1965b.

_____. Uma campanha diferente: PENITÊNCIA CARIDOSA. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 21 Março 1965c.

_____. Uma campanha diferente: CARIDADE PENITENTE. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 28 Março 1965d.

_____. Campanha da Fraternidade. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 3, 14 Março 1965e.

_____. Prestígio da macumba. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 5, 6 Fevereiro 1966a.

_____. Mercedes-Benz do Brasil patrocina filmes religiosos - palavras do Emmo. Cardeal Rossi. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 8, 20 Março 1966b.

_____. Confiamos no Brasil. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 3, 1 Janeiro 1967a.

_____. Base de otimismo. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 3, 8 Janeiro 1967b.

_____. Liberdade de imprensa. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 15 Janeiro 1967c.

_____. No DOPS em visita aos dominicanos presos. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 29 Novembro 1969.

_____. É preciso assumir a angústia da causa dos povos indígenas. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1 e 6, 8 a 14 Março 1985a.

_____. Cardeal Dom Paulo: há 50 anos, testemunha da esperança. **Edição especial do jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 16, 30 Junho 2016.

SANTANA, Padre Milton. Revolução ou Golpe, em 64? **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 2, Abril 1985.

Papas: audiências, encíclicas, mensagens

JOÃO PAULO II, Papa. A conversão exige transformação social - mensagem de João Paulo II na abertura da Campanha da Fraternidade 1985. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 1, 22 a 28 Fevereiro 1985a.

_____. Mensagem do Papa para a Quaresma de 1985 - Papa João Paulo II. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 3, 1 a 7 Março 1985b.

JOÃO XXIII, Papa. Carta encíclica *Mater et magistra* sobre a recente evolução da questão social à luz da Doutrina Cristã. **Vaticano**, 15 Maio 1961. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>. Acesso em: 01 Novembro 2019.

_____. Carta encíclica *Pacem in Terris* - a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. **Vaticano**, 11 Abril 1963. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html>. Acesso em: 1 Novembro 2019.

PAULO VI, Papa. Discorso di Paolo VI ai membri del Pontificio Seminario Lombardo. **Vaticano**, 7 Dicembre 1968. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1968/december/documents/hf_p-vi_spe_19681207_seminario-lombardo.html>. Acesso em: 31 Dezembro 2020.

PAULO VI, Papa. Condenação da violência - audiência geral. **Vaticano**, 21 Outubro 1970. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/audiences/1970/documents/hf_p-vi_aud_19701021.html>. Acesso em: 16 Dezembro 2020.

Telegramas, mensagens, cartas

BRANCO, Castelo. Telegrama - Atos oficiais - Presidência da República. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, v. X, n. 475, p. 2, 7 Março 1965.

CARVALHO, Hermenegildo Adami. Carta de padre Hermenegildo. **EXTRA**, 10 Agosto 1972. Disponível em: <<https://extra.globo.com/tv-e-lazer/2014/04/01/padrehermenegildopdf/binary/padrehermenegildo.pdf>>. Acesso em: 31 Dezembro 2020.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. CAMPANHA DA FRATERNIDADE: pontos fundamentais apreciados pelo episcopado em Roma. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 2, 21 Fevereiro 1965b.

O SÃO PAULO, Jornal. Leitor pergunta: "O Papa aprova?" **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 a 21 Fevereiro 1985b.

PADRES DE BOTUCATU. Abaixo-assinado. Padres rebelaram-se e rejeitam novo arcebispo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 5, 1 Junho 1968.

SUPLCY, Eduardo. Pronunciamento de Eduardo Suplicy. **Atividade Legislativa - Senado**, 5 Agosto 2008. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/375070>>. Acesso em: 23 Fevereiro 23.

WRIGHT, James. Em defesa de Dom Paulo - carta ao diretor da Equipe Bandeirantes de jornalismo. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 2, 8 a 14 Fevereiro 1985.

Vaticano: Instruções e documentos

RATZINGER, Cardeal Joseph. Instrução sobre alguns aspectos da "Teologia da Libertação". **Vaticano - Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé**, 6 Agosto 1984. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_po.html>. Acesso em: 14 Dezembro 2020.

_____. Sobre a Liberdade cristã e a libertação - Instrução Libertatis Conscientia. **Vaticano - Congregação para a Doutrina da Fé**, 22 Março 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html>. Acesso em: 14 Dezembro 2020.

VATICANO. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 940 p. ISBN 978-85-15-03048-4.

VATICANO II. Dei Verbum - Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina. In: _____. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 347-367. ISBN 978-85-349-0943-3.

Biografias

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia**: testemunho de uma vida - Paulo Evaristo Arns. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. 479 p. ISBN 85-86796-93-X.

ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS. **Cardeal Dom Agnelo Rossi** - Bispo do Clero, 2020. Disponível em: <<http://arquidiocesecampinas.com/clero/cardeal-dom-agnelo-rossi/>>. Acesso em: 2 Abril 2020.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Biografia** - Dom Agnelo Cardeal Rossi, São Paulo, 2015a. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/dom-agnelo-cardeal-rossi>>. Acesso em: 2 Abril 2020.

_____. **Biografia** - Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, 2015b. Disponível em: <<http://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/arcebispos/cardeal-dom-carlos-carmelo-de-vasconcelos-motta>>. Acesso em: 06 Fevereiro 2021.

ARQUIDIOCESE MILITAR DO BRASIL. Biografia: Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://arquidiocesemilitar.org.br/clero/cardeal-dom-jaime-de-barros-camara>>. Acesso em: 20 Fevereiro 2021.

BEDOYA, Juan Gonzalez. Ramón Torrella, arzobispo emérito de Tarragona - Necrológica: perfil. **El País**, 23 Abril 2004. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2004/04/24/agenda/1082757608_850215.html>. Acesso em: 11 Dezembro 2020.

CARNEIRO, Alan; MATTOS, Marco Aurélio Vannuchi Leme de. Hélio Pereira Bicudo - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo>>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

CENTRO DE SAÚDE. Biografia - Cônego Milton Santana. **Saúde - Campinas**, 2021. Disponível em: <http://www.saude.campinas.sp.gov.br/unidades/centros/cs_taquaral/cs_taquaral_bio.htm>. Acesso em: 24 Fevereiro 2021.

CORREIA, Maria Letícia; MARQUES, Bruno. Paulo Evaristo Arns - Verbete. **FGV CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arns-paulo-evaristo>>. Acesso em: 2 Abril 2020.

COSTA, Marcelo. Plínio Soares de Arruda Sampaio - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-soares-de-arruda-sampaio>>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

Rossi, Agnelo - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rossi-agnelo>>.

Acesso em: 5 Fevereiro 2020.

DHNET, Direitos Humanos na Internet. Margarida Bulhões Pedreira Genevois - biografia. **DHnet**, 1995c. Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/genevois/biografia.html>>. Acesso em: 17 Dezembro 2020.

DIOCESE DE BRAGANÇA PAULISTA. Dom José Lafayette Ferreira Álvares (in memoriam). **Diocese de Bragança Paulista**, 21 Março 2017. Disponível em:

<<http://www.diocesedebraganca.com.br/bispos/3/dom-jose-lafayette-ferreira-alvares-in-memorial>>. Acesso em: 2 Abril 2020.

GENEVOIS, Margarida. Margarida Genevois, 90 anos, uma mulher ímpar. **Revista Longevidade**, São Paulo, p. 65-72, 25 Março 2013. ISSN 2178-3454.

HERZOG, Instituto Vladimir. Edson Luiz Lima Souto. **Memórias da ditadura**, 2020a.

Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/edson-luiz-lima-souto/>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

_____. Antônio Henrique Pereira Neto (Padre Henrique). **Memórias da ditadura**, 2020b. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henrique-pereira-neto-padre-henrique/>>. Acesso em: 4 Fevereiro 2020.

_____. Frei Tito de Alencar Lima. **Memórias da ditadura**, 2020c. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/frei-tito-de-alencar-lima/>>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

_____. Alexandre Vannucchi Leme. **Memórias da ditadura**, 2020d. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/alexandre-vannucchi-leme/>>. Acesso em: 07 Fevereiro 2021.

_____. Dom Paulo Evaristo Arns. **Memórias da Ditadura**, 2020e. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em: 11 Abril 2020.

MOREIRA, Regina da Luz. Leme, Sebastião - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009a. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-leme-de-silveira-cintra>>. Acesso em: 17 Novembro 2020.

_____. Câmara, Jaime (de Barros) - Verbete biográfico. **FGV CPDOC: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, 2009b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaime-de-barros-camara>>. Acesso em: 20 Novembro 2020.

MUSEU DA PESSOA. Histórias de uma dama dos direitos humanos - Margarida Genevois. **Museu da Pessoa**, 11 Julho 2019. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/historias-de-uma-dama-dos-direitos-humanos-154964>>. Acesso em: 14 Janeiro 2021.

ORTÍ, Vicente Cárcel. Vicente Enrique y Tarancón - Biografía. **Real Academia de la Historia**, 2018. Disponível em: <<http://dbe.rah.es/biografias/6659/vicente-enrique-y-tarancon>>. Acesso em: 11 Dezembro 2020.

RIGACCI JÚNIOR, Germano. Cardeal Agnelo Rossi: notas e reminiscências, 2016. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/002812705ae6cd3573509>>. Acesso em: 2 Abril 2020.

SAMPAIO, Paulo. Do Sion à ditadura militar. **Universa - UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/margarida-genevois>>. Acesso em: 17 Dezembro 2020.

SOMATERAPIA. Biografia de Roberto Freire. **Soma: uma terapia anarquista**, 2021. Disponível em: <<http://www.somaterapia.com.br/soma/biografia-de-roberto-freire/>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

SOUSA, Luís Otávio de; CORREIA, Maria Letícia; MARQUES, Bruno. Luciano Pedro Mendes de Almeida - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-luciano-mendes-de>>. Acesso em: 10 Dezembro 2020.

UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. 10 coisas que você precisa saber sobre a morte de Edson Luis, 27 Março 2018. Disponível em: <<https://ubes.org.br/2018/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-morte-de-edson-luis/>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

VELOSO, Verônica. Câmara, Helder - Verbete biográfico. **FGV - CPDOC: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>>. Acesso em: 23 Novembro 2020.

2. Bibliografia

ADVENIAT. Princípios e Diretrizes para o fomento a projetos encaminhados à Adveniat. **Adveniat**, 19 Maio 2010. Disponível em: <http://www.adveniat.org/fileadmin/user_upload/ADV_spanisch/neue_Formulare/principios_e_diretrizes_2017.pdf>. Acesso em: 8 Fevereiro 2020.

ALEF, Associação Eleitoral pela Família. Eleitorado de São Paulo. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 7, 28 Fevereiro 1965.

ALMEIDA, Milton José de. **Cinema: arte da memória**. Campinas: Autores Associados, 2009. 150 p. ISBN 978-85-85701-75-8.

ALVARENGA, Camila. Centro Comunitário N. Sra. Aparecida tem três décadas de trabalho com a comunidade. **A Gazeta da Zona Norte**, São Paulo, 3 Março 2012.

Disponível em:

<<https://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=59&s=75&ma=258&c=0&m=0>>.

ALVES, Laci Maria Araújo. Igreja Católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, p. 187-208, Julho-Dezembro 2013. ISSN 1981-3082.

ANANIAS, Patrus. "Mater et Magistra": uma síntese entre comunismo, socialismo e capitalismo. Entrevista especial com Patrus Ananias. In: SBARDELOTTO, M. **IHU - Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 2011.

ANDRADE, João Batista de. **Vlado: 30 anos depois** (Documentário). Oeste Filmes Brasileiros, 2005.

ANDREOLA, Balduino; RIBEIRO, Mário Bueno. Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. XLV, n. 2, p. 107-16, 2005.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016. ISBN 978-85-273-0117-6.

ARON, Raymond. **O ópio dos Intelectuais**. Campinas: Três Estrelas, 2016. 352 p. ISBN 8568493289.

BARBOSA, Cláudio. Yes, Nós temos racismo! **Jornal do Commercio**, Manaus, p. 7, Janeiro 1988.

BARBOSA, Jossumar. Ex-deputado Aloysio Pereira morre aos 95 anos. **Jornal da Paraíba**, 24 Maio 2018. Disponível em:

<<https://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/paraiba-registra-quarta-morte-de-politico-em-11-dias.html>>. Acesso em: 24 Fevereiro 2021.

BARREIROS, Isabela. Edson Luís de Lima Souto: 52 Anos da morte que antecedeu o AI-5. **AH - Aventuras na História**, 28 Março 2020. Disponível em:

<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-edson-luis-de-lima-souto-morte-que-antecedeu-o-ai-5.phtml>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

BELFORT DE MATTOS, José Dalmo Fairbanks. O direito internacional na última conflagração. **Revista da Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 40, p. 163-93, 1 Janeiro 1945. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66045>>.

_____. Direito astronáutico: diretrizes e normas. **Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. VI, p. 101-25, 1958. ISSN 0104-3315.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Templo, praça, coração:** a articulação do campo religioso católico. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP - CER, v. 8, 2000. 382 p. ISBN 85-86087-75-0.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II 1959-1965.** São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II:** participação e prosopografia - 1959-1965. São Carlos, 2001. 436 p. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17092002-124007/pt-br.php>>.

BETTO, Frei. Frei Tito, 20 anos. **Folha de S. Paulo - Opinião**, 10 Agosto 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/10/painel/2.html>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

_____. O homem que não conheceu o medo. **O Globo**, São Paulo, 15 Dezembro 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/artigo-homem-que-nao-conheceu-medo-por-frei-betto-20650073>>.

_____. Frei Carlos Josaphat Pinto de Oliveira O.P. (1921-2020). **IHU - Instituto Humanitas Unisinos**, 11 Novembro 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604551-frei-carlos-josaphat-pinto-de-oliveira-o-p-1921-2020>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

BICUDO, Hélio Pereira. **Meu Depoimento Sobre o Esquadrão da Morte.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 296 p. ISBN 8533615728.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** São Paulo: Zahar, 2002. 160 p. ISBN 9788571106093.

BOAS, Alex Villas; MARCHINI, Welder Lancieri. O Cristianismo moderno de Dom Paulo Arns. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 90, p. 279-303, 2017.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese:** as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. 113 p.

BORTOLI, Adriana de. **História da criação do curso de matemática na Pontifícia Universidade Católica de Campinas.** Rio Claro: UNESP, 2003. 132 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/91161>>.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** 1986.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143 p. ISBN 978-85-7110-411-2.

BRANDALISE, Camila. A tragédia de frei Tito. **IstoÉ**, 16 Abril 2014. Disponível em: <https://istoe.com.br/357457_A+TRAGEDIA+DE+FREI+TITO/>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Unesp, 2017. 318 p. ISBN 8539306719.

CÂMARA, Dom Helder. Evento marca 50 anos da morte de padre Henrique, vítima da ditadura militar. **Jornal NE1**, 27 Maio 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7646423/>>. Acesso em: 2 Fevereiro 2021.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014. ISBN 978-8588777613.

CANUTO, Antonio. #90AnosDePedro. Dom Pedro incomodava o Vaticano. **IHU - Instituto Humanitas Unisinos**, 16 Fevereiro 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576108-90anosdepedro-dom-pedro-incomodava-o-vaticano>>. Acesso em: 15 Janeiro 2021.

CARNEIRO, Luiz Orlando. Os bispos também vão às urnas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, Janeiro 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 174 p. ISBN 978-85-359-2895-2.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 629 p. ISBN 978-85-7753321-3.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10º. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 361 p.

CATECISMO. Catecismo dos Párocos, regido por decreto do Concílio Tridentino, publicado por ordem do Papa Pio V. In: MARTINS, Leopoldo Pires. **Catecismo Romano**. Anápolis: Serviço de Animação Eucarística Mariana, 1951. p. 734. ISBN 9780000922533.

CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968/1978), Rio de Janeiro, Dezembro 1978.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. V, n. 11, Janeiro/Abril 1991.

CIPRIANI, Gabriele. Campanha da Fraternidade - 2005 Ecumênica: Solidariedade e Paz. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, n. 40, p. 25-40, 2005. ISSN 2525-846X.

COHN, Amélia. Brasil, Urgente - Verbete temático. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/brasil-urgente>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Solar do Barão de Itapura. **CONDEPHAAT**, 2021. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/solar-do-barao-de-itapura/>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

D'AMBROSIO, Oscar. Escritos do Padre José Eduardo Augusti são publicados. **Unesp**, 2 Agosto 2015. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/18615/escritos-do-padre-jose-eduardo-augusti-sao-publicados/>>. Acesso em: 29 Dezembro 2020.

DA SILVA, Cleide Pereira. Em Franca, violência contra trabalhadores. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 11, 15 a 21 Fevereiro 1985.

DA SILVA, Luis Fernando. Campanha da Fraternidade. **Vida Pastoral**, São Paulo, v. 60, n. 326, p. 13-22, Março - Abril 2019. ISSN 0507-7184.

DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DÁVILA, Sérgio. O dia em que a direita foi às ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 Março 2004. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1903200419.htm>>. Acesso em: 27 Dezembro 2020.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 388. ISBN 978-85-309-3573-3.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014. 316 p. ISBN 978-85-326-1148-2.

DE JESUS, Mário Carvalho. "Cimento barato para sair do barraco": resposta-reflexão ao irmão favelado sobre a "Não violência". **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 9, 15 a 21 Fevereiro 1985.

DE KADT, Emanuel. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, v. XVII, 2007. 332 p. ISBN 978-85-98171-61-1.

DE SOUZA, Ney. Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a ditadura militar. **Franciscanum**, São Paulo, v. LVIII, n. 166, p. 375-405, 25 Junho 2016.

DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, p. 6-52, 12 Julho 1974.

DHNET, Direitos Humanos na Internet.. Projeto Brasil: nunca mais - história dos Direitos Humanos no Brasil. **DHnet**, 1995a. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm>>. Acesso em: 10 Dezembro 2020.

_____. História da Comissão Brasileira Justiça e Paz, 1995b. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/historia.htm>>. Acesso em: 7 Fevereiro 2021.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado - nos passos de frei Tito de Alencar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 1: uma história dos costumes**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 1990. 264 p. ISBN 857110106X.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 312 p. ISBN 85-7110-615-0.

_____. **Introdução à Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2008. 208 p. ISBN 978-9724414867.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992. 424 p. ISBN 9722902032.

FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. **Justiça e paz: Memórias da Comissão de São Paulo**. São Paulo: Loyola, 2005.

FOGOLARI, Élide. A história dos Mutirões de Comunicação. **Multicom**, 2021. Disponível em: < <https://muticom.com.br/noticia/a-historia-dos-mutiroes-de-comunicacao/>>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a. 253 p. ISBN 978-85-7753-164-6.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014b. 160 p. ISBN 978-85-7753-290-2.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019. 144 p. ISBN 978-85-7753-409-8.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012. 240 p. ISBN 978-85-7753-186-8.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020a. 192 p. ISBN 978-85-7753-419-7.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020b. 400 p. ISBN 978-85-7753-435-7.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2016.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora: A Igreja no Brasil e o planejamento pastoral: estudo genético-interpretativo**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 471 p. ISBN 978-8515016259.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. I, n. 1, p. 12-19, Dezembro 1981.

_____. Nordeste foi “o mais prejudicado” em 64, diz Furtado. In: JÚNIOR, R. **Entrevista a Reali Jr. Estado de São Paulo**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311234540.entrevista_o_NE_foi_o_mais_prejudicado.pdf>. Acesso em: 24 Outubro 2019.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Barueri: Forense, 1966. ISBN B06XTZK2V7.

GALIZA, Adailton. Construção de concepções e suas intencionalidades: reflexões a partir do documentário "Marias: a fé no feminino". **Anais. IX Seminário Nacional do CMU – Memória e histórias locais: esquecimento, diversidades culturais e identidades**, Campinas, p. 16, Julho 2019. ISSN 2175-8468. Disponível em: <<https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/site/anais>>.

GAZETA ESPORTIVA. Especiais - Artigo: Gazeta Esportiva. **Gazeta Esportiva**, 16 Maio 2006. Disponível em: <<https://www.gazetaesportiva.com/especiais/centenario-de-a-gazeta/artigo/>>.

GENEVOIS, Margarida. Direitos Humanos. **Jornal O São Paulo**, São Paulo, p. 9, 1 a 7 Fevereiro 1985.

_____. Coragem! Uma lição de Dom Paulo Evaristo Arns. **Comissão Arns**, 16 Setembro 2019. Disponível em: <<https://comissaoarns.org/blog/2019-09-16-coragem-uma-li%C3%A7%C3%A3o-de-dom-paulo-evaristo-arns/>>. Acesso em: 14 Janeiro 2021.

GERONAZZO, Fernando. Olhar de pastor para a periferia. **Arquidiocese de São Paulo**: notícias, 14 Dezembro 2016. Disponível em: <<http://arquisp.org.br/noticias/olhar-de-pastor-para-a-periferia>>. Acesso em: 7 Fevereiro 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo (Volume 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GTDN, Grupo de Trabalho do Desenvolvimento econômico para o Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 97 p.

HOYOS, Francisco Martínez. Cristianos contra Franco en Cataluña. **Historia del presente**, n. 10, p. 61-80, 2007. ISSN 1579-8135. Disponível em: <<http://historiadelpresente.es/sites/default/files/revista/articulos/10/10.5franciscomartinezhojos cristianos contra franco en cataluna.pdf>>.

IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil. Solar do Barão de Itapura. **IAB Campinas**, 2014. Disponível em: <<http://iabcampinas.org.br/identidade-arquitetonica/solar-do-barao-de-itapura/>>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

JOSAPHAT, Frei Carlos. “Pacem in Terris”. Os 56 anos de uma encíclica e a dimensão social do Evangelho. Entrevista especial com Frei Carlos Josaphat. In: **IHU IHU - Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, 2019.

JUNIOR, Adinael. Do purgatório à redenção. **A Lente**, 24 Abril 2017. Disponível em: <<https://alente.com.br/2017/04/24/do-purgatorio-a-redencao/>>. Acesso em: 25 Fevereiro 2021.

KECKEISEN, Dom Beda. **Missal Quotidiano - Completo/Em Latim e Português/Com o próprio do Brasil**. 19. ed. Salvador: Beneditina, 1958. 1344 p.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital - verbete temático. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/centro-dom-vital>>. Acesso em: 8 Abril 2021.

_____. Ação Católica Brasileira (ACB) - Verbetes temáticos. **FGV - CPDOC**: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, 2009b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>>. Acesso em: 10 Dezembro 2020.

_____. Aliança Eleitoral pela Família (ALEF) - Verbete. **FGV - CPDOC:** Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-eleitoral-pela-familia-alef>>. Acesso em: 1 Fevereiro 2020.

KORNIS, Mônica; HEYE, Thomas Ferdinand. Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade - Verbete temático. **FGV - CPDOC:** Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>>. Acesso em: 29 Dezembro 2020.

LAMARÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar - A Marcha da Família com Deus pela Liberdade. **FGV - CPDOC:** Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em: 13 Janeiro 2021.

LAURA, Cristina. Penitência e flagelação nos rituais da Quaresma em Juazeiro. **A Tarde**, 20 Março 2008. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1274373-penitencia-e-flagelacao-nos-rituais-da-quaresma-em-juazeiro>>. Acesso em: 25 Fevereiro 2021.

LIBÂNIO, João Batista. Nas pegadas de Medellín, as opções de Puebla. **IHU - Instituto Humanitas Unisinos**, 30 Junho 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1952-joao-batista-libanio-4>>. Acesso em: 20 Dezembro 2020.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil:** hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979. 266 p.

MARIANO, Djalma. Padres temem que crises de rebeldia possam repetir-se. **O Globo**, São Paulo, p. 27, 14 Abril 1969.

MARQUES, Luiz Carlos Luz; BURIGANA, Riccardo. Apenas 70 anos. da Fundação do Conselho Mundial de Igrejas, CMI (1948-2018). **Paralellus - Revista de Estudos de Religião - UNICAP**, Recife, v. IX, n. 21, p. 257-64, Agosto 2018.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história:** 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Tomo 3. Período republicano e atualidade. 2. ed. São Paulo: Paulinas, v. III, 2011. 320 p. ISBN 978-85-356-0960-8.

_____. Campanha da Fraternidade 2020. **Grande Sinal Revista de Espiritualidade e Pastoral**, Florianópolis, v. LXXIV, n. 1, p. 107-112, Abril 2020.

MENDONÇA, Ricardo. Periferia ganhou voz com d. Paulo Evaristo Arns, diz biógrafo. **Folha de S. Paulo**, 2 Novembro 2013. Disponível em:

<<https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/11/1365928-periferia-ganhou-voz-com-d-paulo-evaristo-arns-diz-biografo.shtml>>. Acesso em: 14 Janeiro 2021.

MEYER, Birgit. **Como as coisas importam:** uma abordagem material da religião - textos de Birgit Meyer. Porto Alegre: UFRGS, 2019. 334 p. ISBN 978-85-386-0469-3.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira:** 1890-1930. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1985. 222 p. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281349>>.

MISEREOR. Sobre nós. **Misereor Ihr hilswerk**, 2020. Disponível em: <<https://www.misereor.org/pt/sobre-nos/>>. Acesso em: 22 Fevereiro 2020.

MORAES, Reginaldo. Operação Periferia: os católicos contra a ditadura. **Outras Mídias**, 20 Dezembro 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/operacao-periferia-os-catolicos-de-base-contr-a-ditadura/>>. Acesso em: 14 Janeiro 2021.

NACIONAL, Biblioteca. 13 de dezembro de 1545: Início do Concílio de Trento. **Biblioteca Nacional**, 2019. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/13-dezembro-1545-inicio-concilio-trento>>. Acesso em: 9 Novembro 2019.

NUZZI, Vitor. Os caminhos de dom Angélico nas ruas de seu país. **RBA - Rede Brasil Atual**, 3 Junho 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2018/06/os-caminhos-dom-angelico-nas-ruas-de-seu-pais/>>. Acesso em: 2 Janeiro 2021.

O SÃO PAULO, Jornal. A Missão de "O São Paulo". **O São Paulo**, 2020. Disponível em: <<http://www.osaopaulo.org.br/institucional/a-historia>>. Acesso em: 16 Janeiro 2020.

OLER, Juliana Rodrigues Larrosa. Fraternidade e Amazônia: a proposta ambientalista da Campanha da Fraternidade de 2007. **Pesquisas em Educação Ambiental**, São Paulo, v. IV, n. 1, p. 87-109, Junho 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108282>>.

OLIVEIRA, Walter Martins de. Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas (CMI). **Revista Pedagógica - Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó**, Chapecó, v. XXI, p. 413-30, 2019. ISSN 1984-1566.

OLSON, Roger. **História da teologia cristã:** 2000 anos de tradição e reformas. São Paulo: Editora Vida, 2001. 668 p. ISBN 85-7367-766-x.

OROFINO, Francisco. Cultivar e guardar—Servir e vigiar: a inspiração bíblica para a Campanha da Fraternidade de 2017. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. XXXI, n. 3, p. 473-482, Setembro - Dezembro 2016.

PB AGORA. Morre ex-deputado Aloysio Pereira, da região de Princesa Isabel, 24 Maio 2018. Disponível em: <<https://www.pbagora.com.br/noticia/paraiba/morre-ex-deputado-aloysio-pereira-da-regiao-de-princesa-isabel/>>. Acesso em: 24 Fevereiro 2021.

PEDREIRA, Carolina. Souza. **Irmãs das Almas**: rituais de Lamentação na Chapada Diamantina. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. 136 p. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33537746.pdf>>.

PINTO, José Marcelino de Rezende; BRANT, Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira. et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, Setembro 2000. ISSN 2176-6681.

PINTO JUNIOR, ARNALDO; GALIZA, Adailton. Memórias, práticas culturais e concepções marianas: uma análise do documentário *Marias: a fé no feminino*. **Aura: Revista de historia y teoría del arte**, Buenos Aires, n. 12, p. 12-36, 23 Dezembro 2020. ISSN 2347-0135. Disponível em: <<http://www.ojs.artes.unicen.edu.ar/index.php/aura/article/view/775/660>>.

PLASSAT, Frei Xavier. Martírio de Frei Tito contribuiu para conversão da Igreja, afirma frade dominicano. **ADITAL IHU - Instituto Humanitas Unisinos**, 28 Março 2016. Acesso em: 16 Dezembro 2020.

PORTELA, Cristina. Católica defende aborto. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 16, 8 Março 1990.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, p. 133-58, Setembro 2000. ISSN 0873-6529.

PRATES, Lisaneos. **Fraternidade libertadora**: uma leitura história-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2007. 550 p. ISBN 9788535619188.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. 150 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11422/9817>>.

PROSPERI, Adriano. **Il Concilio di Trento**: una introduzione storica. Torino: Einaudi, 2001. 203 p. ISBN 88-06-15877-5.

PUNTEL, Joana Terezinha. União Cristã Brasileira de Comunicação Social: uma memória que não se extingue. **Eclesiocom - Conferência Brasileira sobre Comunicação Eclesial**, 2012.

QUEIMADO, José Luís. Quaresma e suas lendas. **A12**, 2019. Disponível em: <<https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/quaresma-e-sua-lendas>>. Acesso em: 26 Março 2019.

RAMPAZZO, Lino. Aspectos éticos e místicos do texto-base da Campanha da Fraternidade 2004: fraternidade e água. **Programa de Pós-graduação Centro Unisal**, Lorena, p. 6, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: Política e Filosofia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. 160 p. ISBN 8573266929.

RAVASI, Gianfranco. **Os rostos de Maria na Bíblia**. 2. ed. Lisboa: Paulus, 2012. 312 p. ISBN 9789723013818.

REIS, Egberto Pereira; ROTHEN, José Carlos. O regime militar, os Direitos Humanos e a Igreja (1972-1986). **História e Cultura**, Franca, v. IV, n. 3, p. 27-49, Dezembro 2015.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

ROSSI, Dom Agnelo. **A Filosofia do Comunismo**. Petrópolis: vozes, 1947. 129 p.

_____. **Verdades, erros e perigos na Teologia da Libertação**. São Paulo: Editora Salesiana, 1985. 27 p.

SANTOS, Anderson Barbosa dos. Morre aos 95 anos o último filho do coronel José Pereira. **Portal Correio**, 24 Maio 2018. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/morre-aos-95-anos-o-ultimo-filho-do-coronel-jose-pereira/>>. Acesso em: 24 Fevereiro 2021.

SANTOS, Luiz Pereira dos. **Catequese, ontem e hoje**. Porto Alegre, 1979. 216 p.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 566 p.

_____. Entrevista. **Roda Viva**, 28 Janeiro 2002. Disponível em: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/imprimir.php?id=340>>. Acesso em: 5 Fevereiro 2021.

SILVA, Aquiles Coelho. **Vila Missionária: constituição e desenvolvimento da periferia na cidade de São Paulo (1960-1990)**. Campinas: Unicamp, 2017. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000984874&opt=4>>.

STRECK, Danilo. Pedagogia(s). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008. p. 448. ISBN 978-8575263068.

SURIAN, Mario Max. **Primeiro Catecismo da Doutrina Cristã**. 95. ed. Petrópolis: Vozes, 1964. 127 p.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de Teologia Ascética e Mística**. 6. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1961. 825 p.

TORNIELLI, Andrea. Heralds of the Gospel, the founder leaves while the Vatican investigates. **La Stampa**, 12 Junho 2017. Disponível em: <<https://www.lastampa.it/vatican-insider/en/2017/06/12/news/heralds-of-the-gospel-the-founder-leaves-while-the-vatican-investigates-1.34581956>>. Acesso em: 29 Dezembro 2020.

VALE, José do. Carcará. In: GLOBO NEWS **Arquivo N**: Augusto Boal. 2009.

VANNUCHI, Camilo. Margarida Genevois ganha Prêmio D. Paulo Evaristo Arns de Direitos Humanos. **UOL**, 12 Dezembro 2019. Disponível em: <<https://camilovannuchi.blogosfera.uol.com.br/2019/12/12/margarida-genevois-ganha-premio-d-paulo-evaristo-arns-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 14 Janeiro 2021.

VANZELLA, José Adalberto. **Campanha da Fraternidade**: a Igreja do Brasil a serviço da vida. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. 305 p. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=31618@1>>.

VAZ, Padre Henrique Cláudio De Lima. A Igreja e o problema da "conscientização". **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 62, n. 6, p. 483-493, Junho 1968.

VELASCO, Valquíria Cristina Rodrigues. **A geografia da repressão**: experiências, processos e religiosidades no Rio de Janeiro (1980-1929). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Comparada – PPGHC, 2019. 228 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. 422 p. ISBN 85-230-0314-2.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 302 p. ISBN 978-85-7232-975-0.

WOHNRATH, Vinicius Parolin. **Constituindo a Nova República**: agentes católicos na Assembleia Nacional 1987-88. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2017. 311 p. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322751>>. Tese de doutorado.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Tamy Amorim da. Às vezes só podíamos chorar junto. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. XVIII, n. 18, p. 10, 20 Março 2013.

WOLFF, Elias. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016: compromisso das igrejas com a vida no planeta. **Encontros Teológicos**, Florianópolis, v. XXX, n. 3, p. 13-25, 2015.

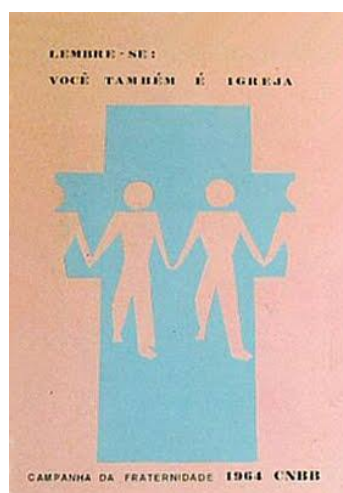
WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: De Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011. 384 p. ISBN 8532642217.

ZERUBAVEL, Eviatar. **The Seven Day Circle**: The History and Meaning of the Week. University of Chicago Press, 1989.

Anexo: Temas, lemas e cartazes da Campanha da Fraternidade entre 1964 e 2021

Primeiro momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1964 a 1972)

Como demonstrado no *item 1* (pág. 59 a 63) e *item 2* (pág. 72 a 73), no *primeiro momento político-pedagógico*, a CNBB fez uso da cautela na proposição dos temas, lemas e cartazes das Campanhas da Fraternidades da época, a fim de que sua iniciativa não fosse entendida como exagerada e de protesto contra o governo militar vigente. A hierarquia católica justifica esse período conservador das Campanhas como um tempo de adaptação de sua estrutura interna, dado os desdobramentos decorrentes do Concílio Vaticano II que estava acontecendo entre os anos de 1962 e 1965. Todos os conteúdos remeteram a práticas que destinavam novas responsabilidades aos leigos, principalmente a financeira. Temas e lemas não discutiram conflitos sociais ou mencionavam o golpe militar. O pêndulo pedagógico estava direcionado ao polo mais conservador, com uma prevalência de seu eixo no campo da *Tradição Apostólica*. Abaixo estão os temas, lemas e cartazes que compreendem o período 1964 a 1972.



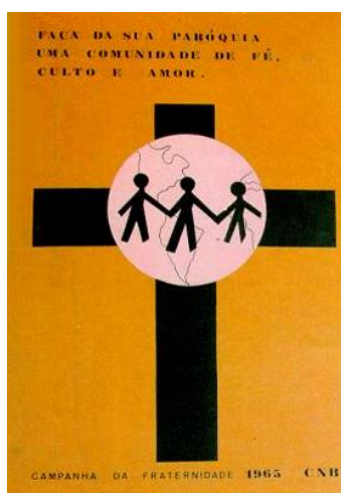
1964

Tema

Igreja em Renovação

Lema

Lembre-se: você também é Igreja



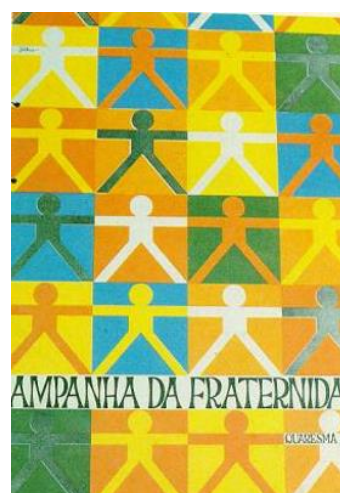
1965

Tema

Paróquia em Renovação

Lema

Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor



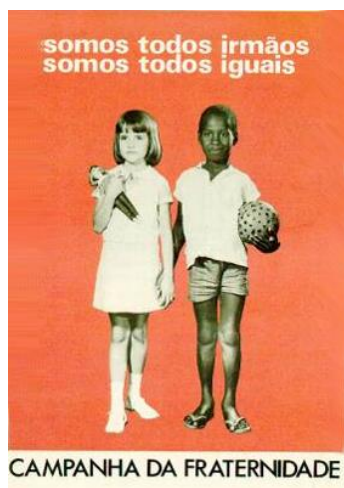
1966

Tema

Fraternidade

Lema

Somos responsáveis uns pelos outros



1967

Tema
Corresponsabilidade

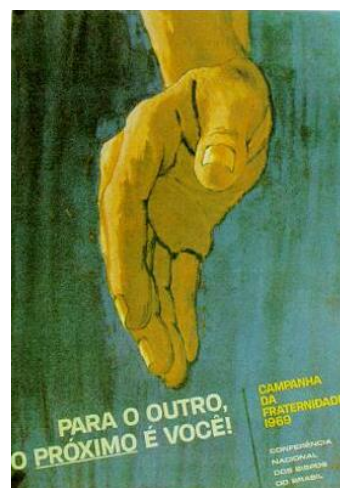
Lema
Somos todos irmãos, somos todos iguais



1968

Tema
Doação

Lema
Crer com as mãos



1969

Tema
Descoberta

Lema
Para o outro, o próximo é você



1970

Tema
Participação

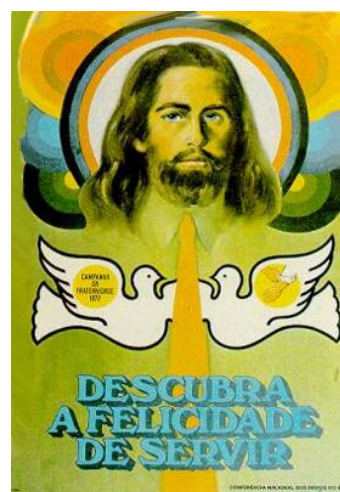
Lema
Ser Cristão é Participar



1971

Tema
Reconciliação

Lema
Reconciliar



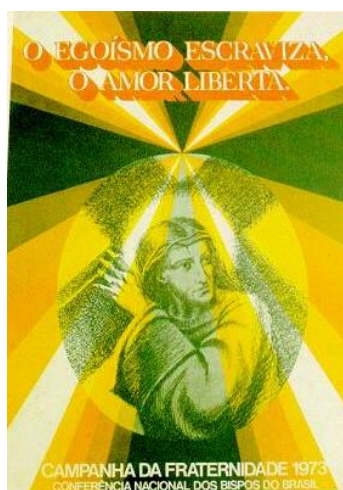
1972

Tema
Serviço e Vocação

Lema
Descubra a felicidade de servir

Segundo momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1973 a 1984)

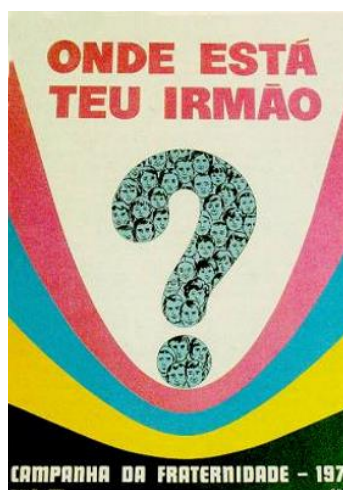
Este é o período político-pedagógico marcado pela transição gradual entre conteúdos programáticos conservadores e progressistas. Oscila-se entre a discussão de problemas sociais e o retorno às questões tradicionais da Igreja. O *item 1* (pág. 64 a 66) e *item 2* (pág. 73 a 76) demonstraram como se deu esse *momento* nas Campanhas. Com o recrudescimento do regime, alguns agentes episcopais começam a se posicionar no cenário nacional, militância que evidencia temas mais críticos ao longo desse *segundo momento*. A formação da consciência de fraternidade aos poucos torna-se mais perceptível, pois muitos dos temas e lemas tratam do “todo”. O pêndulo começa a sair do polo conservador e seu *eixo pedagógico* alterna entre os campos da *Sagrada Escritura* e *Magistério*.



1973

Tema
Fraternidade e Libertação

Lema
O egoísmo escraviza, o amor
liberta



1974

Tema
Reconstruir a vida

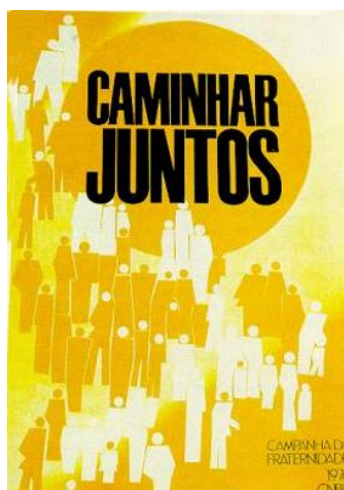
Lema
Onde está teu irmão?



1975

Tema
Fraternidade é repartir

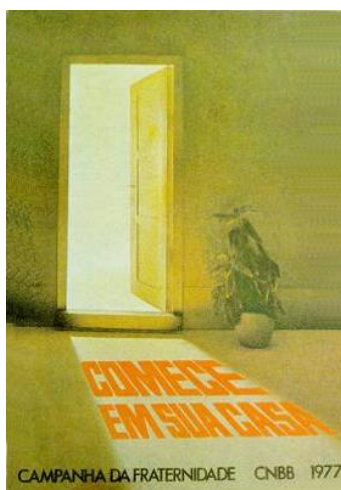
Lema
Repertir o Pão



1976

Tema
Fraternidade e Comunidade

Lema
Caminhar juntos



1977

Tema
Fraternidade na Família

Lema
Comece em sua casa



1978

Tema
Fraternidade no mundo do trabalho

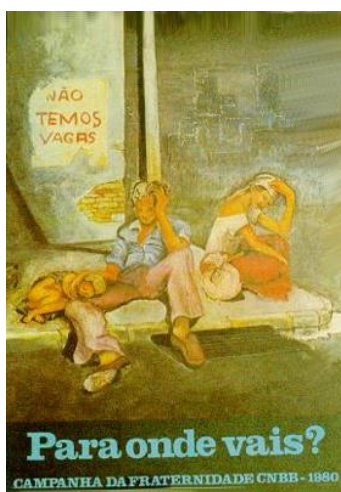
Lema
Trabalho e justiça para todos



1979

Tema
Por um mundo mais humano

Lema
Preserve o que é de todos



1980

Tema
Fraternidade no mundo das Migrações, Exigência da Eucaristia

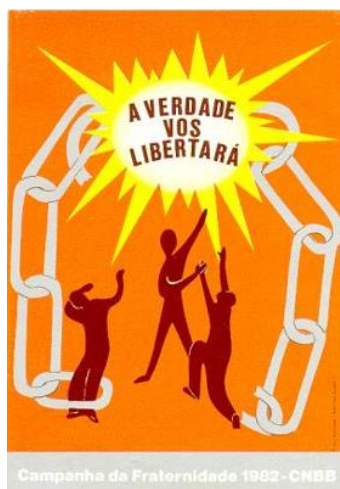
Lema
Para onde vais?



1981

Tema
Saúde e Fraternidade

Lema
Saúde para todos



1982

Tema
Educação e Fraternidade

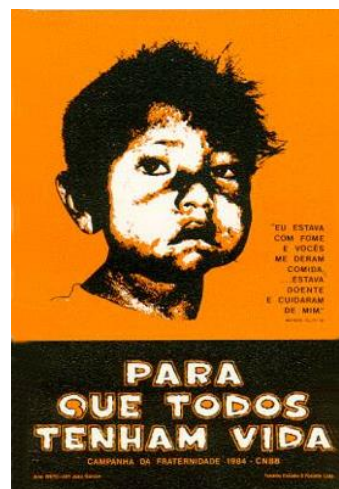
Lema
A verdade vos libertará



1983

Tema
Fraternidade e Violência

Lema
Fraternidade sim, violência
não



1984

Tema
Fraternidade e Vida

Lema
Para que todos tenham vida

Terceiro momento político-pedagógico das Campanhas da Fraternidade (1985 em diante)

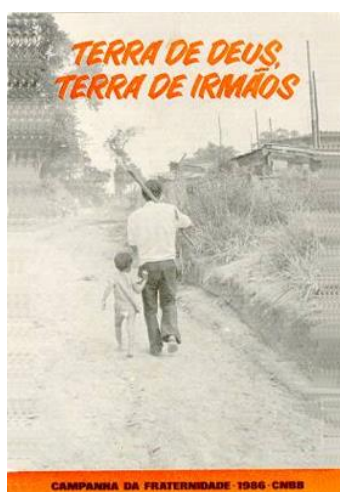
Com presidências mais *progressistas* na direção da CNBB, a Igreja mais fortalecida e a abertura política, após fim do período militar, as Campanhas da Fraternidade iniciam a formação da consciência de fraternidade mais intensa. Os interesses das classes mais empobrecidas são constantemente discutidos a partir desse *terceiro momento*, havendo um crescente uso da *demoscopia*. Evoca-se o “braço secular”, com acadêmicos de diferentes áreas participando da formulação dos materiais de referência. O pêndulo está mais predominante no polo progressista e o campo do *Magistério* é o que prevalece no *eixo pedagógico*. Este é um período em aberto, e não foi nossa pretensão finalizá-lo, dado nosso intervalo de pesquisar se estender até 1985, mas o *item 1* (pág. 66 a 70) e *item 2* (pág. 77 a 78) demonstraram alguns dos desdobramentos nesse período.



1985

Tema
Fraternidade e Fome

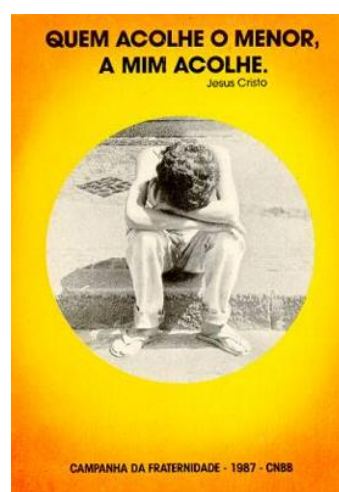
Lema
Pão para quem tem fome



1986

Tema
Fraternidade e Terra

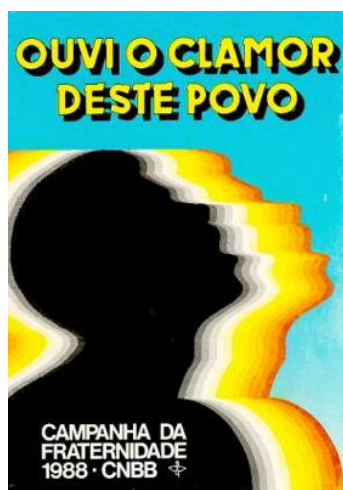
Lema
Terra de Deus, Terra de irmãos



1987

Tema
Fraternidade e o Menor

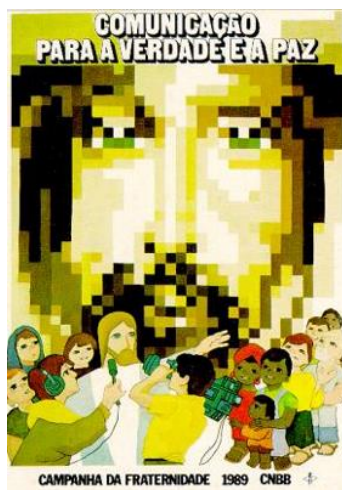
Lema
Quem acolhe o menor, a mim acolhe



1988

Tema
Fraternidade e o Negro

Lema
Ouvi o clamor deste povo!



1989

Tema
Fraternidade e a Comunicação

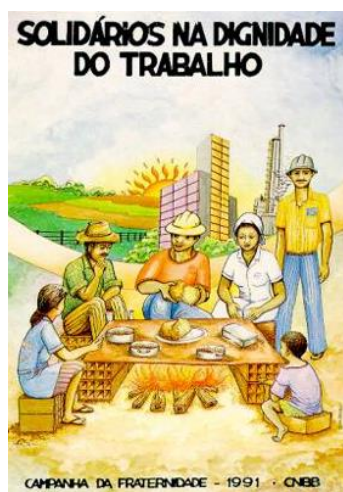
Lema
Comunicação para a verdade e a paz



1990

Tema
Fraternidade e a Mulher

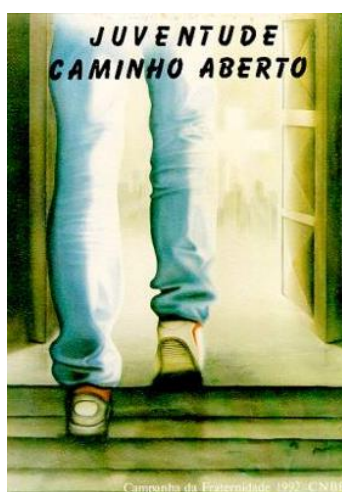
Lema
Mulher e Homem: imagem de Deus



1991

Tema
Fraternidade e o Mundo do Trabalho

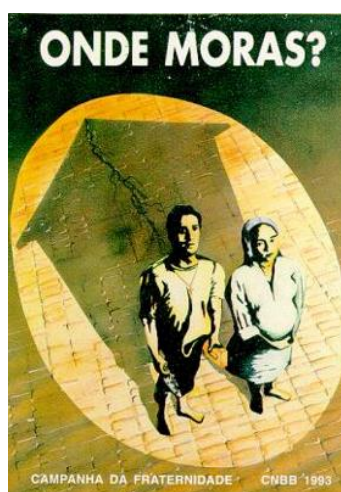
Lema
Solidários na dignidade do Trabalho



1992

Tema
Fraternidade e Juventude

Lema
Juventude – caminho aberto



1993

Tema
Fraternidade e Moradia

Lema
Onde moras?



1994

Tema

Educação e a Família

Lema

A Família como vai?



1995

Tema

A Fraternidade e os Excluídos

Lema

Eras tu, Senhor?!



1996

Tema

Fraternidade e Política

Lema

Justiça e Paz se abraçarão



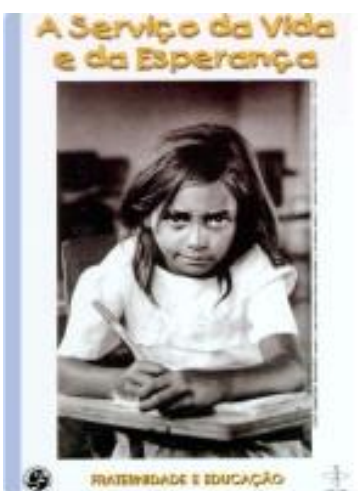
1997

Tema

Fraternidade e os Encarcerados

Lema

Cristo liberta de todas as prisões



1998

Tema

Fraternidade e Educação

Lema

A Serviço da vida e da Esperança



1999

Tema

Fraternidade e os Desempregados

Lema

Sem trabalho... por quê?



2000 – Ecumênica

Tema
Dignidade Humana e Paz

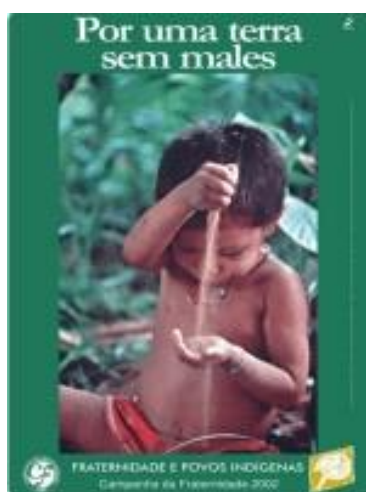
Lema
Novo Milênio sem Exclusões



2001

Tema
Fraternidade e as Drogas

Lema
Vidas sim, Drogas não



2002

Tema
Fraternidade e Povos Indígenas

Lema
Por uma terra sem males



2003

Tema
Fraternidade e pessoas idosas

Lema
Vida, dignidade e esperança



2004

Tema
Fraternidade e Água

Lema
Água, fonte de vida



2005 – Ecumênica

Tema

Solidariedade e Paz

Lema

Felizes os que promovem a Paz



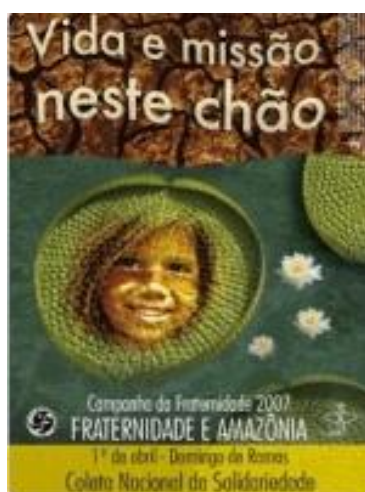
2006

Tema

Fraternidade e pessoas com deficiência

Lema

Levanta-te, vem para o meio!



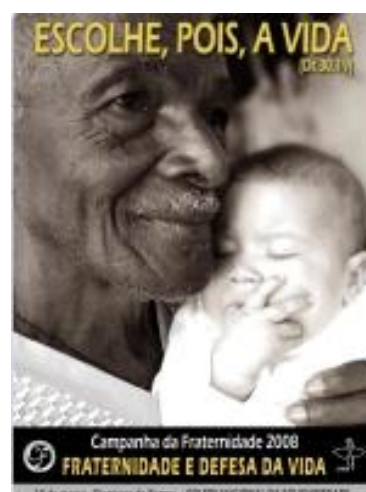
2007

Tema

Fraternidade e Amazônia

Lema

Vida e Missão neste chão



2008

Tema

Fraternidade e defesa da vida

Lema

Escolhe, pois, a vida



2009

Tema
Fraternidade e Segurança Pública

Lema
A Paz é fruto da Justiça



2010 - Ecumênica

Tema
Economia e Vida

Lema
Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro



2011

Tema
Fraternidade e Vida no Planeta

Lema
A criação geme em dores de parto



2012

Tema
Fraternidade e Saúde Pública

Lema
Que a saúde se difunda sobre a terra



2013

Tema
Fraternidade e Juventude

Lema
Eis-me aqui, envia-me



2014

Tema
Fraternidade e Tráfico Humano

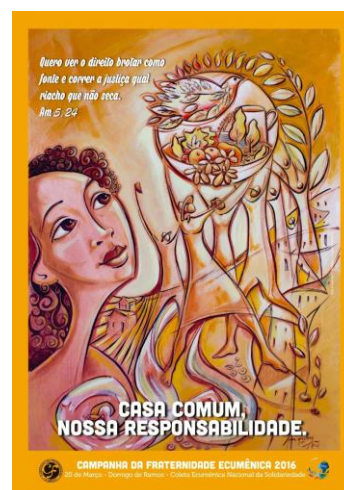
Lema
É para a liberdade que Cristo nos libertou



2015

Tema
Fraternidade: Igreja e Sociedade

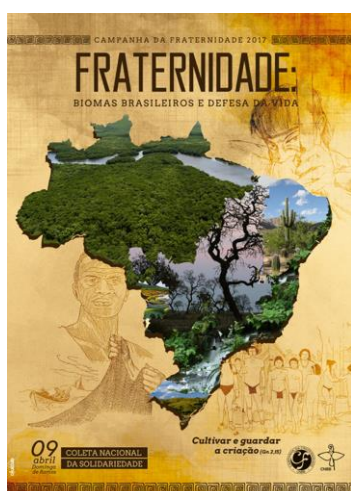
Lema
Eu vim para servir



2016

Tema
Casa Comum, nossa responsabilidade

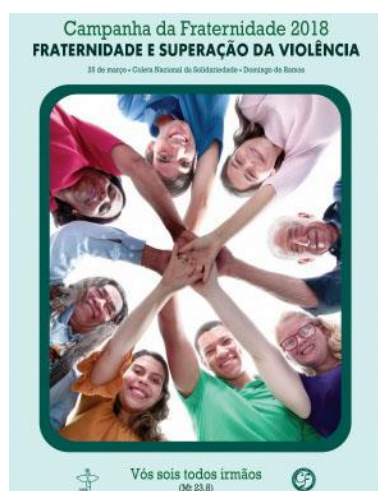
Lema
Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca



2017

Tema
Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida

Lema
Cultivar e guardar a criação



2018

Tema
Fraternidade e superação da violência

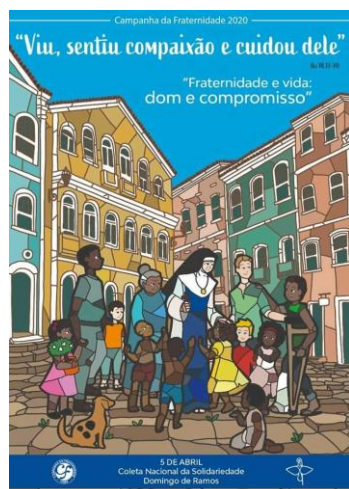
Lema
Vós sois todos irmãos



2019

Tema
Fraternidade e Políticas Públicas

Lema
Serás libertado pelo direito e pela justiça



2020

Tema

Fraternidade e vida: dom e compromisso

Lema

Viu, sentiu compaixão e cuidou dele



2021 – Ecológica

Tema

Fraternidade e diálogo: compromisso de amor

Lema

Cristo é a nossa paz: do que era dividido fez uma unidade